

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Theo da Rocha Barreto

*Trabalhadores Informais e Desempregados:
a precarização como homogeneização “sui generis” na
formação dos “sem emprego”.*

*Um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e
desempregados na RMS - no final do século XX.*

Salvador
2005

Theo da Rocha Barreto

*Trabalhadores Informais e Desempregados:
a precarização como homogeneização “sui generis” na
formação dos “sem emprego”.*

*Um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e
desempregados na RMS - no final do século XX.*

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós Graduação em Ciências Sociais da
Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas – UFBA, como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Graça Druck.

Salvador
2005

TERMO DE APROVAÇÃO

Theo da Rocha Barreto

***Trabalhadores Informais e Desempregados:
a precarização como homogeneização “sui generis” na
formação dos “sem emprego”.***

*Um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e
desempregados na RMS - no final do século XX.*

Dissertação aprovada , como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFBA, pela seguinte banca examinadora:

Ângela Maria de Carvalho Borges _____

Doutora em Sociologia, Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Católica de Salvador

Jacob Carlos Lima _____

Doutor em Sociologia, Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Federal de São Carlos

Maria da Graça Druck – Orientadora _____

Doutora em Sociologia, Universidade de Campinas (UNICAMP)
Universidade Federal da Bahia

Salvador, 11 de novembro de 2000.

A Juliana Souza Santos, pela beleza de teus olhos..

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço profundamente a todos os trabalhadores que concederam alguns momentos de suas vidas sem os quais esta dissertação simplesmente não existiria.

À Bartira Barreto, Bruno José, Misael Santos, José Carlos, Márcio Nicori, Cristiane Taquari, Luiza Trabuco, Pablo Erudilho, Flávia, Angélica, Queila, Sérgio e Diomário, colegas que trabalharam duro, debaixo de sol e chuva, para a realização de pesquisas e trabalhos de campo que se somaram aos dados desta dissertação.

Agradeço profundamente a cada funcionário e pesquisador que torna possível a realização e divulgação da Pesquisa de Emprego e Desemprego, bem como àqueles que nos receberam pacientemente nos treinamentos e nas horas de dúvidas com os dados.

Agradeço à toda a equipe de professores e funcionários do Centro de Recursos Humanos da UFBA, um lugar especial que me fez e faz acreditar na Ciência.

À cada colega e professor do Curso de Ciências Sociais da UFBA, sem os quais, jamais teria dado os primeiros passos na difícil tarefa de “conhecer”, em especial, ao professor e amigo Edson Farias, por desmistificar a ciência e o saber, por mostrar quão humana, falível e bela pode ser a Sociologia.

Ao PIBIC, à FAPESB e à UNITRALHO e à Capes, órgãos de fomento que através da concessão de bolsas viabilizaram uma formação acadêmica sólida e bem orientada.

Agradeço a Rodrigo e a André Itaparica pelas noites da quinta sem lei, minha salvação quando a reflexividade me abandonava.

À professora Ângela Borges, sempre impecável e implacável nas críticas e ensinamentos que tanto contribuíram para a minha formação, em seus comentários e

discussões sempre preciosas. Agradeço de coração a esta socióloga que é um gênio com os dados sobre o mercado de trabalho.

Agradeço à Jair Batista, Luís Flávio e Selma Cristina, colegas de iniciação científica que, com sua experiência e dedicação me ensinaram tudo e mais um pouco, pessoas que me mostraram com seus gestos e atitudes que, mesmo neste mundo regido pela lógica do Capital, o ser ainda vale muito mais que o ter.

Ao grande amigo e companheiro de labuta Luiz Paulo, ele, que considero o grande presente que a vida acadêmica me deu. Agradeço por estar perto quando a coragem me faltou e quando imaginei que não pudesse mais continuar. A Moacir Oliveira, amigo, colega e irmão, alguém que sempre reservou cada momento de seus dias para discutir cada dúvida, cada angústia, cada teoria, de maneira incansável. A estes dois, devo parte do que sou. Divido com eles cada vitória e cada derrota. Esta dissertação é, também, fruto do trabalho deles.

Ao sociólogo e jornalista José Barreto, meu pai, sempre um grande amigo que me inspira e diz as palavras certas, que só um pai pode dizer.

À Eunice Rocha e Vera Rocha, minhas duas mães de verdade sem às quais eu simplesmente não existiria.

A Marco Barreto, um dos mais brilhantes pensadores que já vi, o meu irmão que tanto amo.

À Bárbara Barreto, minha irmã, por todos os vinte e cinco anos ao meu lado, discutindo e vivendo Ciência e Vida, pela paciência, pelas incansáveis discussões acaloradas, por me ensinar a ser.

A Juliana Santos, por me inspirar e me fazer ter vontade de viver, por me ensinar sobre um amor que nunca conheci.

Por fim, mais uma vez, agradeço especialmente à minha orientadora Prof^a Dr^a Graça Druck, por acreditar em mim, quando nem mesmo eu acreditei. Por ela, pela sua crença, este trabalho existe.

RESUMO

Este estudo se propõe a analisar a precarização do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores nas situações de: informais e de desempregados na RMS; através de uma pesquisa qualitativa sobre as trajetórias desses trabalhadores. Portanto, são objeto de estudo desta pesquisa os trabalhadores informais e desempregados da Região Metropolitana de Salvador. Este estudo se propõe a entender o que há em comum entre os informais e desempregados no que se refere às suas trajetórias de trabalho e condições atuais de precarização. Neste sentido, deve-se tentar compreender e demonstrar de que maneira a precarização se constitui como elemento de uma homogeneização *sui generis* entre as pessoas que vivem na informalidade e no desemprego, constituindo uma massa de trabalhadores sem emprego que ao desenvolverem as mais diversas estratégias de sobrevivência acabam atuando como elementos cruciais para a reprodução do capital. Assim, torna-se imprescindível analisar o trabalho informal e o desemprego, a partir de uma releitura da categoria teórica do Exército Industrial de Reserva de Marx, no intuito de compreender de que forma os “sem emprego” aparecem como peças chave para a compreensão das relações sociais que configuram as relações de poder e, portanto, as posições ocupadas pelos homens no espaço social, na produção e reprodução desta nova ordem do capitalismo flexível.

ABSTRACT

Este estudo se propõe a analisar a precarização do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores nas situações de: informais e de desempregados na RMS; através de uma pesquisa qualitativa sobre as trajetórias desses trabalhadores. Portanto, são objeto de estudo desta pesquisa os trabalhadores informais e desempregados da Região Metropolitana de Salvador. Este estudo se propõe a entender o que há em comum entre os informais e desempregados no que se refere às suas trajetórias de trabalho e condições atuais de precarização. Neste sentido, deve-se tentar compreender e demonstrar de que maneira a precarização se constitui como elemento de uma homogeneização *sui generis* entre as pessoas que vivem na informalidade e no desemprego, constituindo uma massa de trabalhadores sem emprego que ao desenvolverem as mais diversas estratégias de sobrevivência acabam atuando como elementos cruciais para a reprodução do capital. Assim, torna-se imprescindível analisar o trabalho informal e o desemprego, a partir de uma releitura da categoria teórica do Exército Industrial de Reserva de Marx, no intuito de compreender de que forma os “sem emprego” aparecem como peças chave para a compreensão das relações sociais que configuram as relações de poder e, portanto, as posições ocupadas pelos homens no espaço social, na produção e reprodução desta nova ordem do capitalismo flexível.

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1	Taxa de Desemprego segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família e Escolaridade, Região Metropolitana de Salvador - 2004.	189
Tabela 2	Distribuição dos Desempregos segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família e Escolaridade, Região Metropolitana de Salvador – 2004.	192
Tabela 3	Distribuição dos ocupados por segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família e Escolaridade segundo o tipo de atividade, Região Metropolitana de Salvador- 2004.	195
Tabela 4	Distribuição dos ocupados por tipo de atividade segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família e Escolaridade, Região Metropolitana de Salvador- 2004.	198
Tabela 5	Taxa de participação dos Sem-Emprego e FORDISTAS segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família e Escolaridade, Região Metropolitana de Salvador- 2004.	204
Tabela 6	Distribuição dos Sem-Emprego e trabalhadores fordistas segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família e Escolaridade, Região Metropolitana de Salvador- 2004.	209

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	9
APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	14
RETOMANDO O PROJETO:	16
a) Objeto de estudo	16
b) Definição do Problema:	16
c) Objetivos:	17
d) Justificativa:	17
e) Hipóteses:	18
f) Processos de Observação:	19
g) Organização do Trabalho	20
CAPÍTULO 1 - DESEMPREGO, INFORMALIDADE E EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA.....	21
1.1 – O DESEMPREGO	24
A – O Trabalho.....	26
B - Emprego e trabalho	38
C - O desemprego.....	46
1.2- A INFORMALIDADE	54
A - Um breve histórico sobre a informalidade.....	58
A . 1- Os conceitos de economia submersa, nova informalidade e trabalho não fordista:	66
- Economia submersa	67
- A nova informalidade	68
- Trabalho não fordista	69
1.3- OS SEM EMPREGO	75
1.4 - O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA.....	77
CAPÍTULO 2- A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO INFORMAL, DESEMPREGO E RECARIZAÇÃO.....	93
CAPÍTULO 3 - DA ESTABILIDADE À PRECARIZAÇÃO	105
3.1 - O TRABALHADOR FORDISTA:	109
3.2- O TRABALHADOR FLEXÍVEL:	126
CAPÍTULO 4- NOTAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E NA BAHIA.	146
4.1 - A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.	147
4.2- A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA.	152
CAPÍTULO 5- ANÁLISE DOS DADOS – A TRAGÉDIA DOS SEM EMPREGO.....	171
5.1 –NOTA METODOLÓGICA E FONTES UTILIZADAS:.....	171
A - A PED:.....	171
A.1- Os principais conceitos da PED.....	173
B - A composição do perfil dos trabalhadores informais e as agregações a partir da PED.....	178

C – Notas sobre a pesquisa de Campo.....	181
C.1 – O pesquisador e o Campo.....	183
5.2 - O PERFIL DOS DESEMPREGADOS NA RMS:.....	187
5.3- O PERFIL DOS TRABALHADORES INFORMAIS, A OUTRA FACE DOS SEM EMPREGO.....	194
5.4 – O PERFIL DOS “SEM EMPREGO”.....	203
5.5 - A DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES PELO ESPAÇO SOCIAL:	210
A - O perfil dos que compõem a zona de integração:.....	216
B - O perfil dos trabalhadores informais: a zona de vulnerabilidade..	217
C - A zona de desfiliação: o habitat do desempregado.....	217
D - Os sem emprego.....	218
5.6 - A PESQUISA DE CAMPO : A TRAGÉDIA DOS ‘SEM EMPREGO’.....	221
A- Primeiro palco da tragédia: o Campo Grande.....	223
A . 1- Primeiro ato:.....	223
A . 2 - Segundo ato:.....	228
A . 3 - Terceiro ato:.....	232
A . 4 - Quarto ato:.....	236
B - O segundo palco da tragédia: O SINE.....	241
B.1 - Quinto ato:.....	241
B.2 - Sexto ato.....	244
B.3 - Sétimo ato:.....	248
B.4 - Oitavo ato:.....	250
C- Conclusão.....	253
CONCLUSÃO FINAL:	257
.....	
REFERÊNCIAS:	265

APRESENTAÇÃO

O presente estudo é fruto da experiência de três anos como bolsista de iniciação científica nos projetos “A reestruturação produtiva e os impactos sobre o trabalho e o emprego no setor bancário da Bahia”, “Novos e velhos trabalhadores informais: o trabalho nas ruas na cidade de Salvador/BA” e “O trabalho informal na cidade de Salvador/BA”, coordenados pela Prof^a. Maria da Graça Druck, apoiados pela Fundação Unitrabalho (no caso do primeiro projeto), PIBIC e CNPq, pertencentes à linha de pesquisa “Trabalho, Saúde e Meio Ambiente” do Centro de Recursos Humanos (CRH/UFBA).

A experiência nestas pesquisas proporcionou um contato direto com a bibliografia atual e clássica da Sociologia do Trabalho, bem como um contato cotidiano e intenso com a realidade das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores dos mais diversos setores do mercado de trabalho da cidade de Salvador. Em um primeiro momento, a experiência com a sociologia do trabalho resultou em uma monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais (UFBA), intitulada “A precarização do trabalho e da vida: o trabalho flexível nas ruas de Salvador-BA.”.

Este estudo, além de propor uma continuidade do estudo da monografia de conclusão do bacharelado, problematizando e redimensionando questões constatadas e apontadas na mesma (mas que não foram devidamente analisadas por não se constituírem como objetivo da pesquisa), propõe uma ampliação do seu objeto de estudo para um maior aprofundamento dos estudos sobre as condições e trajetórias de vida de um segmento específico da população da cidade de Salvador que vive, depende e precisa do trabalho para sobreviver, mas que têm na

informalidade, no subemprego e no desemprego as realidades objetivas e subjetivas que condicionam a sua existência.

INTRODUÇÃO

Começo a introdução deste trabalho falando um pouco da minha trajetória, dos incômodos que me levaram a querer continuar a estudar a trajetória de trabalhadores. Como já falei na apresentação deste trabalho tive a oportunidade de, em 1999 ingressar como bolsista de iniciação científica em um projeto coordenado pela professora Graça Druck, intitulado “A reestruturação produtiva e os impactos sobre o trabalho e o emprego no setor bancário da Bahia”. A experiência nesta pesquisa culminou em dois fatores decisivos de minha trajetória acadêmica. O primeiro foi a formação sólida que me permitiu me desenvolver como pesquisador e o segundo, foi o contato direto com as histórias de vida dos trabalhadores que entrevistamos, o aprofundamento com o referencial marxista e a leitura exaustiva dos textos da sociologia do trabalho, que se tornaram fatores decisivos de minha formação política, definindo naquele momento, através de que lentes eu passaria a ler a realidade social.

Assim, este trabalho é fruto de um exercício de reflexividade, da aceitação dos valores que me formaram como pesquisador e como cidadão do mundo. Não abri mão um só instante do dever sociológico, tão bem alertado por autores como Weber, Bourdieu e Elias, de olhar para dentro de mim mesmo e questionar até as últimas instâncias as bases valorativas que me informam e me fazem ser quem sou, como homem e como sociólogo. Mas como estas duas instâncias não se separam, este trabalho é fruto deste conflito, da luta travada entre a busca infundável do eu sociólogo para encontrar, “de forma neutra”, categorias e conceitos que dêem conta da realidade e o ser humano que trás em sua história de vida um conjunto de valores e crenças que o fazem ser quem é.

É sob esta vigilância e sob a inevitabilidade de se ser quem é que este trabalho foi construído. Desta forma, parafraseando Nelson Werneck Sodré afirmo que este trabalho não pode ser tratado como um texto de mera especulação, quem o ler, verá que se trata de uma leitura e de uma tomada de posição política no mundo.

Assim é que diante de um quadro geral de incertezas, medos e insegurança no qual o passado é esquecido e para o qual o futuro é algo imprevisível, é que precisamos olhar de forma mais atenta para o presente e desvendar as relações de interdependência, que, configuradas nas mais diversas relações de poder, engendram as práticas sociais e modos de vida dos homens. A lente escolhida é a sociologia do trabalho, desta forma, este conjunto de transformações ocorridas no mundo nos últimos anos serão apropriados neste estudo, acima de tudo, a partir dos seus reflexos sobre as relações de trabalho.

Este trabalho tentará, portanto, dar conta, a partir de um estudo de caso local (A RMS), de uma realidade que é, a nosso ver, Universal. Qual seja, o processo de transformação do mundo do trabalho que, sob o discurso de decretar o fim dos modelos de sociabilidade engendrados pelo capitalismo fordista, inaugura uma nova fase denominada de capitalismo flexível, fase esta que, ao transformar parte da classe trabalhadora em um conjunto de desempregados, inempregáveis, trabalhadores de rua, subempregados, terceirizados etc, instaurou os trabalhadores de um modo geral no mundo da instabilidade e da incerteza. Críticas à parte, a generalização é um preço a pagar quando optamos por utilizar uma lente macrossistêmica e estrutural para tentar dar conta da complexa forma de vida humana.

Verifiquemos os passos dados para a construção deste estudo.

RETOMANDO O PROJETO.

Faz-se necessário, antes de continuar com a discussão proposta, retomar alguns elementos básicos do projeto de pesquisa apresentado na seleção, de maneira que se possa verificar a coerência do arsenal teórico proposto com os objetivos, problema, hipóteses e desafios anteriormente previstos no projeto.

a) Objeto de estudo:

Este projeto se propõe a estudar a **precarização do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores** nas situações de informais e de desempregados na RMS; através de uma pesquisa qualitativa sobre as trajetórias desses trabalhadores. Portanto, são objeto de estudo deste projeto de pesquisa **os trabalhadores que têm na informalidade a forma de garantir sua sobrevivência** juntamente com **os desempregados da Região Metropolitana de Salvador.**

b) Definição do problema:

Com isso, este projeto se propõe a resolver a seguinte questão: **o que há em comum entre os trabalhadores informais e os desempregados no que se refere às suas trajetórias de trabalho e condições atuais de precarização tendo por base a inserção social destes trabalhadores?** Neste sentido, busca-se tentar compreender e demonstrar **de que maneira a precarização se constitui como elemento de uma homogeneização *sui generis* entre as pessoas que vivem na informalidade e no desemprego.**

c) Objetivos:

Este estudo se desenvolveu a partir de duas instâncias interdependentes entre si; Uma instância empírica e outra teórica. Na instância teórica, a partir de uma releitura do conceito de Exército Industrial de Reserva de Marx, este estudo se propõe:

- 1- Demonstrar de que maneira a precarização se constitui como elemento de uma homogeneização *sui generis*, entre as pessoas que vivem na informalidade e no desemprego.
- 2- Demonstrar como o desemprego e a informalidade aparecem como categorias centrais na reprodução do capitalismo moderno, evidenciando a atualidade e centralidade da categoria de Exército Industrial de Reserva de Marx para a compreensão do mundo moderno.

Já em sua instância empírica este estudo se propõe:

- 3- Analisar as trajetórias e práticas pessoais (individuais) e coletivas vivenciadas por trabalhadores em situação de desemprego ou que estejam exercendo atividade informal, captando, em suas condições de vida, os efeitos da precarização.

d) Justificativa:

Esta pesquisa se justifica pelas seguintes razões:

- 1- Tem-se verificado, nos últimos anos o surgimento de uma nova configuração da informalidade, com o aparecimento do chamado “novo trabalhador informal”, decorrente do processo de reestruturação produtiva.

- 2- A atividade informal há muito aparece como elemento essencial para a sobrevivência social e econômica da Região Metropolitana de Salvador.
- 3- O desemprego estrutural aparece como um fenômeno central da crise do capitalismo em todo o mundo, afetando as economias das grandes potências, bem como, os países de subdesenvolvimento dependente.
- 4- A cidade de Salvador apresenta, segundo dados da PED, os maiores índices de desemprego do país.
- 5- Há uma demanda para problematizar o desemprego à luz de uma nova revisão teórica e metodológica, visando superar algumas das limitações na compreensão da situação dos desempregados provocadas pelas análises com recortes puramente quantitativos.
- 6- Por fim, faz-se necessário uma recuperação do conceito de Exército Industrial de Reserva desenvolvido por Marx, para uma melhor compreensão de como o desemprego e a informalidade atendem a uma necessidade própria da acumulação do capital.

e) – Hipóteses:

- 1- A precarização leva a uma homogeneização sui generis das condições de existência dos desempregados e trabalhadores informais. Neste sentido, os trabalhadores – na condição de informais e desempregados – constituem um mesmo segmento, quando se considera a precarização como uma forma de trabalho e de vida condicionada pela inserção (posição) social destes trabalhadores.
- 2- Os trabalhadores informais e desempregados assumem um papel fundamental no processo de reprodução do capital, no contexto da acumulação flexível.
- 2- A precarização leva a uma ruptura dos vínculos sociais, criando um segmento de trabalhadores “desfiliados” e “vulneráveis”.
- 3- O desemprego é a expressão mais forte e evidente da fragmentação dos trabalhadores.

4- O trabalho assumindo sua forma histórica de emprego ainda se apresenta como categoria central para trabalhadores informais e desempregados.

f) – Processos de observação:

Este estudo se valerá de conceitos oficiais e cientificamente construídos para definir e compreender a informalidade e o desemprego, mas se valerá da percepção, reivindicação e construção dos próprios atores investigados sobre as suas condições de existência. No intuito de evitar, ao máximo, o engessamento das práticas reais dos atores sociais, este estudo se valerá de dois tipos de fontes específicas.

1- Fontes primárias:

- Pesquisa de observação de campo para posterior aplicação de um roteiro de entrevista semi-estruturada com os casos mais ricos para a realização de um estudo de caso mais aprofundado das narrativas de trajetórias de vida e perspectivas futuras.
- Será utilizado o Banco de dados da Pesquisa *O Mapa do trabalho informal em Salvador* coordenada pela professora Graça Druck (CRH-UFBA-FFCH).

2- Fonte secundária:

- Utilização do banco de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pela Faculdade de Economia-UFBA, DIEESE, SEI, SEPLANTEC e SETRAS para levantamento dos dados estatísticos referentes ao perfil dos desempregados e informais.

g) Estrutura da dissertação:

O trabalho completo é constituído por 5 Capítulos e uma conclusão. Os dois primeiros capítulos formam um grande bloco teórico metodológico da dissertação. No primeiro capítulo apresenta-se uma revisão bibliográfica sobre o desemprego e a informalidade no campo das ciências sociais, com intuito de problematizar e apreender teoricamente este fenómeno. Ainda neste capítulo, é feito um exercício teórico para, a partir da teoria sobre o Exército Industrial de Reserva em Marx, compreender como a informalidade e o desemprego aparecem como fenómenos centrais para o capitalismo moderno, como uma arma do capital para a subsumção do trabalho.

No capítulo 2 tentamos aprofundar a relação existente entre os fenómenos da precarização, o desemprego e o trabalho informal, desenvolvendo um novo conceito: os “sem emprego”.

O terceiro capítulo trata do processo de formação e posterior desconstrução do modo de produção fordista ou sociedade salarial, como gosta de denominar Castel. Neste capítulo demonstra-se o que se compreende emprego fordista que é o conceito de emprego defendido por este estudo. Além disso, neste capítulo, delimita-se conceitualmente o que é e como se caracteriza aquilo que tem se chamado de capitalismo flexível, dando ênfase sempre às relações de trabalho.

No quarto capítulo apresenta-se um estudo breve sobre a formação do mercado de trabalho no Brasil, demonstrando em que medida experimentou-se ou não, neste país, algumas das características do pacto fordista dos países centrais, e como se deu o impacto das políticas de

reestruturação do capital, nos anos oitenta, nas já frágeis e precárias relações de trabalho no país. Neste capítulo é dada ênfase mais cuidadosa à formação do capitalismo na Bahia, tomando Salvador com centro de referência, destacando as singularidades do Mercado de Trabalho na Bahia e da Região Metropolitana de Salvador.

Já o quinto capítulo consiste na análise dos dados de campo, e dos dados secundários. A análise da pesquisa empírica sobre a trajetória dos trabalhadores é elemento central deste estudo, sendo assim, foram escolhidos alguns casos destes trabalhadores que buscaram encontrar um emprego no SINE e no Campo Grande, para compor a trajetória de suas vidas, tentando identificar que caminhos os levaram até aquela condição de procura por trabalho. Uma primeira preocupação foi identificar particularidades e pontos em comum nestas trajetórias, para verificar de que maneira estes trabalhadores direcionaram suas histórias de vida, até terem suas individualidades pulverizadas pela precarização e pela condição estrutural de servirem ao capital como exército de reserva.

Por fim, na conclusão, são retomados os problemas e as hipóteses do trabalho, demonstrando de que maneira os trabalhadores – na condição de informais e desempregados – constituem um mesmo segmento, quando se considera a precarização como uma forma de trabalho e de vida condicionada pela inserção (posição) social destes trabalhadores.

CAPÍTULO 1 – DESEMPREGO, INFORMALIDADE E EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA.

Neste início de século XX, após o mundo passar pela avalanche do tripé globalização/neoliberalismo/reestruturação produtiva - que aparece como o fenômeno mais evidente e, por muitos considerado como desencadeador da crise de valores em que a sociedade está imersa – o quadro que se parece delinear para os intelectuais, governantes e homens de poder em todo mundo é de que uma nova ordem parece estar posta. O processo de transição inaugurado nos anos 70 com a crise do fordismo parece ter se instalado como uma realidade permanente, desestruturando mercados, desregulamentando práticas sociais consolidadas e instaurando o chamado modelo de acumulação flexível (Harvey, 1999; Sennett, 1999), que exatamente por ser flexível, está em constante estado de transição e adaptação, instaurando uma ordem baseada na instabilidade e incerteza¹.

Cabe, no momento, destacar que este momento histórico de crise do fordismo e instauração do modelo de acumulação flexível tem se apresentado como um marco histórico de tentativa de desconstrução de todo um modelo de sociedade fundamentado na centralidade do trabalho. No capitalismo fordista, emprego e trabalho viram sinônimos no ideário social, o processo de desconstrução e crise do emprego fordista leva para o debate acadêmico a confusão entre trabalho e emprego fazendo com que vários intelectuais questionem o papel ocupado pela categoria trabalho - entendida como sinônimo de emprego - para a nova ordem que se estabelece. Neste processo de tentativa de desconstrução do paradigma da centralidade do trabalho e dismantelamento das relações de emprego, o desemprego e o trabalho informal

¹ Esta temática apesar de estar totalmente diluída em todo o corpo do texto será tratada mais pormenorizadamente em um outro capítulo, já que é central no debate a ser realizado neste estudo.

assumem um papel jamais visto na história, dentro do sistema de produção capitalista. Assim, estas duas categorias aparecem como peças chave para a compreensão das relações sociais, das redes de interdependência que se configuram, definindo as relações de poder e, portanto, as posições ocupadas pelos homens no espaço social nesta nova ordem do capitalismo flexível. Estudar e compreender de que maneira os fenômenos do desemprego e da informalidade atuam no processo de produção e reprodução do capitalismo flexível é, portanto, ultrapassar as barreiras da pura aparência e entender como no capitalismo são engendradas as mais diversas formas de exploração do trabalho humano. Desta forma, é possível entender e tratar de forma crítica a tentativa de desconstrução do paradigma da centralidade do trabalho (e da sua forma histórica do emprego) numa sociedade em que o trabalho aparece como central não só para a existência social do homem, mas, principalmente, para a própria produção e reprodução do capitalismo em sua forma flexível.

Sendo assim, em um primeiro momento, neste primeiro capítulo, serão apresentados os debates à cerca da origem, construção e compreensão dos conceitos de desemprego e informalidade, ou seja será demonstrado o esforço das ciências sociais em dar conta, através da conceituação, destes fenômenos engendrados e engendrados das práticas dos seres humanos. Será possível verificar como a evolução dos conceitos acompanha o movimento da história, ou seja, como a construção da realidade através da conceituação está sempre amarrada ao contexto histórico, ao debate e disputas de poder nas quais está inserida. No debate a respeito do desemprego será discutido um tema central para este estudo qual seja, a construção da categoria trabalho como peça chave para compreensão e explicação das condições de existência dos homens. Em um segundo momento, será feita uma revisão acerca do conceito de Exército Industrial de Reserva de Marx, retomando conceitos básicos, que se tornam imprescindíveis para uma “nova” compreensão do mercado de trabalho tomando

como base a hipótese de papel fundamental, jamais visto na história, assumido pelo desemprego e pela informalidade na reprodução da acumulação capitalista em sua fase flexível. Por fim, serão retomados alguns elementos componentes do projeto de pesquisa no intuito de articular a discussão conceitual com o problema de pesquisa proposto, bem como com suas hipóteses e objetivos.

1.1 - O DESEMPREGO:

Os vários estudos sobre o fenômeno do desemprego revelam a dificuldade de se trabalhar com este conceito devido à imprecisão com a qual o mesmo é tratado. Esta imprecisão pode ter origem, primeiramente, devido aos diversos e diferenciados critérios adotados para se definir e medir aquilo que em cada grupo social se entende por desemprego.

Um primeiro ponto a ser destacado é que o desemprego não pode ser entendido puramente como uma categoria estatística de medida quantitativa de contingentes populacionais. Tampouco nada se diz quando o desemprego é reduzido a uma categorização econômica definindo-o puramente como uma situação ou posição específica no mercado de trabalho. O desemprego, para além de seu significado estatístico ou econômico, possui um significado social e histórico, o que complexifica o valor de sua existência. O que se quer dizer com isso é que, dependendo do tipo de organização social, do momento histórico, das relações e interesses de poder que estiverem em jogo, o desemprego vai assumir dimensões, formas e significados diferentes para aqueles que o medem, o estudam ou vivenciam, na própria pele, a sua existência.

De um modo geral, sabe-se que a concepção que se tem de desemprego, seja no senso comum, no mundo acadêmico ou nos órgãos oficiais de estatísticas de mercado de trabalho no mundo inteiro, se origina do conceito de emprego. Neste sentido, para se definir desemprego é preciso, então, buscar uma definição mais clara do que vem a ser o termo emprego, que por sua vez está diretamente ligado ao conceito de trabalho.

No português o próprio prefixo “des” significa negação, ausência e, portanto, a palavra desemprego significa diretamente a ausência de emprego. Um dos primeiros problemas, então, para a utilização e compreensão do termo desemprego está no seu originário, o emprego, que não tem definição precisa. Há, tanto no mundo acadêmico, quanto na construção conceitual metodológica dos órgãos de estatística em todo mundo diferentes critérios de definição que levam a uma dificuldade de estabelecer parâmetros para delimitar o conceito de emprego e, conseqüentemente, de desemprego. Uma das dificuldades encontradas é que o conceito de emprego, atualmente, acaba sendo entendido meramente como uma posição na ocupação, sem se levar em conta o seu significado social, histórico, político e subjetivo. Os conceitos e medições de fenômenos como trabalho, emprego e ocupação, não devem e não podem ser entendidos como uma única e mesma coisa. O conceito de emprego, assim como o seu “herdeiro semântico”, o desemprego, possui peso político, econômico, social e subjetivo e deve-se entender que a definição ou “indefinição” dos conteúdos dos seus significados também atendem a interesses distintos quando se leva em conta o contexto das relações de poder num determinado espaço social, em cada momento histórico.

Assim, antes de fazer uma revisão crítica a respeito da origem e transformação dos significados do desemprego, faz-se imprescindível revisar os conceitos de trabalho, emprego, dando devida atenção às suas transformações históricas. Trata-se, portanto, de revisar o

conceito de trabalho verificando as transformações históricas que o levaram a ser identificado como sinônimo de emprego, além de clarificar a sua relação com o desemprego. É indispensável que se faça, também, uma conceituação mais precisa do emprego, diferenciando-o do trabalho e do conceito de ocupação, por tantas vezes tratados como sinônimos de emprego pela maioria dos órgãos oficiais de estatísticas sobre mercado de trabalho², como pelos mais diversos autores da produção acadêmica especializada nesta temática. Finalmente, dar-se-á devida atenção ao conceito de desemprego propriamente dito, observando suas transformações históricas, em um primeiro momento, para em seguida, tecer algumas considerações críticas às formas atuais de conceituação e mensuração deste fenômeno. Para tanto será feita uma breve revisão bibliográfica dos termos tomando como suporte o caminho feito por João Bosco Feitosa dos Santos em seu livro *O Averso da Maldição do Gênesis - A saga de quem não tem trabalho* (2000), - uma bela e indispensável referência para quem quer se aventurar nos estudos sobre o desemprego. Além disso, será tomado como base central para a construção conceitual deste estudo a problemática da categoria trabalho nos termos marxianos.

A - O trabalho

Conforme afirma João Bosco Feitosa dos Santos (2000), o trabalho é um termo polissêmico, ou seja, ele é utilizado tanto na linguagem corrente quanto pelos intelectuais e *experts*, ao longo dos tempos, com os mais diversos significados. Assim, o trabalho não tem uma definição constante e universal.

² No Brasil, exemplos claros destes órgãos são o Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – Dieese.

Ao se buscar a etimologia da palavra “trabalho” é possível se defrontar com dois termos latinos distintos. Um primeiro termo, originado no século XI, é *tripalium* que pode significar, por um lado um instrumento de três pés utilizado para tortura, além de ser identificado também como o lugar onde os bois eram presos para serem ferrados. Um outro significado do termo *tripalium* encontrado por Santos é o de um instrumento de três pontas utilizado por agricultores para rasgar ou moer o linho, espigas de milho ou o trigo.

O segundo termo latino identificado por Santos que pode ter relação com o trabalho é *trabaculu*, cuja origem vem da mesma raiz que em português forma as palavras trava e travar, as quais em latim, podem significar um objeto colocado nos escravos para obrigá-los a trabalhar.

Santos, em citação que dá origem ao título do seu livro também vai buscar na Bíblia, no livro do Gênesis, uma referência ao trabalho. Antes de cometerem o pecado original Adão e Eva tiravam dos animais e das árvores do paraíso o seu sustento, sem precisar cultivar a terra ou derramar seu suor para garantir sua sobrevivência. Depois que desobedeceram a Deus e comeram do fruto proibido do conhecimento, Deus os castigou e a toda sua prole dizendo a Adão assim: “Porque deste ouvidos à voz de tua mulher, e comeste da árvore de que eu houvesse ordenado que não comesses, a terra será maldita por tua causa; tirarás dela o sustento com trabalhos penosos todos os dias de sua vida... comerás o pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de que foste tomado; porque és pó, e em pó te hás de tornar.”

A citação bíblica é bastante ilustrativa por se tratar de um dos mais importantes documentos históricos formadores de um “dever ser” ocidental. O labor, o derramamento de suor humano, a ação do homem no mundo conhecendo-o e modificando-o, enfim, o trabalho aparece na

história da humanidade em um primeiro momento com o significado de sofrimento, castigo, tortura, provação e punição.

Um outro documento histórico, fundante da ética ocidental que faz referência ao trabalho humano é a Obra Grega de Hesíodo *O trabalho e os dias*. Conforme interpretação de Ismael Pordeus Jr. (1993) e do historiador Moses Amzalak (1947), ambos citados por Santos, bem como a partir do debate desenvolvido por Richard Sennett (1999), o trabalho aparece neste primeiro momento na tradição ocidental grega como uma necessidade para a sobrevivência do homem.

Para Sennett (1999), na obra de Hesíodo estão plantados os alicerces para a formação da velha ética positiva do trabalho, baseada no uso auto disciplinado do tempo. No mundo antigo o homem estava sujeito ao caos da natureza incerta e indiferente para com os homens. Por não conhecer a natureza, não tinha como controlá-la, os homens perdiam suas colheitas com chuvas e intempéries e seus animais morriam de peste, fome ou sede. A única forma de o homem enfrentar o imprevisível do mundo em que vivia era se disciplinar e disciplinar seu tempo trabalhando de forma árdua para se prevenir da “crueldade” da natureza. No tempo de Hesíodo o labor ainda aparece como uma necessidade forçada, como obrigação do homem diante do império do imprevisível e incontrolável.

Somente nos poemas de Virgílio (*Geórgicas*), escritos mais de 500 anos após a obra de Hesíodo é que este labor, esta luta contra a natureza vai ganhar significado de virtude. O homem camponês admite não ser capaz de lutar e vencer a natureza, mas torna-se um herói tão só por lutar, por controlar o seu tempo e trabalhar em uma luta imprevisível. A luta do homem passa a ser também, não só o trabalho contra os intempéries da natureza, mas

também, uma luta interna com a autodisciplina de continuar lutando uma luta vã (Sennett, 1999).

Ainda na Grécia, berço da civilização ocidental é possível se extrair uma noção de trabalho nos períodos aristotélicos e platônicos. Neste período, o trabalho é tido como uma atividade indigna que fatiga o corpo e deve ser feita somente por escravos. O homem cidadão deve se dedicar a cidade, a política e a filosofia. O trabalho escravo neste sentido era essencial e justificado para propiciar aos bem nascidos o tempo de ócio indispensável à contemplação e à filosofia.

Tanto a filosofia platônica e aristotélica quanto o estoicismo presente na obra de Virgílio vão influenciar decisivamente a obra dos primeiros filósofos cristãos. Assim, a tradição agostiniana acaba por condenar o trabalho enquanto obra, já que a única obra é a obra divina, no entanto condena o homem à autodisciplina e automodelação de si conforme a vida de Cristo. E este modelo passa a ser o dominante em toda Idade Média, na qual a sociedade se divide entre os que oram (os bispos e sacerdotes), os que guerreiam em nome da fé (os nobres) e, por fim, no mais baixo estrato da sociedade feudal, os que trabalham (os servos). (Santos, 2000)

Com o Renascimento, vem o desenvolvimento da Ciência e a relação do homem com a natureza se altera profundamente. Nasce o homem histórico, o homem criador, transformador e controlador. A história passa a ser entendida como obra humana e a natureza como objeto de seu conhecimento e seu controle, surgindo, então, a idéia do homem como senhor de seu destino e fazedor da história. A obra humana e a capacidade criadora do homem aos poucos

começam a ganhar espaço e significado de virtude. Mas o pensamento religioso do catolicismo ainda era predominante neste período.

Somente com a Reforma Protestante é que surge uma nova forma religiosa de se interpretar o labor que vai decretar o surgimento da era do homo faber. Nasce a idéia de trabalho como vocação e com ela, surge o valor positivo do trabalho. Lutero via o não trabalho, o ócio e a preguiça, como pecado, e o trabalho, a serviço da obra de Deus, como remédio contra este pecado. A obra decisiva para uma melhor compreensão desta nova ética do trabalho é o clássico da Sociologia *A ética protestante e o espírito do capitalismo* de Max Weber.

Com a Revolução Industrial no final do século XVIII, a nova ética vivida pelo protestante torna-se o modo de vida da burguesia e o trabalho se desvincula do discurso religioso passando ser elemento central na reprodução e produção dos valores e da própria sociedade que se formava. É com a obra dos economistas clássicos David Ricardo e Adam Smith que o trabalho humano ganha o status de criador do valor. A riqueza das nações, medida até então pela quantidade de ouro possuída, passa ser medida pelo trabalho, que passa a ser, então, a unidade de medida do valor e da troca das mercadorias.

Porém, o mais importante referencial a respeito da conceituação e compreensão da categoria trabalho é o referencial hegel-marxista. Poucos (ou nenhum) pensadores estiveram tão imersos e tão comprometidos com a temática do trabalho quanto Hegel e Marx. Na obra de Marx, no entanto, a categoria trabalho assume uma centralidade muito maior do que em Hegel.

A diferença básica que pode ser demarcada entre Marx e Hegel é que para o segundo existe, antes de tudo, o espírito, enquanto que, para o primeiro quem trabalha é o homem. Para Hegel, assim como para Marx, o trabalho é a ação humana na terra, só que para Hegel o homem é, antes de tudo, espírito. O trabalho do homem é para Hegel puramente a realização do espírito na terra. Ao interferir no seu meio, na natureza, transformando-a, o homem está exercendo trabalho e, desta forma, está espiritualizando a natureza e humanizando-a.

Totalmente influenciado por Hegel, mas combatendo árdua e dedicadamente o que denominou de ideologia alemã, Marx construirá sua obra alicerçada na categoria trabalho entendida como relação social, como a categoria central de explicação da história. Para Marx, o trabalho é uma obra do homem real e não do espírito do homem.

Dialogando com os filósofos hegelianos de seu tempo (principalmente Feuerbach, neste caso), Marx vai afirmar que o materialismo não pode ser entendido somente como a realidade sensível, palpável, como coisa, mas acima de tudo como ação, processo, práxis, produção e reprodução da realidade. Uma das primeiras preocupações de Marx, então, é saber quem é o sujeito deste processo, é saber quem age. Eis que começa a aparecer o peso da categoria trabalho no esquema explicativo marxiano.

Logo no início da *Ideologia Alemã*, Marx afirma que o seu método de investigação não parte de bases arbitrárias ou dogmas, as premissas das quais parte são bases reais, são os homens reais, suas ações e condições materiais de existência, tanto aquelas que estes encontram no mundo desde que nascem até aquelas que são construídas, engendradas pela sua própria atividade.

A primeira condição de toda história é, portanto, a existência de seres humanos vivos e são estes seres vivos que agem no e sobre o mundo. Marx parte, então, do pressuposto de que, devido a sua própria constituição corporal, natural, física-biológica, o ser humano tem necessidades e essas necessidades condicionam a relação do homem, em primeiro lugar, com a natureza depois, com outros homens.

Para o pensador alemão, pode-se diferenciar os homens dos outros animais, por ser dotado de consciência e tanto mais quanto se queira, mas eles próprios, os homens, se diferenciam dos animais quando começam a produzir seus meios de existência. O primeiro ato histórico é, portanto, esta atividade primeva em que os homens agem sobre o seu meio para garantir a sua existência e sobrevivência. Assim, ao interferir no seu meio o homem passa a produzir sua vida material.

Marx segue afirmando que a maneira como estes homens vão produzir seus meios de existência vai depender, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados pelos homens e que eles precisam reproduzir. Ao produzir e reproduzir primeiramente as suas condições de existência mais básicas, o homem, a partir de sua ação em seu meio, produz novas necessidades que precisam ser satisfeitas. Esta relação do homem com o meio deixa de ser, portanto, somente a reprodução de condições de existência física, mas também, simbólica. Assim, a produção e reprodução das condições de existência dos homens representa um modo de vida próprio, uma maneira própria de estes homens manifestarem suas vidas. E a maneira como manifestam suas vidas reflete exatamente o que estes homens são.

O que os homens são, coincide, portanto com a sua produção, seja esta produção entendida como o produto final da atividade realizada ou como a atividade, a ação mesmo de produzir. Se a maneira como os homens produzem depende das condições materiais de produção encontradas e a forma como os homens produzem e reproduzem suas vidas reflete exatamente o que os homens são, o que os homens são também depende das condições materiais nas quais produzem.

Ao desenvolver sua filosofia da práxis, Marx tenta dar conta da capacidade criadora e construtiva do homem ao mesmo tempo em que condiciona esta capacidade produtora à história e estrutura das relações sociais que são fruto da ação destes mesmos homens. Ao intervir no seu meio, o homem pode alterar a realidade, produzindo o novo, pode também conservar esta realidade, reproduzindo-a, com isso, um mundo é criado, recriado, transformado, conservado e as gerações que se sucedem vão “encontrando” uma realidade - material e simbólica - já dada, construída por gerações anteriores e esta realidade é que vai ser um dos elementos fundamentais na condução das ações dos homens para a continuidade da produção e reprodução do mundo e da vida social. Conforme afirmou, portanto, o próprio Marx, o homem constrói a história, mas não o faz sob as condições que escolheu. Quando nasce, o homem nasce sob condições já dadas, produzidas por outros homens.

Assim, tomando como ponto de partida a ação humana propriamente dita e tomando esta ação antes de tudo como relação e reciprocidade, Marx acredita estar superando a dualidade que ele tanto critica na ideologia alemã, entre indivíduo e gênero, matéria e espírito, indivíduo e comunidade, homem e natureza, objetividade e subjetividade, homem e coisa. Nem a coisa age sobre o homem, nem o homem age sobre a coisa necessariamente, ambos se relacionam.

Quando se diz que o homem age sobre seu meio, deve-se saber que este meio age também sobre o homem, já que se trata de uma relação e relação implica em reciprocidade. Além disso, deve se saber que quando age sobre o meio, o homem age sobre si mesmo, pois o meio e o homem são, na filosofia da práxis, a mesma coisa. Há entre o homem e o meio uma relação de troca e interdependência na produção e reprodução da vida.

Ao demonstrar como os homens agem no seu meio para garantir a sua sobrevivência e tomando esta ação, esta atividade como relação, Marx realiza, portanto, uma sociabilização da natureza e uma naturalização do homem e acredita ter alcançado, desta forma, uma unidade entre ser, coisa e pensamento.

Assim, para Marx, o homem, antes de tudo, age, age para produzir e reproduzir sua própria existência. Marx denomina esta ação, esta atividade tão essencial para a existência humana, de “trabalho”. O trabalho é o primeiro ato histórico e social do homem e é através do trabalho que o homem passa a ser outro com relação a tudo que existe, mas ao mesmo tempo retorna a este outro na forma de produto da ação, da ação propriamente dita e das relações entre ambos.

Pode-se afirmar então que na obra de Marx, o trabalho é abordado sob dois aspectos: um mais geral e ontológico e outro aspecto onde a abordagem do filósofo alemão atribui ao trabalho um significado histórico. Estes dois aspectos, apesar de possuírem dimensões distintas não devem ser tomados como excludentes, aliás, o significado ontológico do trabalho se traduz pelo histórico e vice-versa.

Até aqui, esta primeira definição de trabalho como atividade essencial humana, realizada para a produção e reprodução das condições de existência, descrita por Marx nas primeiras páginas

de *A ideologia Alemã* é a definição filosófica e ontológica. Pode-se afirmar que, mesmo sendo o primeiro ato histórico realizado pelos homens, o trabalho adquire um significado supra-histórico, já que é, em qualquer momento histórico, em qualquer contexto, atividade essencial, atividade vital do homem, é aquilo que mantém o homem vivo enquanto corpo biológico, enquanto ser social e enquanto ser genérico.

Bem, mas, ao realizar trabalho, ao realizar sua atividade sobre o mundo, o homem produz realidade e esta realidade é deixada de herança para as várias gerações que se sucedem na história. A forma como estas gerações vão se relacionar com o seu mundo (o trabalho nestas gerações) vai ser profundamente determinada pela realidade que herdaram das sociedades anteriores. Mas cada geração também age e interfere no seu meio podendo modificá-lo para garantir a sua sobrevivência e criar novas necessidades. Tem-se, então, o movimento, a transformação da realidade e assim a história acontece.

Cada sociedade, cada cultura, cada época histórica, vai ser resultado daquilo que os homens que nela vivem (ou viveram) produzirem. E a forma como os homens que vivem nesta sociedade vão produzir, vai depender diretamente dos meios de produção herdados das gerações anteriores. O trabalho possui, também, um significado histórico, já que, apesar de ser sempre atividade vital do homem, o trabalho, a ação humana de interferir na realidade produzindo e reproduzindo a existência material e simbólica do homem, assume formas diferentes nos vários momentos históricos. O tipo de realidade, a forma de ser de cada sociedade e de “seus” homens num dado momento histórico será constituída a partir da forma que o trabalho, enquanto força produtiva e mediação do homem com o mundo social e natural, assumir.

Assim, cada momento histórico é marcado por distintas formas de organização das forças produtivas, com isso, a relação dos homens com o seu meio, com o próprio homem, a relação do homem com o seu trabalho e os produtos do seu trabalho também assumem formas distintas nos diversos momentos históricos. Pode-se verificar que, a partir de suas próprias relações de produção os homens produzem as mais diversas formas de organização e divisão do trabalho, dos produtos do trabalho e do meio em que se produz. Tem-se assim, ao longo da história, a divisão, por exemplo, entre trabalho do campo e da cidade, entre o trabalho agrícola, comercial e industrial, entre o trabalho manual e intelectual e a própria divisão e distribuição dos produtos do trabalho engendradas pelas relações de propriedade construídas pelo próprio homem.

Marx demonstra, então, como as diversas formas históricas assumidas pelo trabalho implicam na formação de distintas formas de divisão dos bens materiais e simbólicos produzidos e, portanto, em distintas relações históricas de propriedade. A primeira forma de propriedade é a propriedade tribal, depois, vem a propriedade comunal, em um terceiro momento tem-se a hegemonia da propriedade feudal e, por fim e até então, tem-se o capitalismo.

Na sua obra, Marx estuda de forma mais acurada esta “última” forma específica assumida pelo trabalho num dado momento histórico, o Capitalismo. Forma esta em que, uma determinada classe de homens se encontra desprovida de todos instrumentos de trabalho, restando-lhe, como no início da História, somente o seu corpo, sua força e sua capacidade de trabalho. Sem ter mais terra livre para ocupar e produzir e, com isso, ficando impossibilitado de garantir a sua sobrevivência, estes homens são obrigados a transformar sua força de trabalho em uma mercadoria, que é colocada à venda e comprada por uma outra classe que é possuidora dos instrumentos e dos locais de realização do trabalho, os meios de produção.

Eis então a definição clássica de trabalho desenvolvida por Karl Marx. Foi dispensada uma atenção especial a esta conceituação marxiana por ser ela essencial para a construção e continuidade deste estudo.

O trabalho humano é central na obra de Marx, na proposta de Marx para a compreensão da realidade social. Para este autor, toda realidade social nasce do trabalho e o trabalho humano nasce da realidade social, assumindo formas e características diversas em momentos e contextos históricos diferentes. É pelo trabalho que o homem constrói, transforma, produz, reproduz ou conserva as suas condições de existência e vivência, a sua forma de ser no mundo, o trabalho é, portanto, a mediação do homem com o mundo, com a realidade ideal, material, simbólica, objetiva e subjetiva. É este o conceito de trabalho portanto que será tomado como referência para este estudo, o trabalho como atividade essencial do homem, possuidor de um duplo significado, que é supra-histórico, ontológico, ao mesmo tempo em que é histórico, assumindo diversas formas ao longo do tempo.

Só tomando esta dupla dimensão para a categoria trabalho será possível, neste estudo, entender os fenômenos da informalidade e do desemprego como formas históricas assumidas pelo trabalho neste momento em que o modelo de acumulação capitalista assume sua forma flexível. Só entendendo as diferentes formas assumidas pelo trabalho é que se compreende a necessidade de se diferenciar trabalho e emprego.

B - Emprego e trabalho

Atualmente, o termo emprego, de um modo geral, está associado à idéia de ocupação, ou até mesmo é comum se entender emprego e trabalho como sinônimos. Quando se encontra um antigo colega de colégio do qual não se tem notícia desde a época em que a turma entrara na faculdade, é comum se perguntar: “- Você já está trabalhando?” O que tem o mesmo significado de: “ - E aí cara já arranhou um emprego?” Mas é preciso saber que nem sempre a noção de emprego teve exatamente este significado, além do mais, deve se ter o cuidado de saber diferenciar, a categoria trabalho do termo emprego. É comum, conforme aponta Comte (1995), que as pessoas, em uma determinada experiência histórica presente, tenham a tendência de procurar, ao investigar o passado, referências e equivalências de fenômenos ou fatos históricos passados com as ocorrências e interpretações que se dão a certos fenômenos do presente. Assim, por exemplo, é comum tentar encontrar em outras civilizações ou em momentos históricos passados a ocorrência de relações de emprego, ou daquilo que hoje em dia é comum se chamar de emprego. Parafraçando o próprio Comte, é provável que no século XVIII as pessoas não vissem uma relação de emprego ou desemprego onde alguém que nasceu no século XX veria.

O que se tentará fazer a partir de então é um exercício histórico crítico de reconstrução da categoria emprego. Na verdade, ao admitir que a categoria trabalho assume formas históricas distintas, o mesmo cuidado teórico e metodológico deve ser adotado, também, com a noção de emprego. O que se tentará demonstrar, então é como se deu o processo de construção de uma forma de organização do trabalho e do emprego que ficou conhecida como o **emprego fordista**. Foi mostrado anteriormente como o trabalho assume formas históricas distintas, o que se fará agora é demonstrar como o trabalho, ao assumir a forma de emprego fordista, assume, na história, a sua forma emprego.

A relação de emprego, como qualquer relação humana, assume, também, formas locais e históricas distintas. Para o caminho que se pretende construir neste trabalho, será tomada como referência a forma de emprego fordista. Neste estudo, o emprego é entendido como uma relação social complexa, fundada e permeada por relações de poder, nem sempre muito claras, mas que definem e diferenciam as posições e papéis que os homens ocupam e exercem no espaço social. Segundo a literatura da Sociologia do Trabalho, o emprego fordista representa um período nunca visto antes na história do capitalismo de um certo equilíbrio nas relações de poder que fundam a oposição entre capital e trabalho e que, conseqüentemente, permeiam as relações de emprego. Assim, a noção de emprego fordista tratada aqui, além de se realizar como existência empírica, se apresenta, também, como um conceito ideal de emprego, além de ser a forma histórica que torna hegemônica a relação de emprego no mundo capitalista.

Na obra de Marx, como foi visto, há todo um levantamento histórico do trabalho, partindo do modelo de organização da acumulação primitiva, os sistemas escravistas, o regime feudal, os modos de organização pré-capitalistas e por fim o próprio capitalismo, que também possui suas fases e formas históricas distintas. No próprio processo histórico de formação e reprodução do capitalismo, Marx faz questão de definir e analisar fases distintas, porém interdependentes e complementares, quais sejam: a cooperação, manufatura e a grande indústria. Somente quando a história da humanidade atravessa por este caminho é que as forças produtivas, ou seja, o trabalho humano assume a forma capitalista, assume a forma valor, transformando-se em mercadoria. Com o capitalismo surge, então, o trabalho assalariado, o trabalho tipicamente capitalista, já que, é a forma de trabalho através da qual se faz possível a produção e extração direta da mais-valia.

O que se quer mostrar com isso é, além dos diferentes significados e valores assumidos historicamente pelo trabalho, a evolução e transformação históricas da suas formas de organização. O trabalho, além de ter vários significados históricos tem também várias formas diferentes de organização. O emprego é, neste sentido, apenas mais uma destas formas históricas assumidas pelo trabalho, assim, todo emprego é trabalho, mas nem todo trabalho é emprego. O trabalho pode ser livre, em regime de servidão, escravo, para pura subsistência, pode ser coleta e cultivo livre da terra, pode ser a caça, pode ser produção do intelecto, pode ser trabalho assalariado e pode ser emprego.

É somente quando as forças produtivas se desenvolvem a ponto de tornar possível a superação das relações de servidão abrindo caminho para o surgimento do trabalho assalariado livre, que se pode falar em surgimento das relações de emprego. É comum, portanto, ao se estudar as relações de trabalho dos primórdios do capitalismo enxergar no trabalho assalariado livre do século XVIII os primórdios das relações de emprego. Assim, um primeiro ponto para se admitir a existência de uma relação de emprego é o surgimento do “trabalho livre”. Um outro ponto a ser levado em conta para se falar em uma relação de emprego é a existência de uma relação de reciprocidade que implique em uma contrapartida, que é oferecida ao trabalhador quando ele oferece (vende) a sua força de trabalho para outro.

Como foi dito anteriormente, no Capitalismo, uma determinada classe de homens se encontra desprovida de todos instrumentos de trabalho, restando-lhe apenas a sua força física e intelectual, sua capacidade de trabalho. Estes homens são, então, obrigados a transformar sua força de trabalho em uma mercadoria, colocando-a a venda. O trabalho é, então, comprado por uma outra classe, o capitalista, que paga ao trabalhador alguma remuneração em troca da

realização da mercadoria “trabalho” na produção de outras mercadorias para o capitalista³. O salário é então a contrapartida oferecida pelo capitalista para que o trabalhador utilize a sua força de trabalho na produção de mercadorias. É com o surgimento do capitalismo que a história vê o trabalho assumir a forma hegemônica do trabalho assalariado, ou dito de outra forma, a construção desta forma histórica assumida pelo trabalho, o trabalho assalariado, é que aparece como a relação social decisiva, que torna possível a produção da mais valia e, com isso, o surgimento e desenvolvimento do capitalismo. Entender o conceito de emprego levando em conta a condição do trabalho livre e a existência de um acordo mútuo que implique no pagamento de uma contrapartida ao trabalhador por parte daquele (o capitalista) que se apropria do seu trabalho, permite identificar, no surgimento do trabalho assalariado dos primórdios do capitalismo, o início também das relações de emprego.

Mas deve se tomar cuidado e não generalizar esta conclusão. Mesmo que se admita que o emprego é uma forma de organização do trabalho que surge com o capitalismo, ele, também, não pode ser confundido com o trabalho assalariado. Todo emprego é um trabalho assalariado, no entanto, nem todo trabalho assalariado é emprego. Isto porque o emprego também é uma forma histórica, um tipo de organização assumida pelo trabalho assalariado.

A relação de emprego surge na história quando o trabalho assume uma forma histórica que supõe uma recompensa financeira, que se define enquanto uma relação de troca garantida por um contrato (Hartley apud Santos, 2000). O trabalho pode ser qualquer atividade de transformação da natureza, mas não implica sempre em remuneração, já o emprego implica em remuneração, mas não é só isso, ter um emprego não significa somente uma forma de

³ Aqui não se entrará na complexa discussão feita por Marx a respeito do significado real e essencial do salário, basta saber que, o assalariamento aparece, então, como o modelo de recompensa e remuneração ideal para o capitalismo, ou seja, a venda de trabalho em troca de salário é que permite a extração da mais valia e a apropriação do trabalho pelo capitalista, a alienação do trabalho humano, e por fim, a subsunção completa do trabalho ao capital.

conseguir uma renda, mas sim, estar socialmente incluído (Castel,1998). O emprego não é qualquer tipo de assalariamento, é, antes de tudo, um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social. Um trabalho assalariado só é emprego, portanto, se está definido por este contrato social.

Os vários relatos históricos mostram como foi complicada a implementação do trabalho livre assalariado no início do capitalismo. As relações de trabalho eram extremamente precárias, a exploração do trabalho chegava ao limite da exaustão física ou da própria vida do trabalhador e não havia ainda um aparato institucional legal capaz de regulamentar e garantir o cumprimento dos acordos de trabalho, tanto por parte do capitalista quanto por parte do trabalhador. Um dos relatos mais fascinantes a respeito deste tema está em O Capital, de Marx, no qual o autor alemão constrói uma verdadeira etnografia para mostrar como, a partir da luta de classes, a partir da luta dos trabalhadores pela redução das jornadas e melhoria das condições de trabalho surgem as primeiras leis trabalhistas na Inglaterra. É assim que o Estado acaba aparecendo como elemento crucial no desenvolvimento e consolidação das relações capitalistas de produção, ao atuar decisivamente como um dos elementos centrais para a construção da legislação trabalhista inglesa, que será o primeiro aparato institucional legal capaz de garantir o cumprimento dos acordos entre trabalhadores e capitalistas. A luta de classes e o Estado, como mediador desta luta, são, então, elementos centrais para o surgimento e consolidação do contrato que funda e torna hegemônica a relação de emprego.

É óbvio, no entanto, que estas transformações não ocorrem da noite para o dia. As primeiras leis trabalhistas não saíam do papel, o processo mesmo de implementação, aplicação e reformulação das leis do trabalho se dá através de verdadeiras batalhas travadas pela classe trabalhadora conforme relata de forma brilhante Marx. O Estado aparece então como o

mediador desta luta de classes, a aceitação e incorporação das reivindicações dos trabalhadores passava a ser, também, condição indispensável para a conservação, reprodução e sobrevivência do Capitalismo. A construção gradativa de uma legislação trabalhista, fruto da reivindicação e da organização da classe da trabalhadora, bem como do papel mediador e regulador assumido pelo Estado levará à consolidação de uma relação de emprego cada vez mais garantida por um aparato legal sustentado e legitimado pelo Estado.

O trabalho assalariado vai, aos poucos, deixando a condição de insegurança essencial dos primórdios do capitalismo para se transformar em garantia de segurança pautada no direito do trabalho. O contrato, aos poucos, se consolida e a relação de emprego propriamente dita vai se tornando hegemônica. O auge da consolidação desta relação de contrato que caracteriza a relação de emprego se dá somente no século XX, mas precisamente no período histórico que os estudiosos do trabalho chamam de o Pacto Social Fordista.

Um rápido levantamento dos documentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴, mostra as inúmeras conferências realizadas no século XX no intuito de dar conta das infindáveis normas e leis que são criadas para regular as relações de trabalho e ampliar os direitos e garantias dos trabalhadores em várias partes do mundo.

O emprego passa a ser, então, esta forma específica de trabalho assalariado, uma forma específica de trabalho capitalista que se hegemoniza e se consolida historicamente com o surgimento do modelo de produção capitalista em sua forma Fordista. No pacto social que se instaura no fordismo, o contrato de emprego tem a sua legitimidade mediada e garantida por um tipo específico de Estado, o Estado Social Democrata, uma forma política de estado

⁴ A quase totalidade deste documentos já se encontra disponível para consulta pública no site oficial da OIT.

capitalista que proporciona, através de uma rígida regulação das relações de trabalho um equilíbrio jamais visto na história na relação capital X trabalho. Castel afirma que :

... uma relação salarial comporta um modo de remuneração da força de trabalho, o salário - que comanda amplamente o modo de consumo e o modo de vida dos operário e de sua família -, uma forma da disciplina do trabalho que regulamenta o ritmo da produção, e o quadro legal que estrutura a relação de trabalho, isto é, o contrato de trabalho e as disposições que o cercam.

Ter-se-á reconhecido que acabo de destacar essas características a partir dos critérios propostos pela escola da regulação para definir a relação salarial 'fordista' (Castel, 1998, p.414)

O emprego se torna hegemônico, portanto, quando as relações fordistas de produção se consolidam e o trabalho assalariado, assumindo a forma de um contrato social garantido pelo Estado de Bem Estar Social, se alastra pelos principais países europeus. A noção de emprego, neste período vai além de uma mera situação de ocupação, ela é um status, o trabalhador vende sua força de trabalho, derrama quanto for preciso do seu suor, entrega toda sua saúde, seus sonhos e sua vida em um contrato de trabalho e em troca, garantidos por este contrato, recebe todo um conjunto de direitos e benefícios, para si e/ou para seus familiares, além de passar a desfrutar de um status de uma cidadania típica do capitalismo, uma cidadania cujo valor se estabelece a partir de uma inserção, mesmo que mínima, no consumo.

É claro que, quando se fala em emprego fordista, se pensa logo no trabalho realizado dentro da fábrica, dentro da indústria, mas o fordismo vai além de um modo de gestão ou gerenciamento do trabalho na indústria, o fordismo passa a ser um modo de vida que se alastra pelas diversas instâncias da realidade social e, por isso, se alastra também pelas diversas formas de trabalho nos diversos setores da economia, seja na indústria, no comércio, na agricultura, na prestação de serviços, no emprego público etc. O contrato de trabalho fordista se torna hegemônico e o emprego, o trabalho com carteira assinada, o trabalho formal

são os vários nomes dados para esta forma específica assumida pelo trabalho assalariado no capitalismo.

Como no fordismo a forma histórica hegemônica assumida pelo trabalho é a forma emprego, no imaginário social isso tem conseqüências profundas, já que se passa a tratar trabalho e emprego como sinônimos. O desemprego que é a negação do emprego passa a significar, no ideário social, a negação do trabalho, o não trabalho. O trabalhador fordista da “era de ouro do Capitalismo” no século XX tinha no seu emprego/trabalho a expressão de suas conquistas, de seus ganhos e benefícios sociais, a garantia do seu sustento, sobrevivência, reprodução e prestígio. Assim, aquele que não tem emprego é tomado por uma gama de sentimentos de medo e insegurança, aliados a um desprestígio social que caracteriza os homens que não têm como garantir sua sobrevivência ou de sua família.

Atualmente, com o processo de dismantelamento do pacto social fordista e diante do quadro geral de desconstrução e desregulamentação das leis trabalhistas que culminaram com a consolidação do emprego fordista, o emprego, enquanto conceito, enquanto categoria explicativa das relações de trabalho, parece sofrer um processo de desconstrução. A idéia de emprego, simbolizando um contrato específico que garante deveres e direitos específicos por parte dos contratantes e contratados parece estar sofrendo um completo processo de esvaziamento. É preciso entender, então, a que interesses específicos atendem esta tentativa de construção de uma nova concepção de emprego que não simbolize necessariamente a existência de direitos dos trabalhadores assegurados por um contrato mediado e garantido pelo Estado. Observa-se, portanto, a retomada de uma noção de emprego que remonta os primórdios do capitalismo, uma noção de emprego que diz respeito a um tipo de ocupação que implica em um acordo entre empregado e empregador, mas que carece de todo um

conjunto de aparatos institucionais, que, através da mediação do Estado, possam garantir o cumprimento deste acordo. A desconstrução do conceito e do tipo de emprego, concretamente falando, na sua forma fordista faz parte de todo este processo de desregulamentação, flexibilização e conseqüente precarização das relações de trabalho que as práticas do Capitalismo Flexível vêm implementando em todo mundo como uma forma de garantir e ampliar a exploração do trabalho.

Assim, neste estudo, admite-se que apesar de o emprego assumir diversas formas e significados históricos distintos, dependendo dos interesses e disputas de poder que estão em jogo, necessita de um elemento fundamental para existir enquanto relação social hegemônica, o contrato. É este contrato que possibilita a existência de uma relação de venda e compra de força de trabalho e é este contrato que permite a própria consolidação e reprodução desta relação. Como foi mostrado anteriormente, este contrato, só se legitima historicamente através da luta de classes e se torna hegemônico a partir da atuação decisiva do Estado como mediador desta luta e, portanto, como garantidor do cumprimento deste contrato. É a partir das lutas e reivindicações dos trabalhadores e da incorporação destas reivindicações por parte do Estado que este contrato individual passa a se legitimar como um contrato social, e é no período de ouro do capitalismo do século XX, a partir do surgimento do Estado de Bem Estar Social, que a relação Capital X Trabalho, ao assumir a forma de um pacto social, consolida um tipo ideal de relação de emprego, em que o contrato, de forma nunca vista antes na história, jamais estivera tão explícito e tão garantido. Assim, embora admita-se que o emprego assumia formas históricas distintas, será adotado neste estudo o conceito de emprego elaborado a partir das práticas e relações de trabalho engendradas no fordismo.

C - O desemprego

O economista Márcio Pochmann (2001), baseado numa leitura marxiana a respeito do funcionamento do capitalismo, parte do conceito de População Economicamente Ativa para construir uma conceituação abrangente sobre o desemprego. Segundo Pochmann toda nação possui um grupo de pessoas capazes e em condições de participar do conjunto das atividades de produção social. Este grupo é chamado nos estudos sobre mercado de trabalho de População Economicamente Ativa (PEA). Embora a PEA expresse o potencial de produção social de uma nação, somente uma parte dela é que acaba sendo realmente envolvida diretamente nas atividades de produção, de acordo com as necessidades e exigências do processo de acumulação do capital. A parte da PEA não utilizada no processo produtivo é que se chama de desempregados. Nas palavras do próprio Pochmann (2001, p.78):

... o segmento da população ativa que supera as necessidades e exigências do processo de acumulação de capital conforma um conjunto de mão-de-obra excedente em cada país. A parte mais visível deste excedente é identificada pelo desemprego aberto, enquanto a parte menos visível é representada pelas mais diversas formas primitivas de organização da produção e de sobrevivência da população ativa.”

Esta primeira referência à conceituação proposta por Pochmann não foi por acaso. O conceito de desemprego proposto por Pochmann está calcado na constatação de que o capitalismo produz sempre um excedente de mão-de-obra, conforme afirma Marx ao desenvolver sua teoria sobre o Exército industrial de Reserva, e este é um ponto crucial para o desenvolvimento do argumento a que se propõe este estudo, como será demonstrado mais adiante. No momento, basta ter claro que o conceito de desemprego que será utilizado neste estudo toma como base o argumento marxiano descrito por Pochmann de que o desemprego, entendido como um excedente de mão-de-obra, é o resultado das necessidades e exigências do

próprio processo de acumulação do Capital. O desemprego nasce, portanto, no e com o capitalismo.

É interessante que se faça, assim como foi feito com a categoria trabalho, uma breve revisão histórica sobre o desemprego.

Segundo Santos (2000) até o século XVIII o termo desemprego simplesmente não existia. Podia se encontrar, na Europa, referências aos pobres, mendigos ou indigentes, quando se queria designar aqueles homens incapazes de garantir a sua sobrevivência, mas não havia ainda a noção de desemprego.

No século seguinte, com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção e, conseqüentemente, com a consolidação do trabalho assalariado, surgem as primeiras noções do que se poderia chamar de desemprego, uma situação que representasse toda privação involuntária e passageira de trabalho ocasionada por qualquer motivo como doença, acidente, falta de trabalho, feriados etc (Comte, 1995).

A primeira fase do desemprego nasce, portanto, no século XIX juntamente com o conjunto de transformações que se consolidou com o surgimento do capitalismo industrial. O desemprego surge, inicialmente, pela impossibilidade de ingresso ou pela expulsão (devido às transformações nos meios de produção), dos trabalhadores, do setor secundário que se formava. De um lado, o trabalho de ofício era dizimado pelas transformações ocorridas nos meios de produção, engrossando as fileiras daqueles que precisavam vender sua força de trabalho para sobreviver, de outro, havia um processo de expulsão e atração dos trabalhadores do campo para os centros urbanos. Somado a isso, o próprio processo de acumulação do

capital proporcionava uma revolução nos meios de produção, aumentando a produtividade, “expulsando” trabalhadores das fábricas e alimentando, com isso, a fileira de desempregados. No entanto, segundo Comte (1995), embora as crises e transformações do século XIX tenham jogado numerosos trabalhadores na rua, ainda não se julgava útil, nesta época classificar estes trabalhadores.

O desempregado era o homem sem trabalho, era aquele que não conseguia vender sua força de trabalho, se tornando incapaz de suprir suas necessidades ou as de sua família, não estando muito distante, portanto, da situação de indigência. No período que diz respeito à formação do capitalismo industrial, a sociedade está seccionada entre aqueles que têm propriedade (os homens de bem) e os “sem-nada”, estes últimos, ao não conseguirem vender seu trabalho, em nada se diferem do miserável (Comte, *idem*).

Aos poucos, com o desenvolvimento do capitalismo industrial, os desempregados são separados dos pobres, miseráveis e indigentes. O processo mesmo de consolidação da revolução industrial trás consigo a criação e legitimação dos direitos do trabalho, assim, o desempregado se separa do pobre, a falta de trabalho ocasionada por doença, acidente, invalidez passa a ser coberta pelos seguros e pela previdência, símbolos de garantias e direitos que aquele que era considerado trabalhador conquistara.

Trabalhar neste período era, antes de um direito, um dever, instituído por uma ética protestante (Weber, 1996) que via no trabalho a possibilidade de redenção diante de Deus, a ociosidade, o não trabalho passa ser visto como uma coisa perigosa, um pecado, um sinal de não validade diante de Deus. Assim, quem não trabalha passa a ser considerado um delinqüente, não ter trabalho passa a ser um valor caro na sociedade e a palavra desemprego

passa a significar o reverso do trabalho - ou seja, não ter trabalho - ganhando um significado social e subjetivo fundamental para a modernidade.

A existência de trabalhadores que não conseguiam ter trabalho passa a ser um problema do Estado, que ao reconhecer os direitos dos “sem trabalho”, dos desempregados, passa a ter que se preocupar com a criação de políticas sociais voltadas para dar conta deste problema. Assim, torna-se indispensável a criação de uma conceituação clara, acompanhada de um aparato estatístico capaz de contabilizar os desempregados, separando-os, primeiramente, dos empregados como também, dos indigentes, miseráveis e marginais de toda espécie.

É somente no século XX, a partir de 1925, numa Conferência Internacional sobre o Desemprego, realizada na Inglaterra, que surge uma primeira definição do termo definida pelo Bureau Internacional do Trabalho (BIT). Segundo afirma Comte (1995, p.100), nesta conferência fica definido que: “o desemprego é situação de todo trabalhador que, podendo e querendo ocupar um emprego submetido a contrato de trabalho, encontra-se sem trabalho e na impossibilidade de, em consequência do estado do mercado de trabalho, ser ocupado num tal emprego.” Segundo o próprio Comte esta definição peca por propor a concepção de que o desemprego se refere somente às pessoas que já tinham trabalhado e aos assalariados, desta forma ela não dava conta, principalmente, daquelas pessoas recém chegadas no mercado de trabalho e que ainda não tinham tido qualquer experiência em alguma atividade.

É, então, ao final da década de 20 (do século XX) que surge a segunda grande fase do desemprego com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. No chamado período da Grande Depressão dos anos 30 o desemprego passa a preocupar com taxas crescentes que se aprofundam até 1940 (Santos, 2000).

Em 1954, na VIII Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho da OIT, é feita uma reformulação na concepção de desemprego criada em 1925 estendendo-a para todos os cidadãos. Abandona-se o conceito baseado somente no assalariamento e na contagem daqueles que já haviam trabalhado, tomando como critério a idade mínima para o trabalho e o desejo de trabalhar.

O período compreendido entre as décadas de 40 e 70 do século XX, são considerados os trinta anos gloriosos nos países centrais, período este em que estes países, sob a direção do Estado de Bem Estar Social e o modo de produção capitalista-fordista, experimentam uma fase de quase pleno emprego e o debate sobre o desemprego acaba ficando em segundo plano. Somente a partir dos anos 70, com a crise que leva ao desmantelamento do modo de acumulação que culminou nos Trinta Anos Gloriosos é que as taxas de desemprego voltam a se elevar em todo mundo gerando um estado de coisas que se estende até os dias atuais, colocando o desemprego como “a bola da vez” do chamado capitalismo flexível.

Em 1982, a XIII versão da Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho da OIT, devido a complexidade dos mercados de trabalho em todo o mundo gerada pela crise, passa a reconhecer a dificuldade de se delimitar e conceituar o desemprego. A desestruturação das economias mundiais, provocada pela crise do fordismo e do Estado de Bem Estar Social inaugura um período de reconfiguração das relações de trabalho, ampliando o desemprego, reduzindo as possibilidades de reemprego, deixando os trabalhadores cada vez mais informais e precarizados, ressignificando, portando, o sentido do próprio trabalho e questionando a própria definição de desemprego, o que acaba dificultando a sua contagem. Segundo Comte (1995, p.106):

... o modelo 'tradicional' (saída do sistema escolar, entrada no emprego) é substituído por trajetórias muito menos lineares: desemprego, 'emprego' (um 'empreguinho' qualquer), desemprego, 'inatividade' (se a pessoa deixa de procurar um emprego), emprego (se ela encontra um estágio remunerado) etc.

Fica mais difícil definir quem é desempregado. Ao redor da massa de desempregados de fácil observação e definição encontra-se um conjunto de pessoas subempregadas, inseridas na informalidade ou mesmo um outro conjunto de trabalhadores que compõem uma população flutuante que passa rapidamente de uma situação para outra. No entanto, atualmente, mesmo não existindo um consenso sobre uma conceituação de desemprego que dê conta das especificidades do mundo do trabalho, prevalece a noção de desemprego como uma privação de um desejo ou a negação de um direito de ter salário, relacionando de forma íntima as categorias trabalho e emprego (Santos, 2000).

Mesmo reconhecendo as dificuldades em definir e contabilizar o desemprego atualmente, a OIT estabelece um parâmetro internacional de condições a ser seguido para que se possa identificar uma situação de desemprego. Assim, para ser considerado desempregado é preciso:

- a) estar sem trabalho, ou seja, estar desocupado;
- b) ter efetivamente realizado uma busca por um trabalho;
- c) estar disponível para trabalhar.

Verifica-se então que o conceito de desemprego está intimamente ligado ao conceito de trabalho, a noção que se tem de desemprego em uma dada sociedade vai depender diretamente da noção que se tem de trabalho. Como foi visto, o trabalho já teve uma relação bastante íntima com o conceito de emprego, atualmente, tem sido mais comum atrelar o conceito de trabalho à noção de ocupação, que é diferente da noção de emprego. Deste modo, atualmente, os desempregados são entendidos e contabilizados mais como uma negação da ocupação do que necessariamente do emprego. Por isso, é imprescindível para qualquer pessoa preocupada em estudar o

mercado de trabalho, conhecer e saber analisar criticamente os conceitos, parâmetros e metodologias utilizadas pelos principais órgãos de estatísticas responsáveis pelas informações tomadas como oficiais a respeito do Mercado de Trabalho.

No entanto, entender o desemprego passa por um movimento de compreensão não só dos conceitos oficiais relativos ao tema ou das realidades específicas de cada comunidade ou país, mas também por uma investigação subjetiva do significado do desemprego na vida social e pessoal de quem vive o cotidiano desta condição, neste sentido, conforme aponta Santos (2000), para além das estatísticas, as ciências sociais devem, se desejam compreender a complexidade das relações sociais, buscar “ a compreensão da fala, gestos e silêncios, do dizível e indizível, das emoções, alegrias, tristezas, piadas, lágrimas, entre outras manifestações subjetivas dos desempregados...” este conjunto de manifestações que podem não ser tão oficiais quanto os dados estatísticos, “mas que são muito significativas no trato sociológico” (Santos, 2000). Desta forma, juntamente com a utilização e a crítica dos conceitos e dados produzidos pela pesquisa estatística, o sociólogo, por meio de uma interação com o desempregado disposto a falar de sua experiência, produz seus conceitos que também retratam, apenas parcialmente, uma verdade que é móvel, política, social e histórica.

Embora o mercado de trabalho não seja objeto de estudo direto desta pesquisa, acredita-se que é preciso, a partir da crítica feita às noções de desemprego, incorporadas e divulgadas pelos órgãos oficiais de estatística, desenvolver uma abordagem do desemprego que possa dar conta do novo contexto do capitalismo flexível, mas sem necessariamente, abandonar dos conceitos já utilizados, já que os mesmos cumprem uma função operacional indispensável para a mensuração das diversas transformações ocorridas no mercado de trabalho. Um estudo crítico do mercado de trabalho deve atentar para a necessidade de tratar os conceitos de

informalidade e desemprego como elementos que assumem, no capitalismo flexível, um papel jamais visto na história no processo de reprodução do capital, sendo, por isso, elementos centrais para a compreensão do mercado de trabalho. Desta forma através de uma releitura do conceito de Exército Industrial de Reserva de Marx, pode-se retomar os conceitos de desemprego, ocupação e emprego à luz de um outro enfoque. Na conceituação que se tentará construir aqui, o que define a ausência de emprego não é necessariamente a ocupação ou não ocupação, mas o grau de precariedade da ocupação, já que, um trabalhador de rua, mesmo estando ocupado, seria classificado como alguém que não tem emprego, por estar exercendo uma atividade que **não tem vínculo empregatício**, não assina a carteira, nem insere o trabalhador em um conjunto de garantias e benefícios típicos de uma verdadeira situação de emprego.

1.2 – A INFORMALIDADE:

O tema *informalidade* ou *trabalho informal* vem tendo muito destaque, não só na literatura especializada da Economia e da Sociologia do Trabalho, mas também na mídia e no mundo social como um todo. Mesmo sendo tema de debates no mundo acadêmico desde as décadas de 60 e 70 do século XX, estas denominações ainda se apresentam de maneiras não muito claras, o que tem dificultado bastante o estudo deste fenômeno. As diversas categorias e conceitos utilizados para denominar o fenômeno da informalidade refletem, na verdade, as dificuldades que os indivíduos, as instituições, a ciência e o coletivo social enfrentam ao tentar dar conta, conceitualmente da realidade social. Nas últimas décadas, diante da situação de mudanças estruturais, econômicas, políticas, morais, objetivas e subjetivas, que vêm transformando a realidade social em todas as partes do planeta, a dificuldade de apreender e se apropriar conceitualmente da realidade do mundo do trabalho mais especificamente, tem se

ampliado consideravelmente. Assim não só a Ciência, mas os próprios agentes sociais buscam, através de sua ação e formas de ler, interpretar e se relacionar com o mundo, desenvolver formas de, não só entender a chamada “nova” ordem mundial, mas de sobreviver nela.

Aquilo que se padronizou chamar de informalidade nos estudos sobre os processos de industrialização dos “países do terceiro mundo” aparece nesta fase do Capitalismo mundial como um fenômeno, se não recente, central e ainda bastante confuso e complexo, assumindo as mais diversas facetas, a depender do contexto e do enfoque teórico usado para a sua abordagem.

As primeiras noções, portanto, sobre a informalidade nascem nos anos 60 com a tentativa dos intelectuais da época de dar conta do que se chamou de processos de industrialização tardia nos países do mundo “subdesenvolvido”. Machado da Silva (2002) sugere que, neste primeiro momento, formou-se uma polêmica intensa em torno da compreensão da informalidade que se contrapunha em dois blocos polares.

De um lado, em um primeiro momento, a “teoria da modernização” entendia que as economias dos países subdesenvolvidos, devido ao processo de industrialização se estruturavam de uma forma dual, ou seja, havia em um extremo, um setor avançado e de ponta, representado pela recente industrialização e no outro extremo estava o setor mais atrasado da economia representado por um conjunto de atividades exercidas pelos trabalhadores que, ao migrarem para as cidades, não eram absorvidos pelos setores de ponta. Segundo a teoria da modernização isto se tratava de um processo transitório que deveria ser superado logo que estes países superassem a fase de subdesenvolvimento. Mais tarde, ainda

sob este enfoque, diante das dificuldades dos países periféricos superarem a situação de subdesenvolvimento com o seu modelo de industrialização baseado na substituição de importações, surge uma versão menos otimista da teoria da modernização, a “teoria da marginalidade”, que entendia que certas categorias de trabalhadores estariam fadadas a uma inserção precária e marginal, de longo prazo, no mercado de trabalho devido aos insucessos das tentativas de desenvolvimento acelerado dos países de industrialização tardia.

No outro pólo desta discussão estava o referencial da crítica marxista que buscava se contrapor diretamente à perspectiva dualista das teorias do subdesenvolvimento, e ao caráter provisório e conjuntural que estas conferiam ao chamado setor informal. A crítica marxista se apoiava na compreensão de que o processo de industrialização destes países periféricos, bem como a formação deste contingente de trabalhadores que não se inseriam diretamente no setor secundário que se formava, se explicava claramente pela própria lógica da “contradição inerente ao desenvolvimento da acumulação capitalista” (MACHADO DA SILVA, 2002, p.86). Uma primeira vertente desta crítica marxista foi a “teoria da dependência” que não consegue se livrar do dualismo que propunha superar. A teoria da dependência propunha uma diferenciação conceitual entre trabalho excedente e exército industrial de reserva, para explicar a formação de uma massa marginal de trabalhadores, sem qualquer função em relação aos setores de ponta (capitalistas) da economia. Segundo Oliveira (1972), o pecado da teoria da dependência é o ranço marxista ortodoxo que entende que o setor de serviço é, de um modo geral, improdutivo, ou seja, não agrega valor ao produto social.

Dentro ainda da vertente crítica marxista, surge, logo em seguida, tendo como marco o texto clássico de Francisco de Oliveira *A economia Brasileira: crítica à razão dualista*, de 1972, a tese da superexploração do trabalho, constituindo-se como uma das mais importantes revisões

críticas de todas as versões dualistas, inclusive a “teoria da dependência. Esta teoria insere o processo de industrialização dos países latino americanos na lógica mais geral de produção e reprodução da acumulação capitalista, entendendo que, mesmo o trabalho realizado sob formas não capitalistas típicas que se formam nas economias destes países, serve ao capital e participa da lógica da acumulação, na medida em que, indiretamente, reduz o custo da reprodução da força de trabalho por atuar como reserva de mão de obra, ao mesmo tempo em que, diretamente, se realiza, também, enquanto trabalho não pago. Além de Francisco de Oliveira, diversos autores podem ser citados como fazendo parte desta leitura mais crítica a respeito da formação dos mercados de trabalho urbanos nas economias latino-americanas, dentre eles, Inaiá CARVALHO (1966, 1978, 1980), Guaraci Alves de SOUZA (1977, 1978, 1980), Vilmar FARIA (1976, 1980) - cuja principal referência pode ser o clássico número do Cadernos CEBRAP intitulado *Bahia de Todos os Pobres* -, além de autores como Paul SINGER (1975, 1976, 1977, 1980) e Reginaldo PRANDI (1980).

Para Machado da Silva (2002) a noção que se tinha de informalidade construída nas décadas de 60 e 70 fazia parte de um contexto histórico marcado pela existência das social-democracias europeias que serviam como contraponto e referência para a compreensão do processo histórico de formação do capitalismo na América Latina e em alguns países africanos. Nos anos 80, com as diversas transformações políticas e econômicas ocorridas, o debate sobre a informalidade sofre uma profunda transformação. Segundo Machado da Silva (2002, p.90), “o crescimento do desemprego e a crise da social-democracia, a expansão de atividades empresariais e de uma economia de mercado, já anteriores ao desmonte final da URSS, a acelerada expansão da força de trabalho no setor de serviços e sua importância cada vez maior para a acumulação” levam à uma situação de “perda de confiança na viabilidade histórica do pleno emprego” o que provoca mudanças cruciais no enquadramento conceitual e

analítico das formas assumidas pelo trabalho no capitalismo flexível, o que, para o autor, acaba provocando uma perda de relevância cognitiva explicativa do termo informalidade.

Acredita-se ser possível concordar com Machado da Silva no fato de que o termo informalidade, diante das transformações ocorridas nos mercados de trabalho em todo o mundo, tenha perdido a força semântica que outrora servia como aparato de explicação e compreensão da sociedade. Aliás, é isso que comprovam as mais recentes pesquisas sobre esta temática, pois não são poucas as tentativas, as mais criativas, para tentar compor um novo aparato de análise conceitual e empírica para compreender as novas formas assumidas pelo trabalho no mundo atual. No entanto, aceitar a falência explicativa do termo informalidade não significa aceitar, com isso, que o modelo teórico e empírico crítico, que supera os modelos duais de explicação para a formação de economias como a brasileira, também não se sustenta mais como modelo de compreensão para os fenômenos atuais do mundo do trabalho.

A - Um breve histórico sobre a informalidade

O termo *Informal* aparece ligado à economia e às relações de trabalho, primeiramente, numa pesquisa sobre a estrutura do emprego nos países em desenvolvimento realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no final dos anos 60 (CARVALHO; SOUZA, 1978; CACCIAMALI, 2000). A OIT lançou, em 1969, o Programa Mundial do Emprego para avaliar os efeitos sobre emprego e distribuição de renda dos modelos de rápido crescimento econômico adotados pelos países subdesenvolvidos. O diagnóstico da OIT apontou que o padrão de desenvolvimento adotado por estes países, sustentado num sistema de substituição de importações, provocou uma industrialização com uma insuficiente oferta de empregos para absorver toda a população economicamente ativa. A consequência disto foi o

surgimento de um excedente de mão-de-obra que se apresentava sob a forma de trabalhos realizados em atividades organizadas em pequena escala (CACCIAMALI, 2000). O processo rápido de industrialização tinha gerado inúmeras e variadas atividades que possuíam características singulares, ou seja, não se organizavam com base no assalariamento e o seu nível de renda estava muito distante dos setores mais modernos da economia, o que aproximava estas atividades dos setores mais tradicionais (CACCIAMALI, 1991). Estas atividades eram o chamado *setor informal*, que “era consequência do excedente da mão-de-obra resultante do elevado crescimento demográfico, que produziu um processo de migração de indivíduos das zonas rurais para as cidades, havendo, assim, um aumento da força de trabalho urbana desproporcional à capacidade de absorção dos segmentos modernos” (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004) As economias dos países subdesenvolvidos passam a ser classificadas como se estivessem divididas em dois setores distintos: um setor formal e outro informal.

Ao absorver as formulações duais das missões de Gana e do Quênia, parte da literatura especializada acaba optando por aportes teóricos que se mostram insuficientes para dar conta da complexidade dos processos de industrialização dos países periféricos, marcados por relações de poder entre as lutas de classes internas destes países, bem como pelo tipo de inserção destas nações no processo de acumulação do capitalismo mundial (OLIVEIRA, 1972). Como exemplo destas correntes podem ser citadas as teorias Cepalinas, que tanto influenciaram a produção acadêmica nos países latino-americanos, dando origem às teorias de subdesenvolvimento, da marginalidade e às teorias da dependência, citadas anteriormente.

Um erro recorrente na maioria destes estudos reside no fato deles tenderem a enfatizar a heterogeneidade do mercado de trabalho, sendo que esta heterogeneidade “é atribuída fundamentalmente ao caráter capital intensivo da tecnologia empregada nos setores mais dinâmicos da economia que se oporia às necessidades de uma mais extensa criação de empregos” (CARVALHO; SOUZA, 1978, p.11). O argumento é o seguinte, países como o Brasil realizaram seu processo de industrialização utilizando tecnologia importada, ou seja, uma tecnologia já bastante avançada para os padrões de desenvolvimento do capitalismo nestes países, assim os tipos de empregos gerados por este avanço tecnológico importado exigia mão-de-obra com qualificação, cuja oferta era pouca em economias “atrasadas”, sendo por isso rapidamente absorvidas. Havia, ao contrário, uma oferta de mão-de-obra não qualificada, em expansão acelerada, devido ao rápido crescimento da população e às migrações rural-urbanas, que se defrontava com uma oferta insuficiente de empregos de baixa qualificação. Sem outras alternativas, estes migrantes desempregados iriam tentar sua sobrevivência no ingresso em atividades de baixos níveis de remuneração e produtividade, criando deste modo, um amplo setor da economia urbana “caracterizado por condições tecnológicas e organizacionais primitivas e por uma baixa produtividade” (CARVALHO; SOUZA, 1978, p.12).

Assim, a grande parte das abordagens sobre o tema continuou, como as análises tradicionais, a tratar a economia de uma maneira dual e estática, considerando o setor formal completamente independente do informal, sendo este último, tratado como um resíduo do primeiro. Neste contexto, o trabalho informal era relacionado somente com os segmentos mais pobres e atrasados da população ocupada, além de não se levar em conta a relação destes trabalhadores com os meios de produção, ou seja, não atentando às formas de inserção dos trabalhadores na produção nem às formas de organização do estabelecimento produtivo. Deste modo, estes

estudos não conseguiam superar os supostos das teorias do subdesenvolvimento e acabavam por concluir sempre que o desenvolvimento e o crescimento econômico levariam a ao desaparecimento das atividades informais (CARVALHO, 1978; SOUZA, 1978; OLIVEIRA, 1972; CACCIAMALI, 2000).

Disto decorre que estas teorias acabam não conseguindo oferecer uma explicação adequada dos fenômenos com os quais se ocupam pois apreendem o funcionamento do mercado de trabalho urbano separadamente das condições de funcionamento da economia como um todo (FARIA, 1974; CARVALHO; SOUZA, 1978).

Neste sentido é que autores como Oliveira, Carvalho, Souza, Singer, Machado da Silva, entre outros, insistem que estas teorias não conseguem superar uma interpretação dualista da realidade por entenderem que os setores formal e informal são determinados por fatores de natureza distintas. De um lado, o setor formal estaria condicionado pela lógica da maximização dos lucros, ou seja, tem como elemento estruturador a acumulação capitalista. Por outro lado, o setor informal teria como elemento desencadeador de seu surgimento e expansão a dinâmica demográfica, ou seja, o crescimento vegetativo das populações das cidades, bem como, as migrações rural-urbanas eram tomadas como a principal causa da expansão rápida da oferta de trabalho nos centros urbanos, provocando um “inchaço” nestes centros e levando à formação de um setor terciário completamente descapitalizado.

Ao supor a autonomia dos setores formal e informal, as teorias dualistas não conseguem considerar que estes dois segmentos, mesmo possuindo características diferenciais acentuadas, são estruturados essencialmente pelo mesmo processo, qual seja, a expansão do capitalismo por todas as partes do planeta. Assim, conforme aponta Oliveira (1972), todo

processo de rápida industrialização, bem como a formação dos excedentes de mão-de-obra que o acompanha, ocorridos em países como o Brasil, dizem respeito às exigências do próprio processo de acumulação do capital de acordo com a forma que esta acumulação se estrutura a partir das condições históricas singulares de cada país. Onde quer que o capitalismo chegue, ele reduz e transforma os processos e relações humanas encontrados, em meios de acumular e reproduzir o capital. No entanto, ao se analisar o ingresso de países como o Brasil na era do capitalismo industrial, deve-se levar em conta o legado colonial, escravocrata e agro-exportador, bem como as relações de poder e interesses de classe que estão em jogo, pois estes, acabam se constituindo em fatores decisivos para condicionar as formas que este processo de produção e reprodução da acumulação de capital vai assumir nestes países. Assim Singer (1977), em citação também lembrada por Carvalho e Souza (1978), ilustra este processo:

Tanto progresso quanto miséria são produtos do mesmo processo, que consiste na penetração e expansão do capitalismo num meio em que predominavam outros modos de produção. Este é um processo de transformação estrutural, que se desenrola ao longo do tempo. O capital penetra em determinados ramos de atividade, em que possui maiores vantagens em relação ao modo de produção pré-existente, revolucionando os métodos de produção e introduzindo outras relações de produção. Ou então, ele surge mediante a implantação de atividades novas, que só ele é capaz de suscitar. De todos os modos, o restante da economia não é imediatamente afetado, permanecendo com sua estrutura anterior. Cria-se, então, um interrelacionamento dinâmico entre a economia capitalista e os outros modos de produção, que são postos, por assim dizer a serviço do capital. Alguns se transformam em suporte financeiro do modo de produção capitalista, outros, em reservatórios de mão-de-obra e outros ainda em provedores de bens ou serviços complementares a produção capitalista.

A realidade dos países considerados de industrialização tardia era, portanto, a existência de outros modos de produção não tipicamente capitalistas⁵, semelhante aos que são denominados atualmente de informais, nos períodos anteriores à sua industrialização. Quando a

⁵ Vale lembrar que o modelo colonial agro-exportador presente nestes países deve ser entendido como parte do sistema mais global de acumulação do capital. Deve-se também destacar que, mesmo as atividades que não se organizavam pela típica relação capital trabalho que define uma relação capitalista e que se faziam presente nas economias destes países antes de seus processos de industrialização, mesmo não sendo classificadas como tipicamente capitalistas, podem ser entendidas como servindo ao capital se forem analisadas sob um âmbito mais geral da acumulação global do capitalismo.

industrialização começa a se processar nestes países, o capitalismo penetra em áreas onde existiam os modos de produção não tipicamente capitalistas, verificando-se uma destruição e/ou reorganização destas atividades “pré-capitalistas”, ao mesmo tempo em que começa a se estruturar um setor capitalista industrial. Este último acaba assumindo o comando global da economia, subordinando todos os demais setores às suas exigências de expansão, ou seja, à lógica de acumulação do capital (CARVALHO; SOUZA, 1978). Francisco de Oliveira (1978), tomando o processo de industrialização no Brasil, como exemplo de análise para os processos de industrialização dos países subdesenvolvidos afirma que:

...a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução de relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para fins de expansão do próprio novo. (Oliveira, 1972, p.32).

Assim, deve-se entender o processo de formação de excedentes de trabalhadores que acabam se constituindo como trabalhadores informais a partir da própria lógica de acumulação do capital, ao invés de tentar buscar explicações para a formação deste excedente no crescimento vegetativo ou nas migrações campo-cidade. Muitos estudos demográficos da época (SINGER, 1973; SOUZA, 1977; JAMBEIRO, 1977) buscam relativizar e desmistificar o peso dado aos processos migratórios do campo para a cidade na formação desta mão de obra urbana. É o próprio avanço das forças produtivas, no capitalismo, que gera uma elevação da produtividade, com conseqüente liberação da mão de obra. A liberação desta mão de obra pode se dar pela introdução de tecnologias mais intensivas em capital, o que pode levar, indiretamente, à destruição de sistemas produtivos concorrentes que podem se tornar obsoletos desempregando os trabalhadores destes sistemas, ou principalmente, leva a uma liberação da mão de obra mais direta com o aumento de produtividade e conseqüente exploração de mais trabalho de um número menor de trabalhadores.

De acordo com Francisco de Oliveira, portanto, não se pode atribuir ao movimento das taxas demográficas a produção de excedentes de trabalhadores na economia dos países marcados pela informalidade, muito menos se pode considerar que o rápido crescimento urbano nestes países decorre de um inchaço do setor terciário ou setor de serviços. O setor de serviços que se forma nestes países, marcados majoritariamente por relações informais de trabalho tem seu tamanho, forma e características estreitamente ligadas ao tipo de acumulação do capital que se forma de acordo com as singularidades históricas de cada nação. Normalmente se verifica que, nestes países, o acelerado crescimento industrial exigiu das cidades – sedes do ciclo de expansão industrial – infra-estrutura e requerimentos em serviços, que estas cidades não estavam em condições de atender. Forjou-se, então um setor de serviços a partir de níveis baixíssimos de capitalização para que este não concorresse com a indústria pelos escassos fundos destinados ao processo de acumulação de capital. O setor de serviços que se forma, sustentado basicamente em relações informais de produção, não se contrapõe, nem concorre com o setor industrial, ao contrário, contribui com o processo de reprodução do capital, atuando, de um lado como exercito industrial de reserva e de outro, como escoador de mercadorias da indústria, a partir da comercialização de produtos pelos vendedores ambulantes, ou até mesmo pela prestação de serviços, como manutenção e consertos de carros e eletrodomésticos, o que faz destes camelôs, mecânicos e técnicos em geral, funcionários indiretos do capital, produtores de mais valia, portanto (Oliveira, 1972).

A partir deste conjunto de críticas estes diversos autores constroem um enfoque que trata a informalidade rompendo com a visão dual e estática da economia, propondo que são os próprios movimentos e a dinâmica da lógica das atividades capitalistas que, além de produzir e reproduzir as condições de existência e reprodução de atividades formais, propiciam o

surgimento, produção e reprodução de espaços produtivos que podem ser ocupados e explorados por atividades não capitalistas, ou seja, pequenos produtores e trabalhadores por conta própria.

Estas análises continuam tratando conceitualmente a realidade a partir de setores diferenciados, isto decorre do fato de estarem levando em consideração a natureza distinta da organização da produção de cada atividade, no entanto, os setores formais e informais são tratados essencialmente como partes interdependentes do processo de acumulação do capital. Assim pode-se verificar uma maior preocupação em delimitar o que é a informalidade a partir da definição da relação dos trabalhadores com os meios e instrumentos de produção. Com isso, *o setor informal passa a ser aquele constituído pelas atividades em que o produtor direto dos bens e/ou serviços é o possuidor dos meios de trabalho, podendo trabalhar sozinho ou com a ajuda de familiares ou outros.* O setor informal é representado, portanto, por atividades cuja organização não condiz com a de uma atividade capitalista típica, mas que, dentro de um modelo de produção capitalista, têm uma relação intersticial e subordinada ao o setor formal. Vale ressaltar que é comum se usar o termo *formas não tipicamente capitalistas de organização do trabalho* para se definir algumas relações informais de trabalho, como o trabalho autônomo, por exemplo. Isto se dá pelo fato de não se verificar nesta atividade a relação direta de venda e compra da força de trabalho, além do mais, o vendedor ambulante é dono dos instrumentos e produtos de trabalho colocados á venda, o que o diferencia do proletário descrito por Marx. Há aí uma questão meramente terminológica, o que não significa dizer que este trabalhador ambulante não trabalha para o capital, ao contrário, admite-se que ele serve ao Capital como Exército de Reserva e como produtor indireto de mais valia indireta.

A. 1- Os conceitos de economia submersa, nova informalidade e trabalho não fordista:

No final dos anos 70, com a crise do padrão fordista e a implementação do processo de reestruturação produtiva, num quadro de desaceleração das economias, altas taxas de desemprego, aumento da inflação etc. há toda uma desestruturação das relações de trabalho que predominavam até então, levando a uma nova configuração dos mercados de trabalho, o que leva especialistas nos estudos sobre o trabalho a desenvolver novos modelos de análise para dar conta das transformações ocorridas. Assim surge, também, a necessidade de se cunhar novos conceitos para dar conta do fenômeno da informalidade que também embarcava na onda de mudanças e instabilidade trazida pelo capitalismo flexível. Como dar conta das novas formas de (des)organização do trabalho, o conceito de informalidade ou a divisão da economia em setores distintos parece já não mais dar conta da nova realidade segundo apontam diversos autores mergulhados nesta temática (Cacciamali, Filgueiras, Druck, Borges e Franco, Machado da Silva)⁶.

De um modo geral todas estas análises acabam tomando como parâmetro os avanços que os debates ocorridos nos anos 70 proporcionaram, principalmente em se tratando da superação da abordagem dualista com relação à estruturação dos mercados de trabalho. Sendo assim, as novas análises setoriais, por exemplo, seguem aqueles parâmetros de classificação dos setores formal e informal baseados na crítica que os “clássicos” dos anos 70 fizeram às abordagens

⁶ Nos últimos anos, portanto, diversos autores da Sociologia e da Economia do Trabalho têm feito um esforço para esclarecer teórica e empiricamente este fenômeno. Em recente trabalho, Alves apresenta uma revisão teórica onde diversos autores preocupados com esta temática da informalidade (Fagundes, 1992; Paiva *et al*, 1997; Malaguti, 2000; Martins & Dombrowski, 2000; Bagnasco, 1987; Cacciamali, 1991 e 2000 etc) tentam lançar uma luz sobre o debate atual apontando as várias formas de conceituação da informalidade, passando pela **análise setorial do mercado de trabalho**, pelo conceito de *economia submersa* e, por último, optam por uma conceituação que garanta *a união ou complementação dos dois conceitos anteriores* para tentar dar conta das transformações ocorridas no mercado de trabalho. Apontam no mesmo caminho autores como Filgueiras, Druck e Amaral (2004), Druck (2000) Borges e Franco (1999).

dualistas, ou sejam, compreendem a estrutura econômica a partir de dois setores distintos, mas completamente interdependentes e subordinados à lógica mais geral da acumulação capitalista.

Cabe ressaltar que as transformações ocorridas nos contratos de trabalho, através do processo de reestruturação produtiva acabou levando à uma necessidade de reformulação das análises sobre o mercado de trabalho, já que os estudos por setor acabavam não dando conta da apreensão de alguns fenômenos como a terceirização, a subcontratação, estagiarização entre outros. Novos termos foram cunhados e novas formas de agregação de ocupações foram desenvolvidas por estudiosos, sociólogos, economistas e estatísticos para tentar dar conta das novas formas de organização dos mercados de trabalho. O primeiro conceito a ser analisado será, então o de **economia submersa**.

- Economia submersa

A partir dos anos 70, com a crise do Fordismo e do Estado de Bem Estar Social, bem como o seu enfrentamento com a implementação dos processos de reestruturação produtiva e aplicação das políticas neoliberais, pôde se observar uma adoção aberta da implementação de atividades não regulamentadas pela legislação vigente nestes países. Cresce com isso o número de trabalhadores socialmente desprotegidos.

Nasce assim, um conceito de informalidade baseado na idéia de ilegalidade, ou seja, associado a diversas atividades que desrespeitam regras e normas de todo tipo, como a própria legislação trabalhista, pagamento de tributos e impostos, encargos trabalhistas etc. e que são, de alguma maneira, aceitas socialmente (Druck, 2000). O que passa a ***definir a informalidade sob este conceito é situação de ilegalidade***, sendo assim, o trabalhador informal não é

somente e necessariamente o trabalhador autônomo sem registro, possuidor dos meios de trabalho e que pode ser auxiliado por familiares ou outros ajudantes, *para ser trabalhador informal, basta ser ilegal, não regulado*. Com isso, o assalariado também “vira” informal, basta estar em situação ilegal, subcontratado, sem carteira assinada. Nesta conceituação não é possível nem mesmo distinguir/separar setores na economia. O trabalhador informal estaria, como um assalariado sem carteira assinada, presente, tanto no setor tido como tipicamente formal (uma grande empresa capitalista), como em atividades e empresas não registradas, se inserindo, então, na estrutura produtiva, através do mercado de trabalho e do mercado de produtos, por isso, portanto, a dificuldade de se operar com a análise que parta de setores distintos da economia.

- A nova informalidade:

Uma outra nomenclatura que surge para tentar dar conta das transformações ocorridas no mundo do trabalho é o conceito de “nova informalidade”. Segundo Filgueiras (2000), nos países subdesenvolvidos, o fato de um Estado de Bem Estar Social e um sistema de produção fordista não terem se constituído plenamente, a presença da informalidade, qualquer que seja o conceito, sempre foi real, mas que, a partir dos anos noventa, com a aplicação dos programas de liberalização econômica e implementação do processo de reestruturação produtiva, observou-se uma ampliação da informalidade, decorrente da transferência de trabalhadores inseridos nas atividades formais para as atividades informais. Isso deu origem ao que se tem denominado de *nova informalidade*.

Segundo Druck (2000) a nova informalidade, fruto direto do processo de reestruturação produtiva pode se apresentar, do ponto de vista da estrutura econômica como um conjunto de

“novas formas de atividades informais” ou como uma destruição, redefinição e reprodução de velhas/tradicionais atividades. Ainda segundo Druck (2000), do ponto de vista dos sujeitos esta nova informalidade pode ser identificada por um conjunto de novos trabalhadores portadores de alguma experiência acumulada em atividades formais e que vem se inserindo tanto nas velhas quanto nas novas atividades.

- Trabalho não fordista:

Continuando a tomar como referência o processo de acumulação global do Capitalismo em nível mundial, analisando suas transformações, crises e reestruturações, interpretando seus efeitos sobre as formas de organização da produção, do trabalho assalariado e tantas outras formas de inserção dos homens nas estruturas e dinâmicas produtivas, diversos autores entendem que conceitos como setor informal ou economia submersa não são adequados, sozinhos, para uma análise mais profunda e precisa da realidade social produzida pelas práticas de sobrevivência e reprodução impostas pelo Capitalismo mundial em sua fase flexível. Deve-se buscar complementá-los a partir de uma junção entre ambos os conceitos.

Uma destas tentativas de junção destes conceitos é a abordagem proposta por Cacciamali que busca tratar a informalidade nos dias atuais como um processo. Conforme Cacciamali aponta, pressupõe-se que a configuração da estrutura produtiva, dos mercados de trabalho e da informalidade são frutos de quatro elementos: os processos de reestruturação produtiva; a internacionalização e expansão dos mercados financeiros; o aprofundamento da internacionalização e a maior abertura comercial das economias; e a desregulamentação dos mercados. Assim para a autora estes quatro processos levam a uma aproximação daquelas atividades tipicamente formais às condições de insegurança, instabilidade e precariedade das

atividades informais, este processo Cacciamali (2000) denomina de “processo de informalidade”. Não há, neste sentido, a divisão deste fenômeno em setores distintos, o termo informal, portanto, refere-se “à análise de um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições”(Cacciamali, 2000).

Mudanças político-econômicas estruturais, como o processo de reestruturação produtiva levam a uma reconfiguração do modo de exploração do trabalho pelo capital, provocando uma redefinição de processos de gestão de empresas, provocando um enxugamento de quadros, e todo um conjunto de práticas para a redução de custos e diminuição de encargos trabalhistas etc. (demissões, terceirização, subcontratação, estagiarização). Todas estas mudanças têm um impacto violento sobre o mercado de trabalho como um todo fazendo surgir aquilo que Cacciamali chama de processo de informalidade. A autora conclui:

Assim, no momento contemporâneo, tendo em vista as transformações estruturais na produção e nas instituições que estão se manifestando no âmbito global, nas regiões e localidades, o Processo de Informalidade deve ser associado às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reformatação das economias mundial, nacional e locais. Essas formas, sejam elas novas, recriadas ou ampliadas, devem ser tipificadas, de tal forma a constituírem em si mesmas categorias de análise, embora o exame sobre seu comportamento e evolução deva ser sempre referenciado ao processo de desenvolvimento econômico, social e político em andamento.” (Cacciamali, 2000)

Formas tradicionais de trabalhos informais são mantidas, produzidas, reproduzidas e alimentadas, ao lado do surgimento de um conjunto de novas atividades também informais, precarizadas, não só nas ruas, mas também dentro das pequenas e grandes indústrias, lugar por excelência do chamado trabalho formal com carteira assinada e garantias sociais.

Filgueiras, Druck e Amaral (2004) também entendem que se pode considerar a informalidade a partir da junção dos dois conceitos apresentados anteriormente, setor informal e economia submersa. Assim, como na análise de Cacciamali, pode-se juntar numa só categoria de análise os critérios da ilegalidade das atividades e da relação dos produtores com os instrumentos e meios de produção para se definir o que é informalidade. Neste caso, **seriam informais “tanto as atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas, sejam elas legais ou ilegais, quanto as relações de trabalho não registradas, mesmo que tipicamente capitalistas (assalariados sem carteira assinada)”** (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004). Os autores concluem que, desta forma, **a informalidade se identifica com todas as formas de relações de trabalho não fordistas**. As atividades formais seriam, portanto, aquelas tipicamente fordistas, ou seja, aquelas onde existe o assalariamento regulamentado.

Tanto na noção de *processo de informalidade* como na de *trabalhadores não fordistas*, a utilização da idéia de um setor informal também não faz sentido, já que, os trabalhadores estão inseridos no aparelho produtivo tanto nos mercados de bens de serviços e produtos, como no mercado de trabalho. Isto acontece porque o foco do estudo nestas conceituações é sobre o Trabalho e os trabalhadores, ou seja, sobre a atividade e não sobre a dinâmica econômica.

Para Machado da Silva (2002), todas estas formulações que ainda são utilizadas a respeito do conceito de informalidade, para analisar as transformações ocorridas nas relações de trabalho nas últimas décadas, pecam por tratar a informalidade como sinônimo de flexibilização. Na verdade, para o autor o problema está no conceito de informalidade que acabou perdendo

força semântica e capacidade explicativa. Com as diversas transformações do mundo do trabalho o conceito de informalidade vem sendo, ou foi, substituído pelo par conceitual empregabilidade/empreendedorismo, o que para o autor é um problema, já que o cunho crítico que estava presente no desenvolvimento da noção de informalidade adquire um sentido oposto ao ser substituído pelo par empregabilidade/empreendedorismo, que surge como um “mecanismo de convencimento ideológico (ou, se preferir, um termo mais agressivo, de domesticação) que se encaminha no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança, que pareciam em vias de eliminação durante ‘os trinta anos gloriosos’” (Machado da Silva, 2002, p.101). Segundo o autor este par conceitual faz parte da tarefa de criação de uma nova ideologia, capaz de garantir a adesão e o consentimento dos trabalhadores aos novos modos de exploração do trabalho no capitalismo flexível, que se baseia na substituição da noção de carreira pela venda ou aluguel da força de trabalho em um conjunto de atividades instáveis e precárias, através da demonstração pública da competência e capacidade individual do trabalhador de ser empresário dele mesmo (Machado da Silva, 2002; Barreto, 2003).

Mesmo concordando e incorporando a crítica que Machado da Silva faz ao par conceitual empreendedorismo/empregabilidade, bem como entendendo a gravidade das conseqüências da substituição do conceito de informalidade pelo novo aparato conceitual das escolas de administração⁷, acredita-se que talvez falte, ao autor, entender que as relações entre os conceitos de flexibilização e informalidade, encontradas na literatura atual sobre o tema, formulam que o que se tem classificado há décadas como trabalhador informal aparece, na era do capitalismo flexível, como um fenômeno de extremo interesse para a reprodução do sistema. O trabalhador informal de hoje, esteja ele na rua, ou dentro da fábrica é o trabalhador

⁷ Os conceitos de empregabilidade e empreendedorismo, muito antes de serem usados nos estudos das ciências sociais sobre o mercado de trabalho, já vinham sendo usados em larga escala das bibliografias dos cursos de administração.

flexível, por excelência (Barreto, 2003; Jacob Lima e Soares, 2002), ou como formulam Oliveira (2002) e Druck (2000), o par empregabilidade/empreendedorismo é algo que, desde sempre, faz parte da realidade dos camelôs e vendedores ambulantes em sua luta diária para garantir sua sobrevivência exercendo suas atividades como empresários de si mesmos.

As diversas tentativas dos vários especialistas sobre mercado de trabalho em tentar dar conta das transformações atuais do mundo do trabalho, seja cunhando novos termos, seja reformulando antigos, ou propondo novos modelos de agregação dos bancos de dados das estatísticas sobre o mercado de trabalho refletem a complexidade da situação descrita por Machado da Silva e a dificuldade da ciência em dar conta da realidade das relações sociais. No entanto, com já foi dito anteriormente, a falha explicativa do termo informalidade não invalida os modelos explicativos que entendem a formação dos mercados de trabalho a partir das exigências da acumulação do capital.

Sendo assim, este estudo se propõe a uma reformulação conceitual de informalidade, tomando como referência o fato de que as diversas transformações ocorridas no mercado de trabalho, com o surgimento de novas e a reprodução de antigas e precárias relações de trabalho, atendem às exigências da expansão da acumulação capitalista em sua forma flexível. Neste sentido, tomando como ponto de partida o fato de que a noção de trabalho formal nesta pesquisa está diretamente ligada ao conceito de emprego e o emprego aqui considerado é o emprego fordista, **serão considerados trabalhadores informais, todos aqueles trabalhadores que estiverem exercendo alguma atividade que não está sob um contrato de trabalho nos moldes de um contrato fordista.**

Vale ressaltar que, sob esta perspectiva, a informalidade ou todo conjunto de atividades consideradas como informais, mesmo aquelas consideradas como possuidoras de características não capitalistas, estão subordinadas à lógica do capital, seja sob a forma de conservação e/ou ampliação de um exército industrial de reserva, seja pelo o fato de que o escoamento das mercadorias e serviços destas atividades informais está intimamente subordinado à capacidade de compra de uma população assalariada, ou ainda, deve-se levar em conta que o trabalhador informal, muitas vezes, atua como escoador das mercadorias produzidas pelos setores industriais de ponta. Assim, a informalidade, o mercado informal está subordinado à lógica da acumulação capitalista por três vias complementares: primeiro, alimentando o capital através da sua existência enquanto exército de reserva, participando ativamente da reprodução da força de trabalho disponível; segundo, atuando como mão de obra, já que, o trabalhador informal pode atuar como funcionário indireto do capital, possibilitando a exploração indireta de mais-valia e; terceiro, sendo alimentado pelo capital, já que, são as pessoas diretamente exploradas pelo capital, os assalariados, que consomem as mercadorias e serviços produzidos pelo mercado informal, possibilitando, desta forma, o escoamento e circulação das mercadorias.

O trabalho informal desponta, então como uma forma de ocupação que se adequa perfeitamente às exigências e necessidades do capitalismo flexível. No entanto, uma coisa deve ficar clara, trabalho informal é ocupação, mas não é emprego, pelo menos quando se toma como referência o conceito de emprego proposto neste estudo, o emprego fordista. Mesmo em situações como o subemprego, terceirização, estagiarização, ou quando se trata de trabalhadores cooperativados, não se configura, segundo a conceituação proposta aqui, uma relação de emprego. Isso porque se acredita que estas práticas de contrato e organização do trabalho que têm se tornado cada vez mais comuns no capitalismo flexível, fazem parte de um

conjunto de medidas adotadas pelo Capital para desregulamentar os contratos de trabalho, deixando os trabalhadores mais vulneráveis à exploração do Capital sobre o trabalho, enfim, são medidas que se propõem, se não dizimar, reduzir a preponderância que o emprego, enquanto símbolo de conquistas dos trabalhadores, ainda tem nesta sociedade.

1.3 - Os “SEM EMPREGO”

Diante do exposto é que se propõe, neste estudo, a criação de uma nova categoria que possa dar conta deste conjunto de trabalhadores que se encontram em uma condição específica no Mercado de Trabalho, a condição de não ter um emprego.

Como foi demonstrado, os conceitos de trabalho informal e de desemprego acabam não sendo suficientemente eficazes para uma compreensão do seu verdadeiro papel na reprodução do capitalismo flexível, caso se insista em tratá-los de forma dissociada. A categoria desemprego não dá conta efetivamente daqueles trabalhadores que não têm emprego, mas sim daqueles trabalhadores que, atualmente, não têm ocupação. Como os trabalhadores informais são contados como ocupados, eles acabam não entrando nas estatísticas do desemprego - salvo raras exceções no caso do desemprego oculto por trabalho precário – mesmo não estando, também em uma relação de emprego. A categoria desemprego, portanto, não é a negação do emprego, mas a negação da ocupação.

Assim, no intuito de tentar superar estas dificuldades é que se propõe aqui a criação do conceito de “**os sem emprego**”. Não se trata, neste sentido de abandonar as categorias largamente utilizadas pelos órgãos oficiais, mas sim, partir delas para construir, das

possibilidades de agregação e desagregação para construir o recorte empírico para dar conta das pessoas que serão identificadas pelo conceito de “sem emprego”. **Os sem emprego, portanto, são todos os trabalhadores que não tem um contrato de trabalho por tempo indeterminado, nem um salário fixo, nem direitos e benefícios garantidos por lei. Ou seja, se usarmos as denominações da literatura são todos aqueles que se encontram na situação de desemprego e/ou exercendo uma atividade informal.**

A categoria sem emprego é fundamental para mostrar que o fato de estar sem emprego não significa estar sem trabalho e não significa também que o Capital não está explorando o trabalho. Estar sem emprego é não estar inserido em uma relação de contrato de emprego, mas não significa, necessariamente, não exercer trabalho. O trabalho, mesmo entre os sem emprego, é central, portanto. Se há trabalho, o Capital encontra, então, formas de submeter o trabalho do sem emprego ao seu jugo. O sem emprego na condição de trabalhador informal, trabalha para o Capital pressionando o mercado de trabalho formal, fazendo circular a mercadoria, produzindo mais-valia indireta, estabelecendo trocas com o setor formal, enquanto o sem emprego na condição de desempregado, trabalha para o Capital, também pressionando o mercado de trabalho como um fantasma indesejado, trocando posições com os informais e empregados, no fim, ambos atuam como agentes do capital, pois sua existência atua como uma função política de fragmentar e enfraquecer a classe trabalhadora, assim, ambos realizam, para o Capital, trabalho não pago ao atuarem como instrumentos ativos de produção e reprodução do processo de precarização das relações de trabalho, o que tem ampliado consideravelmente a superexploração do trabalho no capitalismo flexível.

Para uma melhor compreensão do que foi afirmado acima, da funcionalidade dos “sem emprego” para reprodução do capital, é necessário retomar uma categoria apresentada por

Marx, a de Exército Industrial de Reserva, como conceito básico a partir do qual pode-se explicar o sentido e a relação entre trabalhadores informais e desempregados.

1.4 - O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA.

O retorno à obra de Marx faz-se necessário e imprescindível, já que, se acredita que nela estão os argumentos mais claros e contundentes para se compreender a relação entre informalidade e desemprego e entre estas duas categorias e a lógica de acumulação do Capital. Marx torna possível a compreensão de como o capitalismo cria e recria as condições de existência e reprodução do desemprego e da informalidade e o que se verificará é que a mesma tendência do Capital em produzir os desempregados, produz também, na mesma medida os chamados trabalhadores informais.

Ao demonstrar a lei geral da acumulação capitalista, Marx examina qual a influência que o aumento do Capital tem sobre a sorte da classe trabalhadora. Assim, o autor mostra como através de suas próprias mãos, os trabalhadores, ao propiciarem a acumulação do Capital, produzem a sua subsunção ou submissão completa ao sistema capitalista, estando ou não este trabalhador dentro de uma fábrica.⁸

⁸ “Na religião, o ser humano é dominado por criações de seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjugado pelo produto de suas próprias mãos”(Marx, 2001,p.724).

Segundo existem dois níveis de subsunção do trabalho, uma formal e outra real. A primeira - a subsunção formal - é característica do período em que os processos de produção do capital se apropriam da forma social do trabalho da manufatura. A segunda, a subsunção real ocorre quando as máquinas são introduzidas no processo de produção possibilitando o desenvolvimento da grande indústria.

A subsunção dos processos de trabalho e do trabalhador ao capital se originou a partir de uma forma de organização do trabalho preexistente, na qual, através de um processo histórico, operou-se uma expropriação material e simbólica dos produtores independentes, transformando-os em trabalhadores assalariados.

Segundo Marx, o trabalho só deixa de ser artesanal passando a ser formalmente subsumido na medida em que o capitalista individual consegue ampliar grandemente o volume de capital empregado, aumentando com isso a quantidade de operários, possibilitando a realização daquilo que Marx chama de “força coletiva”, desindividualizando o trabalho e ampliando a eficácia da extração da mais valia.

Neste momento, a subsunção é formal porque, embora o trabalhador esteja submetido à obrigação de vender seu trabalho ao capitalista, no âmbito da produção, no momento mesmo da realização do trabalho pode-se observar que, na manufatura, o ritmo e intensidade do trabalho ainda são fundamentalmente determinados pela capacidade e habilidade físicas do trabalhador. O Capital, para se expandir é ainda barrado pelo homem.

A subsunção real, no entanto, é para Marx a realização da lógica capitalista em sua plenitude. Com a introdução da maquinaria na produção nasce a grande indústria capitalista.

Diferentemente da manufatura, a produtividade e, portanto, o ritmo da produção não dependem mais somente das habilidades e capacidades físicas dos homens, mas sim do ritmo e da longevidade da máquina. O homem passa a ser somente um apêndice da máquina na produção. Não é mais o trabalhador que se utiliza dos meios de produção, mas os meios de produção que se utilizam do trabalhador. A introdução da maquinaria inaugura uma fase no modo de produção capitalista em que não só o trabalhador, dentro da fábrica se submete ao Capital, mas também a sua família. São dadas, portanto, as condições para que todo ser humano seja escravo e dependente do capital, fazendo do trabalho, produtor e reproduzidor de mais-valia uma condição central na vida para todos aqueles que vivem do trabalho.

Pode-se dizer que subsunção do trabalho ao capital é o processo através do qual as forças produtivas se desenvolvem a ponto de produzir condições objetivas nas quais o trabalho dos homens é reduzido a uma única condição de existência; se submeter ao processo de produção da mais valia, isto é, se submeter ao processo de produção e reprodução do Capital.

O que se pode observar através do conceito de subsunção real é que as forças produtivas sociais do trabalho se desenvolvem possibilitando a aplicação da ciência e da maquinaria para a produção imediata e em larga escala de mais mercadorias com um mínimo de trabalho possível. A redução da quantidade de trabalho necessário provoca uma redução relativa na necessidade de trabalhadores, possibilitando a formação de um excedente de pessoas prontas para o trabalho.

Mas como se dá a produção deste excedente de mão-de-obra? Segundo Marx a resposta está na própria forma como os homens, ao produzirem e reproduzirem a lógica e o modo de produção capitalista, produzem também as amarras que os prendem à história. Dois fatores

devem ser estudados para a compreensão desta lógica: a composição do Capital e as modificações que ele enfrenta ao longo do processo da acumulação.

Mas de que é composto o Capital? Nas palavras do próprio Marx:

A composição do capital tem de ser apreciada sob dois aspectos. Do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que **o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho**, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, **todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva**; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. Chamo a primeira composição de composição segundo o valor, e a segunda, de composição técnica.” (MARX, 2001, p.715; grifos meus)

O autor aponta ainda que há estreita relação entre as duas composições. A composição segundo o valor é determinada pela composição técnica e reflete as modificações desta.

Marx afirma que um acréscimo no capital implica, também, um acréscimo na sua parte variável, ou seja, parte da mais-valia que é aplicada (transformada) em mais capital, tem sempre de se transformar especificamente em capital variável, ou seja, em um fundo sempre adicional de trabalho. Supondo-se que não se modifique a composição do capital, supondo-se que uma determinada massa dos meios de produção exijam sempre a mesma quantidade de força de trabalho, se o capital é ampliado, sua parte constante aumenta, a procura por trabalho aumenta na mesma proporção do crescimento do capital. A expansão de capital implica a expansão do proletariado ou nas palavras do próprio Marx (2001,p.717), “*Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado.*” O trabalhador produz a mais valia que é convertida em mais capital, que é convertido em mais trabalhadores, assim ao trabalhar para o capitalismo o homem produz mais trabalhadores prontos a servir ao capital, ou seja, mais proletários.

A produção da mais valia é a intenção e a lei última do modo de produção capitalista. Ao comprar a força de trabalho, o capitalista quer aumentar o seu capital, utilizando uma mercadoria (força de trabalho), capaz de produzir mercadorias que contêm em si, mais trabalho do que aquele que foi pago pelo capitalista. Com isso, uma determinada força de trabalho só interessa ao capitalista quando conserva os meios de trabalho convertendo-os em capital, quando produz o seu próprio valor em forma de capital, e além disso, produz com uma parte de trabalho não pago, um determinado capital adicional (MARX, 2001).

Mas se o objetivo do capitalista é aumentar a exploração da mais-valia para ampliar a sua acumulação de capital, ele precisa, ao incorporar mais trabalhadores para colocar em funcionamento mais meios de produção, reduzir o salário destes trabalhadores, aumentando a quantidade de trabalho não pago fornecida por eles. Assim conclui Marx (2001,p.723-724): “a relação entre capital, acumulação e salários é apenas a relação entre trabalho gratuito que se transforma em capital e o trabalho necessário para por em movimento este capital... em última análise, é apenas a relação entre trabalho não-pago e trabalho pago da mesma população trabalhadora.”

O capitalista precisa de trabalho humano, pois somente o trabalho produz valor, somente o trabalho produz o capital que é o valor que se valoriza. Teoricamente, imagina-se que por ser tão procurada a força de trabalho seria uma mercadoria bastante cara, o que não seria bom para o capitalista, o qual, para garantir seu acúmulo de Capital teria que pagar salários altos para os trabalhadores.

Mas a natureza da acumulação capitalista exclui toda e qualquer diminuição do grau de exploração do trabalho ou elevação do seu preço que possa comprometer sua reprodução em

escala sempre ampliada. E como afirma Marx, é assim que tem que ser em um sistema em que o homem trabalha para servir às necessidades de expansão dos valores existentes e da riqueza acumulada e não para atender as necessidades do próprio homem.

Há um momento do crescimento da acumulação do capital em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho se torna fator imprescindível para a produção e reprodução do sistema, proporcionando a continuidade e crescimento da acumulação. O aumento na produtividade implica exatamente uma alteração na composição técnica do capital, que se supunha constante até então. Assim, segundo Marx:

O grau de produtividade no trabalho, numa determinada sociedade, se expressa pelo volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, num tempo dado, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho. A massa dos meios de produção que transforma aumenta com a produtividade do seu trabalho. (MARX, 2001,p.725)

Os meios de produção acabam desempenhando um duplo papel com relação à produtividade. A utilização e incremento de uns é consequência e, de outros, é condição do aumento da produtividade, ou seja, a incorporação de determinados instrumentos de trabalho se dá por causa de um aumento na produtividade ocorrido, entretanto há determinados instrumentos que, ao serem incorporados, provocam o aumento da produtividade.

Fato é que o aumento da produtividade implica em uma alteração na composição técnica do capital. Implica também num aumento do capital em geral, observando-se, no entanto, um maior crescimento da massa dos meios de produção em relação à quantidade de trabalho necessário para colocá-la em funcionamento. Observa-se portanto que o aumento da

produtividade reflete na composição orgânica do capital como uma redução da sua parte variável⁹ em relação à sua parte constante.

O aumento da produtividade significa, também, que uma quantidade muito maior de mercadorias é produzida por uma dada quantidade de força de trabalho numa quantidade de tempo muito menor. Isto provoca uma redução no valor da força de trabalho e, conseqüentemente uma redução nos salários. A conseqüência disto é que o capitalista pode ampliar a produção de mercadorias sem aumentar salários, aumentando a exploração da mais valia, ampliando, com isso, a acumulação de capital. A quantidade de trabalho não-pago cresce com relação a quantidade de trabalho pago, sem que, para isso seja necessário aumentar a jornada de trabalho ou necessariamente aumentar o número de trabalhadores. O mesmo número de trabalhadores produz mais em menos tempo, sobrando muito mais tempo na jornada de trabalho para a realização de trabalho não-pago.

Marx afirma que o desenvolvimento e crescimento da produtividade do trabalho coletivo só é possível com o desenvolvimento da cooperação em grande escala. Somente através desta forma de organização da produção é possível parcializar o trabalho, organizando sua divisão de maneira que cada trabalhador produza como uma única força coletiva de forma mais otimizada, economizando os meios de produção, forjando um instrumental de trabalho como sistemas de máquinas que possuem mais eficácia quando utilizados coletivamente, possibilitando, portanto, a transformação do processo de produção em uma aplicação lógica e tecnológica da ciência, proporcionando uma maior e mais eficaz exploração do trabalho humano em busca da ampliação da acumulação de capitais.

⁹ Nunca é demais lembrar que falar numa redução relativa do emprego da força de trabalho pelo capital, não significa que, em números absolutos, tenha diminuído a quantidade de força de trabalho utilizada pelo Capital. É óbvio que a quantidade de trabalhadores empregados na indústria do séc. XXI é muito maior que no séc. XIX, o capital, ao se expandir, sempre precisa de trabalho.

A lógica é a seguinte: acumular nada mais é do que ter cada vez mais capital para investir em mais capital. Ter certo grau de acumulação de capital é a condição de existência do modo de produção capitalista, assim, este modo de produção sempre vai se mover no intuito de garantir esta acumulação. A maneira de se ter capital é a extração cada vez maior de mais valia, a partir da exploração do trabalho. A mais valia extraída/produzida do trabalho humano é convertida em capital, este capital é convertido em meios de produção alterando a composição técnica do capital. A alteração da composição técnica, com redução cada vez maior da parte variável em relação à constante, leva a um aumento de produtividade, garantindo um aumento da exploração da mais valia, que por sua vez é revertida em mais capital, propiciando a acumulação. É um ciclo que reflete um movimento dialético em que a acumulação de capital desenvolve o modo de produção capitalista e o modo de produção capitalista desenvolve a acumulação, sendo que este movimento só pode ser realizado pelo trabalho dos trabalhadores, que produzem a própria jaula na qual vão se aprisionando.

Depois de seguir o caminho da concentração nas mãos de vários capitalistas individuais, o capital social tende a se centralizar, sendo acumulado nas mãos de um único capitalista. Esta centralização de capitais nas mãos de um único capitalista possibilita uma aceleração dos efeitos da acumulação, acelerando e aumentando as transformações na composição técnica do capital, aumentando a parte constante às custas da parte variável, ou seja, aumentando a produtividade, com um número relativamente menor de trabalhadores. O Capital continua necessitando incondicionalmente de trabalho humano, só que em quantidades relativas cada vez menores. Nas palavras do próprio Marx:

O capital adicional formado no curso da acumulação atrai, relativamente à sua grandeza, cada vez menos trabalhadores. E o velho capital periodicamente

reproduzido com nova composição repele, cada vez mais, trabalhadores que antes empregava.”(MARX, 2001,p.731)

A concentração e posteriormente a centralização do capital proporcionam uma reprodução mais eficiente do próprio sistema capitalista, ocasionando uma larga ampliação do capital global em geral. Bem, foi visto que o que determina a procura de trabalho não é a magnitude do capital global, mas sim o seu componente variável, que cai progressivamente com o aumento da produtividade e conseqüentemente com o aumento do capital global. O que deve ser entendido é que, com o aumento do capital global cresce também a força de trabalho que nele se incorpora, só que em proporções cada vez menores. As constantes alterações na composição técnica do capital, provocadas pelo próprio processo de acumulação e centralização provocam reduções aceleradas na sua parte variável, em relação à constante. Aparentemente, tem-se a impressão de que é a população absoluta de trabalhadores que cresce muito mais rápido do que as formas de ocupação desta população. A existência ou o aumento de uma mão-de-obra excedente não depende dos valores absolutos da população, mas sim dos movimentos da própria lógica da acumulação capitalista. O aumento do capital global faz com que o sistema necessite de mais trabalho mas sem contratar trabalhadores, assim são utilizadas tecnologias e métodos para incrementar a produtividade, liberando parte dos trabalhadores, diminuindo a necessidade destes com relação ao crescimento do capital. Assim afirma Karl Marx:

...a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. (MARX, 2001,p.733)

Na obra de Marx deve ser dada a atenção à capacidade humana, à prática humana, assim, quando o pensador alemão afirma “...a acumulação capitalista sempre produz...”, deve-se sempre estar atento que está se falando da ação humana dos trabalhadores e dos capitalistas.

Quem produz são os homens, quem produz as condições necessárias para que ocorra a acumulação capitalista é o ser humano, o trabalhador e o capitalista, o primeiro, que ao exercer sua atividade, produz sempre um valor excedente que é convertido em capital e reinvestido pelos segundos, os capitalistas, para possibilitar a acumulação. Então, é a própria população trabalhadora juntamente com os capitalistas que, ao produzir a acumulação do capital, desenvolvendo as forças produtivas, criam as condições que fazem dela mesma uma população supérflua. A produção de uma população excedente é, portanto, um produto necessário do desenvolvimento da riqueza do sistema capitalista.

O que é pior é que além de ser um produto do próprio sistema, esta população excedente passa a ser imprescindível para a sua sobrevivência, já que se constitui num “exército industrial” de reserva absolutamente disponível ao capital, proporcionando material humano sempre pronto para ser usado no sistema como uma função reguladora, como bem quer e entende, sem qualquer limite.

A existência deste excedente exerce forte pressão sobre os trabalhadores empregados e o capitalismo acirra esta pressão dividindo a classe trabalhadora em três blocos: empregados, parcialmente empregados e desempregados, sendo que os dois últimos fazem parte do chamado exército de reserva. Uma parte da classe trabalhadora é submetida a uma não inclusão forçada - parcial ou total - no sistema fabril, fruto da exploração excessiva da outra parte que produz para o enriquecimento dos capitalistas e, ao mesmo tempo, junto com os excedentes produz e reproduz esta fatídica condição de existência num ciclo cruel, vicioso e crescente.

É este conjunto de ativos excedentes que ao servir como concorrência, regulam os movimentos gerais dos salários e regulam também a oferta de emprego no mercado de trabalho. Se a acumulação do capital aumenta, aumenta a necessidade de trabalho, mas aumenta também a oferta de trabalhadores, já que o crescimento da acumulação possibilita liberação destes trabalhadores através da implementação de algum incremento tecnológico que possibilita a extração de mais trabalho de menos gente. Além disso, uma alta oferta de trabalhadores desempregados faz com que os empregados ofereçam mais trabalho, possibilitando ao capitalista a nada milagrosa multiplicação da força de trabalho nas fábricas sem a necessidade de se contratar um homem sequer, ou aumentar qualquer salário. A existência de um exército industrial de reserva torna completo o despotismo do capital sobre todos os trabalhadores.

Mas quem eram, empiricamente falando, os homens que faziam parte deste EIR? Segundo definição do próprio Marx, seriam todos aqueles trabalhadores que estivessem desempregados ou parcialmente empregados. Além destas formas principais que se produzem periodicamente, a superpopulação relativa assume, também, quatro formas distintas: **flutuante**, **latente** e **estagnada** e, “no mais profundo sedimento da superpopulação relativa”, o **pauperismo**.

A **superpopulação flutuante** diz respeito àqueles trabalhadores que estão na margem da situação de estarem empregados, nos períodos de demanda por força de trabalho são rapidamente absorvidos, mas o próprio movimento de revolução das forças produtivas trata de expulsá-los novamente, mantendo uma mão de obra de reserva flutuante sempre à postos. Tem-se a **superpopulação latente** quando a produção capitalista se apodera da agricultura, atingindo as populações rurais e conseqüentemente, reduz a procura pela força de trabalho

rural, fazendo com que parte da população se encontre sempre na iminência de se transferir para os centros urbanos engrossando as fileiras do proletariado fabril.

A terceira categoria, a **superpopulação estagnada** diz respeito àqueles trabalhadores que não são preferencialmente absorvidos, mesmo nos momentos de demanda por força de trabalho, e que, para sobreviver acabam optando por atividades totalmente irregulares. A superpopulação estagnada proporciona ao capital um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível, sua condição de vida encontra-se sempre abaixo do nível médio da classe trabalhadora como um todo sendo, por isso a base de ramos especiais de exploração do Capital. Ela se amplia e se perpetua na medida em que se desenvolvem as forças produtivas e passa a ser o componente de participação relativamente maior do EIR. Marx associa esta categoria aos trabalhadores artesanais que restam e aos trabalhadores a domicílio.

Por fim, no fundo do poço do capitalismo, os indigentes do **pauperismo** que se dividem em três grupos. Pondo-se de lado os vagabundos, os criminosos e as prostitutas esta categoria se divide, primeiramente, pelos indigentes aptos para trabalhar, em segundo, pelos órfãos e filhos de indigentes e, por fim, os degredados e desmoralizados, incapazes de trabalhar, que são aqueles que se acidentam no trabalho e ficam mutilados, os que sucumbem em virtude de sua incapacidade de adaptação à divisão do trabalho, os que ultrapassam a idade de aceitação no mercado, as viúvas etc.

Este conjunto de trabalhadores acaba tendo, para Marx, uma função decisiva na reprodução do sistema capitalista. Segundo Marx, o principal elemento de regulação social do capitalismo fundamenta-se na fragmentação da classe trabalhadora, ou seja, o sistema tem como seu principal mecanismo de produção e reprodução a competição, a concorrência e a disputa

implantada entre os próprios trabalhadores, enfraquecendo-os em seu poder de luta no confronto entre o capital e o trabalho. A existência de uma parte dos trabalhadores atuando como população excedente inscreve uma fronteira na classe trabalhadora, dividindo-a entre aqueles que estão inseridos de forma direta no processo de exploração do capital (os que estão na ativa) e os que não são diretamente exploradas na produção da mais valia.

Desta forma, a existência de um Exército Industrial de Reserva cumpre, para o Capital, uma função política decisiva, qual seja a de fragmentar a classe trabalhadora de forma que aquele trabalhador que “não está na ativa” não seja reconhecido pelo que “está na ativa” como trabalhador também, mas sim, como concorrente, como alguém que, a qualquer momento, pode tirar o seu lugar.

Além disso, O Exército Industrial de Reserva cumpre, para o capital o papel de regulador dos salários, já que a oferta sempre excedente de trabalhadores disponíveis faz cair o valor da força de trabalho, desta forma a expansão ou retração do excedente de trabalhadores acaba por regular o movimento geral dos salários.

Com isso, o Exército Industrial de Reserva contribui para a intensificação do trabalho, já que, os que estão na ativa se submetem às mais precárias condições para se manterem inseridos. Isto faz com que a massa dos que estão na reserva se amplie ainda mais. Tudo isso somado implica em uma fragmentação da classe trabalhadora, dificultando a sua capacidade de mobilização e ação coletiva. Nas palavras do próprio Marx:

“O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A virtude do trabalho excessivo da outra parte,

torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva, numa escala correspondente ao da acumulação. (MARX, 2001,p.740)

Marx aponta que, quanto maiores a riqueza social e o capital em função desta riqueza, a capacidade e força de crescimento deste capital, a magnitude do proletariado e a capacidade da força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. Como foi demonstrado, a força de trabalho disponível cresce pelas mesmas causas que crescem as forças de expansão do capital. A magnitude do exercito industrial de reserva cresce, portanto, junto com a riqueza. Graças ao progresso da produtividade do trabalho social, uma quantidade sempre crescente de meios de produção pôde ser utilizada com uma quantidade cada vez menor de trabalho, produzindo uma riqueza e um capital gigantescos nos últimos 100 anos, à custa de uma submissão completa dos trabalhadores a um modelo de produção onde o homem serve à coisa e não a coisa que serve ao homem. O homem produziu tanto, num espaço de tempo cada vez menor, com cada vez mais trabalho e cada vez menos homens, aumentando as forças produtivas do sistema, reduzindo os empregos, tornando mais precária a sua condição de vida e existência, e deixando esta forma de vida como legado e herança para toda uma geração de seus filhos e dos filhos de seus filhos. O produto do modo de produção capitalista para este início de milênio é uma mão de obra excedente gigantesca, que se “disfarça” de trabalhador precário, ilegal, subcontratado ou autônomo, que sob a alcunha de informal se lança sobre a sorte de condições de trabalho, as mais diversas, como única fonte de estratégias de sobrevivência, para não morrer de indigência ou sucumbir ao desemprego. Num dos mais belos trechos do Capital Marx assim resume a lógica deste sistema:

[...] dentro do sistema capitalista, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados à custa do trabalhador individual; todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo do seu trabalho, transformado

em tormento, tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho, na medida em que este se incorpora a ciência, como força independente, desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capitalismo. Mas todos os métodos para produzir mais-valia são, ao mesmo tempo, métodos de acumular e todo aumento da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Infere-se daí que, na medida em que se acumula o capital, tem de piorar a situação do trabalhador, suba ou desça sua remuneração. **A lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação acorrenta o trabalhador ao capital mais firmemente do que os grilhões de Vulcano acorrentavam Prometeu ao Cáucaso. Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital.** Acumulação de riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital. (MARX, 2001,p.749)

O trabalhador, assumindo hoje, cada vez mais majoritariamente a condição de informalidade e de desemprego, cumpre, portanto, para o sistema capitalista, as mesmas funções que o EIR descrito e analisado por Marx cumpria no século XIX. O trabalhador informal e o desempregado são, enquanto excedente, parte constituinte do sistema, condição necessária para o seu funcionamento, sua produção e reprodução. São, também, produzidos e reproduzidos pela própria lógica do capitalismo e, no interior desta lógica cumprem um papel para a regulação dos salários e para fragmentação da classe trabalhadora, que possibilita uma maior intensificação do trabalho dos que estão empregados, ampliando, desta forma, as possibilidades de exploração do capital. Categorias empíricas aparentemente distintas assumem, ao se constituírem como peças indispensáveis a serviço do capital, a mesma essência.

Ora, se no plano conceitual, pode-se afirmar sobre a funcionalidade do EIR no capitalismo contemporâneo, além de identificar também neste início de século (XXI) a reprodução das suas distintas formas (flutuante, latente, estagnada e pauperismo), no plano empírico, observa-se novas configurações, no capitalismo flexível, a exemplo do trabalhador terceirizado que atua dentro da empresa ao lado do trabalhador efetivo, cumprindo a função de reserva, como

concorrente direto do cargo do efetivo, afinal, um está na condição de empregado, enquanto o terceirizado é parte dos “sem emprego”. Já para Marx, por exemplo, o trabalhador que estava dentro da fábrica não podia ser considerado reserva.

Desta forma, no contexto do capitalismo flexível, o Exército Industrial de Reserva ganha uma nova dimensão quantitativa e qualitativa tendo como parte mais expressiva a massa dos “sem emprego”, ou seja, os trabalhadores informais, juntamente com toda massa de desempregados.

O que parece mais significativo não é, em si, a comparação em termos empíricos dos trabalhadores da reserva do século XIX e do século XXI, mas sim, a função que assumem enquanto elementos decisivos e imprescindíveis, no passado e no presente, pra a produção e reprodução do Capital. A tese que se defende neste trabalho é a de que, nunca antes na história, o Exército Industrial de Reserva assumiu um peso tão grande e uma participação tão crucial neste processo de submissão do trabalho ao capital.

As transformações recentes no mundo trabalho, que se iniciam com a crise do capitalismo fordista e que culminam com a consolidação do capitalismo flexível instauram um “modo de dominação” que acirra esta disputa entre capital e trabalho, fragilizando cada vez mais a classe trabalhadora a partir de uma lógica política e econômica baseada na “gestão racional da insegurança” (BOURDIEU, 1998), instaurando um regime de trabalho condicionado por relações de medo, instabilidade e concorrência por parte dos trabalhadores. Para Bourdieu (1998):

A existência de um importante exército de reserva, que não se acha mais apenas, devido à superprodução de diplomas, nos níveis mais baixos de competência e de qualificação técnica, contribui para dar a cada trabalhador a impressão de que ele não é insubstituível e que o seu trabalho, seu emprego, é de certa forma um privilégio, e um privilégio frágil e ameaçado (é aliás o que lembram a ele, ao primeiro deslize, seus empregadores e, à primeira greve, os jornalistas e comentaristas de todo gênero). A insegurança objetiva funda uma insegurança

subjetiva generalizada, que afeta até hoje, no cerne de uma economia altamente desenvolvida, o conjunto dos trabalhadores e até aqueles que não estão ou ainda não foram diretamente atingidos. Essa espécie de ‘mentalidade coletiva’ [...] comum a toda época, está no princípio da desmoralização que se podem observar [...] em países subdesenvolvidos, afligidos por taxas de desemprego ou de subemprego muito elevadas e habitados permanentemente pela obsessão do desemprego. (BOURDIEU, 1998, p.121)

Desta forma, estão postas as bases para uma compreensão dos conceitos de informalidade e desemprego tomando como suporte o referencial marxista sobre a produção capitalista do seu exército industrial de reserva, as teorias críticas sobre a formação da industrialização dos países latino-americanos produzidas pelos clássicos da década de 70, somando-se às mesmas, as recentes reformulações teóricas que tentam dar conta das transformações do mundo do trabalho nos tempos do capitalismo flexível. Os “sem emprego” do capitalismo flexível são, portanto, a parte mais expressiva do Exército Industrial de Reserva do novo Capitalismo. Assim, as reflexões teóricas aqui apresentadas buscam construir ou reinterpretar os fenômenos de reestruturação, desestruturação e instabilidade do mundo do trabalho, onde os trabalhadores informais e desempregados que constituem “os sem emprego”, estão ligados e homogeneizados pela precarização do trabalho.

CAPÍTULO 2: A RELAÇÃO ENTRE DESEMPREGO, INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO.

No processo mesmo de construção do problema desta pesquisa pode-se verificar como a precarização aparece como uma premissa básica de articulação entre as condições de trabalhadores informais e desempregados. É a precarização, portanto, o elemento de *homogeneização sui generis* entre os informais e desempregados. Fala-se em *homogeneização sui generis* exatamente por se tratar de um processo em que condições marcadas profundamente pela segmentação e heterogeneidade, como são as situações de desemprego e informalidade, acabam sendo reduzidas a uma única situação devido ao processo de precarização ocorrido no mundo do trabalho.

A situação atual do mundo do trabalho é marcada por uma completa desconstrução, em uma primeira instância, da sociedade salarial nos países centrais do capitalismo, e em um segundo momento, pela destruição do sonho de uma possível construção desta sociedade salarial nos países considerados de terceiro mundo. Experimenta-se em todo mundo um processo de explosão do desemprego em massa, de instabilidade das relações e situações de trabalho, de

desregulamentação das relações trabalhistas, levando a uma completa inadequação das clássicas estruturas de cobertura social, o que desencadeia um processo de produção e reprodução de um conjunto de indivíduos que, na sociedade, ocupam a posição de, desempregados, inempregáveis, empregados de modo precário, trabalhadores por conta própria, enfim, um conjunto de trabalhadores imersos na precarização.

Algumas críticas a respeito da utilização do termo precarização tem sido feitas, sendo que, a maioria delas recaem sobre a acusação de que este termo esta permeado de uma carga valorativa. Um primeiro ponto a ser discutido, sem se deter longamente nesta discussão é o seguinte: qual conceito, no senso comum ou na ciência, está livre de portar uma carga valorativa? Como bem ensinaram os clássicos da Sociologia (Marx, Weber e Durkheim), os conceitos são feitos de homens e por homens em contextos históricos específicos e, por isso, trazem em seu significado a marca da época em que são criados, bem como os valores dos homens que os criam e deles fazem usos.

No Dicionário Aurélio não há definição para o termo precarização, mas somente para a palavra *precário*, que significa: “1- Difícil, minguado, estreito. 2 – Escasso, raro, pouco, insuficiente. 3 – incerto, vário, contingente, inconsistente. 4- Pouco durável, insustentável. 5 – Delicado, débil.” Precarizar, então, é o ato de tornar precário.

Antes de descartar a noção de precarização, julgando-a também a partir de uma postura valorativa, é preciso entender qual o significado conceitual deste termo na sociologia do trabalho. Quando se fala em precarização não há, como poderia supor o senso comum, necessariamente, por parte do pesquisador a preocupação de afirmar que houve uma piora de condição ou melhora de condição, trata-se de um termo que evidencia uma mudança

estrutural ocorrida no capitalismo ao passar do modelo de acumulação fordista para o modelo de acumulação flexível. O termo precarização, enquanto conceito científico, se constrói a partir da pesquisa teórica e empírica a respeito das transformações ocorridas no mundo do trabalho levando em consideração o ideário valorativo daqueles que sentiram na pele – os trabalhadores - a transformação da sociedade salarial, ou do sonho de construção desta sociedade, no modo de acumulação flexível.

Conforme mostra toda a obra de Marx, bem como os inúmeros estudos que o sucederam, o processo de construção da sociedade do assalariamento se deu pela sujeição dos seres humanos às mais perversas condições de indignidade e miséria. No entanto, quando as forças produtivas alcançam o seu “estágio fordista”, o trabalho assalariado ganha novo significado no ideário social, mesmo sob a condição da exploração capitalista.

O fordismo conferia ao trabalhador empregado remuneração, prestígio e benefícios sociais. Conferia, também, a possibilidade de construir uma carreira apoiada na possibilidade de projeções futuras, garantidas pela permanência em um emprego duradouro (Sennett, 1999). A noção de carreira, projetada por um emprego fordista implicava para o trabalhador em definição de objetivos e compromissos de longo prazo, consolidação de padrões de comportamentos profissional e social e, conseqüentemente, um senso de responsabilidade por sua conduta (idem).

O padrão de acumulação flexível, resposta à crise do fordismo desestruturou esta forma de sociabilidade. Lançou os homens no mundo de incertezas do desemprego e da informalidade, além de desestruturar a vida dos empregados, a partir da adoção de modelos flexíveis de gestão e organização do trabalho nas empresas. Os projetos a longo prazo foram fragmentados

pela crise de desemprego social que acabou com a segurança da carreira do trabalhador fordista. Não ter vínculos passou a ser o lema do mundo do trabalho. O fim das projeções e compromissos futuros proporcionados por uma carreira duradoura transformam o trabalhador em um fracassado diante do imaginário social e individual/subjetivo (Sennett, 1999).

O termo precarização foi cunhado, portanto, para dar conta deste processo histórico de mudanças objetivas e subjetivas no mundo do trabalho e no ideário social como um todo. Pierre Bourdieu, em uma de suas últimas publicações, a coletânea *Contrafogos*¹⁰, vai demonstrar como a precarização aparece, enquanto uma condição histórica, como uma estratégia econômica e política, fruto da “vontade política” e não de uma fatalidade econômica, como costuma enunciar o discurso neoliberal, que visa cooptar e submeter os trabalhadores às atuais necessidades da acumulação do Capital. Nas Palavras do próprio autor:

A precariedade se inscreve num modo de dominação de tipo novo, fundada na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração. Apesar de seus efeitos se assemelharem muito pouco ao capitalismo selvagem das origens, esse modo de dominação é absolutamente sem precedentes, motivando alguém a propor aqui o conceito ao mesmo tempo muito pertinente e muito expressivo de ‘flexploração’. Essa palavra evoca bem esta gestão irracional da insegurança, que, instaurando, sobretudo através da manipulação orquestrada do espaço da produção, a concorrência entre trabalhadores dos países com conquistas sociais mais importantes, com resistências sindicais mais bem organizadas – características ligadas a um território e a uma história nacionais - e os trabalhadores dos países menos avançados socialmente, acaba por quebrar as resistências e obtém a obediência e a submissão, por mecanismos aparentemente naturais, que são por si mesmos sua própria justificação. (BOURDIEU, 1998: p.124-125)

Para Robert Castel (1998) o modelo de acumulação que se instaura com a destruição da sociedade salarial se define por um processo de “desestabilização dos estáveis”, de “instalação na precariedade” e de constituição de um “déficit de lugares” na estrutura sócio-econômica. O processo de precarização se define para este autor por este processo de perda do emprego,

¹⁰ A coletânea *Contrafogos* diz respeito a um conjunto de palestras realizadas pelo Sociólogo Pierre Bourdieu que foram editadas e publicadas em forma de um livro que saiu em dois volumes.

e/ou perda da condição de uma inserção estável, criando uma situação de insegurança e inconstância, inserindo inúmeros trabalhadores na condição de vulnerabilidade social.

Segundo Castel (1998, 526):

O processo de precarização percorre algumas áreas de emprego estabilizados há muito tempo. Novo crescimento desta vulnerabilidade de massa que, como se viu, havia sido lentamente afastada. Não há nada de marginal nesta dinâmica. Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno.

O processo de precarização, vale repetir, é parte essencial deste processo de construção e reprodução do capitalismo flexível. A precarização diz respeito ao, mesmo tempo, a esta tendência observada de: desestabilização dos estáveis, de reprodução de atividades precárias já existentes no sistema, além de todo o processo de produção e reprodução da situação de desemprego. Por atividades precárias devem ser entendidas todas aquelas marcadas pela ausência de direitos, de quaisquer proteção ou garantias sociais, são aquelas atividades marcadas, portanto, por uma situação de debilidade, pelo status da pouca duração, constantes riscos entre outras características que confirmam a estas atividades o estatuto da instabilidade.

Neste sentido, sob o manto da precarização, informalidade e o desemprego assumem a mesma condição, passam a atender a produção e reprodução da acumulação do capital. Verifica-se a ocorrência de um processo que Castel denominou de desfiliação, compreendido como um processo histórico em que não é só o desemprego que aparece como o problema social contemporâneo, mas aliado a ele, o risco de não ser possível sair de uma situação indefinida de ora estar desempregado, ora estar terceirizado, ora conseguir trabalho temporário, ora estar por sua própria conta e risco, ou seja, o risco de viver eternamente numa situação precária de contínuas rupturas que levam à uma degradação social e econômica (Castel, 1998).

A instabilidade no mercado de trabalho, as flutuações constantes verificadas nas inserções dos trabalhadores no mercado de trabalho instauram um clima de instabilidade e incertezas gerando um estado de coisas confuso, que trás de volta à sena a velha discussão de Marx sobre essência e aparência. A situação de estar sem emprego, arrumar um empreguinho, retornar novamente ao desemprego, acaba trazendo a sensação de se estar vivendo um desemprego constante, que nunca acaba.

Neste quadro, alguns autores têm decretado o fim da sociedade do emprego (OFFE; HABERMAS; GORZ; GUIMARÃES) já que, no capitalismo flexível, defendem que se rompe o laço entre desemprego e trabalho e afirmam também, que se rompe o laço entre o emprego e o desemprego, já que estar desempregado não significa mais uma situação passageira, não significa mais voltar a ter emprego (Guimarães, 2001). Dentro desta ótica, estar desempregado não significa a possibilidade de algum dia ter um emprego. O desemprego que antes tinha um caráter ocasional, involuntário e transitório passa a ser constante e de longa duração. Ao ganhar este caráter de “longa duração”, o desemprego se autonomiza, ganha vida e existência própria e se torna perene. Desta forma, este movimento aparece como natural e irreversível, fruto das exigências políticas e econômicas do novo modelo de gestão social que se forma com a consolidação do capitalismo flexível.

Como bem demonstra Bourdieu o capitalismo, ao tomar a sua forma flexível, inaugura um período de disputas econômicas e políticas que precisam estar acompanhadas de transformações ideológicas que possam legitimar a nova ordem de coisas que deseja se firmar como irreversível e natural, como um simples fruto de ajustamentos econômicos inadiáveis. A decretação do fim do emprego, que é tomada como verdade irreversível, como consequência

natural de ajustamentos econômicos é, na essência, parte da criação deste aparato ideológico de desmonte das conquistas dos trabalhadoras simbolizadas pelo contrato de emprego.

O processo de flexibilização e precarização do mundo do trabalho trás, portanto, consigo um embate político e ideológico de tentativa de desconstrução do emprego (o emprego fordista). “O emprego acabou!”, é o que se diz por toda parte. O que se vê concretamente é que o emprego, nos moldes do pacto social fordista não acabou, mas vem sofrendo um sério processo de crise, através da flexibilização do trabalho, a exemplo das reformas da legislação trabalhista verificadas em vários países centrais e no Brasil, ou os processos de terceirização, subcontratação e informalização dos mercados de trabalhos em todo o mundo.

Sob o argumento da inevitabilidade econômica, decisões políticas de homens reais, calcadas em um trabalho de convencimento ideológico tentam retirar do emprego, entendido como um contrato de seguridade social, a sua centralidade enquanto suporte social que dá sentido à trajetória dos trabalhadores, além de garantir sua sobrevivência material e simbólica.

Os “sem emprego” servem como uma luva ao capital, ampliando a superexploração do trabalho daqueles que permanecem ainda sob o contrato social do emprego, seja nas empresas privadas ou no serviço público. Afinal, numa sociedade que declara aos quatro cantos do planeta que o emprego acabou, aqueles que ainda têm emprego acabam se submetendo a qualquer coisa para continuarem empregados, sem saber que, ao fazerem isso, já podem estar decretando o adoecimento e o possível óbito do que resta de benefícios garantidos pelo contrato com carteira assinada. O empregado, ao temer o desemprego, tem medo de dizer não, se afasta das organizações sindicais, abdica da luta coletiva, compete com os seus colegas, individualiza-se, se submete a jornadas e condições de trabalho insalubres, se torna

polivalente, flexível, se submete em fim a todo tipo de exploração mesmo que esta exploração implique em desrespeito aos direitos previstos no contrato de emprego. E o pior, é que o medo da perda do emprego acaba, inclusive, convencendo ideologicamente o trabalhador de que é assim que devem ser as coisas, já que não tem outro jeito.

Desta forma, os “sem emprego”, este gigante Exército Industrial de Reserva, que carrega estampado na cara o retrato da precarização, operam a serviço do capital, submetendo homens e mulheres ao jugo da superexploração, possibilitando a reprodução e retroalimentação de um processo histórico de desconstrução de inúmeras conquistas históricas dos trabalhadores simbolizadas pelo emprego.

A realidade instaurada pelos homens neste novo capitalismo é também marcada por uma tensão entre o que aparece aos olhos e o que está por de trás da primeira impressão. Num primeiro momento, quando se olha a superfície, que não é mais, nem menos irreal, vê-se uma realidade marcada, portanto, por uma infinidade de singularidades, indivíduos bem inseridos no mundo do trabalho, outros que vivem à margem do trabalho ou nas fronteiras das ocupações, vítimas das reestruturações industriais, beneficiários de políticas de assistência, jovens à procura de emprego e que vivem de estágio em estágio, homens e mulheres imersos em ocupações provisórias ou mesmo tentando ganhar o dia na luta diárias nas calçadas dos grandes centros, enfim, vê-se um conjunto de idiosincrasias que vivem a flutuar na estrutura social sem ter um nome, um lugar, ou algo que as identifique. O grande desafio da sociologia é ir além deste primeiro olhar para tentar dar conta destas trajetórias desencontradas e dando e/ou encontrando o sentido das mesmas, identificando as ações, práticas e relações de poder que estruturam e posicionam os homens em posições sociais que os aproximam,

identificando-os enquanto grupos comuns, ou os distanciam definindo suas condições de classes antagônicas.

Neste trabalho um desafio está posto; onde encontrar homogeneização em condições que aparentam tão singulares como as de trabalhador informal e de desempregado? São realidades distintas, o trabalhador informal, minimamente, tira o seu sustento de algum lugar, se realiza de alguma maneira, diferente do desempregado que pena por não ter ocupação de onde tirar o sustento. Não há qualquer tentativa, neste estudo, de negar estas diferenças, ao contrário, a intenção é, antes de tudo, evidenciá-las, torná-las visíveis através da pesquisa empírica. A pergunta que se põe é a mesma de Castel na introdução do seu livro: que coisa realmente partilham, por exemplo, um homem desempregado há muito tempo, que tem mulher, filhos, apartamento e TV, e um jovem sem posses, recém ingresso no mercado de trabalho cuja ocupação penosa é feita de andanças, recomeços, raivas e decepções? O primeiro já escreveu muitas páginas em seu passado, o segundo, tem um futuro incerto e longo pela frente, não tem qualquer projeto em comum e nem qualquer possibilidade de resolver seus problemas por meio de uma organização coletiva (Castel, 1998). O próprio Castel (idem, p.32) responde: “o que aproxima as situações deste tipo é menos uma comunidade de traços que decorrem de uma descrição empírica do que a unidade de uma posição em relação às estruturas econômicas e sociais atuais”.

É preciso, como tão bem ensinou Bourdieu, fazer da sociologia uma topologia social e tratar a realidade social como um espaço construído por princípios de diferenciação e distribuição. A existência - material e/ou simbólica - de um homem ou de um grupo de homens, os critérios de distinção e aproximação são definidos pela posição que eles ocupam neste espaço social. O que se quer dizer com isso é que, nas condições de existência oferecidas pela atual ordem do

capitalismo mundial, é possível agrupar trabalhadores informais e desempregados, numa mesma zona, como se ocupassem o mesmo espaço.

É preciso, então tentar dar contorno a este espaço social, tentando compreendê-lo e apreendê-lo por modulações, estratificações ou zonas. Uma primeira pista neste sentido é dada por David Harvey, no clássico *Condição Pós-moderna*. Segundo o diagrama do Institute of Personnel Management, analisado por Harvey, o mercado de trabalho, em condições de acumulação flexível se estrutura da seguinte maneira: 1- em primeiro plano vem o Centro, grupo de trabalhadores que vem diminuindo cada vez mais, se compõe de empregados em tempo integral, que gozam de maior, segurança no emprego, têm um bom plano de carreira, garantias e direitos trabalhistas, enfim, o sonho de “todo” ser humano; 2- em seguida, vem a periferia que se divide em dois subgrupos; 2.1-o primeiro consiste nos empregados em tempo integral, mas que não tem tanta condição de plano de carreira ou reciclagem e que, por isso são extremamente vulneráveis à volatilidade do mercado; 2.2- já o segundo, grupo periférico inclui os empregados em tempo parcial, empregados casuais, empregados com tempo de contrato determinado, temporários, subcontratados etc, sendo que todas as evidências apontam para o crescimento deste grupo.

O esquema analisado por Harvey, apesar de muito ilustrativo, não dá conta da análise do mercado de trabalho dos centros urbanos no Brasil, por exemplo, seria necessário, portanto, atualiza-lo incluindo os desempregados como um grupamento significativo. .

Uma outra tentativa de compreender a estrutura dos mercados de trabalho no capitalismo flexível é a proposta de Robert Castel de tentar analisar a realidade social a partir de uma construção metafórica da existência de zonas de integração, vulnerabilidade e desfiliação

social. Este modelo, por ser fluido, acaba se adequando mais para a análise da realidade brasileira e de Salvador, mais precisamente.

Assim, a situação de emprego, entendido como um trabalho estável, fordista, caracteriza uma área de integração. Já a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional demarcam uma zona de desfiliação. Por fim, a vulnerabilidade é uma zona intermediária, caracteriza-se pela instabilidade, está representada pela precariedade do trabalho e fragilidade, ou inexistência dos suportes e garantias sociais (Castel, 1998). Este modelo, vale lembrar, não é estático, não se pode entender estas zonas como bolsões impermeáveis e herméticos, não se deve pensar a realidade social supondo a existência de incluídos e excluídos. Para Castel estas zonas funcionam como um continuum de posições que coexistem e se contaminam umas às outras.

Desempregados e informais estariam transitando de forma mais intensa entre as zonas de desfiliação e vulnerabilidade e comporiam, como foi demonstrado na análise sobre a formação do Exército Industrial de Reserva, uma posição de destaque para o capitalismo flexível. Mas isto não impede que alguns destes trabalhadores sem emprego experimente, em algum momento o status da zona de integração.

Assim, esta pesquisa se fundamenta em dois planos distintos, mas complementares. De um lado, há um plano da aparência, através do qual se constata um universo de fragmentações e heterogeneidades no qual se torna impossível unir desempregados e informais em uma única categoria. Este plano da aparência deve ser superado, jamais abandonado, nem negligenciado, deve ser superado e completado pelo outro plano, o segundo olhar, que vê por de traz do que está posto. Este segundo olhar é, segundo Marx, o plano da essência, que se constitui como

um plano coletivo, nele, as duas categorias se unem pela condição de precarização, também passível de ser detectada no plano empírico, além de se constituírem, as duas como superpopulação relativa produzida pelo capital e indispensável para sua reprodução. Tanto desempregados, quanto trabalhadores informais têm suas trajetórias individuais e particularidades reduzidas a pó, à condição de precarização, quando o capital os coloca a serviço de sua reprodução, nesta condição, transformando-os em funcionários não pagos, que trabalham, “sem saber”, para reprodução do capital.

Daí a necessidade de reconsiderar o tratamento dado ao conceito de desemprego nos dias atuais, levando em consideração a relação intrínseca entre informalidade e desemprego enquanto componentes da zona precarizada do mundo do trabalho. São eles aqueles trabalhadores que não têm qualquer cobertura ou proteção social legal que lhes assegure um mínimo de estabilidade em suas vidas, nem no tempo presente, nem para a velhice futura. O status do emprego deve ser entendido como já foi dito antes, a partir deste contrato social de trabalho que assegura, ainda hoje, para uma parcela cada vez mais reduzida da população, um mínimo de estabilidade e segurança. Os sem emprego são os que estão fora desta condição sendo, portanto, todos aqueles classificados como desempregados somados aos trabalhadores informais de todo tipo.

CAPÍTULO 3 - Da Estabilidade Precarização

O período compreendido entre as décadas de 30 e 70 do século passado com a consolidação, no âmbito da política, do Estado de Bem Estar Social e no âmbito da produção, do modo de produção Fordista, significou uma fase áurea experimentada pelo capitalismo mundial. Baseada num pacto social que buscava delimitar o campo da luta de classes afastando o “fantasma do Socialismo”, esta fase do capitalismo se constituiu numa forma de sociabilidade fundada em um compromisso que implementava e garantia ganhos e seguridade social para a classe trabalhadora nos países centrais. Durante este período, as economias daqueles países que se constituíram em grandes potências do capitalismo viveram um período de superprodução em um estado de quase pleno emprego. (Antunes, 1999)

No entanto, pôde-se observar a partir do último quartil do século XX um dismantelamento desta ordem sócio-política e, conforme aponta Castel (1998), o desenvolvimento econômico deixa de ser sinônimo de desenvolvimento social. O modelo de desenvolvimento do “período de ouro” entra em crise e, na tentativa de superar esta crise, é implementado um processo de

reestruturação produtiva, sustentado por um aparato político-ideológico (o Neoliberalismo) que reconfigura o papel do Estado defendendo a idéia da plena liberdade econômica.

Pochmann (1999) analisa as conseqüências desta reestruturação do capital para a população ocupada, demonstrando que os impactos para o mundo do trabalho são a desregulamentação das relações de trabalho, o retrocesso nos ganhos sociais, o aumento das vagas no setor terciário, o esvaziamento absoluto dos empregos nos setores primário e secundário e o surgimento de altas taxas de desemprego. Druck (2000) também aponta que a implementação do processo de reestruturação produtiva tem provocado uma crise de desemprego estrutural em toda economia mundial, além *“de um aumento da precarização do trabalho e do emprego, com crescimento das atividades não regulamentadas ... e do trabalho por conta própria.”* Esta análise mostra uma realidade enfrentada não só pelos países centrais do capitalismo mundial, mas principalmente pelos países periféricos, com o agravante de que, nos últimos, nunca chegou a se desenvolver um modelo de capitalismo de *welfare*, como o dos países centrais.

Embora parte da literatura afirme que este momento diz respeito a uma fase de transição do sistema, não se pode falar necessariamente que o capitalismo atravessa um momento de transição do fordismo para o modo de acumulação flexível, isto porque já se passaram quase 30 anos de crises e transformações e o que se vê é o estabelecimento de um modelo de acumulação capitalista, que vive e se reproduz das incertezas, inconstâncias e da instabilidade das estruturas e normas sociais. Também não se pode falar que o fordismo tenha sido determinadamente substituído ou superado já que o modelo de sociedade vigente, principalmente no que tange às relações de trabalho conserva práticas fordistas, como, por exemplo, o controle racional do tempo - mesmo que o tempo seja incerto - e a naturalização

do capitalismo como a única forma de vida possível para os seres humanos, além é claro da missão infundável de subsunção do trabalho humano ao Capital.

Bem, o fato é que se pôde observar que nestes últimos trinta anos ocorreu um conjunto de transformações estruturais, econômicas, sociais e políticas que condicionaram o surgimento de um novo modelo de organização da sociedade estabelecendo novos padrões de produção e reprodução do Capitalismo.

Segundo Harvey (1989), juntamente com estas transformações estruturais, o momento histórico que desembocou com o processo de crise do fordismo é caracterizado também por um conjunto de práticas e estratégias subjetivas de resistência ao tipo de sociedade burocratizada, rotinizada e aprisionante criada pelo fordismo e seu Estado de muito pouco bem estar. Como exemplo destas práticas o autor aponta os movimentos de contracultura dos anos 60, o movimento *hippie* e os movimentos sociais das minorias excluídas que começaram a se fundir formando um movimento político-cultural de oposição ao sistema justamente no momento em que o fordismo parecia estar no seu apogeu.

Este capítulo será um esforço de compreender como determinada forma de organização das estruturas sociais, ao serem produzidas e/ou interiorizadas, contribuem para a formação e surgimento de um determinado tipo de homem. Como um determinado tipo de homem, ao exteriorizar sua interioridade, condiciona a reprodução e produção de determinadas estruturas objetivas, formando um tipo específico e singular de sociedade.

Num primeiro momento se tentará compreender e elucidar que formas de agir e pensar, quais os projetos de vida, a forma de lidar com o tempo, com o cotidiano, as probabilidades de ação

de um homem produzido e produtor de um modo de acumulação e de vida fordista. Em um segundo momento, diante das diversas transformações que levaram à crise do fordismo e ao estabelecimento do novo modelo de acumulação flexível, se tentará compreender e elucidar o “novo” homem que se forma sob esta nova lógica, como provavelmente agem, o que desejam, como organizam e dão sentido às suas vidas.

O objetivo deste capítulo, portanto, é demonstrar o processo histórico de construção e desconstrução da sociedade salarial, um modelo de organização social constituída por um tipo de homem e de sociedade específicos, o homem e a sociedade fordistas. Processo este que, através do desmonte e desconstrução do conjunto de benefícios e direitos conquistados pelos trabalhadores na era fordista – fatores decisivos para a precarização das condições de trabalho e de vida de trabalhadores em todo mundo -, se configurou a partir da adoção de um conjunto de novas e velhas práticas de exploração do trabalho, constituindo um tipo de sociedade e de homem específicos do capitalismo flexível. Desta forma, será demonstrado de que forma o processo de transição do fordismo para o capitalismo flexível se constitui enquanto um processo de precarização do trabalho e da vida de trabalhadores em todo o mundo.

3.1 - O TRABALHADOR FORDISTA:

O que será descrito aqui como o modo de vida fordista, diz respeito à características gerais do fordismo. Deve-se levar em conta que o fordismo apresenta suas variações e especificidades locais, tanto no que diz respeito aos países de primeiro mundo quanto nos países periféricos. No entanto, quando se fala em modo de vida fordista, se fala principalmente em uma probabilidade de o trabalhador ser e agir de uma determinada forma numa dada situação. É preciso identificar que forma é esta. Então, independente de se estar tratando de um fordismo

periférico, o que importa é apreender, as características gerais de um padrão geral de comportamento definidor daquilo que se chama de trabalhador fordista. O que se tentará fazer é identificar algumas das características e condições para que se identifique o *modus operandi*, um jeito de ser, de agir e de pensar de um trabalhador fordista seja ele uma pessoa nascida nos Estados Unidos, um europeu ou um brasileiro.

Para se entender o fordismo faz-se necessário, antes de tudo, identificar as bases de seu surgimento no seu antecessor, o taylorismo. O taylorismo e o fordismo podem ser vistos como, fenômenos complementares. Ambos inauguraram uma nova cultura do trabalho, que teve como ponto de partida a fábrica, mas que, posteriormente se alastrou por outras instâncias da vida fundando um novo modelo de sociedade.

O taylorismo, também chamado de “administração científica do trabalho” surge como uma nova cultura do trabalho no final do século XIX e início do século XX, nos Estados Unidos, período em que se consolida um padrão específico de acumulação capitalista baseado no “industrialismo e na atuação monopolista dos capitais”, período em que a crença no conhecimento científico passa a ser a mola condutora e salvadora da história (DRUCK, 1999).

Alguns estudiosos entendem o taylorismo como um tipo de mecanização sem a introdução da maquinaria, ou seja, trata-se de uma forma de gerenciar cientificamente o processo de produção proporcionando uma clara e eficiente divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual cujo fim se reduz essencialmente no objetivo de subordinar, ou, nos termos de Marx, “subsumir o trabalho ao capital”, através da expropriação do conhecimento dos trabalhadores.

Em termos práticos a proposta do taylorismo consiste em um aumento radical da produtividade do trabalho “através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas do trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento” (HARVEY, 1989), sendo que, isto se refere ainda restritamente ao interior da fábrica. Assim, no intuito de garantir maior eficiência e produtividade, o taylorismo planta bases mais sólidas que possibilitam um maior controle do trabalho, impondo uma divisão e organização que implicassem numa subordinação do trabalhador ao Capital (DRUCK, 1999).

Mas é claro que este processo não se dá de forma natural e pacífica, ao contrário, o que a história mostra é que houve muita resistência por parte dos trabalhadores em aceitar a gerência científica do trabalho. A nova gestão de trabalho implicava um rompimento com velhos hábitos, com velhos comportamentos e a aceitação deste novo padrão de comportamento exigia o surgimento de um novo homem, de uma nova sociedade, de uma nova forma de vida. Conforme salienta Druck (idem), não bastava mudar burocraticamente a gestão do trabalho, para que este sistema funcionasse, era preciso que muitas práticas sociais e culturais fossem redefinidas. Neste sentido que o fordismo passa a aparecer como um fenômeno central para compreensão do tipo de sociedade que se constitui no mundo ocidental no século XX.

Conforme aponta Gramsci, é muito mais eficiente manter o controle sobre uma pessoa, um grupo ou uma sociedade através da persuasão e do convencimento, do que pelo uso de práticas autoritárias ou pelo uso da coerção. Um rei pode manter um povo sob seu domínio através da força das armas, mas este domínio se torna legítimo e hegemônico se cada cidadão

pertencente a este povo é convencido de que se deve deixar dominar. Portanto, é sob esta ótica que se pode e deve compreender o fordismo e diferenciá-lo do taylorismo.

Segundo Harvey o marco inicial do fordismo deve ser o ano de 1914, quando Henry Ford estabelece o dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha de montagem de carros em sua fábrica em Michigan. É somente quando os salários passam a se tornar um instrumento de barganha atrativo é que se pode vislumbrar uma aceitação da “gerência científica” por parte dos trabalhadores. Assim, se funda um modelo de gestão de trabalho baseado em pactos de concessões e trocas, fundamentados numa relação de poder não tão clara, o conflito capital x trabalho. Nasce, com o fordismo um modelo de sociedade onde, em troca de um salário e em troca de uma série de benefícios sociais, o trabalhador “precisa ceder a sua iniciativa, a sua vontade, o seu saber”, precisa ceder sua essência, seu trabalho, o controle sobre seu trabalho e sobre sua vida (DRUCK, 1999).

O fordismo, portanto, deve ser entendido com um processo de afirmação e consolidação da hegemonia do modo de produção capitalista, baseado mais no convencimento do que na coerção, mais na persuasão que no autoritarismo. Os trabalhadores não devem ser forçados ou domesticados através da coerção ou da força, devem, antes de tudo, ser convencidos, educados, persuadidos para que possam dar seu consentimento a este novo modelo de gestão do trabalho. Para que isto ocorra, Gramsci acredita que a organização fordista do processo de trabalho deve **transcender o chão da fábrica**, “constituindo um modo de vida marcado pela racionalidade através da capacidade de comando do capital, da imposição de sua disciplina sobre o trabalho e sobre os trabalhadores” (GRAMSCI, 1984). O autor italiano aponta ainda que o fordismo consistiu no “maior esforço coletivo realizado até agora, para criar, com rapidez incrível e com uma consciência jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador

e de homem” (1984, 396), com isso, ele deixa claro que o desenvolvimento de novos métodos de trabalho estão indissolúvelmente ligados ao desenvolvimento de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida.

O fordismo, em termos práticos, consiste numa combinação do uso da tecnologia, fundamentada na linha de montagem, indissolúvelmente ligada à gerência racional do tempo de produção, com formas atrativas de compensações e trocas com os trabalhadores, como, por exemplo, os salários mais altos do que a média e os diversos benefícios sociais. Este modelo, aparentemente harmônico, esconde nesta aparência de relações de troca uma relação de poder, que é a busca incessante, pelo capital, do domínio completo da sociedade, que antes deve começar com o controle do trabalho e do trabalhador (DRUCK, 1999).

O fordismo se desenvolve então como um modelo de sociedade, um fenômeno que sintetiza a essência de um momento histórico, marcado profundamente por revoluções tecnológicas, por um novo padrão de industrialização, pela produção e consumo em massa e pela integração dos trabalhadores neste sistema de consumo, em troca da cessão de sua atividade essencial em prol da acumulação do capital.

Um outro ponto marcante a ser destacado para se compreender como o fordismo se estabelece como um modelo de sociedade, é o fato de que, o mundo acabara de atravessar dois momentos cruciais na história, primeiro a Revolução Russa e depois a Segunda Guerra Mundial. Estes dois episódios proporcionaram o contexto histórico ideal para a consolidação do fordismo. A vitória comunista na Rússia e na Europa do Leste abria perspectivas e possibilidades alternativas de vida para as pessoas e a classe trabalhadora no mundo inteiro. O mundo Capitalista precisava apresentar à sua comunidade uma forma de organização social

que pudesse garantir um determinado padrão de qualidade de vida baseado numa política de pleno emprego e ampliação de benefícios sociais - até para os excluídos dos muros das fábricas - garantidas pela atuação e intervenção do Estado.

Assim, num cenário internacional de disputa política entre o capitalismo e o socialismo surge o Estado de Bem Estar Social, como forma de enfrentar a intensificação das lutas operárias e de consolidar o controle do capital sobre os trabalhadores, suas vidas e sobre toda a sociedade. Surge, no mundo capitalista, o que se costuma chamar de o “pacto social fordista”, um modelo de sociedade, a sociedade do salário ou sociedade salarial, como denomina Castel, com um novo tipo de homem, com uma ética e modos de ser próprios. Segundo Castel, para o estabelecimento e consolidação da relação salarial fordista foi necessária a reunião de cinco condições básicas.

A primeira condição apontada por Castel é que tinha que haver uma nítida separação entre os trabalhadores que trabalhassem efetiva e regulamente e o inativos, ou semi-ativos que deviam ser excluídos do mercado ou protegidos pelo estado através de regulamentações legais. Para o autor a definição moderna da condição de assalariado exige uma definição precisa daquilo que se chama de população ativa, ou seja identificar aqueles que estão ocupados e aqueles que não estão. Mas porque isto se torna necessário? Bem, é muito simples; localizar e contabilizar os trabalhadores é um passo importante para uma maior regulação do mercado de trabalho e controle de seus fluxos e um controle do mercado de trabalho é um passo mais importante para romper os obstáculos a uma maior racionalização do trabalho. O capital precisa do controle dos seus ativos e do seu exército de reserva disponível. Do ponto de vista mais subjetivo, é preciso converter cada homem e cada mulher em operário do capital identificando-os e conformando-os a uma conduta mais regular,

convencendo-os de que seu lugar é o emprego, é a fábrica é a venda de sua força de trabalho para outrem. Assim o controle de quem é ou está empregado é fundamental para o desenvolvimento de um modo de produção baseado no salário, é preciso ter bem claro quem é funcionário/empregado do capital e que é o excluído da relação salarial e que deve ser absorvido pelos programas de assistência da sociedade.

A segunda condição foi a “fixação do trabalhador em seu posto de trabalho e racionalização do processo de trabalho no quadro de uma gestão do tempo exata, recortada, regulamentada”. Não basta contabilizar e identificar o trabalhador ativo para convencê-lo a ser empregado do capital, a vender sua força de trabalho para viver dentro da fábrica. O próprio processo de trabalho deveria conter em si só elementos de convencimento, coerção e de retenção do trabalhador em sua atividade. O trabalhador deve ser fixado então, em um posto de trabalho diante da máquina, preso a um processo de trabalho específico. A máquina impõe uma subordinação do trabalhador aos processos de trabalho, mais objetiva e ao mesmo tempo, mais subjetiva também. Com a máquina não se discute, não se protela, simplesmente se segue o ritmo de trabalho imposto por ela.

Com a organização científica do trabalho e a fixação do trabalhador ao um local de trabalho para ser submetido a esta organização o trabalhador não se submete necessariamente por uma coerção externa, mas por um conjunto de operações técnicas, cronometradas, com durações rigorosamente definidas que subordinam o trabalhador de uma maneira prática e objetiva, eliminando o fazer cera e qualquer margem de liberdade que o trabalhador pudesse ter. Este processo de trabalho, com tarefas parceladas, tornadas simples e repetitivas destitui o trabalhador do seu saber, desqualifica-o e o aprisiona. O trabalhador é, portanto, alienado do seu saber o saber de sua atividade essencial o seu trabalho, devido uma diferenciação bem

clara entre concepção e realização da atividade, o trabalho intelectual, o pensar, pertence à gerência e o executar pertence ao operário.

Castel evidencia que a homogeneização científica das condições de trabalho acabou criando um ambiente favorável para o desenvolvimento de uma consciência e identidade entre trabalhadores unidos sob uma mesma classe submetida as penosas formas de organização do trabalho. O autor afirma categoricamente que “foi sem dúvida a racionalização científica da produção que contribuiu de modo mais decisivo para a homogeneização da classe operária” (1998, p.427). A formação de um conjunto de trabalhadores unidos por uma identidade de classes é um ponto determinante para a compreensão do tipo de homem e de sociedade que se forma no ocidente capitalista.

Bem, mas este sistema, como já foi dito anteriormente, não se estabeleceria somente através da coerção. Fundar uma nova sociedade necessitaria de um acordo entre os dirigentes desta sociedade e a grande população de trabalhadores que não ficaria por muito tempo servindo de carne de canhão do desenvolvimento de capitalismo, ainda mais que passavam a ter a alternativa socialista como opção. Houve muita resistência e mobilização operária contra o taylorismo. O trabalhador queria ser incluído no sistema e ter direito a alguma fatia do bolo das riquezas do capitalismo produzidas por eles mesmos. A resistência operária mostrava que algumas outras condições ainda se faziam necessárias para o surgimento da sociedade salarial e o seu homem fordista

A terceira condição que o autor destaca relaciona-se com a necessidade de estabelecimento de um pacto social que pudesse garantir a inclusão dos trabalhadores na divisão mesmo que desigual das fatias do bolo das riquezas produzidas no novo modelo de produção. *Esta*

terceira condição é o acesso do trabalhador a novas formas de consumos, através do salário, o que faz do trabalhador um produtor e reproduzidor (usuário, consumidor) da produção em massa.

É Henry Ford quem primeiro sistematiza a relação entre produção em massa e consumo de massa e cria a possibilidade do operário moderno ter acesso ao estatuto de consumidor dos produtos do capitalismo produzidos pelos próprios trabalhadores. Antes disso, o trabalhador era concebido somente como um produtor máximo e um consumidor mínimo. Conforme afirma Marx o único consumo legítimo ao trabalhador era reduzido ao necessário para reproduzir sua força de trabalho e manter sua família num nível de mediocridade.

As transformações iniciadas com Ford revelam uma relação entre o aumento do salário, o aumento da produção e o aumento do consumo que vai além de uma simples motivação em consumir por parte dos empregados só porque têm um salário mais alto. O que se constrói é uma política de pagamentos de salários que insere os trabalhadores numa nova forma de existência: o trabalhador deixa de ser unicamente produtor para ser consumidor.

O trabalhador deixa de viver numa zona de vulnerabilidade característica dos primórdios do Capitalismo onde os homens estavam condenados a viver cada dia com o que ganhavam no dia, satisfazendo suas necessidades uma de cada vez (Castel, 1989). O trabalhador se insere numa espécie de falsa liberdade onde pode controlar e administrar o seu tempo através de um salário que equivalia a uma jornada mensal de trabalho, através do consumo de bens duráveis, através do planejamento de sua vida que passa a se resumir em um desejo de bem estar representado por um bom liquidificador, um bom eletrodoméstico, um bom carro ou uma boa moradia. O trabalhador, através do consumo, passa a ter acesso a um novo mundo que lhe

confere um novo modo de existência. Surge também, desta maneira, um novo tipo de trabalhador e conseqüentemente um novo tipo de homem. O trabalho, para uma parcela considerável de trabalhadores, deixa de ser o retrato de miséria e insegurança dos primórdios do Capitalismo e a classe que vive do trabalho passa a ganhar um status especial na sociedade capitalista, status conquistado com luta social e mantido pela necessidade de garantir poder de consumo aos trabalhadores, para desta forma, continuarem alimentando o “círculo virtuoso” do fordismo.

A quarta condição é o acesso pelos trabalhadores à propriedade social e aos serviços públicos. O trabalhador passa a participar também da distribuição de um estoque de bens comuns, não necessariamente comerciáveis e que estavam disponíveis na sociedade. Desenvolve-se inicialmente uma rede mínima de seguridades ligadas ao trabalho, mas em seguida estes bens se ampliam e a classe trabalhadora passa a ter acesso a bens coletivos como higiene, educação, saúde, seguro desemprego, aposentadorias e tantos outros benefícios sociais. Através da luta e de sua capacidade de organização a classe trabalhadora acaba obtendo diversas conquistas históricas que são decisivas para a construção de um pacto social específico, característico da sociedade salarial, tais quais a gradativa redução da jornada de trabalho, melhorias salariais, direito a férias, férias remuneradas, licença maternidade, décimo terceiro salário, gratificações, participação no lucro das empresas, seguro desemprego, aposentadoria e tantos outros benefícios e programas de assistência que conferiram a uma parcela da classe trabalhadora um tipo de inserção social jamais visto na história do capitalismo.

Por fim, *a quinta e última condição que Castel aponta é a criação de um direito do trabalho que reconhece o trabalhador como membro de uma totalidade, de um coletivo dotado de um*

reconhecimento e um estatuto social que vai além da concepção individual do contrato individual de trabalho. O trabalhador faz parte de um corpo coletivo passa a possuir uma dimensão coletiva maior que a individual. O direito, e com isso se quer dizer o Estado, passa a reconhecer juridicamente que o contrato de trabalho, mesmo sendo entre um homem individual e o empregador, implica em negociações e interlocuções coletivas. Os direitos e deveres dos trabalhadores passam a ser definidos através de uma convenção coletiva, a relação liberal, face a face, entre patrão e empregado deixa de ser uma relação entre indivíduos para ser uma relação entre classes. Assim, um operário admitido a título individual por uma empresa, se beneficia das disposições acordadas e previstas na convenção coletiva.

A união destas cinco características é, para Castel o alicerce da fundação e desenvolvimento de um modelo de sociedade criadora e criada pelo homem fordista., na qual o trabalhador se insere através do que o autor denomina de ***integração na subordinação***. O trabalhador é repatriado ou somente patriado à sociedade depois de uma história de quase exclusão nos primórdios do capital. Os fatores que proporcionaram este pertencimento podem ser identificados como o acesso a seguros sociais, direitos do trabalho, a um salário, ganhos salariais, acesso ao consumo de massa, participação na distribuição da propriedade pública e possibilidade de desfrutar de boas condições de moradia, transporte, saúde e lazer.

Na sociedade de classes, como dizia Weber, o homem passa ser definido mais por um ter do que por um ser. A sociedade salarial é um grande exemplo desta nova ética a qual se refere Weber. O trabalhador ganha um lugar na sociedade, passa a ser considerado incluído, porque se insere numa esfera de consumo, de posses, de obtenção de bens materiais, que se cristalizam em estruturas simbólicas indispensáveis à Cidadania. Na sociedade capitalista, tudo é passível de se tornar uma mercadoria, pronta para ser vendida e consumida, inserido na

sociedade de consumo através de seu salário, o trabalhador passa a comprar seus espaços, sua cidadania, seu status e sua identidade.

Ora, é claro que a discussão não é tão simples assim, a formação da sociedade salarial se dá sob uma relação de poder bem definida, a relação capital x trabalho. O trabalhador fordista passa a existir também através da luta de classes, da identidade operária. A identidade, a inclusão, a construção da nova sociedade e de um novo homem se deu debaixo de lutas e conflitos entre duas classes com interesses opostos, portanto o trabalhador passa a ser o que é, não somente porque comprou com seu salário os espaços e os bens para garantir um lugar na sociedade, mas também e principalmente, conquistou estes espaços, através de uma luta que foi capaz de colocar amplos segmentos da classe trabalhadora em condições de existência e reprodução quase satisfatórias, uma condição de bem estar garantida por um pacto social firmado pelo Estado.

O fato é que neste conflito entre o ser e o ter, nasce um tipo de trabalhador e de homem, com formas de agir e pensar próprias de sua condição de existência, formas de agir e pensar que representam uma ética e um modelo de humanidade singular na história e que garantem a estes atores sociais uma posição, um lugar específico na sociedade, característico de uma relação própria com o tempo, com seus projetos e desejos e possibilidades de realizações.

Para se entender melhor a formação deste trabalhador fordista duas categorias básicas serão usadas como mediação: a primeira, a relação com o tempo e o tipo de ética e caráter que se constitui a partir da mesma; a segunda, o significado social do salário.

A relação do trabalhador com o tempo está ligada à uma ética do trabalho específica

formadora e formada por um tipo específico de racionalidade. Em sua obra clássica *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Max Weber demonstra como o protestantismo vai servir como um terreno fértil para o desenvolvimento da ética capitalista, onde o trabalho surge como elemento determinante na constituição das identidades dos atores sociais.

Weber analisa como o protestante do séc. XVII tentava provar seu valor a Deus disciplinando-se, negando uma recompensa presente em prol da crença futura da salvação no Reino dos Céus. O Protestante tinha que moldar sua história, sua personalidade e sua identidade de modo a somar um todo significativo digno diante de Deus. Mas apesar de moldar a sua história, este homem não era senhor do seu destino, já que, a partir do dogma da predestinação, acreditava-se que Deus já havia escolhido aqueles que se sentariam ao seu lado no momento derradeiro. Restava apenas, ao protestante, trabalhar disciplinadamente, com o intuito de mostrar dignidade e bondade ao seu Deus, sem qualquer certeza de recompensa futura. Restava ao homem a crença de que, aquele que conseguia disciplinar o seu tempo através do trabalho, assim o fazia por já ser um escolhido, aquele que é capaz de organizar e disciplinar os seus dias e a sua vida só o faz por já ser um escolhido de Deus. Esta crença leva a um comportamento previsível; a prática de um trabalho árduo, disciplinado e implacavelmente organizado para todos - como prova do sinal da predestinação, da salvação divina - sem nenhuma certeza da recompensa futura. Portanto, em busca de uma gratificação incerta, o homem tinha que trabalhar durante toda sua vida, mostrando ser digno e valoroso, sempre adiando suas satisfações e projetando-as para o futuro.

Através de Weber pode-se observar como esta ética cairá como uma luva para as necessidades do modo capitalista de produção e, portanto, como esta ética passará do protestante para o capitalista, originando o modo de vida de um homem motivado e decidido a provar seu valor

moral pelo trabalho. Assim, a idéia do trabalho como sinal de salvação diante de Deus fará surgir um homem disciplinado e enquadrado ao modo de trabalho exigido pelo Capital, um homem que derrama quanto for preciso do seu suor, dentro das fábricas para ser recompensado, mais tarde, com a revelação da sua salvação diante de Deus, no Reino dos Céus ou, no Reino dos Homens, com o recebimento do seu salário somente após o cumprimento do dever.

No modo de produção fordista, o homem vende sua força de trabalho, antecipa ao capitalista a sua mercadoria quando faz uso desta força de trabalho dentro da fábrica e adia sua recompensa, o seu salário, e as satisfações que ela pode lhe trazer, já que só recebe seu pagamento depois do cumprimento do dever, depois de ter mostrado o seu valor.

A consolidação de um sistema capitalista e, conseqüentemente, do fordismo, necessita do estabelecimento de uma ética, um modo de ser conformado desta maneira, um tipo de homem que faz um uso altamente autodisciplinado do tempo, adia suas satisfações e as projeta sempre para o futuro.

E assim se constrói um tipo de sociedade inscrita numa racionalidade que rotiniza o tempo, burocratiza as relações com este tempo a ponto de criar, como revela Richard Sennett (1999), uma geração de trabalhadores cujo tempo de vida era linear, que ano após ano trabalhavam no mesmo emprego onde faziam sempre o mesmo trabalho, ou mudavam pouco de emprego, recebiam sempre o seu salário no final do dever cumprido, conferiam suas poupanças, esperavam a aposentadoria e o seu descanso com toda uma cobertura de benefícios, tudo muito previsível. Em troca, estes trabalhadores vendiam suas vidas ao capital, em busca de uma satisfação que deveria vir com o pagamento do salário ou na futura aposentadoria, coisas

já garantidas e previsíveis. O tempo é, portanto, rotinizado, disciplinado, burocratizado e o homem que constrói esta realidade também se molda a ela adquirindo suas formas.

O fato de adiar a satisfação também tem uma influência forte do pensamento modernista de crença na ciência, na evolução e progresso advindos do saber humano, científico e racional. Uma crença pautada na idéia de que se o homem pode controlar a vida racionalmente, a humanidade fatalmente caminha para um progresso, um futuro, como crê o projeto social-democrata, onde as desigualdades seriam superadas.

Castel acredita que um modo de vida baseado num tipo específico de padrão e modos de consumo, em investimentos em bens duráveis, nos sistemas de créditos, na poupança acumulada, nas prestações e no salário certo ao fim do mês, possibilita ao trabalhador projetar e planejar o seu futuro (CASTEL, 1989). Surge desta relação com o tempo algo que só parece ser possível para o trabalhador fordista, a noção de carreira. Ter um trabalho, ser empregado, permanecer num mesmo emprego durante toda uma vida, receber uma gratificação por este trabalho, faz com que o trabalhador possa construir uma história própria, com um encadeamento lógico, perceptível. A permanência num emprego por um longo período de tempo, a realização de um mesmo trabalho, a previsibilidade disto tudo se inscreve material, física e psicologicamente na trajetória destes homens lhes possibilitando uma narrativa de vida linear (SENNETT, 1999). A noção de carreira, projetada por um emprego fordista implica para o trabalhador em definição de objetivos e compromissos de longo prazo, consolidação de padrões de comportamentos profissional e social e, conseqüentemente, um senso de responsabilidade por sua conduta. O trabalhador pode então dizer quem é, pelo que faz no presente, pelo seu trabalho, pode dizer o que será, porque seu trabalho lhe possibilita a constituição de uma identidade duradoura, uma carreira que o coloca em uma posição no

mundo, com um papel definido na sociedade e permite uma certa previsibilidade de como será sua existência futura.

Esta projeção para o futuro está pautada em estruturas concretas e palpáveis do presente, a burocracia da jaula de ferro da qual falava Weber, além de um modo de ser bastante subjetivo que produz e reproduz estas estruturas, legitimando-as e tornando-as reais. Como afirma Sennett (1999) “o tempo parece ser o único recurso que aqueles que estão no fundo da sociedade têm de graça”, a sociedade fordista era pautada numa relação com um tempo palpável, previsível, passível de ser modelado, racionalizado e organizado, em cima do qual se podia construir histórias de vida planejadas, sempre projetadas para uma satisfação adiada para o futuro.

Além da relação com o tempo, a outra categoria escolhida para caracterizar o modo de ser do homem fordista é o salário ou a condição de assalariado. Em Marx há uma discussão bastante interessante sobre o significado do salário. Quando se fala em salário, se pensa logo no pagamento dado pelo capitalista ao trabalhador pela realização de seu trabalho. Na verdade, o salário é o pagamento por uma parte do trabalho realizado pelos trabalhadores.¹¹

O que interessa aqui é o significado social e individual que o salário adquire no fordismo. Como já foi dito antes, no fordismo, o salário transforma o trabalhador em um consumidor, em alguém capaz de participar de alguma forma da distribuição dos produtos da sociedade capitalista. Com o seu salário, o empregado, o trabalhador fordista pode pagar as prestações de sua casa, do seu carro, pagar a escola dos filhos, contribuir para a previdência, garantir sua

¹¹ Para um melhor compreensão deste debate, ler O Capital de Karl Marx, livro 1, volume 1, principalmente da parte segunda à sexta.

aposentadoria, comprar bens materiais etc., com salário o trabalhador pode ser, também, a partir do seu ter.

Associado à rotinização e previsibilidade do tempo o salário recebido ao fim do mês, sempre com o mesmo valor, às vezes com gratificação, as vezes com aumento, permite ao trabalhador fordista regular, controlar e planejar seus gastos, seus planos, sua vida e construir projetos para si e para sua família. A condição de assalariado assegura uma espécie de identidade que não é forjada somente no consumo, isso não seria suficiente, o valor material de ter um salário é ainda maior enquanto valor simbólico de ser assalariado, de ter um emprego.

No fordismo, a maior parte dos membros da sociedade é composta de empregados assalariados, o que, segundo Castel (1989), aparece como um princípio único que, ao mesmo tempo, os reúne e os separa fundamentando, assim, uma espécie de *identidade social*. Na sociedade salarial existem margens definidoras de locais e papéis específicos e definidos, **ou se é assalariado, ou se está abaixo desta condição, ou acima dela**. A condição de assalariado é mais do que um pagamento por um trabalho é a definição de uma relação de poder que define a distribuição dos indivíduos no espaço social, diferenciando-os e/ou identificando-os. O assalariado é julgado e se julga a partir de sua situação de empregado, ele é o que é, existe socialmente a partir do lugar que ocupa no espaço social.

O salário libertou o trabalhador da escravidão e o aprisionou ao capital. Mas mesmo subordinados ao capital, estes trabalhadores encontram um lugar na sociedade, estão incluídos no jogo do sistema. O salário é uma remuneração, mas é também o reconhecimento de que o trabalho e o trabalhador são socialmente úteis. O trabalhador tem, através de sua condição de assalariado, uma espécie de cidadania legitimada pela sua participação reconhecida na

construção da sociedade e na produção para esta sociedade. Ser assalariado é, segundo Castel (1989, p.581) “o ponto médio concreto sobre o qual se constroem direitos e deveres sociais, responsabilidades e reconhecimento, ao mesmo tempo que sujeições e coerções.”

Este é, portanto, o homem fordista, cuja identidade, a cidadania, as conquistas de sua vida, seus projetos, a relação com sua família são mediadas e condicionadas pelo seu trabalho, ou melhor, pelo seu emprego, seu salário e carreira que ele constrói ao longo de sua trajetória. É um tipo de homem que renuncia seu presente, vende disciplinadamente sua força de trabalho, renuncia e aliena momentos de sua vida para o capital em troca de diversos benefícios sociais, aposentadoria, acesso a planos de saúde, escola para os filhos, prestação da casa, um carro, um determinado padrão de consumo, o reconhecimento social, um lugar na produção da realidade, ou seja, um conjunto de coisas que este trabalhador deseja, legítima como essenciais e o fazem ser quem é. Com seu salário certo ao final do mês, sabe exatamente o que fazer, como poupar, em que gastar, em que investir, sabe também que o terá, o salário, ao final do mês novamente, para continuar planejando sua vida e o seu futuro.

Com isso, acredita-se ter elencado algumas das características mais evidentes, capazes de identificar a maneira como o trabalhador fordista, o empregado, o clássico trabalhador formal, se relacionava com seu mundo, produzindo-o e reproduzindo-o e sendo produzido por ele. Deve-se agora, revelar o seu avesso, ou em linguagem *junguiana*, a sua sombra, aquele que sempre existiu, no capitalismo, desde os seus primórdios e mesmo em sua fase fordista, mas sempre foi escondido e disfarçado nas periferias da sociedade, ou nas profundezas dos inconscientes, o trabalhador flexível, que tem sua máxima expressão, no capitalismo contemporâneo, na figura dos “sem emprego”.

3.2 - O TRABALHADOR FLEXÍVEL:

Como diz Castel, o assalariado foi criado e, primeiramente, colocado à margem da sociedade, foi aos poucos invadindo os espaços sociais, até que chegou ao topo e ao centro do mundo humano, espalhando a sua marca por toda parte. Passou a ser a única definição possível para o trabalho, assumiu o papel de definidor de status e identidade social para homens e mulheres em detrimento de outras instâncias da realidade social. Quando, enfim, a sociedade experimenta índices de pleno emprego nos países do primeiro mundo quando o emprego se torna elemento central na vida dos homens, quando parece não ser mais possível viver sem um salário e seus benefícios, esta condição social desmorona e o emprego parece deixar de ser central para a continuidade do processo de acumulação do capital. O fordismo parece não ser mais interessante para o capitalismo e o homem fordista se torna descartável e até mesmo inútil.

A crise do fordismo pode ser datada, segundo a maioria dos estudiosos, no período final dos anos 60. É a partir deste momento que passam a se manifestar os vários sintomas do esgotamento do fordismo enquanto modelo de gestão e organização do processo de trabalho e enquanto modelo de sociedade. Para Harvey (1989), esta crise pode ser resumida em uma palavra: **rigidez**. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo, de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa, havia rigidez nos mercados, no consumo, na organização do trabalho, no Estado de Bem Estar, nas relações pessoais, enfim, em todas as dimensões da vida do padrão de acumulação fordista.

No caso mais restrito da rigidez na gestão e organização do trabalho, havia uma resistência por parte dos trabalhadores, sustentada em um poder sindical extremamente forte que impedia

qualquer possibilidade de flexibilização das relações de trabalho ou supressão de qualquer conquista já adquirida pelos trabalhadores. As manifestações e movimentos organizados pelos sindicatos passam a apontar para uma recusa de continuar contribuindo com a gestão taylorista-fordista, baseada em um tipo de trabalho parcializado, repetitivo, burocratizado, desqualificado e rotinizado. As lutas e resistências podiam ser expressas nos índices de absenteísmo, nos defeitos de fabricação e nas quebras de ritmo da produção (DRUCK, 1999).

Na verdade este conjunto de manifestações representavam bem mais que um protesto contra um modelo de organização do trabalho, tanto que, passam a não se limitar ao chão das fábricas ou outros locais de trabalho, mas se generalizam para os vários setores da sociedade. Assim, jovens e estudantes, na maioria das vezes, passam a se rebelar contra o *jeito americano* questionando sua rigidez e seus padrões racionais, autodisciplinados, que regulavam não só o trabalho, mas principalmente a vida. Vários movimentos se espalham em todo mundo reivindicando, através de uma espécie de indisciplina social, propostas de sociedades alternativas, livres do controle e da burocracia do fordismo (HARVEY, 1989; DRUCK, 1999).

É por isso que para os autores da Escola de Regulação¹², o fordismo começa a desmoronar por causa dos movimentos sociais, tanto dentro dos locais de trabalho, quanto nas ruas em todo o mundo. A crise do sistema possuía, também, um caráter estrutural, na medida em que, os movimentos sociais e a resistência da classe trabalhadora, representadas principalmente na recusa dos trabalhadores de se submeterem à gestão fordista, implicavam numa crise no regime de acumulação do sistema (DRUCK, 1999). Aos poucos, o pacto social fordista começava a ruir. A produtividade começava a despencar, a taxa de crescimento do lucro

¹²A Escola da Regulação Francesa desenvolve o debate que leva à uma leitura do fordismo não só como um modelo de gestão do trabalho, mas principalmente como um modelo de regulação da sociedade como todo, extrapolando os muros das fábricas.

baixava e os investimentos seguiam o mesmo curso. Como os investimentos eram menores, geravam menos emprego e reduziam-se os salários, comprimindo então os mercados e o consumo. O desemprego também disparava, mas o pacto fordista implicava em aumentos dos investimentos nos programas de auxílio social a estes desempregados. Como estes encargos sociais ficam bastante pesados, passam a ser financiados pelos impostos, onerando a parte mais ativa da economia, tanto no que se refere aos salários dos trabalhadores, quanto no que diz respeito aos lucros das empresas. Tudo isso provoca novamente uma queda nos lucros e nos investimentos agravando a crise do sistema. O único instrumento de resposta a esta crise que possuía um caráter mais flexível era a política monetária do Estado, que passava a imprimir o quanto de moeda fosse necessária para manter este sistema funcionando, o que provocou uma onda inflacionaria que poria um fim no período de expansão do pós-guerra (HARVEY, 1989).

Somou-se a tudo isso os efeitos da decisão da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) de aumentar os preços do petróleo e a decisão árabe de suspender a importação do ouro negro para os países do Ocidente durante a Guerra árabe-israelense de 1973. Isto provocou uma crise energética que se associa à crise financeira já existente, ampliando a crise mais geral do sistema. A profunda recessão desencadeada pela onda inflacionaria do início da década de 70, juntamente com o choque do petróleo puseram em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista.

O que fica evidente é que o fordismo, entendido como um pacto social, deixa de servir como um modo de vida legítimo, tanto no que diz respeito às estruturas sociais, quanto às necessidades subjetivas dos sujeitos sociais. O pacto social fordista e seu modo de vida não serviam mais, nem como instrumento de hegemonização do capital, nem como um jeito de ser

legítimo desejado pelos homens. As décadas de 70 e 80 representam, portanto, um período marcado por diversas transformações estruturais e subjetivas, evidenciadas em uma profunda reestruturação econômica, social e política ocorrida neste período. Verifica-se a instalação do que se pode chamar de um período de transição, marcado por oscilações e incertezas e que inaugura uma série de novas experiências no espaço da organização do trabalho e da vida social como um todo.

A crise no pacto social fordista e também no modo de produção vigente neste tipo de sociedade ameaçava a sobrevivência do próprio sistema capitalista como um todo o que fez com que o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, com o intuito de recuperar a eficácia do seu ciclo produtivo, ao mesmo tempo em que visava restabelecer o seu projeto de dominação societal, abalados pela confrontação e conflitos do trabalho que questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capitalismo, bem como de seus mecanismos de controle social (Antunes, 2002).

O capital deflagrou, então, diversas transformações no próprio processo produtivo, além de desenvolver um aparato político-ideológico para reconfigurar suas bases de controle social. Druck (1999, p.71) aponta três fatores estruturais como centrais para compreender este período de transição e tentativa de resolução da crise que se estabeleceu no modo de produção fordista: primeiro, o acontecer da Terceira Revolução Industrial; segundo, as mudanças nas políticas de gestão e organização do trabalho; e terceiro, uma flexibilização nos mercados de produtos. A grande transformação estrutural da qual necessitava o capitalismo para se restabelecer seus padrões de dominação sobre os trabalhadores se sustentou nos fenômenos da reestruturação produtiva, do neoliberalismo e da globalização.

O pacto fordista se esgotara, portanto. Não interessava nem ao sistema, nem aos homens. Era preciso legitimar um outro regime. O que os diversos autores colocam sobre o tema é que os movimentos sociais, principalmente os de trabalhadores se enfraqueceram com a crise e não conseguiram imprimir uma onda de transformações na sociedade que pudessem superar esta crise de forma favorável para si. Com isso, o pacto fordista que trouxera diversas conquistas para a classe que vive do trabalho, ao ser rompido, deixa morrer consigo estas conquistas e o que a história mostra é uma vitória do modelo de sociedade proposto pelo ideário neoliberal, o qual, impulsionado pelo slogan da flexibilização, desencadeia um processo de precarização das relações de trabalho e, conseqüentemente, da vida de trabalhadores em todo mundo. A sonhada desrotinização e desburocratização das relações sociais parece ser um remédio um tanto amargo para a classe que vive do trabalho. Passa a nascer o modelo de acumulação flexível e com ele o trabalhador flexível e o homem flexível.

Embora tenha se esgotado enquanto um pacto social e enquanto aparato político e ideológico de reprodução do capitalismo, o fordismo, como modo de produção e de dominação do trabalho não é eliminado pelos processos de reestruturação do capital e posterior consolidação da acumulação flexível. Na verdade, conforme aponta Druck (2002), as respostas à crise do fordismo, não só não resolveram a crise, como a aprofundaram, na medida em que ao combinar a adoção de novas tecnologias e formas de organização flexíveis com padrões tipicamente fordistas, não implicam necessariamente em uma eliminação do fordismo para a construção de uma forma de regulação completamente nova. Apesar disso, a combinação de práticas fordistas com a adoção do regime flexível vai implicar na configuração de um tipo de sociabilidade diferenciado no capitalismo flexível.

Como já foi mostrado anteriormente, Castel evidencia as condições históricas, as estruturas que tornaram possível o surgimento e estabelecimento da sociedade salarial e, para tanto, elenca cinco acontecimentos históricos. Bem, a transição da sociedade salarial para o modelo de acumulação flexível, pode ser entendida como um processo de desconstrução daqueles cinco pontos descritos por Castel. Assim, para uma melhor compreensão do significado destas transformações no trabalho e na vida, vale a pena fazer um pequeno exercício e inverter os acontecimentos descritos por Castel. Observa-se, então: um processo de desmantelamento do direito do trabalho juntamente com sua noção de convenção coletiva, passando cada trabalhador a ser tratado e identificado como uma individualidade, como uma empresa, além do fato de a classe trabalhadora sofrer uma completa regressão histórica com a perda de diversos direitos e benefícios conquistado no pacto fordista; uma maior concentração da renda e, conseqüentemente, a diminuição dos investimentos em bens públicos, reduzindo a distribuição destes bens para a maioria da sociedade; uma onda de recessão, desemprego e reduções salariais que acaba excluindo grande parcela da população da possibilidade de consumir grande parte do que é produzido; a expulsão do trabalhador dos pontos fixos de trabalho através das ondas de desemprego, subcontratação, terceirização e flexibilização das jornadas e relações de trabalho; por fim e como conseqüência do que foi dito, verifica-se uma dificuldade de diferenciar e classificar os ocupados e os não ocupados no mercado de trabalho.

Estas características parecem, portanto, expressar um retrocesso histórico. Talvez com relação às conquistas sociais sim, mas em se tratando dos diversos avanços tecnológicos e da tendência do sistema capitalista de subordinar o homem à sua lógica, a história parece só ter caminhado para frente. O sistema flexível parece ter aperfeiçoado a capacidade fordista de colocar o controle da vida dos homens nas mãos do capital. Durante a vigência do fordismo,

ainda havia a ameaça socialista sempre presente e que proporcionava um certo equilíbrio de forças entre os trabalhadores e o capital. O modelo de acumulação flexível parece não ter inimigos, a não ser suas próprias contradições internas.

Mas o movimento do capital em busca de uma resolução para a crise do sistema se pauta exatamente no enfraquecimento das resistências dos trabalhadores, iniciando assim um processo de reestruturação produtiva, apoiado numa tecnologia microeletrônica, em novas políticas de gestão e organização do trabalho fundamentadas em uma política patronal que visa cooptar e neutralizar qualquer forma de protesto ou resistência da classe trabalhadora. São políticas que acabam excluindo, através de demissões, subcontratações e terceirizações grande parte dos trabalhadores, enfraquecendo suas entidades coletivas e sua capacidade de organização (DRUCK, 1999).

São diversos os processos que levam à formação deste novo modelo de sociabilidade e do novo homem que nela se forma, mas o foco central de todas estas transformações é o confronto direto com a rigidez do fordismo. No que diz respeito às relações de trabalho Harvey afirma que:

Esses arranjos de emprego flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo. A mudança mais radical tem seguido a direção do aumento da subcontratação [...] ou do trabalho temporário [...] A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins. (HARVEY; 1989, p.144)

A precarização do trabalho, a onda de desemprego, a flexibilização das relações de trabalho parecem ser uma exigência da acumulação capitalista no final do século XX. O homem, para

viver sob esta lógica, ou para construí-la e reproduzi-la deve ser diferente daquele tipo do homem fordista, deve se instaurar uma nova ética, uma nova relação com o tempo e uma nova mediação com o mundo para constituir identidades, já que, a condição de assalariado passa a ser algo ultrapassado desnecessário, inútil. O trabalhador e o homem flexível devem gostar do risco, da incerteza, de tudo que dê uma sensação de liberdade frente à burocracia e previsibilidade do fordismo.

Um ponto fundamental para entender esta nova lógica flexível é a descartabilidade de tudo. No mercado de consumo, uma quantidade cada vez maior e mais variada de produtos é lançada para logo perderem seu caráter de novidade e serem logo substituídos por algo mais novo. Citando Mézáros, Antunes (2002) chama atenção para uma intensificação da *taxa de utilização decrescente da do valor de uso das mercadorias*:

Quanto mais qualidade total os produtos devem ter, menor deve ser o seu tempo de duração. A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando aumentar a velocidade do circuito produtivo e, desse modo, ampliar a velocidade da produção de valores de troca, faz com que a qualidade total seja, na maior parte das vezes, o invólucro, a aparência ou aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar pouco e ter uma reposição ágil no mercado.

O mesmo ocorre no mercado de trabalho, pessoas são contratadas e demitidas com uma facilidade incrível. Surge a onda do novo, qualquer coisa que dure um pouco mais de tempo torna-se velha, gasta e obsoleta, como os homens também são mercadorias, são coisas, logo perdem a utilidade para a empresa. Que empresa quer continuar com aquele “velho” empregado que constituiu carreira na empresa, recebe um salário alto, tem todos os benefícios, é autodisciplinado e não consegue inovar já que foi “criado” na rotina do fordismo? Este trabalhador é caro para o capitalista, a existência de um contrato com carteira assinada o torna oneroso para a empresa, assim, este trabalhador é considerado antigo, não

presta, tem dificuldade de se adaptar, não está preparado para o risco do novo mundo, suas qualificações e conhecimentos estão ultrapassados e por isso, deve ser descartado. Isto é o que mostra os diversos planos de demissão voluntária implantados em diversas empresas no Brasil, que acabaram por fazer um enxugamento no quadro de funcionários, principalmente daqueles cujo perfil é marcado pelo longo tempo de empresa e pela estabilidade. Um outro exemplo é a prática recente das instituições de ensino superior privado no Brasil que têm se recusado a contratar, e em alguns casos até têm demitido professores com alta qualificação e longa experiência de ensino, com o intuito de reduzir os custos.

Mas, mesmo neste novo sistema, perduram diversas estruturas fordistas, principalmente em se tratando da permanência de algumas leis trabalhistas que defendem. Na verdade, para o mundo flexível, estas estruturas também estão obsoletas e carregam o estigma da burocracia e rigidez fordista. Portanto, as leis são flexibilizadas e as estruturas e instituições, de um modo geral são reinventadas, ou mesmo destruídas. O mundo flexível ganha caráter e nome de pós-moderno. Tudo aquilo que represente durabilidade, constância ou previsibilidade não presta. Assim, no mundo pós-moderno, tanto a ciência, quanto o senso comum passam a rejeitar as estruturas, os sistemas, as instituições ou qualquer coisa que represente algum caráter de estabilidade, coletividade ou que fuja da instantaneidade do presente.

No âmbito das relações mundiais observa-se uma financeirização de todas as relações econômicas. Priorizam-se aplicações em mercados financeiros e a especulação passa ser a mola da história. Montantes de dinheiro e ações baseadas em valores especulados, fictícios, valem mais do que indústrias de concreto, do que homens de carne e osso. Empresas fundem capitais, outras são privatizadas, outras simplesmente desaparecem ou são vendidas, com todo desprendimento e todo este processo é acompanhado de demissões, subcontratações,

terceirizações etc. É preciso correr risco e viver no risco e nas incertezas, porque é o risco que produz dinheiro e a incerteza é apresentada como a única alternativa.

Segundo Castel (1989) três pontos aparecem como pilares para a cristalização deste novo regime. Primeiro, a *desestabilização dos estáveis*, ou seja, verifica-se que grande parte da classe operária e assalariados de classe média estão perdendo seus empregos. Segundo, a *instalação na precariedade*, que significa que estes trabalhadores que perdem seus empregos perdem, também, toda a série de direitos e benefícios que a condição de assalariado lhes garantia, além de serem lançados na informalidade ou no desemprego. Terceiro e último, verifica-se um *déficit de lugares* ocupáveis na estrutura social, ou seja, há uma redução dos postos de trabalho e dos lugares possíveis onde as pessoas possam exercer alguma atividade que possa ser útil à sociedade e que, portanto, garanta algum reconhecimento público.

Todas estas transformações servem de base para a formação, ao mesmo tempo em que são formadas por uma nova ética do trabalho, que implica, fatalmente, em uma nova relação com o tempo, além de novas bases constituidoras de identidade, já que, a condição de assalariado parece ser privilégio de uma parcela cada vez mais reduzida da *classe que vive do trabalho* (ANTUNES). É assim que se forma o homem flexível, com suas formas de pensar e agir próprias e diferenciadas do homem fordista, do empregado assalariado, é assim, portanto, que se forma, a partir da desconstrução da sociedade salarial, a sociedade dos sem emprego. O que parece mais curioso na definição do modo de ser deste novo tipo de homem e de sociedade é que para defini-lo, deve-se buscar aquilo que eles foram, ou seja, eles só se definem por aquilo que não são mais. Parece que tentar buscar e identificar qualquer substância palpável no comportamento destes homens somente pelo que são hoje é uma tarefa muito difícil.

Neste intento, Richard Sennett (1999) parece ter tido avanços consideráveis na definição deste novo homem. O trabalhador flexível despreza o conformismo, os conformistas e todos aqueles que se escondem e se protegem debaixo da armadura da burocracia, ao contrário, sabe que tem que se manter preparado e aberto a mudanças e a correr riscos. Um dos pontos principais tocados pelo sociólogo americano diz respeito às novas maneiras de organização do tempo social, principalmente do tempo de trabalho.

O primeiro ponto a ser destacado nesta nova ética do trabalho é que no modelo de acumulação flexível não há longo prazo. Aquele tipo de trabalho baseado na constituição de uma carreira duradoura, que avança ano a ano e utiliza um mesmo conjunto de qualificações por toda uma vida está simplesmente acabando. O mercado e o novo tipo de racionalização da vida não permitem que se faça as mesmas coisas sempre do mesmo modo, não permite que as pessoas possam permanecer por muito tempo em um mesmo trabalho, em uma mesma empresa, exercendo uma mesma atividade.

A lógica do recebimento de uma quantia em dinheiro como pagamento após a realização do trabalho feito parece ainda permanecer. Mas a certeza de poder contar com o salário, como no pacto fordista parece estar cada vez mais distante para parte da classe trabalhadora. Pelo menos é que tentam afirmar os grupos ou classes que se beneficiam das relações de poder do novo capitalismo. Ninguém mais pode afirmar ter certeza que vai conseguir um bom emprego na juventude, que vai construir uma carreira neste emprego e melhorar seu salário ano após ano. O trabalhador flexível não pode ter certeza de nada, pois ter certeza sobre o futuro pode implicar em fraqueza, pode significar uma dificuldade de lidar com o risco e as incertezas do mercado.

Nenhum trabalhador dura muito tempo em uma atividade, logo, ele deve tirar todo proveito que esta atividade puder lhe trazer no presente. Nada de satisfações adiadas, nada de projetar desejos e vontades para o futuro, o que interessa é o presente, o aqui e agora imediato. Conforme aponta Sennett, a seta do tempo se partiu, não tem mais trajetória, não tem mais direção numa espécie de sociedade onde as instituições são sempre reinventadas. A medida do tempo histórico na sociedade fordista se dava pela observação do passado e por uma projeção do futuro calcada nas conquistas do presente. Na sociedade flexível o passado deve ser descartável e descartado, pois funciona como uma bola de ferro que impede o novo de surgir e caminhar, o futuro simplesmente não existe e não se pode pensar nele, nem mesmo projetá-lo, já que ninguém sabe o que estará fazendo no dia seguinte. A única coisa que existe é o presente, um contínuo e eterno presente, por isso, este novo tipo de homem busca realizações imediatas. Se estiver trabalhando em um emprego temporário para uma empresa, deve aproveitar ao máximo esta oportunidade e fazer o que puder com o dinheiro que ganhar, já que o dinheiro é insuficiente para poupar e não se sabe se depois vai ter um outro trabalho para ter dinheiro e satisfazer as necessidades.

A ética do trabalho que predominou no fordismo e que possibilitou um adiamento das conquistas e satisfações, além de um planejamento claro do futuro, estava fundamentada, como já foi dito, em instituições duráveis e previsíveis. Esta forma de lidar com o tempo não tem lógica nenhuma em um regime cujas instituições mudam rapidamente.

O *flexitempo*, como prefere denominar Sennett, não é como o calendário de folgas e férias do emprego formal, nem é comparável ao total de horas semanais que o empregado tem que cumprir na empresa. Não há bases concretas sobre as quais se organizar para planejar e organizar o tempo futuro, o tempo é sempre pensado e organizado no e para o presente. Seja

na arrumação da barraca na rua, na espera do “flanelinha” pelo próximo carro, na caminhada diária à procura de um emprego, no aceno do próximo passageiro na fila do táxi, na angústia por ver chegar a data do fim do contrato ou no medo da perda do emprego a qualquer momento.

Uma questão então deve ser levantada, como estes trabalhadores, estes homens compõem um trajetória, como definem o que são, como modelam suas vidas, já que o passado é constantemente destruído, como estes homens podem desejar ser algo já que o futuro está sempre fora de seu alcance. Na sociedade da acumulação flexível há toda uma tentativa de desconstrução e deslegitimação das estruturas ou instituições (sindicatos, entidades de classes, partidos, emprego, carreira) as quais os homens costumam tomar como referência para se enxergar e compor uma imagem de si mesmos.

O que se tem hoje é uma geração de trabalhadores e de homens cuja trajetória de trabalho é extremamente fragmentada, não conseguem se fixar em emprego e a cada ano ou mês estão exercendo uma atividade diferente, não recebem sempre um salário no final do dever cumprido, já que, às vezes, não têm nem mesmo um dever a cumprir, não têm capital para investir em poupanças e não podem contar com uma aposentadoria ou um descanso quando estiverem com idade avançada, pois não estão protegidos por direitos e benefícios. Talvez, a única coisa realmente certa e previsível em suas vidas é que o **não** é uma constante em suas vidas, ou seja, só tem certeza do que **não são** e da imprevisibilidade das suas condições.

Parte destes trabalhadores flexíveis enfrentam também a condição de não ter salário, não ter emprego, e estar excluído, portanto, da sociedade salarial, estar “excluído” do emprego fordista. O seu consumo é restrito àquilo que o seu ganho em alguma atividade realizada no

dia, no mês, ou no ano, puder comprar. Para os mais precarizados dos trabalhadores flexíveis, a situação é pior: não sabe quanto nem quando vai ganhar e, quando está ganhando alguma coisa, não sabe durante quanto tempo esta remuneração pode durar, já que o trabalhador pode ser dispensado de sua atividade a qualquer momento. Esta lógica faz com que o trabalhador fique impossibilitado de programar seus gastos, de poupar um dinheiro e construir um projeto futuro para si e sua família. Na verdade, o que ocorre não é uma impossibilidade de calcular gastos e despesas, ao contrário, estes trabalhadores têm que entrar numa lógica onde o cálculo racional do tempo e do dinheiro é bem mais radical e bem mais imediato. Deve-se ter o cuidado de viver com o pouco e com o incerto, por isso, o gasto e a relação com o dinheiro têm que ser mediados por um grau de racionalidade maior, já que é feito todo momento, num presente interminável, sem descanso, sem possibilidades de acumular. A relação com o tempo e o dinheiro tem de ser calculada a ponto de garantir um consumo mínimo que possibilite uma sobrevivência e reprodução mínimas do trabalhador.

No capitalismo flexível difunde-se uma ideologia geral de que a condição de assalariado, se não já acabou, tem seus dias contados. É como se o emprego tivesse se tornado coisa do passado, de um tipo de capitalismo que não existiria mais. E esta ideologia se difunde embora a realidade empírica demonstre que a relação de assalariamento ainda é central, não só para a reprodução do sistema, mas também como elemento definidor da identidade e das práticas sociais dos trabalhadores. Mas decretar e disseminar a ideologia do fim do emprego é, para o capital, decretar junto com o emprego, a perda da identidade da classe trabalhadora e isso é fundamental para manter a balança das relações de poder do sistema sempre favorável ao capital. A pergunta que se coloca é: - Quem é o trabalhador flexível? A resposta é que às vezes ele pode ser assalariado, às vezes está contratado como terceirizado, em outro momento está desempregado, amanhã faz um bico e depois presta um serviço para alguém em troca de

algum dinheiro, está sempre pronto para ser tudo, dependendo da demanda, este trabalhador se adapta a qualquer coisa, a qualquer dificuldade, a qualquer emprego, afinal de contas, ele é flexível, ele é adaptável. Bem, pode parecer sofisma, mas quem é tudo, na verdade não é nada, não há nada em que se prender para defini-lo. Desta forma, a decretação do fim do emprego e do trabalhador enquanto classe, aparece como uma ideologia eficaz para a dominação do capital sobre o trabalho.

A saída acaba sendo identificar e definir estes trabalhadores pelo que não são mais, pelo que já foram um dia. Mas com isso, corre-se o risco de aceitar a ideologia de que a relação salarial, o emprego e as garantias que nele se sustentam, fazem realmente parte de um passado que não volta mais. Como já foi colocado, a condição de assalariado serviu e ainda serve como um definidor da classe trabalhadora, serviu e serve como um constituidor de identidade social e demarcador dos lugares ocupados pelos homens no espaço social. Um trabalhador, na condição de assalariado ocupa uma posição clara no espaço social, pode-se facilmente definir quem são seus “inimigos” e amigos. Dentro de uma relação de emprego direta, conforme aponta Castel, as relações de poder estão mais bem definidas e os trabalhadores têm mais facilidade de se organizar coletivamente com seus comuns e reivindicar posições no espaço social. É exatamente esta capacidade de organização e identidade coletiva que o capitalismo flexível quer destruir ao tentar decretar o fim do emprego, o fim da sociedade salarial.

O que se tenta instituir é um tipo de homem, um tipo de trabalhador para o qual a lógica da identidade de classe, baseada na atividade que este trabalhador exerce inexistente. A ideologia que prega por todas as partes que o emprego não é mais central para o sistema e que esta relação social já está com seus dias contados, tem, na verdade o intuito de romper com a identidade do trabalhador com o seu trabalho e com a sua classe. O trabalhador flexível visto

como um tipo de trabalhador que não possui uma atividade duradoura, que tenha uma visibilidade social, e que não pode provar à sociedade e a ele mesmo que é útil e que é necessário para a produção e construção da realidade social, acaba se tornando, no plano da aparência, descartável para o sistema e portanto, acaba sendo supérfluo, também, dentro do ideário social.

E, embora o trabalho humano permaneça central para a produção e reprodução do capitalismo, o fato de aparecer como supérfluo e dispensável, faz como que o homem se torne mais vulnerável dentro dos processos de exploração do sistema. No capitalismo flexível o que interessa é tornar o trabalhador descartável e fazer com que ele assim se veja. Não importa o homem, o que importa é que a atividade seja feita e qualquer um pode fazer. Se um homem não faz, pode ter certeza que tem alguém que pode fazer no seu lugar e ocupar seu lugar no espaço social. As pessoas são descartáveis, não importam quem são. Desta forma, esta ideologia é disseminada no intuito de romper com as possibilidades de identidade de classe. Um trabalhador flexível não pode ser visto como companheiro de classe de outro trabalhador flexível. Eles acabam aparecendo no mercado como concorrentes e disputam os mesmos postos de trabalho, os mesmos espaços, a atividade e a clientela. A pergunta a ser feita é, segundo Sennett: quem precisa destes homens? O sistema inteiro irradia indiferença e torna cada trabalhador desnecessário, inútil e descartável.

Difunde-se no plano ideológico e político (no plano da luta de classes) a crença de que todos os trabalhadores são inimigos em potencial, já que, todos são concorrentes. Para o homem flexível sua definição não se dá pelas similitudes ou por sua identificação com o outro, mas somente pela diferença. “Só sei o que sou e isso só vale para o aqui e agora. Sei também que não sou o outro, pois o outro, ou me contrata, ou é meu concorrente”. A este trabalhador só

resta tentar provar que é útil, que sabe trabalhar e que seu trabalho tem algum valor social. Assim, não basta saber trabalhar, ter qualificação, é preciso saber se vender, ser empresário de si mesmo, ser seu próprio patrão, ser uma empresa e negociar seu valor. Os indivíduos são forçados, eles mesmos, a definir sua identidade profissional e convencer a todos, para fazer com que seja reconhecida (CASTEL, 1989).

O trabalhador flexível parece não possuir, portanto, estruturas fixas nas quais construir uma identidade e um modo de ser fixos, ele vive sob uma lógica da reinvenção contínua das instituições e, portanto, uma lógica na qual tem que reinventar suas práticas, atitudes e posturas diante das mais diversas situações. Sennett afirma que o aspecto da flexibilidade que talvez mais cause confusão é exatamente seu impacto sobre o caráter. Caráter aí entendido como: “o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros” neste sentido o termo caráter “concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossas experiências emocionais. É expresso pela lealdade e compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro” (SENNETT, 1998, p.10). Como então definir o caráter de alguém que não tem como ter qualquer projeto a longo prazo ou que não possa adiar sua satisfação para o futuro? Como estes homens podem estabelecer relações de lealdade e compromissos mútuos numa sociedade onde as estruturas e instituições são feitas e desfeitas a todo momento? Como dizer algo sobre alguém que vive nesta sociedade? A idéia seria acreditar que não há definição suficiente para estes homens flexíveis, eles não teriam um caráter definido, portanto, já que são incapazes de firmar compromissos mútuos e duradouros, pois os termos nos quais definem seus compromissos estão sempre sujeitos a incertezas e mudanças.

Bem, talvez não seja bem assim e, neste sentido, vale recorrer a Marx. Quando se olha estes homens como indivíduos isolados, fica realmente difícil defini-los, tamanha a inconstância e heterogeneidade de sua condição, acaba-se reproduzindo esta lógica moderna da individuação. No entanto, quando se olha estes homens como trabalhadores, como um todo coletivo, seu eu se enche de significados e sentidos. Como trabalhadores, são ágeis, adaptáveis, estão abertos a mudanças, realizam suas atividades, fazem seus pactos, seus planos e cálculos sempre numa relação de curto prazo, assumem riscos continuamente e dependem cada vez menos de leis e instituições formais. Mas não é só isso, não é porque não estão em situação de emprego que não têm utilidade social, que não participam da construção e reprodução da realidade social. Ao contrário, são extremamente úteis neste momento histórico do capitalismo. O capital precisa deles, precisa destes trabalhadores em situação de precariedade e fragmentados, eles fazem parte, como foi dito antes, de um Exército de Reserva, que é indispensável para a acumulação do capital. Em seus manuscritos Marx escrevia:

O trabalhador só é trabalhador assim que é *para si* capital, e só é capital assim que é um *capital para-ela*. A existência (*Dasein*) do capital é a *sua* existência, a sua *vida*, na medida em que este, independentemente do trabalhador determina o conteúdo do seu modo de vida. A economia política não conhece, por conseguinte, o trabalhador desocupado, o homem que não trabalha (*Arbeitsmenschen*), na medida em que ele se encontra fora da relação de trabalho. O homem que trabalha (*Arbeitsmensch*), o ladrão, o vigarista, o mendigo, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso são *figuras (Gestalten)* que não existem *para ela*, mas só para outros olhos, para os do médico, do juiz, do cozeiro, do administrador da miséria, fantasmas [situados] fora de seu domínio. As carências (*Bedürfnisse*) do trabalhador são assim, para ela [a economia política], apenas a necessidade (*Bedürfniss*) de conserva-lo *durante o trabalho*, a fim de que a *raça dos trabalhadores* não desapareça. O salário possui, por conseguinte, exatamente o mesmo significado de *conservação (Unterhaltung)* na manutenção (*Standerhaltung*) de qualquer outro instrumento produtivo, tal qual o *consumo do capital* em geral, podendo reproduzir-se com juros. Como o óleo que se põe na roda para mantê-la em movimento. O salário pertence, pois, aos custos obrigatórios do capital e do capitalista e não deve ultrapassar a necessidade desta obrigação.” (Karl Marx apud Ranieri, 2001, pp.32-33,)

No capitalismo todo homem é transformado em capital e, portanto, toda forma de trabalho é capital. Na acumulação flexível a história não é diferente. O trabalhador flexível é útil e necessário. Desta forma, o modelo de acumulação flexível, formado a partir da reprodução, juntamente com a superação de certas práticas do fordismo, também parece se constituir como um modelo, não só de gestão do trabalho, mas como um modelo de organização da sociedade. Por isso, uma nova sociedade se constitui e é constituída por um novo tipo de homem, este homem flexível, que vive o risco e o medo de não mais poder projetar seu futuro baseado em um “salário certo”, um tipo de homem para quem a noção de carreira parece ter o seu fim decretado (embora ela permaneça viva para parte considerável dos trabalhadores), um homem que redefine as suas relações sociais a partir de cálculos e de um tipo de racionalidade que parecem sofrer uma radicalização tremenda e que invadem todas as instâncias da vida. Este novo homem acredita que deve ser patrão de si mesmo (mesmo quando não é deve estar preparado para ser se for necessário), que é ele mesmo que deve regular seu tempo e disciplinar sua conduta, já que foi decretado o fim de qualquer instituição ou estrutura burocrática visível para fazer este controle. Parece que o homem racional de Weber atinge seu grau mais radical, pois nem precisa mais da “jaula de ferro” para coagi-lo. Na verdade, ao acreditarem ser empregados de si mesmos, estes trabalhadores parecem não perceber que continuam empregados do capital.

CAPÍTULO 4 - NOTAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E NA BAHIA.

No capítulo anterior foi demonstrado de que forma se deu a construção da chamada sociedade salarial a partir da constituição do pacto social fordista no período da era de ouro do capitalismo. Como é sabido, em países periféricos como o Brasil, jamais se constituiu um tipo de sociedade nos moldes do pacto social que se estabeleceu nos países centrais europeus e nos Estados Unidos. O fordismo periférico, como é conhecido o tipo de industrialização que se desenvolve nos chamados países de terceiro mundo como Brasil, é marcado, portanto, por um conjunto de singularidades e especificidades condicionadas por uma herança histórica do julgo colonial, em um primeiro momento, e pela dominação imperialista, já no século XX.

Estes dois fatores, o colonialismo e o imperialismo são considerados por historiadores e cientistas sociais como fatores cruciais e decisivos nas decisões políticas e econômicas que definiram o processo histórico de industrialização em países como o Brasil. No entanto, embora os países “de terceiro mundo” não tenham tido um processo de industrialização nos moldes dos países centrais e embora não tenha havido no terceiro mundo a construção de um pacto social nos moldes da sociedade salarial do “primeiro mundo”, a história mostra que, mesmo em países como o Brasil, o confronto entre a classe trabalhadora e as elites nacionais e articulação destas elites com o Estado e com o capital internacional, levaram à formação de um tipo de industrialização e de um modelo de sociedade no qual parte da classe trabalhadora acaba conquistando uma série de direitos e benefícios, que nem de longe se igualam às

conquistas dos trabalhadores dos países centrais, mas que se constituem, também, como conquistas históricas para um conjunto de trabalhadores que lutavam para superar uma herança colonial e escravista.

Neste sentido, embora não se possa falar em um Estado de Bem Estar Social ou em um pacto fordista no Brasil, o modelo de industrialização desenvolvido no país, bem como o conjunto de políticas sociais, somadas à legislação trabalhista “criada” pelo Estado, inauguram uma fase na história do Brasil na qual passa-se a acreditar na possibilidade de uma formalização completa das relações de trabalho e, com isso, na construção de uma sociedade salarial capaz de levar o país a um tipo de desenvolvimento característico ao dos países centrais. Este sonho que se constrói, mesmo sob as mazelas de um país *de economia dependente*, se desfaz, quando, na década de noventa, do século XX, o Brasil adota as medidas de liberalização da economia e entra, também, na era do capitalismo flexível.

É sob esta ótica que, neste capítulo, será feita uma breve recuperação sobre a história do mercado de trabalho no Brasil e na Bahia, para uma melhor compreensão da realidade dos brasileiros que *vivem do e no trabalho* e, mais precisamente, para uma melhor compreensão das realidades históricas e objetivas nas quais se inserem os trabalhadores informais e desempregados da cidade de Salvador.

4.1 - A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL:

Segundo Feitosa dos Santos (2000), a história do recrutamento da força de trabalho no Brasil é, desde sua origem como colônia escravista, até os dias atuais, mesmo que de forma simbólica, marcada pelo autoritarismo, a submissão e a violência. As análises deste autor

sobre as formas de trabalho presentes no Brasil Colônia ou Império esclarecem sobre uma dificuldade de se falar em mercado de trabalho no país durante estes períodos. É somente no século XX, mais precisamente a partir da década de 40, que se começa a identificar a formação de um mercado de trabalho no Brasil, mesmo que de forma singular e subdesenvolvida, nos moldes capitalistas.

Pochmann (1999) aponta dois períodos distintos na evolução do mercado de trabalho no Brasil. O primeiro, que vai de 1940 até 1980, foi um movimento de estruturação deste mercado de trabalho ocorrido de forma simultânea ao processo de industrialização do país, marcado pela institucionalização das relações de trabalho (criação da CLT), expansão do emprego assalariado e com registro, principalmente nos segmentos tipicamente capitalistas.

A literatura sobre este tema (CARVALHO, 1986; CACCIAMALI, 1989; MATOSO, 1990; OLIVEIRA, 1991; BORGES, 2003; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004) aponta que, mesmo demonstrando esta tendência de industrialização e organização do mercado de trabalho, o padrão de desenvolvimento adotado pelos países subdesenvolvidos, sustentado num sistema de substituição de importações, provoca uma industrialização com uma insuficiente oferta de empregos para absorver toda a população economicamente ativa. A consequência disto foi o surgimento de um excedente de mão-de-obra que se apresentava sob a forma de trabalhos realizados em atividades organizadas em pequena escala.

Com isso, mesmo atravessando um período longo de crescimento das relações formais de trabalho, impulsionado pela implementação do projeto de industrialização nacional (1950-80) e institucionalização destas relações devido a Consolidação das Leis do Trabalho (1943), observa-se, como aponta Segnini (2001), que o mercado de trabalho no Brasil jamais

conseguiu generalizar o emprego formal para o conjunto de sua população; pelo contrário, criou-se no país “um mercado altamente flexível, com situações diferenciadas, desiguais e, em grande medida, precárias” (SEGNINI, 2001). Ou seja, não se fundou neste país um pacto social que garantisse um pilar de direitos para a maioria de sua população.

No entanto, mesmo permanecendo em situação de desigualdade, concentração de renda, informalidade, baixos salários e subemprego, os dados referentes à evolução do mercado de trabalho no país eram significativos e, para alguns, esperançosos. No período, o trabalho assalariado cresceu de 12,1% para 49,2 % (SEGNINI, 2001) e a população em idade ativa (PEA) urbana, ocupada e assalariada passou de 42% em 1940 para 62,8% em 1980 (POCHMANN, 1999).

Mas a partir da década de 80, com a implementação de um conjunto de medidas macroeconômicas para conter o colapso financeiro da economia brasileira e regular o crescimento da dívida externa, se inaugura a segunda fase identificada por Pochmann. Segundo este autor, o período pós-80 representa um retrocesso na trajetória geral das ocupações, com a inauguração de uma fase de desestruturação do mercado de trabalho. Observa-se um desassalariamento de parcelas crescentes da PEA e uma expansão dos segmentos informais e do desemprego, sustentado numa política nacional de adoção das determinações do Consenso de Washington, que visa uma inserção do Brasil no processo de globalização, a partir de uma abertura comercial indiscriminada, ausência de políticas defensivas, sobrevalorização da moeda, altos juros e abandono do projeto de industrialização nacional (POCHMANN, 1999; SEGNINI, 2001).

Druck (1999) afirma que nos anos noventa pode-se observar no quadro político econômico internacional, a intensificação do processo de reestruturação produtiva e a propagação do modelo japonês, além das discussões sobre o curso das políticas neoliberais e seus principais resultados, principalmente em se tratando dos países de periferia nos quais estas práticas foram implementadas a partir dos planos de estabilização econômica determinados pelo Consenso de Washington.

Diante deste quadro internacional a década de 90 se inicia para o Brasil debaixo de pressões das instituições financeiras internacionais (FMI e Banco Mundial), de segmentos do capital multinacional e de governos dos países centrais, principalmente os Estados Unidos (DRUCK, 1999). Para a autora, a eleição de Fernando Collor para a presidência da República, em 1989, representou uma vitória da proposta de implementação das políticas neoliberais no Brasil.

Para adequar o Brasil à nova onda neoliberal foram feitos alguns ajustes na economia como a abertura dos mercados, através de uma drástica redução das alíquotas de importação e a adoção de um programa de privatização e desregulamentação da economia. Os impactos destas medidas se fizeram sentir rapidamente através de um desaquecimento da economia, somado a uma súbita abertura das importações, o que provocou o fechamento, falências e concordatas de várias empresas, implicando em inúmeras demissões fazendo crescer o desemprego. Além disso pôde-se observar uma redução significativa do número de empregos devido à redução de quadros realizadas pelas várias empresas estatais privatizadas.

Neste contexto de implementação das políticas neoliberais observa-se que, no âmbito mais econômico esta ideologia se manifesta a partir do processo de reestruturação produtiva do capital.

Analisando a década de 90, Druck (2000) aponta que, nos países periféricos como o Brasil, os processos de reestruturação produtiva, a globalização e a aplicação das políticas de estabilização econômica, para atender os interesses do capital internacional, redesenharam completamente os processos de organização e gestão do trabalho, introduzindo novas tecnologias, flexibilizando jornadas de trabalho e o emprego, provocando uma política de enxugamento do quadro das empresas, levando a economia do país a uma séria crise de desemprego estrutural. Além disso, com a desregulamentação do mercado de trabalho e a flexibilização de suas relações aumentam as modalidades de inserção na produção que estão ligadas diretamente a modelos de produção não formais, como o trabalho clandestino, trabalho à domicílio, terceirização, quarteirização, comércio de rua, trabalhadores por conta própria e outros. (DRUCK, 2000)

Pochman (1999) destaca que em 1989 o total de assalariados no país representava 64% da PEA, enquanto em 1995 esta proporção caiu para 58,2%. Já os assalariados com carteira assinada representavam 38,3% em 1989, caindo para 30,9% em 1995.

Segundo o IBGE a taxa de desemprego aberto no Brasil passou de 5,1% em setembro de 1994 para 7,5% no mesmo mês em 2002. Estes números revelam um pouco da realidade do mercado de trabalho no Brasil após a implementação da política de flexibilização das relações de trabalho e enxugamento de postos de trabalho implantadas pelo processo de reestruturação produtiva.

A Pesquisa Mensal sobre o Emprego realizada pelo IBGE (2005) ilustra de forma sintética o quadro geral do mercado de trabalho do Brasil em 2004. Em dezembro de 2004, a taxa de

desocupação para o total das seis áreas pesquisadas (Salvador, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre) foi estimada em 9,6%. Em dezembro de 2003 a taxa de desocupação para as mesmas áreas foi de 10,9%, o que significa que esta taxa sofreu uma retração 1,3 ponto percentual de 2003 para 2004. Vale ressaltar que esta taxa de desocupação chegou a bater a casa dos 13% em abril de 2004.

Destaca-se que entre os desocupados, segundo os conceitos da pesquisa, 20,9% estavam em busca de seu primeiro trabalho e 25,2% eram os principais responsáveis pela família. Com relação ao tempo de procura: 20,6% estavam em busca de trabalho por um período não superior a 30 dias; 41,0%, por um período de 30 dias a 6 meses; 12,1%, por um período superior a 6 meses a menos de 12 meses; e 26,3% por um período de pelo menos 1 ano.

Ainda segundo o IBGE, em dezembro de 2002, 38,7% dos desocupados tinham pelo menos o ensino médio concluído, em dezembro de 2003 este percentual chegou a 40,7%, e, na última pesquisa, este percentual atingiu 43,8%.

O total de pessoas ocupadas nas seis regiões metropolitanas pesquisadas foi estimado em 19,5 milhões pela pesquisa em dezembro de 2004 e a taxa de ocupação (população ocupada/população economicamente ativa), estimada em 90,4%. Destes ocupados, os empregados privados com carteira assinada correspondiam a 39,5% da população ocupada, os empregados sem carteira no setor privado correspondiam a 16,5% da população ocupada, enquanto os trabalhadores por conta própria representavam 19,8% da população ocupada.

4.2 - A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA:

Qualquer tentativa de reconstruir, mesmo que de forma breve e resumida, o processo histórico de formação do mercado de trabalho na Bahia e principalmente em Salvador, deve levar em conta o papel sócio histórico de destaque assumido pela região Nordeste em todo processo de formação histórica do Brasil, no contexto de um desenvolvimento desigual das diversas regiões do país, reproduzindo, dentro do país, um processo de divisão do trabalho que proporcionará ao eixo sul-sudeste um crescente processo de modernização e industrialização, legando ao nordeste uma situação de atraso e dependência, o que levará alguns autores a denominar o norte e nordeste do Brasil de periferia da periferia do sistema capitalista.

Assim, a Bahia e mais precisamente Salvador, que ocuparam durante todo o período colonial e também na fase do Império, uma posição sócio-política-econômica central para a formação histórica do Brasil, com o deslocamento do eixo político e econômico para o centro sul do país, sofrem um processo de submissão com relação às elites do sul-sudeste. É preciso destacar que este deslocamento do eixo econômico-político do nordeste para o sul-sudeste é acompanhado também por um processo de desconstrução ideológica da importância histórica da região nordeste dentro do próprio processo de construção do Brasil, bem como da tentativa de modernização do país.

Um aspecto importante sobre a evolução do mercado de trabalho na Bahia é que, mais precisamente, a sua capital possui um caráter singular em se tratando do chamado trabalho informal. Enquanto, de um modo geral, tem-se discutido a informalidade enquanto um fenômeno novo e subordinado ao próprio setor formal, subordinado à lógica da produção capitalista, em Salvador, este tipo de trabalho sempre existiu e foi central para o funcionamento da economia da cidade.

Na verdade, não é historicamente adequado chamar as formas pretéritas de organização do trabalho, predominantes desde o século XIX, na cidade de Salvador, de trabalho informal. A noção ou conceito de informalidade não existia, já que não havia um aparato estatal encarregado de regulamentar as atividades realizadas pelos trabalhadores do século XX, nos moldes de uma classificação entre formal e informal. A formalização ou institucionalização do mercado de trabalho no Brasil e na Bahia só se dá no século XX, nas décadas de 40 e 50. O que se pode observar é que havia um conjunto de atividades não capitalistas ou pré-capitalistas, que reuniam uma gama de vendedores ambulantes, carregadores e prestadores de serviço dos mais diversos tipos, trabalhadores que deixaram uma marca na história e na composição cultural e econômica da cidade de Salvador, sendo possível observar até hoje resquícios e sobrevivências claras destas atividades nas ruas da cidade. O que hoje se chama de trabalhador ambulante ou camelô, nesta cidade, é uma herança histórica de atividades antigas e tradicionais de uma Salvador ainda não propriamente capitalista (DURÃES, 2002).

A compreensão deste aspecto é central para uma compreensão da organização do espaço social urbano e do mercado de trabalho na RMS. No entanto, como na análise feita para o Brasil, é somente no século atual que se pode falar no desenvolvimento de um mercado de trabalho nos moldes capitalistas na Bahia. É no início da década de 50, que a Bahia passa a participar efetivamente do plano de desenvolvimento industrial implementado pela era Getúlio, através da exploração do petróleo no recôncavo baiano, a partir da criação da Petrobrás.

Segundo Oliveira (1987), com a chegada da Petrobrás na Bahia inicia-se o desenvolvimento de atividades econômicas diferentes do padrão até então predominante na região, subordinado principalmente pela indústria de exploração da cana-de-açúcar. A economia baiana muda

profundamente e pode-se observar uma dinamização do setor da construção civil (construção pesada e demandas de habitações) e o surgimento de vários incentivos ao setor metalúrgico e mecânico para a criação de pequenas empresas.

Nos anos sessenta, vem a segunda fase da industrialização do estado com a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA), é o período da chamada “industrialização incentivada”. Observa-se neste período vários investimentos dos capitais do centro-sul na região nordeste, principalmente na Bahia, atraídos pelos incentivos fiscais do governo. O que ocorre, na verdade, é que este processo de industrialização tardia do Nordeste e da Bahia, se realiza como complementar à industrialização do Sul e Sudeste do país, produzindo diversos bens intermediários necessários à estas regiões (OLIVEIRA, 1987; DRUCK, 1999)

A terceira e mais recente fase do processo de industrialização da Bahia se deu com a criação do Polo Petroquímico de Camaçari reunindo empresas representativas do complexo químico, sustentadas no modelo tripartite, ou seja, implementadas a partir dos investimentos de capitais do Estado, do setor privado nacional e do setor privado estrangeiro (DRUCK, 1999). A instalação do Pólo, no início da década de 70 vai marcar profundamente toda a estrutura sócio-econômica-cultural do Estado e da RMS, representando um sonho de emprego e melhoria de vida para centenas de trabalhadores que se qualificavam em busca de um padrão de vida elevado.

A criação do Complexo Petroquímico de Camaçari integra a Bahia e a região nordeste numa nova divisão social do trabalho e evidentemente as diversas transformações ocorridas, aparentemente somente no âmbito econômico, trazem consigo mudanças sociopolíticas cruciais. Segundo Oliveira (1987), verifica-se na Bahia um intenso e rápido processo de

urbanização e uma mudança significativa na estrutura de emprego. O autor mostra que em 1940, 23,6% da PEA, na Bahia era rural, passando para 5,7% em 1970. Neste mesmo período o setor passa de 16,5% para 26,1%.

No entanto para Oliveira (1987), mesmo que toda esta onda de industrialização tenha marcado profundamente a estrutura social e econômica da região, todas as transformações ocorridas se deram de maneira desorganizada, num contexto de desenvolvimento econômico excludente e que não dava as mesmas chances de melhoria de vida para os cidadãos. Assim, enquanto a industrialização do estado proporciona o desenvolvimento de fábricas que utilizam tecnologia de ponta e que empregam trabalhadores altamente qualificados (muitos de outros estados), com chance de melhorar substancialmente sua qualidade de vida, do outro lado da moeda sobrevivem um número gigantesco de trabalhadores que não são absorvidos pela indústria e pelo setor formal urbano, ficando entregues à própria sorte, tendo que se lançar no mundo da informalidade, realizando as mais diversas atividades, vendendo todo tipo de coisas, prestando os mais variados serviços para garantir sua sobrevivência. Segundo pesquisa realizada em 1971, (SINGER apud DRUCK, 2000), dois terços da força de trabalho da economia urbana de Salvador eram empregadas em "funções e ocupações não diretamente ligadas ao setor capitalista da economia." Carvalho (1986, p.15) também constata que na Região nordeste:

... a incorporação de atividades de porte capitalista e mais moderno, com avanço do assalariamento e a expansão e consolidação de um proletariado urbano, vem coexistindo com a persistência e reprodução de atividades organizadas de forma não capitalista, representadas principalmente pelos trabalhadores autônomos e pelos diversos segmentos da pequena produção.

Ainda neste sentido Druck (1999, p.171) afirma que: "O que é importante problematizar nestas considerações é que o industrialismo, compreendido enquanto uma forma de trabalhar

que determina uma forma de viver, não se estabelece de forma completa na Bahia.”

Acrescenta ainda que:

A trajetória histórica da região lhe conferiu uma singularidade. A industrialização, embora tenha acelerado e contribuído, decisivamente, para definir um novo padrão de racionalidade na atividade produtiva, fê-lo numa dimensão ainda marcada por traços muito fortes de uma sociedade ‘desorganizada’. Nesta, o trabalho deixou de ser obrigatório e compulsório, mas ainda não é totalmente considerado gratificante e livre, mesmo porque este novo tipo de trabalho - assalariado - é ofertado para uma pequena parcela da sociedade. (DRUCK, 1999; p.171)

O processo de industrialização na Bahia cria, portanto, um mercado de trabalho estruturalmente fragmentado, diferenciado, hierarquizado, com baixíssimos níveis de remuneração onde se pode observar a combinação de formas mais modernas de exploração do trabalho assalariado com a existência de práticas de trocas mercantis. Mas um ponto Druck (1999) faz questão de ressaltar: o que passa a prevalecer com toda a onda de industrialização na Bahia é a lógica da venda da principal mercadoria: a força de trabalho.

Por isso que se pode dizer que na década de 80, consolida-se na Bahia e na RMS um padrão fordista de trabalho (DRUCK, 1999). A criação do Polo Petroquímico de Camaçari leva a uma criação de um novo padrão de gestão do trabalho, levando à formação de um contingente de trabalhadores assalariados que amplia o número daqueles já existentes desde a chegada da Petrobrás na Bahia, cujos modos de trabalho e de vida, suas formas de ser e agir no mundo, podem ser definidos como tipicamente fordistas. O Pólo surge e se desenvolve como um sonho para uma parcela, mesmo que restrita, da população que se preparava para entrar numa empresa moderna, ter acesso a um emprego estável e valorizado socialmente, ingressando num novo padrão de vida garantido por um bom salário e prestígio social.(idem)

Pode-se, portanto, afirmar que todo este processo de industrialização na Bahia insere a RMS nos moldes de uma sociedade salarial, nos moldes de uma sociedade dirigida por um modo de produção fordista. Este modo de produção se desenvolve como padrão de sociedade se inserindo nos mais diversos setores da economia na RMS. Claro que devem ser guardadas as devidas precauções neste tipo de afirmação, já que se está falando de uma hegemonização do fordismo numa economia periférica, o Brasil, e de uma periferia da periferia, a Bahia. Com isso deve-se entender que o fordismo que se desenvolve no Brasil e na Bahia é singularmente diferente dos tipos que se desenvolvem nos países centrais.

Segundo Borges (2003-a), já na década de 80 cerca de 77% dos ocupados da RMS eram empregados, ou seja, o emprego já aparecia como forma dominante de inserção no mercado. O processo de crise e reestruturação do capital ocorrido nos anos noventa fez com que esta participação dos empregados caísse para 75%, no entanto, a participação dos Trabalhadores por Conta Própria, permaneceu relativamente estável, o que mostra os limites da expansão do trabalho informal na RMS. Segundo Borges (2003-b, p.46):

[...] quatro décadas de expansão capitalista, de urbanização e industrialização estruturaram uma sociedade urbana onde o acesso a um emprego e a qualidade a qualidade desse emprego tornam-se cruciais para a determinação da posição social, das condições de vida e do acesso a bens e serviços da maioria da população.

No entanto, segundo a autora, este processo de industrialização conforma, já ao final da década de 80, um modelo de sociedade marcada por uma relação de emprego frágil e incompleta cujas principais características são a precariedade, a heterogeneidade e a informalidade do mercado de trabalho (BORGES, 2003-b). A presença dos Empregados Sem Carteira (cerca de 20% dos ocupados), juntamente com a maioria de Empregados Com Carteira Assinada (56,4% dos ocupados), no início da década de 80, revela uma “estruturação

incipiente deste mercado e a reduzida vigência do estatuto do trabalhador na região” (idem, p.47)

Mesmo com as crises ocorridas durante toda a década de 80, que levaram a um aumento da proporção dos empregos sem registros e na perda de participação dos empregos protegidos em todo país e na RMS, observa-se, no entanto que o saldo do emprego formal acabou sendo, ainda, positivo ao fim da década de 80, na RMS. O mercado de trabalho da RMS conseguiu preservar o estoque de postos de trabalhos criados ao longo das quatro décadas de industrialização e “modernização” do estado. Os efeitos negativos dessa crise se refletiram mais na perda da qualidade dos postos de trabalho para os que estavam empregados e na redução das oportunidades de acessar a um posto de trabalho formalizado e com chances de carreira para os que acabam de ingressar no mercado de trabalho do que em um crescimento efetivo do trabalho informal (BORGES, 2003-a; 2003-b). Assim:

Uma das características mais marcantes do mercado de trabalho metropolitano – a sua pobreza – já resultava muito mais do grande número de empregos ruins, mal remunerados e desprotegidos do que da presença de um “informal” gigantesco e em constante expansão, viveiro de trabalhadores autônomos com baixos rendimentos. (BORGES, 2003-b, p.47)

A presença deste informal, segundo a autora, se constituiu progressivamente juntamente com o processo de industrialização do estado, mas dentro de um espaço subordinado às atividades do núcleo, estruturado, ou formal, da economia, este último, portanto, estabelecia, os limites, as possibilidades de expansão, os níveis de remuneração e o lugar e função que as atividades informais deveriam ocupar e cumprir no processo de acumulação como um todo.

No início da década de 90, com a crise do fordismo e a implementação do processo de reestruturação produtiva neste "parque industrial" do estado, esta situação se altera

profundamente desencadeando uma repercussão negativa sobre a economia e a sociedade da capital baiana. Segundo Druck (2000):

Os principais indicadores demonstram que : i) ocorre acentuada redução dos ocupados com vínculos empregatícios estabilizados na indústria e nos serviços, neste último é onde se encontra a maioria das 'terceiras' e o aumento dos assalariados 'sem carteira' e do trabalho 'por conta própria', formas de inserção bastante recorrentes no segmento do mercado dominado pelas 'terceiras' (contratos de prestação de serviços, contratos de 'experiência' não formalizados etc.)... ii) um aumento muito rápido no desemprego.

Se o período compreendido entre as décadas de 50 e 80 podem ser considerados como um período de surgimento de consolidação de uma sociedade salarial na Bahia, a partir dos anos noventa pode-se dizer que, com a globalização, a aplicação das políticas neoliberais e a implementação do processo de reestruturação produtiva no país, a Bahia se insere no mundo da acumulação flexível, voltando a sentir o gosto de um mau do qual nunca conseguiu se livrar ou superar, a precariedade das condições de trabalho e conseqüentemente da vida daqueles “que vivem do e no trabalho”.

Para Borges (2003-a; 2003-b), a análise dos impactos dos processos de reestruturação do capital na década de 90, no Brasil, deve levar em conta a heterogeneidade e as marcantes diferenças entre os mercados de trabalho que compõem o processo de acumulação de capital no país. Desta forma, para dar conta do processo de desestruturação do mercado de trabalho na RMS, ocorrido na década de 90, é imprescindível considerar o lugar ocupado por esta região metropolitana na divisão nacional e inter-regional do trabalho e as especificidades dos processos sociais que moldaram o seu mercado de trabalho (BORGES, 2003-a; 2003-b).

Situando Salvador, portanto, como uma região periférica de um país periférico, Borges (2003-a; 2003-b) parte da noção de “mercado de trabalho amplo”, na qual estão incluídas todas as

formas de organização da produção e, para efeito de análise, distingue o mercado de trabalho da RMS a partir de dois segmentos. Tem-se, portanto, um “núcleo duro”, estruturado, formado pelos trabalhadores submetidos ao estatuto do trabalhador, ou seja, este núcleo se refere àqueles trabalhadores submetidos ao conjunto de leis cuja vigência se efetiva, principalmente, na instituição do emprego regular e regulamentado. O outro segmento é o não-estruturado, que abarca tudo aquilo que se convencionou chamar de informalidade, além dos trabalhadores autônomos, donos de pequenos negócios e os profissionais liberais. A autora parte do princípio de que o núcleo duro do mercado de trabalho da RMS é o eixo estruturador do conjunto do mercado e o centro propulsor das mudanças ocorridas, bem como dos impactos dessas mudanças na reprodução e produção do segmento não-estruturado.

Analisando o núcleo duro do mercado de trabalho da RMS, Borges (2003-a; 2003-b) afirma que, segundo a PNAD¹³, apenas no período 1992-1999 aproximadamente 340 mil pessoas foram incorporadas à PEA e 191 mil à população ocupada, o que reflete o déficit de lugares no espaço protegido do mercado de trabalho na RMS.

Pode-se observar uma queda na participação do Setor Secundário, principalmente em se tratando da Indústria de Transformação, a qual eliminou 40% das vagas existentes no início da década de 90. Por outro lado, as atividades do setor Terciário aumentaram sua já elevada participação no emprego protegido (76% em 1989, para 85% em 1999), evidenciando que a feição do núcleo duro do mercado de trabalho da RMS é marcada fundamentalmente pela composição e qualidade dos postos de trabalho do setor de Serviços. Dentro do Setor de Serviços, destaca-se a elevadíssima participação dos Serviços Sociais (passou de 35,4% em 1989 para 42,4% em 1999) na composição do núcleo estruturado do Mercado Metropolitano,

¹³ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE

sendo a Administração Pública a maior responsável por estas vagas (BORGES, 2003-a; 2003-b). Segundo a autora, portanto, em dez anos foram eliminados cerca de 30 mil empregos nas atividades industriais, enquanto quase o dobro foi criado nos Serviços Sociais.

Também no agregado Serviços de Produção, houve um expressivo incremento no emprego, no entanto este setor foi um dos que mais evidenciou as transformações impostas pelo processo de reestruturação do mercado de trabalho da RMS, particularmente em se tratando dos processos de terceirização. Nos dois ramos componentes deste setor pôde-se observar, de um lado, nos Serviços Financeiros, uma redução de 45% no estoque de vagas de emprego devido à reestruturação produtiva, por outro lado, nos Serviços auxiliares da Atividade Econômica (onde se encontra a grande parte das Terceiras) houve um dos maiores incrementos relativos no número de postos de trabalho entre 1989 e 1999.

Segundo Borges (2003-a; 2003-b) deve-se destacar que o crescimento do emprego no Setor de Serviços como um todo não decorreu da expansão de seus postos mais nobres ou de maior produtividade, mas das atividades que se caracterizam pelo trabalho rotineiro, pouco qualificado e com baixa remuneração.

O primeiro trabalho a ser analisado é uma publicação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), chamada *Panorama Social da Bahia nos anos 1990*, que, como o nome revela apresenta um conjunto de artigos que fazem um diagnóstico da estrutura sócio-econômica da Bahia na década de noventa. As análises publicadas nesta revista fazem uso das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), levando em conta o início da década de 90, o ano de 1992, e o seu final, o ano de 1999.

Uma outra característica marcante do núcleo duro do mercado de trabalho da RMS, segundo Borges (2003-a; 2003-b), é a sua pobreza estrutural, refletida no número reduzido de bons empregos e na destruição de grande parte destes empregos nos anos 90. A remuneração média registrou diversas perdas entre 1989 e 1999, tendo caído de 5,5 para 4,9 salários mínimos, o que reflete uma redução de 41,2% no rendimento médio real.

Com relação à escolaridade Borges chama atenção para o fato de ter havido na década de 90 um aumento geral do nível de escolarização da população como todo na RMS. Isto trouxe conseqüências significativas para o funcionamento do mercado de trabalho da região. Por um lado, verificou-se uma progressiva exclusão dos trabalhadores com escolaridade inferior ao 1º grau (de 40,7% em 1989 para 25,2% em 1999), já no outro lado da moeda, houve uma desvalorização daqueles trabalhadores com melhor escolarização, tanto no que diz respeito às ocupações que não correspondem com o grau de qualificação exigido, quanto no que diz respeito às sub-remunerações em ocupações que utilizam plenamente a qualificação exigida. De um modo geral, o diploma de 2º grau colocou-se como novo patamar mínimo de escolaridade desejado pelos empregadores nos anos 90. Segundo Borges (2003 – b, p.52):

Trata-se, portanto, de um cenário perverso para os menos escolarizados mas que tampouco assegura boas perspectivas para os mais escolarizados, observando-se a rápida formação de um excedente de diplomados – em todos os níveis. Assim, embora o diploma mais elevado – o universitário – ainda se constitua num recurso importante para enfrentar a acirrada competição por um posto de trabalho, ele claramente perdeu a sua capacidade de exorcizar o desemprego e assegurar uma inserção minimamente satisfatória para todos os que o possuem.

A elevação da escolaridade, portanto, não se apresenta como solução para os problemas do mercado de trabalho, deste modo, não pode ser considerada como um divisor de águas decisivo para a definição daqueles que são excluídos e inseridos no mercado.

Um outro ponto a ser destacado, ainda em se tratando do núcleo duro do mercado de trabalho da RMS, é o peso que nele detém o emprego público e o papel desempenhado pelo Estado em sua constituição. Segundo Borges (2003-a; 2003-b), no Brasil, principalmente nas regiões nas quais o capital apresenta reduzida capacidade de incorporação da força de trabalho, o emprego público acabou se constituindo em uma política compensatória utilizadas pelas elites políticas, dessa forma, na Bahia e no Nordeste como um todo, esta tendência foi mais acentuada que no resto do país e intensificou-se durante os períodos de crise nos anos 80.

Na Bahia, a contribuição do estado para a formação do seu mercado de trabalho não ficou restrita somente à prática do empreguismo como já foi dito anteriormente o próprio processo de industrialização da região fora viabilizado pelo fundo público. Segundo dados da RAIS¹⁴ em 1995, o setor Público respondia por 44,3% dos empregos formais existentes na RMS, no período 1995-1999 este percentual caiu para 39,7%, o que revela os efeitos da Reforma do Estado implementada pelo Governo (em sua instância Federal, Estadual e Municipal) nos anos 90, no intuito de adequar a administração pública às novas regras exigidas pelo consenso neoliberal. De um modo geral, a importância do Setor Público como empregador aparece também nos planos qualitativo e político, ou seja, no núcleo duro do mercado de trabalho os salários médios dos empregos públicos são superiores aos dos segmentos privados do mercado, além disso, o Setor Público agrega um número de trabalhadores com escolaridade mais elevada.

De um modo geral pôde-se observar que, durante o processo de reestruturação do capital na década de 90, na RMS, houve uma quase estagnação do potencial de agregação do emprego no núcleo duro como um todo, o que leva, conseqüentemente, a um aumento do contingente

¹⁴ A Relação Anual de Informações Sociais compõe a base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego. São registros administrativos, frutos das declarações das empresas, com cobertura quase censitária nos segmentos mais organizados da economia.

de ocupados cuja inserção os distancia do emprego protegido. No entanto, os indicadores sobre ocupação no núcleo não estruturado mostram que, também nos anos 90, não se observou um aumento expressivo da proporção de ocupados por Conta Própria, que sempre fora considerada a derradeira alternativa para fugir da condição de desemprego. De uma forma geral o déficit de lugares no núcleo estruturado do mercado de trabalho da RMS não pôde ser compensado por uma possível multiplicação de postos de trabalho precários e mal remunerados, nem tiveram seus efeitos atenuados por uma expansão virtuosa do trabalho autônomo e dos pequenos negócios, revelando os limites do informal e do empreendedorismo. Em conseqüência, explodiram as taxas de desemprego, fazendo da RMS a recordista das taxas de desemprego do país.

Suerdieck (2003) faz, também, uma caracterização da oferta de mão-de-obra na Bahia nos anos noventa mostrando que em 1992 a População em Idade Ativa (PIA) e a População Economicamente Ativa (PEA) na Bahia eram estimadas em 9.121.000 e 5.583.000 pessoas, respectivamente. Em 1999 este quadro se altera e pode-se observar um crescimento da população da PIA, que passa a ser estimada em 10.425.000, e também da PEA que passa a ser estimada em 6.412.000 pessoas.

Em termos absolutos, verifica-se um crescimento do número de ocupados na Bahia, passando de 5,1 milhões em 1992 para 5,8 milhões de pessoas em 1999. No entanto, observa-se que a proporção desses ocupados na PEA diminuiu de 92,5% em 1992 para 90,9% em 1999, refletindo uma elevação do desemprego.

O grande aumento verificado na PEA, portanto, se dá predominantemente pela elevação dos números de desempregados e não por um aumento no número de ocupados. Durante a década

de 80 a média das taxas de desemprego aberto foi de 4%, saltando consideravelmente para 9,1% na década de 90 (SUERDIECK, 2003).

Suerdieck (2003) conclui que, de um modo geral, o mercado de trabalho baiano durante a década de 90 revelou quatro tendências mais marcantes: “uma escolarização progressiva dos trabalhadores, o aumento da participação feminina na PEA, a elevação e disseminação do desemprego e o retardamento da inserção no mercado de trabalho”. Salaria, ainda, que o aumento da escolarização não é suficiente para garantir uma inserção ou permanência no mercado do trabalho, já que o desemprego também tem aumentado entre os mais escolarizados. Afirma, ainda, que apesar do registro do aumento dos números dos grupos com maior escolaridade, 51% da oferta de mão-de-obra na Bahia ainda era constituída pelo grupo de pessoas com até três anos de estudo.

Santana (2003) ao analisar a ocupação por setor, constata que em 1992 o setor secundário era responsável por 12,8% da absorção de mão de obra na Bahia enquanto o setor terciário absorvia 39,7% da mão de obra no estado. Em 1999 o setor terciário passa a absorver 42,8% da mão de obra contra 13,1 do secundário o que evidencia a tendência de uma ampliação crescente do setor de serviços na década de noventa.

O autor observa que durante a década de noventa ocorre um processo de transferência de mão de obra do setor industrial para o setor de serviços, principalmente devido ao intenso processo de terceirização das atividades do setor secundário além dos da privatização em alguns segmentos específicos como energia, água e saneamento e da introdução de novas tecnologias ou mudanças organizacionais o que, em geral, tende a provocar reduções nos postos de trabalhos (SANTANA, 2003).

Santana acrescenta ainda que o mercado de trabalho na Bahia, durante os anos noventa, no que diz respeito às formas de inserção da população ocupada, reproduziu uma tendência também verificada a nível nacional, de redução dos postos de trabalho regidos pelo regime de assalariamento e de aumento da informalidade.

Em 1992, entre os trabalhadores empregados na Bahia, 43,4% tinham carteira de trabalho assinada e 50,8% declaravam que não possuíam nenhum vínculo formal no trabalho. Já em 1999 o número de trabalhadores com carteira assinada cai para 38,5% no estado e o de empregados sem qualquer vínculo sobe para 52,9%.

Em se tratando da Região Metropolitana de Salvador, Borges e Franco (1999) fazem uma análise dos resultados da Pesquisa Informal Urbana realizada pelo IBGE, em 1997, e demonstram que foram classificados como informais 99,5% das empresas com menos de 5 empregados na RMS. Dessas empresas 89,6% eram de trabalhadores por conta própria e os restantes eram empregados. Das atividades informais, entre as mais importantes, verifica-se que 25,8% eram de comércio e serviços, 21% de Serviços de Reparação, Pessoais e Domiciliares e de Diversões, 17,5% eram indústrias de construção e 13,9% eram serviços de Alojamento e Alimentação.

Apesar das limitações metodológicas, Borges e Franco concluem que esta pesquisa fornece dados que permitem por abaixo alguns mitos sobre a informalidade. Dentre estes mitos, destaca-se o fato de que a informalidade vem sendo considerada pelo poder público em geral como uma alternativa frente ao desemprego estrutural provocada pela reestruturação produtiva. Esta pesquisa acaba mostrando que as atividades informais da RMS se

caracterizam por rendimentos muito baixos, dificuldades como a falta de clientes, grande concorrência, lucro baixo e falta de capital para reinvestir. Assim as autoras concluem que estas atividades são marcadamente caracterizadas por uma situação de risco e precariedade.

Os dados mais recentes da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)¹⁵, mostram que a taxa de desemprego na RMS saiu de 21,6% em 1997 para 27,5% em 2001. Em julho de 2002, a taxa foi de 27,7%, sendo, neste mês, a mais alta do país.

Ainda segundo a PED os números mostram que em 1997: 8,4% dos ocupados estavam na indústria; 17,9% no comércio; 58% no setor de serviços; 3% na construção civil e 10,8 nos serviços domésticos. Os números para 2001 revelam que no setor industrial e no comércio o número de ocupados caiu para 8% e 16,6%, respectivamente. No entanto, em 2001 verifica-se um aumento do número de ocupados nos setores de serviços (59,7%) e da construção civil (4%) enquanto que nos serviços domésticos o número de ocupados ficou constante (10,8%) com relação a 1997.

Os números da PED referentes aos anos de 2002 e de 2003 revelam que houve uma elevação na taxa de desemprego anual, chegando a 28% em 2003, contra os 27,3% em 2002, sendo desta forma, mais uma vez a mais alta do país nestes anos. Segundo o relatório anual da PED para 2003 o desemprego elevou-se em 28 mil pessoas de 2002 para 2003 e, embora fossem criados 32 mil novos postos de trabalho neste período, este desempenho foi insuficiente para absorver as 60 mil pessoas que ingressaram no mercado de trabalho em Salvador.

¹⁵ Pesquisa realizada pela Faculdade de Economia da UFBA, juntamente com o DIEESE, a SEI, SEPLANTEC e SETRAS

Em valores absolutos, o setor de serviços continua respondendo pelo maior número de ocupados (730 mil postos de trabalho o que representa 60,7% do total) na RMS, no período de 2002 a 2003, seguido do comércio (com 192 mil postos, 16%) e do agregado construção civil, serviços doméstico e demais atividades (174 mil postos, 14,4%) . A indústria vem em último lugar, sendo responsável por 106 mil postos de trabalho o que representa um peso relativo de 8,9% do total de ocupados.

Segundo Borges (2003) o tamanho e as características do mercado de trabalho da RMS dependem das dimensões de sua população, da sua economia e de seu mercado, bem como do papel que esta região ocupa na economia nacional, bem como nas hierarquias das cidades os movimentos de fluxos de bens, serviços e força de trabalho. Para a autora, o mercado de trabalho da RMS é constituído por uma oferta numerosa de trabalhadores que a subutiliza.

Assim:

O elevado nível de utilização da capacidade de trabalho disponível na economia baiana está diretamente associado ao seu perfil marcado, num extremo, por atividades de baixíssima produtividade, tanto na zona rural como nas áreas urbanas, e, no outro, por um reduzido conjunto de atividades modernas, tanto na cadeia de agro negócios como na produção industrial e nos serviços tipicamente urbanos, as quais se caracterizam por elevada produtividade e relativamente baixa capacidade de geração de empregos.” (BORGES, p.71, 2003)

O próprio processo histórico de formação deste mercado de trabalho proporcionou, portanto, a formação de um Exército de Reserva sempre disponível às flutuações e necessidades do capital. Desta forma, seja na estruturação do seu mercado de trabalho, ou na observação da vida cotidiana ou do modo de vida dos trabalhadores formais, informais e desempregados que andam transitando entre as zonas de integração, vulnerabilidade e desfiliação, Salvador se constitui como um espaço privilegiado para a configuração das mais diversas formas e

estratégias de convivência e sobrevivência que acabam por fazer desta região metropolitana um exemplo típico do modelo de organização social que se constitui no capitalismo flexível.

Pode-se concluir que, depois do crescente processo de industrialização experimentado pela região a partir da década de 50 e consolidado na década de 70, o retrato do mercado de trabalho na década de oitenta, vai se caracterizar pela presença da informalidade, da precariedade nos vínculos empregatícios e pela baixa absorção da mão-de-obra pela indústria de transformação, sendo que, estes fenômenos estarão associados ao surgimento e consolidação de uma sociedade salarial, exemplificada, principalmente, pelo surgimento de um conjunto de trabalhadores com um nível de vida mais elevado, melhores salários e coberturas sociais. Na década de 90 algumas características da década anterior, não só se reproduzem com se intensificam, chegando a lançar no risco e na precariedade até mesmo o conjunto de trabalhadores mais privilegiados pertencentes aos setores de ponta da economia baiana. Assim o retrato do mercado de trabalho na década de noventa é marcado por uma redução da demanda de mão-de-obra por parte das grandes empresas e dos setores de ponta da economia, pela perda de rendimento dos trabalhadores, pela precariedade dos postos de trabalho criados e pela precarização dos postos já existentes. Somado a tudo isso verifica-se um quadro de uma profunda crise estrutural de desemprego.

Assim, informalidade e desemprego passam a constituir o resultado mais penoso da reestruturação produtiva, gerando um profundo processo de precarização das condições de vida dos trabalhadores. São três processos que parecem funcionar harmoniosamente, se complementando e se abastecendo. A informalidade acaba absorvendo parte dos desempregados demitidos do setor formal via processos de enxugamento dos quadros; o setor formal, principalmente indústrias e serviços, mantém, cria e desenvolve as mais precárias

formas de contratação, conseguindo, através da ilegalidade ou informalização ou flexibilização dos seus contratos, a garantia da contenção de custos e a formação de “exércitos de reservas”, condição tão desejada e necessária para a sua sobrevivência na competição do mercado e, ainda, como resultado, um contingente de homens e mulheres que não consegue sequer se inserir nas atividades informais, que também tem os seus limites.

CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DOS DADOS – A TRAGÉDIA DOS SEM EMPREGO.

5.1 –NOTA METODOLÓGICA E FONTES UTILIZADAS:

Neste capítulo serão feitas as análises das entrevistas realizadas com um grupo de trabalhadores “sem emprego” da RMS, juntamente com a construção do perfil dos trabalhadores informais e desempregados a partir da utilização dos dados secundários da Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada na Região Metropolitana de Salvador.

Antes de passarmos para a análise dos dados propriamente dita, é necessário o esclarecimento de alguns pontos a respeito dos procedimentos, das fontes, conceitos e níveis de agregação utilizados, além de uma breve nota sobre a Pesquisa de Emprego e Desemprego.

A - A PED:

A PED começou a ser realizada em Salvador no período de 1987 até 1989, sendo suspensa logo em seguida. A sua retomada se deu somente a partir de 1996 e desde então vem sendo realizada sem interrupções. Conforme informações retiradas do próprio manual de

treinamento dos entrevistadores da PED, a Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMS produz informações sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho desta região através de um levantamento mensal sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho.

A PED-RMS é financiada com recursos do Tesouro do Estado da Bahia e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Ministério do Trabalho, através do Sistema Nacional de Emprego. Esta pesquisa coleta dados a partir de entrevistas realizadas mensalmente, com moradores de dez anos ou mais de idade, em 2.500 domicílios da RMS, resultando na aplicação de cerca de 9.000 questionários no mês.

A metodologia da PED, desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) permite captar formas de inserção características de mercados de trabalho com disponibilidade de mão de obra abundante, um amplo segmento populacional ocupado em atividades por conta-própria e mecanismos frágeis de seguridade social. A opção pela PED se dá pelo fato de que esta pesquisa, realizada nas principais capitais do País, acabou se firmando, no meio acadêmico como das mais precisas na mensuração de fenômenos como o desemprego e a informalidade, fenômenos estes, cuja divulgação dos resultados de sua mensuração produz efeitos políticos e ideológicos que interferem decisivamente nas relações de poder em uma nação.

Conforme foi dito anteriormente, embora seja necessário manter sempre uma leitura crítica com relação à divulgação e construção dos conceitos utilizados nas pesquisas sobre mercado de trabalho, são estas mesmas pesquisas que possibilitam aos pesquisadores das mais diversas áreas fazerem suas análises sobre a composição e estrutura do mercado de trabalho. Vale lembrar que a construção do perfil dos desempregados e trabalhadores informais, a partir dos

dados da PED é uma tentativa de abarcar empiricamente o fenômeno fugidio e instável que é a condição dos sem emprego.

O conceito de sem emprego, desenvolvido aqui, é de difícil mensuração, já que se trata de uma situação às vezes perene, às vezes de longa duração, às vezes imprevisível, noutras insuportavelmente rotineira (a rotina da procura por trabalho), instável e precária, uma condição que se define pelo paradoxo da fluidez, fugacidade e inconcretude, mas que atinge e escreve de forma concreta a vida de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, submetendo-os ao jugo do capital, convertendo as suas vidas, como jamais se vira antes, em peças de produção e reprodução do capitalismo. Assim, este conceito de sem emprego que parece se definir por uma situação ou condição vivida por homens e mulheres distribuídos de forma desigual no espaço social, embora exista empiricamente, se esvazia de sentido se for reduzida somente ao seu valor concreto e visível. O perfil que será mostrado aqui será, portanto, como uma fotografia, que tenta recortar no tempo e no espaço uma parte daquilo que se supõe real e verdadeiro.

A.1- Os principais conceitos da PED:

O Departamento Intersticial de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE)¹⁶ utiliza estes conceitos para a construção da PED, seguindo normas internacionais sugeridas pela Organização Internacional do Trabalho:

¹⁶ O IBGE é responsável pela realização de Pesquisa Mensal de Emprego (PME), enquanto o DIEESE é responsável pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

PIA - População em Idade Ativa: corresponde à população com idade suficiente para ser capaz de participar da produção social, ou seja trabalhar. No Brasil a idade mínima considerada suficiente para o trabalho é de dez anos

PEA - População Economicamente Ativa: parcela da PIA ocupada ou desempregada

Ocupados - São os indivíduos que:

- possuem trabalho remunerado exercido regularmente;
- possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias;
- possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

Desempregados - São os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

desemprego aberto: é a situação em que as pessoas estão efetivamente pressionando o mercado de trabalho por meios concretos de procura por trabalho, sem terem exercido qualquer atividade no período de referência determinado pela pesquisa.

O conceito de desemprego aberto é um dos mais problemáticos para se estabelecer um consenso entre os órgãos de pesquisa, principalmente quando se vai definir o tempo real de inatividade. O critério utilizado pela PED, por exemplo, é o de que são consideradas em situação de desemprego aberto as pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho excepcional nos últimos

sete dias. O IBGE, por outro lado, mantém o tempo de procura de 30 dias, mas não admite o critério dos últimos sete dias como prazo para o entrevistado ter exercido algum trabalho, mesmo que excepcional. Assim, na PME, se o indivíduo entrevistado exerceu algum trabalho há oito ou 20 dias atrás, contando a partir da data da entrevista, ele não será contado na situação de desemprego oculto por trabalho precário, enquanto na PED será contabilizado como desempregado.

desemprego oculto: (a) **por trabalho precário:** são as pessoas com 10 anos ou mais que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás (b) **por desalento:** são aquelas pessoas, de dez ou mais anos de idade, que não possuem trabalho e nem tomaram medidas concretas de procura por trabalho nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.

OBS: É importante observar que trabalho precário é aquele que se caracteriza por uma atividade que se realiza: (1) circunstancialmente e que por isso não pode ser programada; (2) sob a forma de bico; (3) sem ocupação fixa e definida; (4) geralmente com uma procura por trabalho.

Nas classificações mais recentes propostas pela OIT, que são incorporadas pelos dois principais órgãos produtores de estatísticas sobre mercado de trabalho no Brasil o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Departamento Intersticial de Estatística e

Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE)¹⁷, os principais conceitos utilizados para dar conta do mercado de trabalho são as definições de: **Ocupados, Desempregados e Inativos**. Segundo recomendação da OIT a observação deve ser referir àqueles em “idade para trabalhar”, dividindo esta população em ativos e inativos. Os ativos compreendem os ativos ocupados (os que trabalham) e os desempregados (aqueles que desejariam trabalhar) (Comte, 1995). Observe os principais conceitos utilizados pela OIT, para os estudos sobre Mercado de Trabalho definidos pela Classificação Internacional da Situação no Emprego (CISE) de 1993:

PIA - População em Idade Ativa: corresponde à população com idade suficiente para ser capaz de participar da produção social, ou seja trabalhar. A definição desta idade pode variar de país para país de acordo com as singularidades históricas, políticas e culturais da formação do mercado de trabalho em cada nação. No Brasil a idade mínima considerada suficiente para o trabalho é de dez anos, já na França, a idade mínima é de 16 anos. Nos conceitos seguintes será usada como parâmetro, portanto, a idade mínima de dez anos.

PEA - População Economicamente Ativa: parcela da PIA ocupada ou desempregada

Ocupados - São os indivíduos que:

- possuem trabalho remunerado exercido regularmente;
- possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho no período de referência determinado pela pesquisa (normalmente são os últimos 30 dias);

¹⁷ O IBGE é responsável pela realização de Pesquisa Mensal de Emprego (PME), enquanto o DIEESE é responsável pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

- possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

Desempregados - São os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

desemprego aberto: é a situação em que as pessoas estão efetivamente pressionando o mercado de trabalho por meios concretos de procura por trabalho, sem terem exercido qualquer atividade no período de referência determinado pela pesquisa.

O conceito de desemprego aberto é um dos mais problemáticos para se estabelecer um consenso entre os órgãos de pesquisa, principalmente quando se vai definir o tempo real de inatividade. O critério utilizado pela PED, por exemplo, é o de que são consideradas em situação de desemprego aberto as pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho excepcional nos últimos sete dias. O IBGE, por outro lado, mantém o tempo de procura de 30 dias, mas não admite o critério dos últimos sete dias como prazo para o entrevistado ter exercido algum trabalho, mesmo que excepcional. Assim, na PME, se o indivíduo entrevistado exerceu algum trabalho ha oito ou 20 dias atrás, contando a partir da data da entrevista, ele não será contado na situação de desemprego oculto por trabalho precário, enquanto na PED será contabilizado como desempregado.

desemprego oculto: (a) **por trabalho precário**: são as pessoas com 10 anos ou mais que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista. (b) **por desalento**: são aquelas pessoas, de dez ou mais anos de idade, que

não possuem trabalho e nem tomaram medidas concretas de procura por trabalho nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho em algum momento definido pela pesquisa (12 meses no caso da PED).

OBS: É importante observar que trabalho precário é aquele que se caracteriza por uma atividade que se realiza: (1) circunstancialmente e que por isso não pode ser programada; (2) sob a forma de bico; (3) sem ocupação fixa e definida; (4) geralmente com uma procura por trabalho.

Inativos – Parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

Além destes conceitos essenciais utilizamos o indicador **da taxa de desemprego** que é calculada pela relação do total de desempregados pela PEA.

B - A composição do perfil dos trabalhadores informais e as agregações a partir da PED:

Na segunda parte da análise dos dados da PED será feita uma análise sobre o perfil dos trabalhadores informais na RMS. OS dados da PED serão comparados com os resultados da pesquisa de campo dos Projetos *Velhos e Novos Trabalhadores Informais – o trabalho nas ruas de Salvador* e *O Mapa do Trabalho Informal em Salvador*, ambos coordenados pela professora Graça Druck (FFCH-CRH-UFBA), apoiados pelo PIBIC e CNPQ. Esta pesquisa, já citada anteriormente, serviu de base também para a elaboração de minha monografia de

conclusão de bacharelado em Sociologia, intitulada *A precarização do trabalho e da vida: o trabalho flexível nas ruas de Salvador-BA*. Nesta pesquisa de campo realizada de 2001 a 2003, foram entrevistados 191 trabalhadores de rua em Salvador, o conjunto de entrevistas somadas ao convívio quase que diário com os trabalhadores nas ruas proporcionaram ao conjunto dos pesquisadores de campo (entre os quais estou incluso) uma experiência indescritível, na qual pudemos vivenciar algumas das dificuldades enfrentadas por estes sobreviventes do mundo do trabalho nos dias de sol quente ou chuva forte, na luta para vencer o “rapa”, na disputa pelos cliente, na concorrência, no medo dos “pivetes” no cansaço e na fome, todo dia e a qualquer hora deveriam estar prontos para ganhar o pão.

Nesta análise devemos, antes de tudo, esclarecer mais uma vez qual o conceito de Trabalho Informal que será utilizado. Conforme já afirmamos, utilizaremos uma conceituação desenvolvida por Filgueiras, Druck e Amaral (2004). Em um artigo recém publicado, estes autores fazem um esforço para a construção de um aparato conceitual-empírico que permita, a partir de agregações distintas das categorias de medição do mercado de trabalho, análises mais precisas com relação ao fenômeno da informalidade.

Assim os autores propõem que a depender do tipo de análise que se queira fazer, o pesquisador pode, por exemplo, dividir o mercado de trabalho em setores distintos, o formal e o informal. Por outro lado, pode entender as distorções do mercado de trabalho a partir da divisão das atividades realizadas em lícitas e ilícitas e, desta forma a economia seria classificada como formal ou submersa. Por fim, na última proposta de agregação de Filgueiras, Druck e Amaral, o mercado de trabalho está dividido em atividades fordistas e não fordistas.

Bem, dos três tipos de agregação propostos pelos autores o mais adequado para esta pesquisa é o que divide as ocupações no mercado de trabalho em fordistas e não-fordistas. Esta classificação é mais adequada para um tipo de agregação que dê conta do conceito de sem emprego proposto por esta pesquisa, que está sustentado necessariamente na oposição àquele contrato de trabalho tipicamente fordista. É preciso deixar claro que, mesmo esta divisão da economia em atividades fordistas e não fordistas apresenta, também, suas deficiências, já que, inclui, por exemplo, atividades e serviços domésticos exercidos com contratos com carteira assinada no mesmo patamar de atividades sem qualquer cobertura. O fato é que não há mensuração perfeita, principalmente em se tratando de fenômenos tão complexos, fluidos e instáveis com as situações de desemprego e informalidade. A utilização da categoria de atividades não-fordistas é, portanto, uma tentativa de fazer um levantamento do perfil dos trabalhadores informais da RMS, mesmo que reconheçamos que as diversas formas de mensuração têm os seus limites.

Na classificação proposta por Filgueiras, Druck e Amaral (2004) fica definido que as atividades fordistas são todas as atividades capitalistas registradas. Ou seja, a noção de atividades capitalistas vem da noção clássica que leva em conta, principalmente, a relação direta de venda e compra da força de trabalho e a noção de atividade registrada diz respeito às atividades que não estão na ilegalidade e que são definidas por um contrato previsto em lei. Desta forma, são empiricamente falando, atividades fordistas: os assalariados com carteira de trabalho assinada, os assalariados públicos, parte dos empregadores (aqueles que contribuem e/ou recolhem para a previdência) e os autônomos universitários.

Já as atividades não fordistas são atividades capitalistas não registradas somadas àquelas atividades não caracterizadas pela venda e compra direta da força de trabalho, ou seja, que se

caracterizam pela posse direta dos meios de produção. Assim, empiricamente falando, são não fordistas: trabalhadores familiares, dono de negócio familiar, empregado doméstico, assalariado sem carteira assinada, assalariado não sabe, trabalhador autônomo para empresa e para o público, parte dos empregadores (que não contribuem e/ou não recolhem para a previdência), desempregados ocultos por trabalho precário e inativo com trabalho excepcional.

Será esta, portanto, a forma de agregação utilizada neste trabalho para construir o perfil de parte dos trabalhadores informais da RMS. Os trabalhadores informais serão, desta forma, identificados como não fordistas, sendo que nos dados que apresentarei abaixo, só não serão somados os desempregados ocultos por trabalho precário, já que eles já foram contados no perfil dos desempregados. Ainda assim, admitimos que o desempregado que exerce trabalho precário é trabalhador não fordista e, logo, é também trabalhador informal.

C – Notas sobre a pesquisa de Campo:

A construção desta pesquisa de campo se deu a partir de um estudo de caso realizado com trabalhadores que estavam à procura de emprego em duas situações distintas, quais sejam: A) a procura por emprego nos postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE-BA), distribuídos nos postos de atendimento do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC); B) a procura por emprego no quadro do Jornal BA-TV, da Rede Bahia, apresentado ao meio dia, no qual diversos trabalhadores se reúnem, todas as segundas-feiras, na Praça Dois de Julho, Campo Grande, para pedir um emprego na televisão.

O objetivo deste trabalho de campo é tentar desvendar por quais motivos histórias de vida distintas acabam confluindo para uma trajetória comum, qual seja, a procura por emprego, seja na televisão, seja nos postos do SINE. Foram quase dois anos de convivência com centenas de trabalhadores das mais diversas origens sociais, com os mais diversos níveis de qualificação, alguns ocupados, outros no mais completo desalento, dentre os quais foram escolhidos alguns casos com os quais foram realizadas entrevistas gravadas.

As páginas que se seguem serão, portanto, uma tentativa de fazer com que o leitor deste trabalho compartilhe a experiência vivida por este pesquisador durante este difícil contato com as histórias de vida de trabalhadores que estão em busca de um emprego. Muitas vezes, a continuidade desta pesquisa esbarrou nas dificuldades e inconstâncias da vida cotidiana destes trabalhadores e, em alguns momentos, este jovem sociólogo desejou ter uma formação mais sólida em psicologia para poder dar o suporte necessário aos trabalhadores entrevistados, quando os seus relatos se perdiam em lágrimas e desespero. Será impossível, portanto, manter uma total imparcialidade, embora busquemos, ao máximo seguir os ensinamentos dos clássicos quanto à necessidade de se manter a neutralidade axiológica, acompanhada de uma incansável vigilância epistemológica na construção e nas análises de nossos objetos de pesquisa. É por isso, portanto, que será reservada uma atenção especial com relação à posição do pesquisador nesta pesquisa, já que a situação dos sem emprego não se apresenta como um fenômeno distante de qualquer trabalhador, não sendo difícil, para o pesquisador, um envolvimento e uma afeição com relação aos relatos das trajetórias dos entrevistados.

Do encontro diário com centenas de trabalhadores à procura de trabalho selecionamos um pequeno número de pessoas e realizamos 12 entrevistas, sendo que, destas doze entrevistas, oito foram escolhidas para um estudo mais aprofundado. Levamos em conta, para a escolha

destas oito entrevistas, a riqueza das mesmas e a disponibilidade destes trabalhadores para realizarmos diversos encontros e reencontros. Isto não significa que as outras quatro entrevistas, bem como os inúmeros encontros, observações e conversas informais não foram utilizados como dados e elementos de minha análise.

c.1 – O pesquisador e o campo:

Um bom observador ou o leitor atento deve ter percebido que, neste capítulo, deixei de escrever em terceira pessoa para escrever em primeira pessoa, no plural, ou no singular. Fiz isso propositalmente no intuito de me aproximar mais dos relatos e facilitar a exposição das implicações subjetivas presentes neste convívio com os “sem emprego”. Trabalhar com a situação de desemprego é, sem dúvidas uma tarefa hercúlea. Não é fácil conviver com uma realidade tão próxima como a falta de emprego e o medo da impossibilidade de se auto sustentar, uma situação que vivi no início da pesquisa, quando me vi sem bolsa e sem perspectivas, mas que cessou, com o apoio da bolsa do CNPQ, que chegou logo nos primeiros meses de Mestrado.

No meio da pesquisa, atrasada pelas greves da UFBA, símbolo desgastado da luta por melhores condições de vida do funcionalismo público, me vi de novo sem bolsa. Mais uma vez era um “sem emprego”, na verdade sempre fora, só achei que não era por ter um rendimento mensal garantido pela bolsa de pesquisa.

Cada relato de cada entrevistado, o medo e a angústia do desemprego perene também me

atingiam e perdi algumas noites de sono com isso. Vi pessoas com 2, 3, 4 e até 5 anos de desemprego. Basta ligar a televisão ao meio dia, nas segundas feiras e ver os relatos dos trabalhadores em busca por trabalho no telejornal da TV Bahia. Via colegas de faculdade se formarem, terminarem seus mestrados e permanecerem na inconstância e incertezas da falta de emprego.

Até que apareceu uma oportunidade para dar aula em uma faculdade privada na RMS, no município de Lauro de Freitas. Lá, assumi três turmas e logo depois do primeiro mês veio o primeiro susto, salário atrasado e reduzido. Questionei entre os colegas o motivo daquilo e eles me aconselharam a ficar calado e esperar, caso não quisesse arriscar o meu emprego. Vi-me vulnerável, superfulo, um trabalhador flexível nos moldes descritos por Sennett.

Recentemente recebi notícia da coordenação do curso que teria minhas turmas reduzidas por motivo de contenção de gastos da faculdade. Conseqüentemente o dinheiro também será reduzido. E eu já fazia planos com ele. Ao menos o meu emprego não entrou na contenção de gastos.

Mesmo com estes contratemplos, passados meses no emprego, o dinheiro certinho na conta todo mês, a sensação de se sentir útil, a carteira assinada, estes pequenos detalhes me fizeram mudar completamente o olhar diante das pessoas com que passara a conviver em minha pesquisa de campo. Não tinha como evitar, se já me sentia diferente, distante em certos aspectos, agora me via mais longe deles. Não fosse a vigilância epistemológica do meu eu sociólogo, que não me deixa nunca, até me sentiria um integrado completo e estável, completamente distante da realidade dos meus colegas de labuta que contribuíram para eu construir este estudo. Eu já não procurava por emprego, já não era um deles. Sentia pena,

angústia e me sentia responsável por eles, pelo desemprego, por fazer parte deste jogo todo, deste sistema.

Por vezes senti um nó na garganta cada vez que me aproximava de um desempregado para conversar, cada vez que via os olhos deles brilharem achando que a entrevista que eu lhes propunha era uma chance de emprego. E por vezes, evitava olhar nos olhos deles para não ver a sena tão constante e repetida de semblantes atônitos e decepcionados, cada vez que eu desfazia a ilusão da possibilidade de um emprego, quando começava a explicar o que era a pesquisa. Muitos nem escutavam, se negavam a entender e quando entendiam se negavam a continuar a conversa. Outros abriram as portas de suas casas até o fim com a certeza de que aquela pesquisa que eu fazia com eles pudesse, em algum momento, lhes garantir a sorte de um emprego, embora eu insistentemente afirmasse e repetisse que isto não era possível.

Recordo-me, agora, as últimas palavras do trabalhador que falava com orgulho da sua profissão de maqueiro: “... sei que você já disse que não dá, mas não esquece de mim... na Universidade tem hospital, não é? Se você souber de uma vaga pra maqueiro, fala pra mim, pra mim poder ir lá.” Depois disso, nos despedimos e nunca mais nos vimos.

Por vezes tive que interromper as entrevistas porque os relatos dos trabalhadores irrompiam em lágrimas intermináveis, daí eu tentava marcar um outro dia para continuarmos, mas muitos deles se negavam a retomar a entrevista porque não queriam passar pela catarse novamente. Para mim também era difícil continuar ou remarcar as entrevistas. É muito difícil fazer as pessoas falarem sobre suas desgraças, fazer as pessoas se exporem tanto, diante de um estranho. Hoje, quando escuto novamente as gravações das entrevistas, fica mais difícil conter as lágrimas que não permiti que caíssem diante dos entrevistados e a sensação que tenho, ao

fim deste trabalho, é a de ter estado diante de relatos que compõem uma grande tragédia.

Um outro ponto que certa vez me tirou o sossego foi a seguinte situação. Um dia, quando cheguei na casa de um desempregado para continuarmos uma entrevista e ele me afirmou que encontrara um emprego, fiquei muito decepcionado. Era uma entrevista tão rica, que relatava uma trajetória cheia de lágrimas diante de inúmeras oportunidades de empregos, demissões, reemprego e demissões de novo, mas agora, ele deixara de ser “meu objeto de estudo”. Me senti muito mal por ter sentido aquilo naquele momento, por ter desejado que aquele trabalhador permanecesse desempregado.

Conforme afirmei anteriormente, ao todo, realizei 12 entrevistas, sendo que, destas 12, somente com 8 pessoas pude terminar completamente as entrevistas e retornar várias vezes nas casas dos entrevistados para retomar dúvidas e levantar novas questões. Dos oito entrevistados nos quais me deterei neste estudo, 4 procuravam emprego no SINE e 4 procuravam por emprego no Campo Grande, no programa de TV.

Vale lembrar que o único critério para a escolha destes dois espaços foi o fato de os mesmos servirem como ponto de convergência de trajetórias de trabalhadores informais e desempregados na procura por um emprego. Desta forma é preciso ressaltar que, embora o espaço da TV Bahia e os postos do SINE sejam, aparentemente, um local de concentração de desempregados somente, quando entramos em contato com os trabalhadores nestes espaços podemos concluir que se trata de uma heterogeneidade tão grande na qual se misturam ocupados autônomos, desempregados ocultos em exercício de trabalho precário, desalentados, desempregados propriamente ditos e trabalhadores informais de toda espécie, são, portanto, espaços privilegiados para quem quer encontrar o “sem emprego”, esteja ele na condição de

trabalhador informal ou desempregado.

Como o leitor poderá verificar nos nossos relatos de campo, entre os nossos oito entrevistados encontramos trabalhadores informais (pedreiro, vendedora de roupa e “geladinho”, autônomo dono de oficina mecânica) e desempregados, alguns exercendo algum bico e outros em total desalento, o fato é que, ocupados ou não, resolveram procurar um emprego com carteira assinada para melhorar suas condições de vida.

Quero ressaltar que toda a tentativa de obtenção de dados ou informações, com a TV Bahia, sobre os trabalhadores que buscavam emprego no telejornal, foi negada pela emissora.

Antes de firmar a pesquisa no SINE e no Campo Grande procurei também fazer observações de campo em frente a obras e grandes construções, que também são um excelente espaço de concentração de desempregados. No entanto, esta amostra acabaria ficando viciada com pessoas da área da construção civil, o que me fez optar pelos postos do SINE e o programa de TV, já que apresentavam grande diversidade de trabalhadores.

5.2 - O PERFIL DOS DESEMPREGADOS NA RMS:

Conforme apontam os dados da PED, desde que a pesquisa foi retomada na RMS em 1996, Salvador é a cidade com os maiores índices de desemprego do país, sempre acima dos 20%, alcançando por vezes o inacreditável patamar de 30% nos períodos de baixa contratação do mercado de trabalho, referentes aos meses do meio do ano, como abril, maio, junho e julho. Um ponto de destaque desta pesquisa e que acaba por diferir os resultados das taxas de desemprego da PED e da PME, é o fato de que a PED, ao divulgar a taxa de desemprego

soma os dados referentes ao desemprego total, ou seja inclui os resultados referentes ao desemprego aberto somados ao desemprego Oculto, por desalento e por trabalho precário. A PME, por outro lado, divulga somente os dados sobre o desemprego aberto, embora também faça a mensuração do desemprego oculto, mas mesmo nos dados da PME, Salvador aparece com a campeã do desemprego no país.

A contagem do desemprego oculto é fator decisivo para elevar, em muito, a taxa de desemprego na RMS, já que é expressivo o número de trabalhadores em situação de trabalho precário, como alguns dos incontáveis trabalhadores informais que estão espalhados nas ruas de Salvador, que são contados como desempregados ocultos em exercício de trabalho precário. Em 2004 a taxa de desemprego oculto foi, segundo a PED, de 6,7% em Belo Horizonte, 7,8% no Distrito Federal, 5,2% em Porto Alegre, 7,1% em São Paulo, 8,8% em Recife e, finalmente, 10,6% em Salvador.

A taxa de desemprego total referente ao ano de 2004 foi, portanto de 25,5% e, mais uma vez, foi a mais alta do país. As taxas de desemprego aberto, oculto por trabalho precário e oculto por desalento foram, respectivamente, (14,9%), (7,6%) e (3%). Segundo a PED (2005)¹⁸, é a primeira vez, desde que a pesquisa começou a ser realizada, que houve uma redução na taxa de desemprego de um ano para outro. Em 2004 o contingente de desempregados foi estimado em 431 mil pessoas, ou seja, 37 mil a menos que em 2003. Este resultado se deveu ao fato de que no ano de 2004 foram criadas 58 mil ocupações, o que representa um número superior ao contingente de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho (21 mil pessoas).

¹⁸ Relatório anula da PED referente aos dados para 2004.

Com relação a 2003 o maior crescimento ocupacional relativo ocorreu entre os empregadores (13%) e os autônomos (7%), vindo logo em seguida os assalariados do setor público (5,6%) e do setor privado. No setor privado observou-se um expressivo aumento das ocupações entre os assalariados sem registro (3,9%), contra 2,7% dos assalariados com registro.

Primeiramente, será feita a análise dos dados da PED referentes às taxas de desemprego para 2004, para em seguida, analisarmos a distribuição dos desempregados segundo os diversos atributos para a composição do perfil.

Tabela 1				
Taxa de Desemprego segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família e Escolaridade, Região Metropolitana de Salvador - 2004.				
(Em %)				
Atributos	Tipo de Desemprego			Desemprego Total
	Aberto	Trabalho precário	Desalento	
TOTAL	14,9	7,6	3,0	25,4
Sexo				
Masculino	12,2	9,1	2,0	23,2
Feminino	17,8	6,	4,2	28,0
Faixa Etária				
10 a 14	29,0	-	-	40,1
15 a 17	36,0	8,4	6,2	50,6
18 a 24	27,0	10,0	4,9	41,8
25 a 39	12,3	7,8	2,6	22,6
40 e mais	6,8	5,4	1,9	14,1
Cor				
Branca	11,9	3,7	2,6	18,2
Negra	15,4	8,2	3,1	26,6
Posição na Família				
Chefe	7,2	7,6	1,2	16,0
Cônjuge	14,3	5,3	4,5	24,2
Filho	24,8	9,1	4,4	38,3
Outros	17,3	7,3	3,3	27,9
Escolaridade				
Analfabeto/Sem escolaridade	9,5	9,9	(1)	21,5
1o incompleto	13,8	11,3	3,1	28,2
1o completo_2o incompleto	20,0	10,1	4,2	34,3
2o completo_3o incompleto	15,9	5,1	3,0	24,1
3o completo	5,2	(1)	(1)	7,2

FONTE: PED RMS (2004) SEI/SETRAS/ UFBA / DIEESE/SEADE.
Elaboração Própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Com relação à distribuição por sexo, os números de 2004 mostram que, entre os homens, a taxa de desemprego total é de 23,3%, enquanto entre as mulheres é de 28%, uma diferença expressiva que demonstra uma tendência do mercado de trabalho na RMS de reservar de forma mais expressiva às mulheres a situação de desemprego. Estes números refletem, também, além de uma maior dificuldade entre as mulheres de se inserirem em um trabalho regular, o crescente aumento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho o que também influencia na taxa de desemprego.

Somente nos números referentes ao desemprego oculto por trabalho precário é que os homens (9,1%) apresentam números mais elevados que as mulheres (6,0%) o que pode sugerir uma maior dificuldades por parte dos homens de ficar sem qualquer atividade (desemprego aberto), já que ocupam, em maior número que as mulheres, a condição de provedores da família.

Com relação à idade dos desempregados, a tabela acima mostra que as taxas de desemprego para os que estão entre 10 e 17 anos de idade é de 49%. Para aqueles que estão entre 18 a 24 anos a taxa é de 42%, entre os que estão no auge da idade produtiva, a faixa de 25 a 39 anos, a taxa de desemprego é de 23%. Por fim, entre os que têm quarenta anos ou mais, 14% são desempregados.

O que se pode observar é que os trabalhadores em idade produtiva acabam sendo mais aproveitados pelo mercado de trabalho, embora a taxa de 23% de desemprego entre eles seja bastante expressiva. No entanto, é entre os recém ingressos no mercado de trabalho que o

desemprego é maior. Isto reflete uma condição característica de um mercado de trabalho cada vez mais saturado que não consegue gerar postos de trabalho em quantidade suficiente para absorver o contingente de ingressos que lutam por ocupar uma posição no mercado.

Observe que a taxa de desemprego entre os brancos é menor (18%) do que entre os negros (26,7%). Em todos os tipos de desemprego a taxa de desemprego é maior entre os negros, também, assim, embora a cidade de Salvador e sua região metropolitana seja em sua maioria formada por negros, o mercado de trabalho desta região se mostra um espaço de discriminação racial, já que reserva aos negros, que são maioria as ocupações mais precárias e as mais altas taxas de desemprego.

Com relação à posição ocupada na família a taxa de desemprego para os chefes de família é de 16% (a menor entre os as posições na família), enquanto a de ocupação é de 84%. Observe que, entre os chefes de família, a taxa de desemprego oculto por trabalho precário é a maior (7,6%). Estes números, na verdade expressam a necessidade de o chefe da família se manter ocupado a qualquer custo, mesmo que seja em uma ocupação precária, já que é o responsável por manter o lar. Logo depois do chefe de família, a segunda menor taxa de desemprego é a dos cônjuges (24,2%) seguidos do agregado outros (28%). Mas é entre os filhos que a taxa de desemprego atinge seu ponto mais alto, 38%.

Com relação à escolaridade a taxa de desemprego entre os analfabetos é de 21%, entre os que têm 1.º grau incompleto esta taxa é de 28,2%, para os que estão com o 1.º grau completo mas têm o 2.º incompleto a taxa de desemprego é a maior, sendo de 34%. Por fim, para os que têm o 2.º grau completo a taxa de desemprego é de 21%. Estes números demonstram uma tendência cada vez mais evidente no mercado de trabalho da RMS no qual cada vez mais o

desemprego está atingindo graus de escolaridade maiores. No entanto, o desemprego ainda atinge de forma mais dura uma população de baixa escolaridade, embora, como mostram os relatórios anuais da PED, desde o início da pesquisa em 1997, cada vez mais a condição de desempregado venha se tornando uma realidade para os trabalhadores com uma melhor escolaridade.

Tabela 2				
Distribuição dos Desempregos segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família e Escolaridade, Região Metropolitana de Salvador – 2004.				
(Em %)				
Atributos	Desemprego			Desemprego Total
	Aberto	Trabalho precário	Desalento	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo				
Masculino	42,3	61,9	33,6	47,1
Feminino	57,7	38,1	66,4	52,9
Faixa Etária				
10 a 14	1,3	(1)	(1)	1,1
15 a 17	7,6	3,5	6,4	6,2
18 a 24	43,1	32,3	38,4	39,0
25 a 39	33,9	42,3	35,0	36,5
40 e mais	14,1	22,4	19,1	17,1
Cor				
Branca	10,5	6,4	11,4	9,4
Negra	89,5	93,6	88,6	90,6
Posição na Família				
Chefe	19,5	40,3	16,2	25,3
Cônjuge	18,2	13,4	28,3	18,0
Filho	49,8	35,9	43,9	44,9
Outros	12,5	10,4	11,6	11,8
Escolaridade				
Analfabeto./Sem escolaridade	1,5	3,2	1,6	2,0
1o incompleto	26,2	42,2	28,5	31,2
1o completo_2º incompleto	26,2	26	27,5	26,3
2o completo_3º incompleto	42,6	27,1	40,0	37,7
3o completo	3,4	1,5	2,4	2,7

FONTE: PED RMS (2004) SEI/SETRAS/ UFBA / DIEESE/SEADE.

Elaboração Própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Entre os trabalhadores que se encontram na situação de desemprego na RMS, a maioria (53%)

é de mulheres, enquanto os homens representam 47%. Isto vale também para o desemprego aberto (58% são mulheres e 42% são homens). Também entre os que estão na situação de desemprego oculto por desalento o número de mulheres (66%) é bem maior que o de homens (34%). No entanto, em se tratando dos desempregados ocultos por trabalho precário, o número de homens (62%) supera de longe o número de mulheres (38%). Como já se concluiu, isto se deve ao fato de que, na maioria das vezes estes homens são chefes de família e, por isso, acabam “se virando” em uma atividade precária para garantir o sustento de sua família

A tabela acima mostra como a situação de desemprego aberto (43%) e o desemprego oculto por desalento (38%) acabam atingindo em maior número aqueles trabalhadores que têm entre 18 e 24 anos, recém ingressos no mercado de trabalho. Estes trabalhadores, por serem jovens, provavelmente ainda não constituíram família e “podem ficar sem trabalho”, já que muitos deles acabam garantindo sua sobrevivência com a ajuda dos pais ou outros parentes. Já o desemprego oculto por trabalho precário atinge mais os trabalhadores no auge da idade produtiva, entre os desempregados que exercem trabalho precário, 42% estão entre 25 a 39 anos. Estas pessoas atingem uma etapa da vida na qual a desocupação completa pode significar a não sobrevivência sua e de suas famílias, embora, ainda assim, estes trabalhadores contem também com a ajuda de parentes.

Com relação à cor os números da PED, mostrados na tabela acima acabam refletindo uma realidade demográfica da cidade de Salvador e sua região metropolitana. Embora seja colorida e miscigenada, Salvador é uma cidade negra, na música, nas roupas, na comida, no cheiro e na cor. Desta forma o número de negros acaba sendo mais alto do que o de brancos em todas as distribuições de tipos de desemprego e no desemprego total (9,4% são brancos e 90,6 são negros). No entanto, conforme demonstramos anteriormente a taxa de desemprego entre os

negros é maior do que entre os brancos, o que mostra como o mercado de trabalho na RMS se constitui como um espaço de discriminação racial.

Quando se trata da posição na família os desempregados são, em sua maioria, filhos (45%), seguidos dos chefes de família (25%). Os dados da tabela acima confirmam que entre os desempregados que exercem trabalho precário, é maior o número de chefes de família (40%), seguido dos filhos (36%). Embora o número de filhos seja expressivo em todos os tipos de desemprego observamos que entre o desemprego aberto e o oculto por desalento eles aparecem em maior número, sendo seus valores percentuais de 50% para o desemprego aberto e 44% para o desemprego oculto por desalento. Para os filhos, mesmo que incômoda, a situação de desemprego é suportável até certa instância, já que, ainda podem contar com a ajuda dos pais. No entanto a própria situação de desemprego é definidora da posição na família.

Um dos dados mais expressivos se refere ao grau de escolaridade dos desempregados. Entre os desempregados o maior número deles (37,7%) tem o 2º grau completo e o 3º incompleto. Estes números refletem uma tendência à escolarização da população da RMS, neste sentido se há uma tendência demográfica que aponta para um maior número de pessoas mais escolarizadas, não é estranho que este contingente mais escolarizado tenha uma participação maior no número efetivo dos desempregados. De qualquer forma estes números mostram uma tendência do mercado de trabalho de Salvador a uma estagnação em sua capacidade de absorver a mão de obra cada vez mais qualificada que se forma, o que abre espaço para o surgimento de uma reserva de diplomados disponíveis ao capital.

5.3 - O PERFIL DOS TRABALHADORES INFORMAIS, A OUTRA FACE DOS “SEM EMPREGO”:

Tomando como referência a agregação proposta por Filgueiras, Druck e Amaral (2004), os dados da PED mostram que dos trabalhadores ocupados em Salvador 50,8% são não fordistas enquanto 49,2% são trabalhadores fordistas, os números mostram, portanto, que metade dos trabalhadores ocupados na RMS estão exercendo atividades informais.

Tabela 3		
Distribuição dos ocupados por segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família e Escolaridade segundo o tipo de atividade, Região Metropolitana de Salvador- 2004.		
(Em %)		
Atributos	NÃO FORDISTA	FORDISTA
TOTAL	50,8	49,2
Sexo		
Masculino	44,9	55,1
Feminino	57,4	42,6
Faixa Etária		
10 a 17	92,5	7,5
18 a 24	57,4	42,6
25 a 39	44,7	55,3
40 e mais	50,7	49,3
Cor		
Branca	42,3	57,7
Negra	52,2	47,8
Posição na Família		
Chefe	45,1	54,9
Cônjuge	56	44
Filho	51,8	48,2
Outros	63,1	36,9
Escolaridade		
Analfabeto/Sem escolaridade	83,2	16,8
1o incompleto	71,8	28,2
1o completo_2o incompleto	59,3	40,7
2o completo_3o incompleto	38,8	61,2
3o completo	21,2	78,8

FONTE: PED RMS (2004) SEI/SETRAS/ UFBA / DIEESE/SEADE.

Elaboração Própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Com relação à distribuição por sexo os números da PED mostram que também em relação à informalidade as mulheres acabam também sendo maioria. Isto confirma uma tendência na

qual os espaços mais precários do mercado de trabalho na RMS acabam sendo ocupados pelas mulheres, já que, a condição de trabalhadoras informais e desempregadas passa a ser mais significativa em seu perfil do que a de empregado fordista. Dentre as mulheres que estão ocupadas na RMS, 57,4% estão exercendo atividades informais e 42,6% são trabalhadoras formais, enquanto entre os homens este número é de 44,9% para os que exercem atividade informal e 55,1% para os que exercem atividade formal.

Em se tratando da faixa etária, dentre aqueles que têm de 10 a 17 anos, 93,5% são não fordista enquanto somente 7,5% exercem uma atividade formal. Dentre os que estão entre 18 e 24 anos a taxa de não fordistas é de 57% contra 43% de fordistas. É somente na faixa que representa o auge da idade produtiva, 25 a 39 anos de idade, que o mercado de trabalho formal acaba aproveitando melhor os trabalhadores, já que são 55% de trabalhadores fordistas contra 45% de trabalhadores não fordistas. Entre os trabalhadores com 40 anos ou mais embora seja maior o número de trabalhadores informais, há um certo equilíbrio na distribuição, já que 51% são trabalhadores não fordistas, enquanto 49% são fordistas.

Na pesquisa citada anteriormente realizada com os trabalhadores informais de rua de Salvador, verificamos que 44% dos entrevistados estão com 40 anos ou mais, 36% têm entre 25 e 39 anos e 18% estão na faixa de 18 a 24 anos. Assim como na Pesquisa de Emprego e Desemprego verificamos que entre os trabalhadores informais ha uma maior concentração de trabalhadores na faixa de 25 a 39 anos e entre os que passaram dos quarenta anos. Já que as maiores taxas de informalização estão entre os trabalhadores de 10 a 24 anos de idade.

Observe que, entre os brancos, 42% são trabalhadores que exercem atividades informais e 58% exercem atividades formais, enquanto entre os negros, 52% estão na informalidade e

48% são trabalhadores formais. Na nossa pesquisa com os trabalhadores de rua verificamos que 84% dos entrevistados eram negros contra apenas 16% de brancos. Portanto, assim como no caso do desemprego, o mercado de trabalho na RMS acaba sendo mais um elemento de discriminação racial legando aos negros os postos de trabalho marcados pela precariedade, ausência total de direitos, instabilidade e falta de segurança.

Com relação à distribuição dos ocupados pela posição ocupada na família, entre os chefes de família, 45% são trabalhadores informais e 55% são formais. Já entre os cônjuges, 56% são informais e 44% são formais. Dos filhos ocupados, 52% são informais e 48% são trabalhadores formais.

Com relação à escolaridade, a tabela acima mostra que entre os analfabetos 83% são trabalhadores informais e 17% são formais. Entre os que têm o 1.º incompleto, 72% são informais e 28% são formais. Entre aqueles trabalhadores que têm o 1º grau incompleto e o 2.º incompleto a maioria, 59%, são não fordistas enquanto 41% são trabalhadores fordista. Já quando a escolaridade aumenta, a proporção entre informais e formais inverte de forma violenta. Observe que entre aqueles que têm o 2.º grau completo e o 3º incompleto, o número de não fordistas passa a ser de 39% contra 61 % de trabalhadores fordistas. Por fim, para aqueles que já tem o nível superior completo, o número de trabalhadores formais (79%) é ainda maior que o de informais (21%).

Tabela 4		
Distribuição dos ocupados por tipo de atividade segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família e Escolaridade, Região Metropolitana de Salvador- 2004.		
(Em %)		
Atributos	NÃO FORDISTA	FORDISTA
TOTAL	100,00	100,00
Sexo		
Masculino	47,0	59,4
Feminino	53,0	40,6
Faixa Etária		
10 a 17	6,0	(1)
18 a 24	20,9	16,0
25 a 39	37,2	47,5
40 e mais	35,9	35,9
Cor		
Branca	11,9	16,8
Negra	88,1	83,2
Posição na Família		
Chefe	39,8	50,1
Cônjuge	21,5	17,5
Filho	25,7	24,6
Outros	12,9	7,8
Escolaridade		
Analfabeto/Sem escolaridade	4,8	1
1o incompleto	39,4	16,0
1o completo_2o incompleto	20,3	14,3
2o completo_3o incompleto	30,6	49,8
3o completo	4,9	18,9

FONTE: PED RMS (2004) SEI/SETRAS/ UFBA / DIEESE/SEADE.

Elaboração Própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Continuando a compor o perfil dos ocupados na RMS, a tabela acima mostra que, dos trabalhadores informais, 53% são mulheres e 47% são homens, enquanto entre aqueles que exercem atividade fordista, somente 40,9% são mulheres enquanto 59,4% são homens.

Nas entrevistas aplicadas na pesquisa de campo que realizamos encontramos um número de homens superior ao de mulheres, no entanto, estes resultados dizem respeito a um viés da nossa pesquisa, já que, houve uma certa dificuldade por parte dos pesquisadores de campo em ter um melhor acesso às mulheres. Conforme apontam Filgueiras, Druck e Amaral (2004) os dados da PED referentes ao período de 1996 - 2000 mostram que, entre os trabalhadores não fordistas, o número de homens (49%) representava quase a metade das ocupações informais, sendo apenas ligeiramente inferior ao de mulheres (51%). De qualquer forma podemos observar como o incremento do número de mulheres no mercado de trabalho acaba legando às mesmas as posições de ocupações mais precárias.

Com relação à distribuição dos trabalhadores informais pela faixa etária, os números da PED mostram que entre os trabalhadores não fordistas 6% têm de 10 a 17 anos, 21% têm de 18 a 25 anos, 37% estão na faixa de 25 a 39 anos e 36% têm 40 anos ou mais de idade. A informalidade acaba se concentrando mais entre aqueles que estão no auge da idade produtiva ou entre aqueles que, devido à idade não conseguem se estabelecer em relações formais de produção.

Com relação à distribuição dos trabalhadores ocupados por cor, na RMS, podemos observar que há, como não poderia deixar de ser diferente, uma concentração de negros, tanto entre os trabalhadores fordistas (83%), quanto entre os não fordistas (88%). Mais uma vez, este número reflete uma realidade demográfica da população da RMS, que é formada, em sua maioria, por pretos e pardos, ou seja, por negros, no critério de agregação da PED. No entanto, podemos observar que o número de brancos é menor entre os não fordistas (12%) do que entre os fordistas (17%).

Conforme mostra a tabela acima a concentração de trabalhadores informais acaba sendo maior entre os menores índices de escolaridade. Há, portanto, uma maior participação dos trabalhadores informais justamente nos níveis de escolarização mais baixos, até 1º grau, enquanto para aqueles cujo grau de escolaridade é maior observa-se uma maior participação nas atividades formais. Dos trabalhadores não fordistas 64,5% têm até o 2º incompleto, enquanto 31% têm 2º completo e 3º incompleto e 5% estão com o nível superior completo. Embora estes números mostrem que uma menor ou maior escolaridade acaba aparecendo como elemento decisivo na distribuição dos trabalhadores no mercado de trabalho, o que as diversas pesquisas específicas sobre este tema mostram é uma tendência cada vez maior de escolarização do perfil dos trabalhadores que exercem atividades precárias.

Na RMS, conforme foi apontado no capítulo anterior, observou-se uma tendência no aumento do nível de escolaridade da população ocupada. O importante assinalar é que o nível de escolarização cresceu também entre aqueles que exercem atividades informais, precárias, dentro de um mercado de trabalho que, devido às suas próprias características de pouca capacidade de absorção, acaba ficando abarrotado de diplomas, possibilitando a formação de um exército disponível de trabalhadores que ingressam na informalidade ou caem nas teias do desemprego, mesmo tendo um grau de instrução com média maior do que as encontradas há dez anos para o mercado de trabalho da RMS.

Entre os trabalhadores entrevistados nas ruas, 4,2% eram analfabetos, 41,6% tinham 1º incompleto e 17,9% tinham o 1º grau completo, ou seja 64% dos entrevistados tinham somente até o 1º grau. Mas o que surpreende nestes números são os 14% de trabalhadores com 2º incompleto, e mais ainda os 19% de trabalhadores com segundo grau completo, além dos 3% de entrevistados com nível superior que tentam ganhar a vida nas ruas. Estes dados

confirmam uma tendência de escolarização da PEA na RMS nos mais diversos níveis de ocupação, mesmo nos mais precários.

De um modo geral podemos perceber que entre os informais, os chefes de família são maioria (40%), seguidos dos filhos (26%) e logo em seguida dos cônjuges (21,5%). Na nossa pesquisa os chefes de família acabam também sendo maioria. Estes resultados mostram como os chefes de família acabam buscando a informalidade como forma de fugir ao desemprego e continuarem sustentando suas famílias. Nos dados sobre o desemprego que analisamos anteriormente pudemos verificar como os chefes de família fogem da situação de desemprego aberto ou de desalento e ingressam em alguma atividade precária para garantir a sua sobrevivência e de seus familiares.

Os números da PED referentes ao tempo na atividade mostram que entre os trabalhadores informais 46% têm até um ano na atividade, 29% estão na atividade entre um e cinco anos, 17% entre seis e quinze anos, 5,3% estão na atividade entre 16 e 25 e somente 2,5 têm mais de 25 anos na mesma atividade.

O que estes números sugerem, por um lado, é a enorme rotatividade característica das atividades informais, isto acaba por refletir o caráter instável e provisório das mesmas. O fato de mudarem de atividade não significa necessariamente ingresso ou saída da informalidade, mas sim uma mudança na atividade que pode continuar sendo informal.

No entanto, por outro lado, este grande número de trabalhadores ingressando tão recentemente na informalidade pode ser um reflexo de todo este processo de desregulamentação, flexibilização e precarização das relações de trabalho ocorrido de forma

mais acentuada nestes últimos anos. Na pesquisa que realizamos, nos anos de 2001 e 2002, a grande maioria dos entrevistados, 58% havia ingressado na informalidade na década de noventa e este número confirmava a hipótese de nossa pesquisa de que o processo de Reestruturação Produtiva ocorrido nos anos noventa na Bahia contribuiu para alterar o mercado de trabalho na RMS, ampliando e reproduzindo a informalidade.

Porém, os números da PED para 2004 mostram que a grande maioria (75,5%) dos entrevistados ingressou na atividade há até 5 anos. E destes, 46% afirmam só ter um ano na atividade. Ou seja, é um contingente muito grande de trabalhadores que afirmam iniciar uma atividade já a partir dos anos 2000. Seria necessária uma investigação mais apurada para averiguar de forma mais precisa estes dados.

Com relação à jornada de trabalho, dos que trabalham até 44 horas semanais, 45% são não fordistas e 55 são fordistas, por outro lado, entre os que trabalham mais que 44 horas 56% são trabalhadores não fordistas e 44% são fordistas. Embora o trabalho informal apareça como um espaço de liberdade, como uma alternativa para aqueles que não conseguem um emprego, ou como uma oportunidade de ocupação para os que não aceitam a submissão a um patrão, o que as pesquisas sobre a informalidade mostram é que este modo de inserção no mercado de trabalho pode ser mais desgastante ou mais aprisionante do que o trabalho formal.

Na pesquisa que realizamos com os trabalhadores informais nas ruas de Salvador foi possível verificar como a maioria dos trabalhadores informais enfrenta jornadas de trabalho de mais de oito horas diárias, atingindo, também, em grande parte dos casos, 12 horas de trabalho. Além disso, trabalham normalmente de 6 a 7 dias na semana. Podemos concluir, então, que os trabalhadores informais gastam muito mais tempo em sua atividade do que o previsto

legalmente para atividades formais. Com a desregulamentação das relações de trabalho, verifica-se um aumento das jornadas de trabalho. Este é um dado bastante interessante para ser analisado pelos defensores da “sociedade do tempo livre”, para os que acreditam que o capitalismo, nesta nova fase da acumulação flexível cria uma nova forma de organização do tempo do trabalho que permite que os trabalhadores possam dedicar mais o seu tempo para outras instâncias de suas vidas. O trabalho ficaria, portanto, em segundo, terceiro ou quarto plano nesta nova realidade. Mas, infelizmente, para os amantes das teorias sobre o ócio criativo e também para o conjunto de trabalhadores que vivem ou que vão viver na condição de trabalhadores flexíveis, o trabalho continua central e ocupando cada vez mais tempo da vida dos homens. Nas palavras de Richard Sennett (1999):

Para tirar a maldição da expressão ‘sistema capitalista’, antes criavam-se circunlocuções, como sistema de ‘livre empresa’ ou ‘empresa privada’. Hoje se usa a flexibilidade como outra maneira de levantar a maldição da opressão do capitalismo. Diz-se que, a flexibilidade dá às pessoas mais liberdade para moldar suas vidas. Na verdade, a nova ordem impõe novos controles, em vez de simplesmente abolir as regras do passado – mas também esses novos controles são difíceis de entender. O novo capitalismo é um sistema de poder muitas vezes ilegível.

5.4 – O PERFIL DOS “SEM EMPREGO”:

Embora a categoria “sem emprego” não tenha sido desenvolvida com o intuito de quantificar ou medir, a distribuição dos trabalhadores no mercado, faremos uma tentativa, a partir dos dados da PED para agregar não-fordistas e desempregados, no intuito de compor o que seria um perfil aproximado dos “sem emprego”. É importante ressaltar que o cálculo dos não fordistas para este caso foi feito dividindo o total de não fordistas¹⁹ pela PEA, da mesma

¹⁹ Também é importante frisar que neste total de não fordistas somados ao desemprego para compor os sem emprego, não estão incluídos os inativos com trabalho excepcional, já que, estes últimos não poderiam ser divididos pela PEA.

forma como se calcula a taxa de desemprego. Só assim poderíamos somar as duas categorias e compor o perfil dos sem emprego.

Tabela 5		
Taxa de participação dos Sem-Emprego e FORDISTAS segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família e Escolaridade, Região Metropolitana de Salvador- 2004.		
(Em %)		
Atributos	SEM-EMPREGO	FORDISTAS
TOTAL	62,4	37,6
Sexo		
Masculino	56,8	43,2
Feminino	68,3	31,7
Faixa Etária		
10 a 14	96,8	(1)
15 a 17	94,6	5,4
18 a 24	74,7	25,3
25 a 39	56,6	43,4
40 e mais	56,6	43,4
Cor		
Branca	52,0	48,0
Negra	63,9	36,1
Posição na Família		
Chefe	53,3	45,7
Cônjuge	65,4	34,6
Filho	69,0	31,0
Outros	72,7	27,3
Escolaridade		
Analfabeto/Sem escolaridade	88,4	11,6
1o incompleto	78,7	21,3
1o completo_2o incompleto	72,4	27,6
2o completo_3o incompleto	53,0	47,0
3o completo	26,6	73,4

FONTE: PED RMS (2004) SEI/SETRAS/ UFBA / DIEESE/SEADE.

Elaboração Própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

A tabela acima mostra que, do total da PEA, a grande maioria (62,4%) é “sem emprego” e somente 37,6% são trabalhadores fordistas. Os dados mostram como as novas práticas de gestão do trabalho legaram para este início de século um retrato de um mercado de trabalho

no qual a maioria dos trabalhadores está em situação de desemprego ou exercendo uma atividade precária. Estes números desmistificam as taxas de ocupação divulgadas pela PME (IBGE), mostrando que, entre estes ocupados, há um grande número de sem emprego, ou seja, pessoas cuja atividade realizada carrega a condição da precariedade, da ausência de vínculos e da total desproteção social. A taxa 62,4 5 para os “sem emprego” também revela um número muito mais assustador do que os já impressionantes 25,5% da RMS, para 2004.

A análise das entrevistas realizadas com estes trabalhadores “sem emprego”, que será apresentada mais a frente, revela como a condição de estar ou ser um “sem emprego” aparece como uma alternativa degradante para os trabalhadores que não conseguem se inserir no emprego formal, ou dito de outra forma, o capitalismo flexível não tem conseguido oferecer alternativas de ocupação dignas dentro deste processo de desmonte das relações formais de trabalho.

A tabela mostra também que entre os homens 57% são sem emprego e 43% exercem uma atividade formal. Já entre as mulheres a taxa dos “sem emprego” é consideravelmente maior, 68%, contra 32% que estão em uma relação de trabalho fordista. Na pesquisa de campo que realizei com os “sem emprego” em Salvador, era consideravelmente maior o número de homens. Dos nossos oito entrevistados, por exemplo, seis são homens e somente duas são mulheres.

Um ponto lembrado por João Bosco Feitosa dos Santos em sua pesquisa com os desempregados em Fortaleza é o fato de que as mulheres acabam se inibindo mais na hora de se expor para a procura de emprego. Assim, nas pesquisas de campo realizadas nos postos de atendimento do SINE, bem como nos encontros dos desempregados no Campo Grande para

pedir emprego na televisão, o número de homens foi mais expressivo do que o de mulheres, embora não tenha elaborado nenhuma estatística para medir esta informação a leitura de campo a olho nu foi suficiente.

Em se tratando dos dados referentes à faixa etária, podemos verificar que há uma concentração maior dos sem emprego nas faixas referentes àqueles que são recém ingressos no mercado de trabalho. Os trabalhadores que entrevistei estão numa faixa etária entre 18 e 30 anos, somente um tem mais de 40 anos. De um modo geral os homens e mulheres que procuram emprego nos postos do SINE e no programa da TV Bahia estão nesta faixa entre 20 e quarenta anos, embora haja uma presença expressiva de jovens que devam ter até 30 anos.

Com relação a cor mais uma vez fica evidente o caráter discriminatório do mercado de trabalho em Salvador. Dos negros, 64% estão na condição de “sem emprego”, enquanto 52% dos brancos vivem esta condição. Na nossa pesquisa de campo, dos oito entrevistados, 5 são negros e somente 3 podem ser classificados como brancos. O interessante disto é que os três brancos foram encontrados no SINE, enquanto quatro dos cinco negros buscavam emprego no Campo Grande. Isto reflete uma realidade também visível a olho nu, no Campo Grande era fácil verificar uma maioria esmagadora de trabalhadores negros em busca de emprego, enquanto que, nos postos do SINE, não dá para afirmar uma diferença tão grande, aliás, não dá nem mesmo para afirmar se eram mais brancos ou mais negros. As causas e razões para esta distribuição mereceriam maior atenção, só que em um outro estudo, já que demandaria fôlego para uma nova pesquisa comparativa.

Com relação à posição na família um dado que chama atenção é o fato de que, mesmo para os chefes de família, o número daqueles que estão na situação de “sem emprego” (53%) é maior

do que aqueles que estão numa relação de contrato fordista (46%). No entanto, é entre os filhos que a condição de “sem emprego” se faz mais marcante, ou seja, são 69% “sem emprego” contra 31% de trabalhadores fordistas.

Para as pessoas que entrevistei, muitas vezes o papel de chefe estava condicionado à presença ou não do emprego. Em dois dos casos que aprofundei o contato, os entrevistados, mesmo tendo uma família nuclear própria, mesmo já sendo pais de família, tinham seus lares sustentados pelos pais. Assim me respondeu um ex-prestador de serviços gerais em um Hospital (ou um ex-maqueiro, como ele prefere se definir): “...enquanto tô empregado, sou chefe de minha família, agora, sem trabalho, não sou chefe nem de mim mesmo... minha mãe me deu esta casa pra morar... eu minha mulher e os dois menino... é ela que bota esta comida aqui na dispensa (abre uma cortina esfarrapada no pequeno armário de cozinha que fica no chão da casa de um só cômodo, para mostrar pacotes de arroz e feijão), quando eu não consigo tirar o trocado do dia...”

Um outro entrevistado, que vive junto com a mulher e uma filhinha de poucos meses, dependendo da sua posição no mercado de trabalho (emprego, desemprego, bico, ocupação precária, estágio, já que é estudante), é chefe, cônjuge ou filho. Se tem um bom emprego, é chefe de seu lar, quando está com um bico ou “um empreguinho”, como ele mesmo diz, ele é cônjuge, companheiro da sua mulher que tem um emprego fixo e sustenta a casa, mas quando ele cai no desemprego aberto mesmo, “bate a depressão e o jeito é largar tudo e voltar para casa de minha mãe para diminuir a despesa em casa”, voltando a ser filho.

Na pesquisa de campo, um entrevistado tem nível superior completo, dois estão cursando nível superior, outros dois têm o segundo completo e os três restantes têm apenas o 1º, no

entanto têm dificuldade de ler e escrever fluentemente. Um ponto me chamou atenção, o fato de que quatro dos entrevistados com melhor escolaridade foram encontrados nos postos do SINE (somente o garçom com segundo grau completo, foi encontrado no Campo Grande), enquanto os entrevistados com menor escolaridade buscavam oportunidade de emprego no Campo Grande. Vale ressaltar que entre os sem emprego do SINE, um era bacharel em economia, e já havia passado por dezenas de estágios e empregos temporários durante a faculdade, outros dois, estudavam comunicação social e buscavam a primeira oportunidade de trabalho com carteira assinada, mesmo já tendo trabalhado em ocupações diversas, e o quarto, que só tinha o segundo grau completo sustentava sua família como mecânico, mas falava com um misto de orgulho e pesar que era ex-petroleiro. No Campo Grande, dois entrevistados só tinham o 1.º grau e estavam em busca do primeiro emprego com carteira assinada, embora já tivessem feito “vários bicos”. Os outros dois já tinham tido experiência com carteira assinada, um, fora garçom “em vários hotéis e restaurantes de ponta da cidade”, tinha 2.º completo e se expressava muito bem, o outro, que também só tinha o 1.º grau, queria voltar para o seu emprego com carteira assinada em um hospital no qual “fazia de tudo um pouco, quando faltava gente, até maqueiro eu era (falava com orgulho)”.

Assim na nossa pesquisa, dos oito entrevistados, quatro podem realmente ser classificados como filhos na família, dois são sempre chefes de família e outros dois assumem papéis diferentes a depender da imposição do desemprego. Os laços de família e a ajuda mútua aparecem como elementos centrais para a sobrevivência daqueles que não têm um emprego certo.

Tabela 6		
Distribuição dos Sem-Emprego e trabalhadores fordistas segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família e Escolaridade, Região Metropolitana de Salvador- 2004.		
(Em %)		
Atributos	SEM-EMPREGO	FORDISTAS
TOTAL	100,00	100,00
Sexo		
Masculino	47,2	59,4
Feminino	52,8	40,6
Faixa Etária		
10 a 14	1,1	(1)
15 a 17	4,8	0,4
18 a 24	28,5	16,0
25 a 39	37,4	47,5
40 e mais	28,2	35,9
Cor		
Branca	11,0	16,8
Negra	89,0	83,2
Posição na Família		
Chefe	34,4	50,1
Cônjuge	19,9	17,5
Filho	33,1	24,6
Outros	12,6	7,8
Escolaridade		
Analfabeto/Sem escolaridade	3,4	0,7
1o incompleto	35,7	16,0
1o completo_2o incompleto	22,8	14,4
2o completo_3o incompleto	34,0	50,0
3o completo	4,1	18,9

FONTE: PED RMS (2004) SEI/SETRAS/ UFBA / DIEESE/SEADE.
Elaboração Própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Para fechar o perfil dos trabalhadores que vivem na condição de “sem emprego” RMS, os dados da tabela acima mostram que estes trabalhadores são mais mulheres (53%) do que homens (47%). Com relação à faixa etária 37,4% dos “sem emprego” está entre 25 e 39 anos, ou seja, o seu maior percentual está na faixa etária correspondente ao auge da força produtiva, seguidos pelos trabalhadores com 18 a 24 anos (28,5%), recém ingressos no mercado de trabalho.

Estes trabalhadores sem emprego são também, em sua maioria, mais negros (89%) do que brancos (11%).

Com relação à posição ocupada na família a tabela mostra um dado revelador, o maior percentual para os “sem emprego” nesse atributo é exatamente a posição de chefe de família (34,4%), seguido dos filhos (33%). Estes números mostram como, mesmo para os chefes de família, a colocação precária no mercado de trabalho é uma realidade cada vez mais presente. É bem verdade que, de um modo geral, como foram mostrados nas análises sobre o perfil dos desempregados e informais, estes chefes de família acabam se virando e se submetendo a qualquer coisa para não deixar de suprir as necessidades do lar.

Por fim, com relação à escolaridade podemos verificar que, entre os “sem emprego” 3% são Analfabeto/Sem escolaridade, 36% tem o 1º grau incompleto, 23% tem o 1º grau completo e o 2º incompleto e um número expressivo de 34% tem o 2º grau completo e 3º incompleto. A maioria (62%), portanto, tem até 2º grau incompleto. No entanto, mais uma vez chama atenção a porcentagem alta de trabalhadores mais escolarizados (38% com no mínimo o 2º grau completo) compondo o perfil de um segmento precarizado do mercado de trabalho na RMS.

5.5 - A DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES PELO ESPAÇO SOCIAL:

Conforme afirmamos anteriormente, para se compreender as relações de poder que condicionam as histórias de homens e mulheres que compartilham um mesmo espaço geográfico em um mesmo momento histórico, é preciso, como afirmava Pierre Bourdieu, que a Sociologia se apresente como uma *topologia social* tratando o mundo social como um espaço:

... multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo de produção econômica: No interior de cada um dos subespaços, os ocupantes de posições dominantes e os ocupantes de posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas...” (BOURDIEU apud BORGES, 2001, p.1)

É partindo desta abordagem que tentaremos compreender a distribuição dos “sem emprego” da RMS no espaço social, entendendo o Mercado de Trabalho como um campo de disputas e de relações de poder.

É preciso, então entender rapidamente o que fala Bourdieu. Para o sociólogo francês, o mundo social é um espaço com várias dimensões, construído por princípios de diferenciação e distribuição.

A existência - material e/ou simbólica - de um homem ou de um grupo de homens é definida pela posição que eles ocupam neste espaço social. Este espaço social deve ser entendido como um conjunto de vários campos onde diversas propriedades estão atuando no sentido de gerar (e sendo geradas por) estes princípios de diferenciação e distribuição, conferindo a quem as possui, força ou poder neste universo social, produzindo, desta forma, o próprio espaço social.

Estas propriedades, que atuam construindo o espaço social, são os diversos tipos de Poder (que Bourdieu prefere chamar de Capital), que ocorrem no universo social e que estão distribuídos em diferentes campos deste universo. Assim, a cada campo (cada dimensão) do universo social corresponde um tipo de capital (poder). Assim os trabalhadores, na condição de sem emprego detém um tipo de capital diferenciado do trabalhador fordista e, mesmo entre os sem emprego, se compararmos informais e desempregados podemos verificar a existência de complexas relações de diferenciação marcadas por distintos processo de distribuição de capital.

O capital pode existir num estado objetivado, assumindo formas de bens e propriedades materiais, ou pode assumir uma forma subjetiva, simbólica, incorporada pelos agentes sociais. Ele representa um poder sobre um determinado campo, representa a posse ou acúmulo de bens materiais ou simbólicos, produtos da ação presente ou passada, representa uma posse e poder sobre os meios de produzir bens, representa a garantia de atribuir a quem o possui, o direito legítimo de ser possuidor de bens tanto materiais como simbólicos, que estiverem em disputa num dado momento histórico, no espaço social. As várias espécies de capital correspondentes aos diversos campos, são uma espécie de trunfo, que num jogo definem as probabilidades de ganho de um jogador. Tem-se, então, na ótica de Bourdieu, distribuídos nos diversos campos do espaço social, diversos tipos de poder, sendo alguns deles o Capital Econômico, o Capital Social, Capital Cultural, Capital Simbólico etc., os agentes se distribuem neste espaço segundo o volume global de capital que possuem e segundo a composição do seu capital.

Então, para se definir a posição de um agente social no espaço social e, com isso, compreender a sua condição de existência neste espaço, é necessário definir a posição que

este agente ocupa nos diferentes campos, ou seja, a posição que este agente ocupa na distribuição dos diferentes tipos de poder que atuam nos diferentes campos.

Para Bourdieu, falar em espaço social “é dizer que não se pode juntar uma pessoa qualquer com outra pessoa qualquer, descurando as diferenças fundamentais, sobretudo econômicas e culturais” (Bourdieu,1989c, p.138). O Espaço Social é um lugar de distribuição de capital, esta distribuição é desigual e gera diferenças entre os agentes sociais, aproximando uns, separando outros, criando formas de ser, estilos de vida, características que possibilitam dividir, ao menos como recurso metodológico, a sociedade e os grupos de agentes sociais em classes específicas. Classificar e agrupar os agentes sociais em classes semelhantes e distintas passa necessariamente pela tarefa de encontrar as suas posições no espaço social, o que significa, entender como agem estes sujeitos, como os agentes sociais exercem sua atividade no mundo, como sua ação prática, individual ou coletiva os torna passíveis de serem classificados num mesmo grupo, numa mesma classe, o que faz com que pertençam ou não a um Estado, clube, grupo, etnia etc.

Aqui neste estudo também estamos classificando e agrupando os trabalhadores em formais, informais, fordistas, não fordistas, empregados, ocupados e desempregados, para isso, levantamos diversas características, indicadores, comportamentos (procura de emprego), trajetórias e tantos outros eventos que aproximam e/ou distanciam e/ou diferenciam estes trabalhadores. Por fim, ainda construímos teórica e empiricamente o conceito de sem emprego, para entender, dentro de um certo recorte, que posição ocupam os trabalhadores no capitalismo flexível, quando buscamos compreender suas trajetórias e a sua relação de inserção ou não inserção na condição de emprego.

Para continuar este exercício, tentarei compreender o mercado de trabalho como uma dimensão do espaço social e como sugere Robert Castel, aceitarei a metáfora de que a realidade do mercado de trabalho pode ser compreendida como se o mesmo fosse formado por zonas distintas, mas interpenetrantes. Estas zonas são as zonas de **integração, vulnerabilidade e desfiliação**.

A zona de integração deve ser compreendida como uma dimensão “privilegiada” do espaço social, um lugar no mercado de trabalho no qual as posições a serem ocupadas pelos trabalhadores guardam um conjunto de direitos, benefícios, projetos de vida, planos de carreira, segurança, proteção social e estabilidade que ainda não foram flexibilizados pelo novo capitalismo. Um espaço real e ainda existente, mesmo no capitalismo flexível, que ainda serve como parâmetro e sonho de conquista para diversos trabalhadores “habitantes” das outras zonas.

Esta zona de integração acaba apresentando uma relação muito próxima de reciprocidade, interpenetração e interdependência com as zonas de vulnerabilidade e desfiliação e as trocas com estas duas zonas acabam por destruir, de forma acelerada, a estabilidade daqueles que habitam a zona de integração. Aliás, por muitas vezes a estadia na zona de integração é passageira e, para aqueles que ainda supomos estáveis neste capitalismo flexível, o simples medo de perder a estabilidade já os coloca nas fronteiras com as zonas de desfiliação e vulnerabilidade.

A zona de vulnerabilidade seria um espaço intermediário entre a desfiliação e a integração. É o espaço dos empregos precários, com pouca duração, tempo determinado, estágios, do trabalho nas ruas, ou seja, é o espaço no qual as ocupações carregam o estigma da

instabilidade, da falta de cobertura e benefícios sociais e da incerteza e insegurança quanto ao futuro. Esta zona é um local de risco, é a fronteira com a desfiliação, é uma zona que vem se tornando hegemônica neste novo capitalismo, com a flexibilização e conseqüente precarização das relações de trabalho. A zona de vulnerabilidade é, portanto um dos habitats dos “sem emprego”.

Por fim, podemos distinguir, no mercado de trabalho, a zona de desfiliação. Nesta dimensão do espaço social estão os tipos de ocupações mais precárias ou a completa falta de ocupação. Neste mesmo locus convivem o marginal, o indigente e o desempregado. É uma instância do espaço social na qual o capital disponível impossibilita, os que neste espaço habitam, garantir sozinhos a sua sobrevivência. A dependência da ajuda de familiares, vizinhos, amigos, da assistência social, de programas de amenização da pobreza etc, é marca característica dos que habitam esta zona. Para Robert Castel, a utilização da noção de zona de desfiliação é uma alternativa à utilização de termos como exclusão social. A noção de desfiliação implica em algo que não é estático, fala de um processo que é reversível, já que é fruto de lutas e de decisões políticas, refletidas em fenômenos sócio-econômicos.

As noções de desfiliação e das outras duas zonas, também implicam em tentar dar conta de um percurso, de uma trajetória e não uma fotografia estática da posição que os trabalhadores ocupam num dado momento.

Assim, é importante destacar que estas zonas não são estanques e impermeáveis, ao contrário, todas estabelecem trocas entre si e se retroalimentam. Quem hoje habita a zona de integração pode, dentro de um mês, passar a “morar” na vulnerabilidade, ou cair a qualquer momento na zona de desfiliação. O “desfiliado” pode “virar” integrado ou ascender socialmente e entrar na

zona de vulnerabilidade e assim sucessivamente e continuamente. A quantidade e/ou os tipos de capitais que estarão em jogo em um dado momento, em determinado espaço, bem como a posse ou não destes capitais serão decisivas para fazer de certos trabalhadores mais ou menos suscetíveis a uma permanência ou mudanças bruscas e/ou constantes de uma zona para outra.

Usando os dados que analisamos anteriormente farei um pequeno resumo do perfil dos trabalhadores fordistas, informais e desempregados da RMS, no intuito de tentar ilustrar as características daqueles que, em 2004, habitavam as zonas de integração, vulnerabilidade e desfiliação no mercado de trabalho desta região. Numa tentativa de dar conta deste complexo emaranhado de relações sociais relacionarei a zona de integração com o conjunto dos trabalhadores fordistas identificados na PED. O perfil dos trabalhadores informais comporá as características da zona de vulnerabilidade, enquanto os desempregados representarão a zona de desfiliação. É claro que estas associações não dão conta e nem esgotam as zonas, mas são um esforço de abarcá-las sob um determinado ângulo e através de uma determinada lente, a das posições que homens e mulheres ocupam em suas relações de trabalho no capitalismo flexível.

A - O perfil dos que compõem a zona de integração:

Quando procuramos classificar os agentes sociais a partir da posição que os mesmos ocupam em suas relações de trabalho, a situação de emprego ou o trabalho fordista é o que de mais próximo se pode encontrar, no mercado de trabalho da RMS, das características referentes à zona de integração.

Sendo assim, as características daquelas pessoas que em 2004 possuíam os tipos de capitais

suficientes para estarem na zona de integração, ou seja, o perfil dos trabalhadores fordistas na RMS em 2004 era o seguinte: Eram mais homens do que mulheres e a maioria estava no auge de sua idade produtiva, na faixa de 25 a 39 anos, seguidas daqueles com idade produtiva mais avançada, na faixa de 40 anos ou mais. Eram, também, em sua maioria, negros, o que reflete uma realidade demográfica da cidade de Salvador que é formada, em sua maioria, por negros, no entanto, quando se olha a distribuição dos brancos, observa-se que, há relativamente, em comparação com os negros, uma maior concentração de brancos nos trabalhos fordistas e nas zonas de integração, portanto. Estes trabalhadores têm, em sua maioria, até o 2.º grau completo seguidos dos que têm o 3.º completo e são chefes de família.

B - O perfil dos trabalhadores informais: a zona de vulnerabilidade.

O perfil dos trabalhadores informais, ou seja, as características daquelas pessoas que, na disputa pela posse dos capitais em jogo no mercado de trabalho na RMS se encontraram na zona de vulnerabilidade são as seguintes: São mais mulheres do que homens e a maioria também se encontra no auge da idade produtiva (25 a 39 anos), juntamente com aqueles com idade produtiva mais avançada (40 anos de idade ou mais). São também, em sua maioria, negros, mas ao contrário dos trabalhadores fordistas, quando observamos a distribuição de negros no mercado de trabalho observamos que, em relação aos brancos, eles estão proporcionalmente mais concentrados nas atividades informais. Estes trabalhadores têm até o 2.º grau incompleto e são também, em sua maioria, chefes de família.

C - A zona de desfiliação: o habitat do desempregado.

A situação de desemprego, embora não esgote a zona de desfiliação, é a que melhor define

esta dimensão do espaço social se levamos em conta, como estamos fazendo neste estudo, a posição que os trabalhadores ocupam em suas relações de trabalho.

Assim, na disputa dos capitais em jogo no mercado de trabalho na RMS, o perfil dos desempregados, ou seja, as características (ou o capital simbólico e cultural) daqueles que em 2004 estavam mais propensos a se encontrar na zona de desfiliação era o seguinte: eram, também, em sua maioria, mais mulheres do que homens, no entanto a faixa etária dos desempregados abarca aqueles que supostamente acabam de entrar na disputa por uma vaga no mercado de trabalho (43% entre 18 a 24 anos), seguidos daqueles no auge da idade produtiva. São também, em sua maioria negros, e embora os negros também sejam maioria entre os ocupados, a taxa de desemprego entre os negros é maior que a dos brancos. Os desempregados, habitantes da zona de desfiliação são, com relação à posição que ocupam na família, filhos, o que explica a pouca idade, e também têm baixa escolaridade.

D - Os “sem emprego”.

Desta forma, podemos concluir que as zonas de vulnerabilidade e de desfiliação são o lócus no espaço social no qual transitam “os sem emprego”. Podemos identificar e classificar estes trabalhadores pelas mais diversas características, separando-os por suas idiossincrasias e assim nos depararíamos com uma realidade de um mercado heterogêneo e com um conjunto de histórias de vida e trajetórias incompatíveis. Porém se observamos com estes trabalhadores se distribuem espacialmente em suas relações de trabalho e mais, se nos esforçamos por compreender as relações de poder que condicionam e são condicionadas por esta distribuição das posições nas relações de trabalho, esta heterogeneidade ganha novo significado.

As zonas de desfiliação e vulnerabilidade são habitadas por inúmeras individualidades e histórias de vida diferentes, no entanto, os trabalhadores que habitam estas zonas podem ser classificados como detentores de uma mesma característica que, num dado momento, através de um certo olhar, os une. Esta característica decisiva é o fato de que, tanto os trabalhadores da zona de vulnerabilidade, quanto os da zona de desfiliação, não têm emprego, pelo menos, não o tipo de emprego ainda protegido e por tempo determinado, do qual falamos em capítulos anteriores.

Dito de outra forma, estes trabalhadores são, em última instância, uma massa que atua como uma reserva sempre disponível e que ameaça a posição daqueles que ocupam a zona de integração. Estes trabalhadores, além de estarem unidos pela insegurança, pela incerteza, pela falta de seguridade social, pela falta de perspectivas futuras, pela instabilidade dos rendimentos, pela instabilidade de tudo, pela dificuldade ou impossibilidade de garantir a própria sobrevivência, pela ausência de direitos, pela sensação de inutilidade social, pela vergonha, medo e tantos outros atributos e sentimentos, eles também estão unidos pela função que cumprem neste novo capitalismo, enquanto componentes de um Exército de Reserva disponível ao capital.

Se compararmos as zonas de Castel com as divisões de Marx para o Exército Industrial de Reserva, podemos verificar como a zona de vulnerabilidade corresponde à Superpopulação Flutuante, ou seja, um conjunto de trabalhadores cuja absorção pela zona de integração depende da demanda desta zona por força de trabalho, assim, estes são a reserva imediata, sendo expulsos e absorvidos, dependendo do “interesse” do mercado. A superpopulação estagnada estaria na fronteira entre a desfiliação e a vulnerabilidade já que, diz respeito àqueles trabalhadores que não são preferencialmente absorvidos pelo capital e que, para

sobreviver, acabam optando por atividades totalmente irregulares. Estes trabalhadores garantem ao capital um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível, cuja condição de vida encontra-se sempre abaixo do nível médio da classe trabalhadora como um todo. Já a superpopulação latente, está representada pelo conjunto dos trabalhadores que vêm do campo em busca de melhores condições de vida nos centros urbanos e acabam atuando, também, como reserva. Estes podem habitar tanto a zona de vulnerabilidade, como a de desfiliação, dependendo do capital que têm disponível e do capital que está em disputa. Por fim, o pauperismo é o retrato completo e mais claro daqueles que habitam os estratos mais precários da zona de desfiliação.

A existência dos sem emprego é o que possibilita, portanto, de forma jamais vista na história (talvez só nos primórdios do capitalismo), que o capital imponha a sua exploração a todo e qualquer trabalhador que habite qualquer uma das três zonas. O desempregado e o trabalhador informal anseiam por deixar as zonas de desfiliação e de vulnerabilidade, por outro lado, o trabalhador fordista, teme ocupar as posições dos informais e desempregados, ou teme que a zona de integração desapareça completamente do mapa. Assim, a existência dos sem emprego e a função que cumprem no conjunto das interdependências das relações sociais que ocorrem entre os homens no capitalismo flexível impossibilitam qualquer tentativa de união entre os trabalhadores.

Estes trabalhadores “sem emprego”, habitantes das zonas de vulnerabilidade e desfiliação são, em sua maioria, mulheres, negras, estando em sua maioria, no auge da idade produtiva (25 a 39 anos), são , na maior parte chefes de família, seguidos pelos filhos e têm até o 3.º grau incompleto.

Feito este resumo do perfil dos trabalhadores sem emprego, passemos agora para as suas trajetórias de busca por emprego, entremos, portanto, em parte do universo dos nossos oito entrevistados.

5.5 – A PESQUISA DE CAMPO: A TRAGÉDIA DOS “SEM EMPREGO”.

A realização das entrevistas de campo com os “sem emprego” é um retorno ao problema central desta pesquisa, bem como de suas hipóteses. A análise das entrevistas tem como objetivo demonstrar empiricamente como a situação de precarização atua como elemento de homogeneização das condições de vida e das trajetórias de trabalhadores informais e desempregados, reduzindo-os à condição de “sem emprego”.

Recordo-me que, quando estava fazendo a minha pesquisa de campo com trabalhadores informais de rua em Salvador, pra a minha monografia de conclusão do bacharelado, havia uma pergunta no questionário que buscava saber se estes trabalhadores de rua gostariam de mudar para um emprego com carteira assinada. Nas respostas dadas, a grande maioria (70%) afirmava que gostaria de ter um emprego com carteira assinada. O mais surpreendente é que daqueles que responderam que queriam continuar na atividade de rua que estavam exercendo 60% deram esta resposta justificando que já não viam qualquer possibilidade, para eles, de ingresso em um trabalho formal, devido à idade, ao baixo grau de escolaridade ou entendendo que devido às condições do mercado, não haveria espaço para eles em um emprego, ou seja, vivem em uma letargia provocada pelo desalento. Estes trabalhadores seriam computados, normalmente, em qualquer pesquisa, como ocupados, já que exercem atividade regular e não

procuram efetivamente por emprego. No entanto, isso não significa que não pressionem o mercado de trabalho.

No caso da nossa pesquisa de campo atual, mesmo aqueles que exercem uma atividade regular, devido ao grau de insuportabilidade que a situação de precarização atingiu em suas histórias de vida, resolveram sair do desalento e partiram para uma procura efetiva de emprego. Assim, como veremos neste estudo de campo, trabalhadores informais e desempregados acabam tendo a suas histórias de vida reduzidas ao medo, a insegurança, a perda da dignidade, ao pânico, a violência etc, um conjunto de sentimentos e situações, marcados pela precariedade, que convergiu suas trajetórias de vida para um ponto em comum, a procura pelo emprego.

Assim, o objetivo das linhas que se seguem é tentar colocar em palavras um pouco dos relatos e da experiência vivida com os trabalhadores sem emprego com os quais tive a oportunidade de dividir alguns momentos das histórias de nossas vidas. Com isso, revisitaremos o problema que de partida desta pesquisa, qual seja, compreender **o que há em comum entre os trabalhadores informais e os desempregados no que se refere às suas trajetórias de trabalho e condições atuais de precarização tendo por base a inserção social destes trabalhadores?** Após o esforço teórico que realizei para dar conta desta pergunta, o desafio que se coloca a partir de então é o de, a partir da pesquisa empírica, encontrar elementos que iluminem e enriqueçam esta abstração teórica. Neste sentido, demonstrarei, à luz da pesquisa empírica, de que maneira a precarização se constitui como elemento de homogeneização *sui generis* entre as pessoas que vivem na informalidade e no desemprego, duas realidades marcadas por uma profunda heterogeneidade.

A - Primeiro palco da tragédia: o Campo Grande²⁰.

O telejornal, no qual é realizado o quadro sobre trabalhadores à procura de emprego é apresentado às segundas-feiras, sempre ao meio dia. Desde as 10 horas da manhã os desempregados começam a se concentrar. Toda segunda-feira aparecem, pelo menos, 20 desempregados, entre mulheres e homens das mais diversas idades e formações profissionais. Alguns têm curso profissionalizante, mas se dizem dispostos a aceitar qualquer vaga para qualquer emprego que for oferecido. A maioria deles se oferece para trabalhar como prestador de serviços gerais, zelador, porteiro, empregada doméstica, acompanhante de idoso, segurança e motorista.

A . 1 - Primeiro ato da tragédia - Juarez: o desalento²¹.

²⁰ Durante os 7 meses em que realizei o trabalho de campo na Praça Dois de Julho, largo do Campo Grande algumas dificuldades foram encontradas. A TV Bahia não cedeu qualquer sobre como foi construído o quadro do jornal. As informações que consegui tirar sobre como eram selecionados os trabalhadores foram obtidas com os entrevistados. A inscrição é feita no local mesmo, os funcionários da TV Bahia fazem uma pequena entrevista com o desempregado, dão algumas instruções e os colocam no mesmo dia na TV. Assim, os desempregados e a equipe de TV costumam chegar no local com pelo menos uma hora de antecedência e este era o tempo que eu tinha para tentar qualquer aproximação, já que, logo depois que davam o seu depoimento, que aparecia ao vivo na TV, os desempregados saíam caminhando e se perdiam pelas ruas de Salvador. Uma regra básica que todos deveriam seguir é que o desempregado não pode aparecer em dois programas seguidos e deve esperar ao menos três semanas para retornar para tentar buscar emprego de novo.

²¹ Nos relatos, tentarei resguardar a identidade dos entrevistados trocando seus nomes, já que o fato de irem na televisão em busca de emprego acaba os expondo em demasia. O mesmo procedimento será adotado com os trabalhadores do SINE. Embora adote alguns procedimentos para não expor a vida dos entrevistados, asseguro que me dedicarei para recompor, mesmo que de forma sucinta, os relatos destes trabalhadores a respeito de sua procura por emprego de forma mais fidedigna possível. Tenho plena clareza que não terei como esgotar os depoimentos e a riqueza das histórias de vida que me foram contadas, afinal, como falou a também socióloga e amiga, Maria Ivanilde, a Nide, a vida tem tantas grandezas que não podem ser reduzidas por qualquer ciência.

Nosso primeiro contato com os relatos dos sem emprego será a história de um jovem de 25 anos que aqui chamaremos de Juarez. Juarez é morador do bairro do Alto do Coqueirinho, em Itapuã, bairro da orla de Salvador, cantado nos versos do poetinha Vinícius de Moraes musicados por Toquinho. Tive a oportunidade de viver parte de minha infância no Coqueirinho, como chamam os moradores do bairro. Todo verão, nas férias escolares eu ia com minha família veranear numa casinha construída por minha mãe antes que o câncer a tirasse de nós. Quando começamos a veranear no Coqueirinho no início da década de 80, era tudo mato e floresta de mata atlântica. No espaço de 10 anos o bairro foi ocupado por centenas e milhares de famílias e surgiu uma das maiores invasões²² de Salvador, formada pelos bairros do Alto do Coqueirinho, favela das Malvinas e o temido Bairro da Paz.

O acesso à casa de Juarez não era tão complicado. Apesar do terreno acidentado, das ladeiras e ruas não pavimentadas regadas por esgotos abertos ao céu, que cortam o Coqueirinho, tive a sorte de encontrar rapidamente a casa que ficava logo na esquina de uma dessas ruas que se perdem no coração da invasão.

A rua, por ser uma esquina com a rua principal do bairro, era pavimentada. A casa de Juarez, como a maioria das casas do bairro, não tinha reboco nas paredes, o chão era coberto de cimento vermelho, tudo muito limpo e asseado. A casa tem 2 quartos, sala cozinha, banheiro na área interna e um “puxadinho no quintal” no qual mora o irmão do Juarez, junto com a esposa. Ao todo são 8 moradores, Juarez, os pais, duas irmãs, o irmão, a esposa do irmão e um sobrinho, filho deste irmão. Tirando o pai, que é aposentado e ex-motorista de ônibus e o

²² Em Salvador, na cidade da Bahia, é incomum usar o termo favela, como em São Paulo e no Rio de Janeiro. A referência para denominar os bairros populares e pobres em Salvador é invasão, no sentido de que aquelas pessoas que habitam aquele espaço, invadiram, se apossaram da terra e a ocuparam. São, portanto, casas sem escritura, sem saneamento e aglomerados populacionais para os quais o poder público costuma virar as costas.

irmão que trabalha em uma empresa de segurança privada, todos em casa estão desempregados e procuram efetivamente por emprego, praticamente todos os dias.

Juarez, como já disse, é um jovem de 25 anos, só tem o primeiro grau e mal sabe ler e escrever. Nunca teve um trabalho com carteira assinada, mas “desde criança, com 9 anos, já trabalhava como ajudante de pedreiro... ajudava a carregar os broco, a misturar o cimento... as maioria das casa do coqueirinho, eu ajudei a levantar.” Hoje, aos 25 anos é a labuta como ajudante de pedreiro que ainda “dá o ganho” de Juarez.

Juarez é um rapaz alegre, ainda com jeito de criança que não brincou tudo que tinha de brincar na infância. Fala sempre escabreado, pergunta tudo. Só sobre a pesquisa eu tive que explicar mais de dez vezes. Visitei a casa de Juarez quatro vezes e nas quatro visitas ele me perguntou: “Professor, pra que serve mesmo esta pesquisa? Você vai me arrumar um emprego?”

A fala tímida de Juarez parece expressar uma consciência de sua própria realidade. A realidade de um rapaz sem estudos, afrodescendente, trabalhador autônomo, em busca por um emprego: “Sou preto, pobre, não sei falar, nem ler, nem escrever... vô viver carregando broco e levantando casa dos outro... ninguém quer um analfabeto...”

Diz que a maior vergonha da vida é ver os amigos da mesma idade e o irmão trabalhando e ele não ter um emprego certo, já que o trabalho como pedreiro “não garante, não dá pra fazer os sonho da gente”. Foi quando ouviu falar no programa da TV e, incentivado pela mãe, resolveu tentar. Foi ao Campo Grande cinco vezes antes de ter coragem de falar com os funcionários da TV Bahia.

“Fui no Campo Grande cinco vezes... dava medo... eu num sei falar, na televisão ia ser uma vergonha danada... depois todo mundo ia ver... eu pedindo emprego na televisão... eu num sô vagabundo... eu trabalho... sou pedreiro e ajudante de pedreiro... só tô sem emprego certinho porque não sei ler.”

Perguntei-lhe, então por que motivo procurara o programa, por que não tentara outra alternativa, respondeu que não tinha mais esperança, que “ninguém ia querer empregar um cara sem estudo... o pessoal falou que um cara da outra rua foi no programa e tava agora num hotel, o cara burro igual eu... aí fui apostar na sorte, mas não acredito não, tanto que nem vou mais lá...”

A falta de instrução acaba aparecendo somada a uma auto punição perversa, sentimentos como a culpabilização pela falta de estudos alimentam uma sensação de desesperança e fracasso que afastam Juarez, cada vez mais da possibilidade de inserção no mercado, lançando-o no desalento total: “eu até já desisti, não estudei na hora de estudar e agora não dá mais... o jeito é se conformar... nem a televisão me deu emprego”.

O desalento também afeta as relações sentimentais, Juarez afirma que não tem nem coragem de namorar e casar: “... qual a mulher que vai querer um sem nada feito eu? Num dá nem vontade de começar uma coisa com a menina... eu vou dar o que pra ela depois?”

Por vezes, na entrevista me pego tentando conforta-lo, tentando incentiva-lo a não desistir, falo de sua pouca idade, das várias oportunidades e possibilidades que a vida ainda pode reservar se ele continuar tentando. É difícil para o pesquisador, quando está diante de um ser

humano atentar para uma realidade que se repete em todas as casas vizinhas e em cada canto do Brasil e lembrar que estes trabalhadores que concorrem com todos os outros acabam sendo a parte mais desfavorecida e vulnerável, para quem a possibilidade de inserção se torna cada vez mais distante, mais impossível.

Quando pergunto o porquê de procurar um emprego e qual o significado de ter um trabalho com carteira assinada ele responde que seria a realização do sonho da vida dele e continua: “não ia mais precisar ter vergonha dos vizinhos, ia ajudar meu pai... já pensou, ter o dinheiro certinho todo mês, sair de casa arrumado pro trabalho... aí eu ia ser gente... homem de verdade... porque agente só é homem quando assume responsabilidade de casa, quando bota dinheiro em casa...”

Juarez era só sorriso quando falava de como seria ter um emprego: “ia arrumar logo uma prenda pra mim, uma menina boa de casar, ia dar presente pra todo mundo e ia passar “charlando” na rua, tirando onda mermo... quando a polícia pedisse o documento na rua eu só ia mostrar a carteira assinada... eles ia ver que não era vagabundo, não, que era trabalhador...”

Mas logo seu riso virava lágrima, decepção, desalento: “Mas isso não é para mim, não. Dá vontade de morrer, vontade de fazer besteira... olho esta porcaria toda lisa (mostra a carteira de trabalho sem nenhuma anotação)... acho que nunca vou ver um risco aqui... tem hora que dá desespero, que só penso nisso... que não tenho emprego... quando não tô trabalhando só penso besteira... só não vou roubar... roubar não, tenho meu pai que bota comida em casa e não deixa filho nenhum virar vagabundo”

Perguntei-lhe também, como é estar desempregado, qual o significado de desemprego e ele respondeu: “o desemprego é eu... é ficar assim desanimado... sem vontade de fazer nada”.

Em poucos parágrafos de depoimento tanta história para contar. Primeiro, o desespero total e o medo de enveredar na marginalidade. Há ainda um fato que será uma constante em todas as entrevistas, o apoio familiar, o suporte de pais aposentados que acabam sendo a garantia de sobrevivência quando nem o trabalho de pedreiro salva o dinheiro para o mês. Há ainda o símbolo da carteira assinada, que legitima quem é gente e quem é cidadão de verdade, num país como Brasil, no qual a cidadania aparece como concedida, num aparato institucional que é a legislação trabalhista, cujo símbolo principal é a materialização de uma assinatura na carteira de trabalho.

Há ainda um fato que me chamou atenção. Embora simples e sem estudo, Juarez, em sua fala opera bem a diferença entre trabalho e emprego. Emprego é a carteira assinada que tanto deseja, o trabalho é tudo que faz para sobreviver, que ocupa seu tempo, o trabalho de pedreiro que não o deixa pensar besteira. Assim este trabalhador sabe que, embora tenha uma ocupação, um trabalho, ele é precário e não possui as garantias e possibilidades de realização depositadas em um contrato de emprego.

Por fim, o ponto principal que parece definir a história de Juarez como uma tragédia é a sua total descrença e falta de perspectiva com relação à sua possibilidade de inserção como empregado no mercado de trabalho. Juarez é o retrato do desalento, é o retrato de milhares de brasileiros para quem a possibilidade de um emprego com carteira assinada está cada vez mais distante.

A .2 - Segundo ato da tragédia - Ana Rosa: o medo do futuro.

O nosso segundo ato começa com a história da jovem Ana Rosa de 20 anos, moradora do bairro de Boa Vista, subúrbio ferroviário de Salvador. Ana, assim como Juarez, nunca teve um emprego com carteira assinada, nunca foi uma trabalhadora fordista.

Ana Rosa mora em uma casa modesta, de dois quartos, banheiro interno, cozinha quintal e uma pequena varanda na frente. Mora com o pai que é alcoólatra, ex-gráfico aposentado, a mãe, dona de casa, dois irmãos que vendem roupa na rua, ou seja os irmãos mais velhos, são informais. Ana, para garantir um dinheiro para si, ajuda os irmãos de vez em quando e “ganha uma ponta do que vende”, noutras vezes vende geladinho em casa. Assim, Ana Rosa também é uma “sem emprego” que exerce uma atividade precária para sobreviver e ajudar em casa.

A jovem de 20 anos acabou de passar por um contratempo que segundo ela, desestruturou a sua vida. Ana que ainda não tem o segundo grau, há dois anos se apaixonara por um colega de colégio, namoraram e Ana engravidou. Quando a conheci no Campo Grande, estava com oito meses de gravidez e pedia emprego de empregada doméstica. Ela acreditava que a barriga iria comover as pessoas e que conseguiria o emprego fácil, mas não foi assim.

Ana Rosa conta que antes de engravidar dividia o tempo de estudo e dos bicos que realizava para ganhar uns trocados com a procura por emprego. Falou que toda semana andava nas ruas principais do bairro, de loja em loja oferecendo serviço. Quando conseguia carona com um motorista de ônibus conhecido ia para a lapa, andava até a Barroquinha e seguia pela Baixa dos Sapateiros atrás de trabalho. Ela, fala: “Este era o meu trabalho... meu emprego era procurar emprego... eles deveriam pagar agente por andar tanto... gastar sapato e se cansar.”

Ana não escreve direito, mas lê e se expressa bem, tinha facilidade de contar sua história, gostava de falar e ria muito. Ana falou que esta era sua rotina andar, estudar, procurar trabalho e namorar. Procurava trabalho até que começou a enjoar e descobriu que estava grávida. Ela disse que ficou com medo, pensou em tirar o bebê (“a maior besteira de minha vida”), mas o namorado falou com o pai dela e levou ela para casa da mãe dele. Ele era funcionário de um mercadinho do bairro e disse que eles iam casar. Mas no quinto mês de gravidez Rosa descobriu que o namorado tinha um caso com outra colega, então ela pegou suas coisas e voltou para a casa dos pais.

Bem, tenho feito questão de contar esta história porque ela é decisiva para Ana Rosa. A gravidez aparece como um elemento delimitador na história desta jovem. Como ela mesma fala: “Antes de minha filha, esse negócio de procurar emprego era brincadeira, era moda... queria tirar onda de adulta, todo mundo fazia isso, minhas amigas... mas agora é necessidade menino, que vai ser de minha filha?”

E mais na frente Ana continua: “Eu já não tinha como me sustentar, meu pai não vai durar muito... não posso depender de meus irmãos a vida toda... mas antes era só eu... agora tem essa coisinha que saiu de mim... eu não vou entregar ela para o pai, eu preciso de um emprego, minha mãe cuida dela pra mim e eu trabalho no que for preciso, o dia todo, só para poder ver ela crescer (falou aos prantos)”.

O interessante neste depoimento é a relação entre instâncias distintas da vida, a família, a maternidade, o adultério, o trabalho, o emprego, a necessidade de sobrevivência. Estas instâncias se interpenetram e se condicionam, gerando necessidades que precisam ser

supridas, um problema que a condição de sem emprego impede de solucionar.

Ana se encaixa como uma luva na descrição que fiz, a partir de Castel, da zona de desfiliação. Ela já não tinha como se manter sozinha, contava com a ajuda dos pais e dos irmãos, mas agora tinha uma filha e precisava encontrar uma forma de se manter e garantir a sua sobrevivência e a da filha. Mas como encontrar emprego e ser um integrado numa sociedade cuja lógica é reproduzir o número de Anas Rosas, desfiliaadas, que servem de exemplo para o restante de trabalhadores que ainda têm emprego e não querem ficar na mesma situação dela.

Conforme falei, quando conheci Ana Rosa, ela estava no oitavo mês de gravidez. Estava otimista e acreditava que sua gravidez era um trunfo no mercado de trabalho. Um mês depois reencontrei com Ana, nas vésperas do seu parto e ela já sabia quanto tinha se enganado achando que seria logo empregada por ser uma grávida. Ao contrário ela não era nem recebida nos locais onde procurava emprego. Uma gerente de uma loja uma vez lhe disse para ir para casa e descansar, porque lugar de grávida é na cama.

Neste nosso segundo encontro Ana Rosa chorava muito, disse que, se caso não encontrasse emprego, teria que dar a filha para o pai da criança e isso seria o fim da vida dela. Foi muito difícil continuar a entrevista. Ana me falou que procurara o programa de TV porque acreditava que na televisão as pessoas iriam se comover com a história dela, com a barriga de grávida e ela já não via outra saída para o desespero em que se encontrava.

No mês seguinte retornei à casa de Ana Rosa e ela já estava com sua filhinha nos braços. Não encontrara emprego ainda, mas seu rosto era só sorriso. Dizia que a sua filha era o maior presente de Deus e que com aquele anjinho iluminando sua vida até o emprego iria aparecer.

O pai de Rosa parara de beber e estava encantado com a neta. E Rosa me contou: “com meu pai bem eu fico mais tranqüila, ele me ajuda muito e vai me ajudar a arrumar emprego... ele conhece muita gente... meu neném me deu meu maior presente, tirou meu pai da cachaça... agora ela vai me dar um emprego...”.

Perguntei a Ana Rosa qual era o significado de um trabalho com carteira assinada para ela e a jovem de pouco estudo, mas de grande inteligência me disse: “é tudo que eu quero, depois da saúde de minha filha... aliás, o emprego vem antes porque eu só vou dar saúde a ela se tiver meu emprego... um emprego é a única forma de eu ter certeza de que vou criar minha filha, de que vou ver ela crescer, estudar... ser feliz...”

Por fim, perguntei a Ana Rosa qual era, para ela o significado de estar desempregada e ela, antes de eu terminar a pergunta respondeu: “é medo, medo do futuro, de não ter como dar comida a minha filha”.

A . 3 - Terceiro ato da tragédia – Fabiano: a decepção.

Nesse terceiro depoimento, relata-se a história de Fabiano, um garçom e ajudante de cozinha e que agora amargava a difícil condição de ficar sem um emprego. Conheci Fabiano em uma manhã de chuva, num dia difícil, daqueles em que não conseguia me aproximar dos trabalhadores. Neste dia pedi para um amigo e colega de tantos anos de Sociologia me acompanhar. Foi o colega sociólogo e amigo Moacir, que me acompanhava naquele dia, quem primeiro abordou Fabiano. Chovia muito e debaixo de um dos mirantes que enfeitam a praça do Campo Grande conversamos mais de meia hora com Fabiano.

Logo no primeiro encontro Fabiano revelou que tinha 27 anos e sete filhos, todos com uma única e querida esposa. Ele era evangélico e dizia com os olhos sorrindo que fizera tantos filhos por obra de Deus e este Deus iria abençoá-lo pra ajudá-lo a criar a todos com saúde. Neste primeiro encontro, peguei seu telefone e nos reencontramos depois de duas semanas na casa de Fabiano para a primeira entrevista.

Fabiano mora em um pequeno apartamento num dos conjuntos habitacionais do bairro do IAPI. Casa simples, mas bem arrumada, paredes branquinhas apesar das sete crianças, televisão, videocassete, telefone, aparelho de som e outras coisas para distrair a mente.

Na nossa primeira entrevista Fabiano disse que não tinha medo do desemprego: “Eu sou muito bom no que faço, há sete anos trabalho como ajudante de cozinha e garçom nos melhores hotéis e restaurantes de Salvador e nunca fiquei desempregado... tenho segundo grau completo e Jesus me guia em tudo que faço... tô até dando entrevista, fiquei importante... como é que não arranjo emprego?”

A confiança excessiva de Fabiano se transformaria completamente nos nossos próximos encontros. Ele me falou que estava desempregado há um mês, mas que tinha reserva de dinheiro guardado suficiente para agüentar o que ele considerava um breve contratempo em sua profissão.

Aos dezenove anos, enquanto concluía o segundo grau em uma escola pública estadual, Fabiano fez um curso técnico de cozinheiro e de ajudante de cozinha, sendo logo contratado para trabalhar em um restaurante em Salvador. Depois disso foi remanejado para trabalhar como garçom e ficou durante dois anos nesta condição. Logo achou uma oportunidade para

trabalhar como Garçom em um restaurante de um hotel no qual ganharia muito mais e largou o restaurante no qual começara.

“Neste emprego eu ganhei minha vida... ganhava uma gorjeta que era uma beleza... os hóspedes era tudo barão... já ganhei quatrocentos reais numa noite, só de gorjeta... Tive que aprender umas coisinhas de francês, inglês e espanhol pra falar com os gringos... eu sou bom, corri atrás de tudo sozinho.”

Neste primeiro encontro vi que se tratava de um profissional realmente diferenciado em seu ramo. Não entendi por que motivo perdera seu emprego. Ele disse que ainda não sabia direito: “Um dia cheguei no hotel e o chefe de cozinha me disse que era para eu começar a procurar um lugar para trabalhar porque ia ter corte de pessoal... não me preocupei muito... depois veio o aviso prévio... recebi boa grana e ainda tem o seguro desemprego... não tinha justa causa para demissão... me pagaram tudo certinho... não sei direito porque me escolheram... acho que é porque eu não teria tanta dificuldade de encontrar emprego... já os outros, seria mais difícil”.

Mas se seria tão fácil encontrar emprego, por que procurar o programa de televisão? “Ah, não sei, preciso de emprego e quanto mais gente eu procurar, melhor... alguém vai me ligar e aí é só eu mostrar o meu currículo... vai ser beleza.”

Depois de um mês retornei à casa de Fabiano e ele já não estava confiante como antes. Sua maior preocupação era tentar entender porque fora demitido. Normalmente sua fala vinha permeada por culpa, dúvidas e muita decepção. Em um dos diversos trechos da entrevista perguntava para mim e para si mesmo como se pudessemos em algum momento encontrar respostas: “Por que eu, cara, onde eu errei, o que eu fiz de errado? Acho que estou

desatualizado... só fiz aquele curso e só...” Mais na frente ele volta a perguntar: “Mas não entendo... eu era o melhor... porque eu? Será que foi porque eu não aprendi alemão e japonês... tinha um cara que falava alemão... sei que ta difícil o emprego no país, mas vi na televisão que o desemprego caiu... por que eu, então?”

Fabiano tentava reconstruir os dias de trabalho anteriores ao aviso prévio, tentando encontrar os motivos, o que dissera, como agira naqueles dias, o que saiu no jornal, a taxa de juros, tudo entrava nos questionamentos do garçom. Já não era o jovem confiante do primeiro encontro. Havia sido chamado para entrevistas em vários locais, mas se passaram semanas e ninguém ligara de volta. As economias começavam a se esgotar e tinha medo e vergonha de pedir dinheiro a familiares e amigos. Sua esposa não trabalhava e os dois estavam preocupados em como sustentar os sete filhos. O que segurava a esperança de Fabiano era a religião: “eu tô com Jesus e se ele sofreu por que eu não posso sofrer um pouco também... logo ele me dá um emprego”.

Aí também, instâncias distintas da vida como trabalho, fé, desemprego e religião se entrecruzam servindo de aparato explicativo para o próprio trabalhador dar conta da sua situação de desemprego. A fé explica a necessidade da provação que é o desemprego, assim, Fabiano reorienta sua conduta e aceita a condição, recobrando as forças para retomar a busca para ser novamente agraciado com a benção de um emprego: “Jesus me tirou, Jesus vai me devolver, quando for a hora... cabe a mim lutar para mostrar que mereço”.

Na terceira vez que encontrei Fabiano ele já estava bastante desesperado com a situação na qual se encontrara. Depois de três meses ainda estava sem emprego e a falta de dinheiro o obrigou a tomar empréstimo em um banco. Chorava dizendo que estava envergonhado, que

nunca imaginara que um dia não seria capaz de sustentar seus filhos sem pedir ajuda a alguém. Já não tinha a energia dos primeiros dias, não voltara mais ao programa de TV, depois de duas tentativas. Ficava em casa esperando o telefone tocar: “Tenho vergonha de sair e as pessoas me apontarem... depois que saí na televisão todo mundo sabe que sou desempregado” .

Perguntei-lhe, então, como era estar desempregado ele respondeu: “É a maior decepção que sofri na vida... é uma vergonha... estou decepcionado comigo, com meus antigos patrões, com meu trabalho... com minha mulher que não trabalha e deixa a responsabilidade de sustentar a família só comigo... agora tamos aí... vou ter que vender as coisa é?”

Assim, a relação conjugal de Fabiano também começara a se deteriorar com os meses de desemprego: “minha esposa nem me olha mais... sabe, parece que você fica menos homem porque não tem trabalho...”

Por fim, perguntei-lhe o que significava para ele um emprego com carteira assinada e ele em poucas palavras definiu: “emprego, é a dignidade de um homem e para, mim é recuperar minha confiança”. Despedi-me dele e, depois, não mais nos vimos.

A . 4 - Quarto ato – Almir: o risco.

O nosso quarto ato começa com a história de Almir. De todos os entrevistados do Campo Grande, Almir foi aquele com quem eu mais estreitei os laços. O conheci na mesma manhã de chuva em que conheci Fabiano. Conversamos mais de uma hora naquele dia e ele me mostrou um livro publicado pelo grupo de capoeira do qual ele fazia parte. Contou-me

também que havia trabalhado em um hospital e que estava disposto a abraçar qualquer emprego. Repetiu para mim mais de dez vezes a fala que tinha ensaiado para repetir na televisão e completou dizendo que não adiantava ensaiar porque na hora sai tudo diferente. Pedi o telefone de Almir e ele prontamente me deu com os olhos cheios de esperança de que eu pudesse significar uma nova oportunidade de emprego.

Almir, que tinha 30 anos no período de nossas entrevistas, mora na Estrada das Barreiras, no bairro do Cabula, em uma rua muito comprida e movimentada, que se encontra com a rua principal das Barreiras. Mora em um pequeno quarto externo à casa de sua mãe. Ela cedeu este espaço para Almir morar com sua esposa e os dois filhos. O difícil, para quem entra na casa de Almir é imaginar como quatro pessoas podem dividir um cubículo de pouco mais de 2 m². Nem banheiro tinha, apenas duas camas de solteiro, uma das quais Almir dividia com sua esposa, um fogão velho, caixotes para as roupas, um pequeno criado mudo para documentos e um armário de cozinha sem portas arreado no chão. No mais, alguns pequenos utensílios eletrônicos que o Almir pegava dos vizinhos para tentar concertar e ganhar um trocado. Na casa de seus pais moram também seus dois irmãos, ambos desempregados.

Almir nunca fizera um curso de eletrônica e nem nenhum outro curso profissionalizante. Concertava estes pequenos rádios, e aparelhos celular pedindo dicas a amigos. Só estudou até a 5^a. série, mas lia e escrevia de forma razoável Quando lhe perguntei sua profissão disse que era segurança, apesar de nunca ter trabalhado com carteira assinada como segurança. No entanto, o único emprego com carteira assinada foi um trabalho como prestador de serviços gerais no Hospital Roberto Santos, uma experiência de quatro meses da qual Almir falava com orgulho.

Esta primeira experiência do Almir aconteceu quando ele tinha 18 anos e de lá para cá não conseguiu qualquer outro emprego com carteira assinada. São doze anos de desemprego, portanto, fazendo de tudo para sobreviver.

“Eu já chorei por causa disso... agora, inhantes de... de você chegar, eu tava vendo na TV uns negócio de emprego e já chorando... já chorei muito nestas casas de barão pedindo emprego... nesses colégio de barão, pra trabalhar como zelador, porteiro... essas coisa...”

Almir não chegou a ser demitido deste emprego, na verdade a empresa para qual ele trabalhava era uma prestadora de serviços para hospitais, ou, seja era uma terceira. Esta empresa perdeu a concorrência de prestação de serviço para o hospital Roberto Santos e Almir ficou desempregado: “Quando essas empresa perde a concorrência é porque já tem outra certa e eles já têm o pessoal deles certinho, não vai querer chamar agente, né”.

Almir buscou a carteira de trabalho assinada em 1992, para me mostrar e falou com os olhos mareados: “É tanto tempo de desemprego... é por isso que eu choro... choro mermo, implorando emprego”

Ele conta que quando trabalhava no Roberto Santos passava sempre por uma mesma rua na qual morava um marginal que todo dia pedia dinheiro para ele. Disse que no dia que ele não tinha nenhum dinheiro para dar foi atacado e recebeu várias estocadas com um caco de garrafa. Os amigos de bairro o levaram para o Roberto Santos onde foi atendido: “Só não morri porque trabalhava lá... me reconheceram e me cuidaram direito... o diretor do hospital mermo...”.

Depois da experiência no hospital ele trabalhou como segurança inúmeras vezes, mas em nenhuma delas teve a carteira assinada. Diz que era o trabalho mais difícil de se fazer, sofreu várias tentativas de assalto e escapou de morrer várias vezes “fugindo de marginal”: “fui fazer estes trabalho pra correr risco... imagina eu de porrete de madeira na mão e o marginal com faca e revólver... é o que agente faz quando precisa botar leite pra criança pequena em casa...”. Enquanto contava a história mostrava as cicatrizes espalhadas no corpo de tantas brigas e surras que tomou quando enfrentou os marginais nas ruas. Na última experiência como segurança, numa loja no bairro da liberdade, apanhou bastante, teve a cabeça quebrada (me mostrou as cicatrizes na cabeça). Ele toma medicamento até hoje e sente muitas dores no corpo (me mostrou a bateria de medicamentos e as receitas médicas), disse que tem medo de continuar fazendo bico de segurança.

Além de trabalhar como segurança, Almir lava carros, carrega compras na Cesta do Povo, carrega entulho, ajuda em obra e presta serviço de caseiro na casa de um coronel amigo dele. Cada serviço desses é feito em troca de comida ou qualquer trocado, cinquenta centavos, um real, dois reais que somem no mesmo dia, transmutando-se em uma lata de leite ou um pacote de feijão.

Em vários momentos, nos nossos encontros, Almir demonstrava vontade de voltar a estudar, mas estava paralisado pela sua condição de sem emprego. Dizia que não podia voltar a estudar porque no dia que arrumasse um emprego ia ter que parar, dizia que não ia ter tempo de estudar porque quando tivesse com um emprego mesmo, ia ter que arranjar um outro trabalho à noite para completar o dinheiro. Assim, embora sua mãe e sua esposa insistissem que Almir deveria voltar a escola, ele interrompia e frustrava a possibilidade de voltar a estudar por causa de uma espera de uma promessa de emprego que nunca chegava. Por vezes

tentou, também, fazer um curso na área de segurança, mas nunca teve dinheiro para pagar.

Mais uma vez a ajuda familiar de pais aposentados aparece como elemento essencial para garantir a sobrevivência dos desempregados. Os pais de Almir recebem aposentadoria rural e são eles que colocam comida no pequeno aposento no qual ele mora: “se não fosse meus pais eu tava morto... eu só ganho nos bico dia de sábado, até cinco reais... isso não dá pro pão... aí entra minha mãe... quando fiquei desempregado, minha mãe até me mandou pro interior com medo de eu fazer besteira... dava medo de matar e morrer... minha mãe e meu pai queria me levar para Alagoinhas pra ajudar eles e esfriar a cabeça ”. E continua: “Minha mãe fica desesperada porque sabe que um pai de família não pode ficar sem emprego... ainda tem a responsabilidade dela e de meu pai que tem que sustentar filho e neto... e quando eles faltam!”.

Quando Almir não está fazendo algum bico para sobreviver anda, a pé, a cidade de Salvador inteirinha, de porta em porta, procurando emprego. Quando não está procurando emprego, fica na casa da mãe, diante do telefone esperando alguém ligar oferecendo emprego: “Pois é meu amigo, minha vida é assim... eu ando, ando, ando até o fim... até o dia que Deus disser assim: -Vai meu filho, bate nesta porta, que amanhã você já vai estar com a sua farda.”

Perguntei a Almir como ele se sentia sendo um desempregado e ele respondeu: “Rapaz, eu me sinto assim, todo frio... todo envergonhado, de chegar meu filho e falar assim: -Meu pai, eu quero pão... aí me dá vontade de chorar”.

Em seguida, perguntei o que significava para ele um trabalho com carteira assinada e ele falou: “Pra mim, significa muita coisa... minha vida toda ia mudar... carteira assinada é para sempre... é o grande sonho de minha vida... ter um emprego... eu queria voltar a ser

maqueiro... eu gostava de botar aquela pessoa na maca e ver assim, eu vou salvar aquela vida... ali eu sentia que estava ajudando um ser humano igual a mim”.

O emprego com carteira assinada era, para Almir, a forma de ele se sentir útil, de se mostrar capaz de fazer algo por outro ser humano e ser reconhecido por isso. Este ser humano podia ser, como foi várias vezes no hospital, desconhecidos, feridos de bala e faca, ou o seu filho com fome pedindo um pão.

No fim, Almir ainda repetiu: “o sonho de minha vida é meu emprego, só quero isso, meu emprego, pra botar tudo em casa, pra não correr mais risco de vida e viver para cuidar de meu filho... não chorar mais quando não tiver dinheiro pro pão e não pensar besteira de pegar em arma...”.

Na minha quinta e última visita à casa de Almir, nos despedimos com um abraço forte e ele aproveitou mais uma vez para me pedir emprego. Senti um gosto amargo na boca, a sensação de ter usado aquela história de vida cheia de cicatrizes, o vazio de ser impotente e nada poder fazer para mudar aquela história. Nunca mais o vi, não sei se já realizou o seu sonho.

B - O segundo palco da tragédia: O SINE.

O nosso segundo cenário de apresentação dos desempregados é o posto do SINE localizado no Serviço de Atendimento ao Cidadão, no Shopping Barra. O motivo de ter escolhido o posto da Barra foi a existência, no local, de uma sala de espera com dezenas de cadeiras, nas quais dezenas de desempregados esperavam sua vez de ser atendido para preencher uma ficha de inscrição para a procura de emprego no SINE. Passemos então aos próximos atos da

tragédia do desemprego.

B. 1 - Quinto ato da tragédia – Luciana: a liberdade.

O quinto ato desta tragédia é a história de Luciana, uma jovem de 18 anos, estudante de comunicação, filha de uma família de classe média-alta e moradora do Caminho das Árvores, Pituba. Quando conheci Luciana à procura por emprego no SINE, no nosso primeiro bate-papo achei curioso o fato de uma menina tão jovem, recém ingressa na Universidade, com uma família capaz de sustenta-la com tranquilidade e conforto, estar no meio de peões na sala de espera do SINE procurando emprego. Mas nos nossos encontros posteriores comecei a compreender os seus motivos.

O caso de Luciana é aparentemente, um caso distinto, trata-se de uma jovem de classe média/alta, com condições de vida completamente diferentes das histórias que mostramos até então. A casa em que Luciana mora com seus pais e o irmão mais velho é uma pequena mansão de cinco quartos, cinco banheiros, cozinha, piscina, três carros na garagem. Sua mãe e seu pai são procuradores do estado e sua condição social proporcionou a Luciana a disponibilidade e possível obtenção de um capital social e simbólico diferenciado com relação aos outros entrevistados. Se observarmos Luciana, como uma pessoa isolada, deixando de lado o meio no qual está inserida, ela é uma desfilhada, alguém que não sobreviveria sem os recursos dos pais. No entanto, enquanto possibilidade, Luciana tem perspectiva de ascensão, facilitada pelo histórico familiar e pelo conjunto de capitais que a sua posição social lhe possibilita adquirir.

Ela afirma que optou por procurar emprego no SINE, ao invés de procurar um estágio na sua

área (Comunicação) porque queria alguma coisa duradoura e não a intermitência de um estágio: “Quero independência, quero um emprego que, daqui a cinco anos, quando eu terminar a faculdade, esteja me ajudando a pagar minhas contas”.

Na fala de Luciana o emprego aparece como algo perene, inacabável, algo capaz de assegurar um projeto de construção de vida. Luciana está apaixonada e pensa em se casar logo, mesmo com a discordância dos pais e aposta no emprego como um suporte de conquista de sua liberdade, uma liberdade alcançada com a independência financeira:

“Estou no início de minha vida, não quero que ninguém viva a minha vida por mim... estou me preparando para casar, mas não posso deixar de ser sustentada pelos meus pais para ser sustentada pelo meu namorado..., meu emprego seria a única forma de eu ajudar a construir o nosso sonho... o nosso casamento... sem depender de ninguém.... é por isso que não pode ser um estágio, entende... estágio acaba... emprego é para a vida, mesmo que depois e passe para algo melhor quando me formar”.

Luciana, no espaço de um ano, trabalhou em diversos lugares diferentes, como lojas de roupas para jovens, stands de venda de óculos de marca nos shoppings, uma concessionária automotiva, todos com carteira assinada, mas não ficou em nenhum deles. Não foi demitida, saiu porque achou que merecia trabalhar em algo melhor, que lhe garantisse uma renda melhor. Luciana seria a salvação da teoria neoclássica, uma pessoa que encontra emprego, mas dispensa por achar que a ocupação não é adequada para preencher os requisitos de quem procura pelo emprego. Mas não é bem assim, a própria Luciana fazia uma leitura crítica das ocupações que encontrara: “Eram empregos com carteira assinada, mas era tudo contrato temporário... isso não é emprego... por isso fui ao SINE, preciso de emprego de verdade, uma

coisa que me sustente um tempo maior que um ou quatro meses”.

Luciana reconhece o papel dos pais em sua formação, mas considera que o emprego faz parte de um processo de libertação, como um ritual de adultização que traria para ela e os pais uma relação nova, de mais respeito e independência: “Meus pais me dão tudo, mas cobram caro por isso, acham que podem mandar em mim e decidir meu futuro... você pergunta o que é o emprego para mim... agora eu sei... é minha liberdade... meus pais me deixarão de ver como a menininha mimada e me verão como alguém, como gente... com direitos, com carteira assinada e tudo... meu pai sempre disse que a carteira assinada te faz mais gente do que sua identidade”. Para a jovem estudante de comunicação o emprego é símbolo de inserção social, um símbolo social de instauração de uma nova relação na sociedade e na sua família.

Quando perguntei sobre como era para ela não ter ainda o emprego que tanto procurava ela respondeu depois de 2 minutos em silêncio e os olhos cheios de lágrima; “Estar desempregada é não ter liberdade, é depender dos outros... sei lá... é não poder realizar meus sonhos... é isso (fala chorando), é não ser dono de si mesmo e dos seus sonhos... acho que é assim para todo mundo que não tem emprego... cada um com seu sonho que não pode realizar”.

Em mais um depoimento que acaba em lágrimas a fala de Luciana parece sintetizar o sentimento de cada trabalhador sem emprego, a ausência do emprego aparece como uma impossibilidade de dar continuidade aos próprios projetos de vida.

B. 2 - Sexto ato da tragédia – Tiago: o pânico.

No nosso sexto ato, a história de Tiago, um dos relatos mais instigantes e tristes destas oito

sagas. Tiago é um rapaz de 26 anos, recém formado em Economia, mora em um apartamento de três quartos no bairro de Ondina, com seu pai, comerciário, a irmã, que é bancária e um irmão que está terminando o ensino médio.

Tiago se formou em economia e está tentando de tudo para entrar em um emprego, já fez cinco concursos públicos no espaço de um ano e só conseguiu entrar em um emprego temporário como pesquisador do IBGE.

Bem, antes disso, Tiago, no tempo da graduação, estagiou na área de Telemarketing para empresas como a Telemar, de onde foi colado para fora sem qualquer motivo, além de realizar um estágio de dois anos em um Banco estatal. Depois que saiu do banco trabalhou com um contrato temporário na Coelba e depois passou um bom tempo desocupado. Foi então que Tiago resolveu confeccionar camisas, reformar roupas de amigos, costurar chapéus e bonés para ganhar um trocado. Tiago tem uma habilidade com as mãos que é impressionante, costura e pinta como poucos. O negócio começou pequeno, mas depois de três meses chegou a tirar 500 reais por mês com seus trabalhos. Ele conta:

“Eu fazia de tudo, até jaqueta jeans eu fiz e vendia caro... achei que ia dar para viver disso, as pessoas pagavam... aí eu investi caro em material, fiquei endividado... e as pessoas passaram a não comprar nada... acabou a febre da novidade... to com dívida para pagar e meu nome está no SPC... é a maior vergonha de minha vida... e não posso fazer nada, paguei parte da dívida quando tava com emprego, mas depois... tô nessa que você tá vendo”.

Tiago experimentou a incerteza da atividade informal que é improgamável, instaura o trabalhador na rotina de incerteza e da instabilidade e o impede de fazer planos a longo prazo,

o impede de fazer dívidas e projetar o futuro.

Passou um ano sem trabalho, mas depois conseguiu um emprego com carteira assinada em uma revendedora de carros ocupando a posição de subgerente: “Quando me ligaram, foi o dia mais feliz de minha vida, ia ser subgerente de vendas... mas foi aí que começou a desgraça de minha vida, como eu ia saber que ia ficar doente”.

Já na primeira semana de emprego Tiago ia trabalhar com medo de a qualquer momento ser chamado pelo seu chefe para assinar a carta de demissão: “Cara, eu tinha medo de perder o emprego de novo e não poder pagar a minha dívida e não ajudar mais em casa, saía de casa suando, pensando que todo dia eu ia ser demitido... um dia, o medo e o pânico que senti foi tão grande que não quis sair de casa e não fui trabalhar... depois faltei mais uma e mais outra, aí perdi o emprego por medo de perder o emprego... fiquei louco, era síndrome do pânico”.

Durante seis meses Tiago fez tratamento médico e terapia, com a ajuda de familiares que ajudaram a pagar o tratamento. Ainda em tratamento Tiago arrumou um novo emprego, mas agora como bancário em uma empresa privada. Sua irmã, também funcionária do banco foi quem arranjara a oportunidade da entrevista com o gerente geral responsável pelo banco em Salvador. Nesta altura, depois de seis meses de tratamento, Tiago se sentia muito bem e foi confiante para a entrevista e, mostrando a competência de quem fora o melhor aluno do seu curso de economia em sua geração, conseguiu facilmente o novo trabalho. Ele começaria atendendo os clientes nos postos de autoatendimento e poderia subir o seu posto com o tempo.

Mas depois de um mês de trabalho ele voltou a ter problemas com o medo de perder o emprego: “Cara, começou tudo de novo... fiquei com medo, com vergonha de falar... eu tava

com o emprego que tanto sonhara, com possibilidade de plano de carreira, assistência médica, todos os direitos... o gerente gostou de mim... e eu sou bom nisso... mas começou o medo de novo... aí perdi de novo o emprego.”

Tiago, em seu depoimento descreve de forma ansiosa os detalhes das sensações que tinha quando estava com ataque de pânico: “Quando chegava no trabalho tava tudo bem, quando os clientes chegavam começava a achar que não ia saber fazer o trabalho, que ia errar tudo... era como eu não fosse eu... aí eu abandonava o posto de trabalho e ia chorar no banheiro... tinha medo de morrer e de ficar maluco... e o pior, o medo de perder o emprego de novo e eu sabia que ia acontecer”.

Um ponto curioso no relato de Tiago é o fato de ele ser economista e interessado na área da economia do trabalho. Ele falava com propriedade da realidade do mercado de trabalho no capitalismo flexível, dizia que o que agravava a sua doença e seu medo de perder o emprego era o fato de ele saber que o desemprego era um fenômeno que se tornara algo natural e necessário neste novo capitalismo e continuava: “Cara, eu sei que sou mais um na estatística de desemprego... e nada posso fazer... minha síndrome ainda me coloca em situação desfavorável, pois não sou flexível, não sou empregável”.

Perguntei a Tiago qual era, para ele o significado do emprego e ele respondeu friamente: “O emprego, para mim, ainda não foi algo bom... não sei ainda o que é ter emprego... o medo do desemprego me aprisionou... sei que seria minha paz e minha estabilidade ter um emprego certo... por isso faço concurso... mas não sei se sou capaz...”

Quanto ao desemprego ele responde: “É a maior desgraça na vida de um homem com nível

superior... de qualquer homem... o desemprego acabou com minha vida... hoje não sei nem mesmo quem sou, enlouqueci e tô aí tomando remédio e fazendo terapia... isso é o desemprego... quem quer isso para si, cara? Sou um escravo do desemprego”.

Estas foram as últimas palavras que ouvi de Tiago, depois disso, apertei-lhe as mãos e desejei-lhe sorte., ele sorriu um riso amarelo e agradeceu. Não mais nos vimos desde então.

B. 3 - Sétimo ato da tragédia – Seu Torres: dignidade.

No nosso penúltimo relato veremos a história de seu Torres, um jovem cinquentão, morador do Vale das Pedrinhas, mesmo local, onde, alguns metros de sua casa mantém uma oficina mecânica que toca com ajuda dos filhos.

Diferente de Tiago, seu Torres não tem curso superior, mas tem um histórico de trabalho muito rico e também trágico. Aos vinte anos de idade, depois de concluir o curso técnico em mecânica, seu Torres foi contratado pela Petrobrás, onde trabalhou durante 15 anos e depois foi demitido, segundo ele, por envolvimento com greves e por ser do sindicato. Daí vem a sua mágoa com o sindicato, instituição que ele abomina e repudia veementemente: “Não quero saber de sindicato, é tudo uma corja de canalha... lutei dentro do Sindipetro e desgracei a minha vida... ninguém me apoiou quando me demitiram, ninguém”.

Seu Torres mora em uma casa muito boa, de dois andares, no Vale das Pedrinhas. Tem uma caminhonete S-10, uma oficina mecânica e uma pequena roça no interior da Bahia. Diz com orgulho: “Você acha que foi o trabalho como mecânico que me deu isso aqui? Foi nada, eu que investi bem o dinheiro da indenização da Petrobrás... se não, eu não teria nada... e se não

me cuidar, se eu não arranjar um emprego logo, eu vou perder parte do que tenho... ou tudo... oficina é prejuízo”.

Depois que foi demitido da Petrobrás trabalhou em oficinas autorizadas da Ford, da WolksWagem e da GM, todos eram empregos com carteira assinada nos quais aprendeu o ofício de mecânico de carros, mesmo. Trabalhou como mecânico em autorizadas por mais dez anos, até que, como ele afirma, cansou de ter patrão e investiu em uma oficina própria. No início, era uma oficina grande, com cinco funcionários, hoje, é uma pequena garagem na qual seu Torres trabalha sozinho, fazendo de tudo. No período de férias escolares dos três filhos adolescentes, eles ajudam em algo, “mas não pegam no pesado, só fazem as contas”.

Seu Torres afirma que resolveu procurar emprego novamente porque sua oficina estava dando mais prejuízo do que lucro e começava a ver a hora de perder tudo que conquistara com tanto suor. E continua a explicar: “Olha, além de estar tudo difícil, de não ter trabalho suficiente... e quando tem eu não dou conta sozinho... eu não tenho garantia nenhuma aqui... parei de pagar a aposentadoria quando virei autônomo... nunca sobra dinheiro para isso... preciso de estabilidade de novo... e vai faltar pouco para eu sair... só quero minha aposentadoria e estabilidade”.

Seu Torres resgata em sua fala a noção do emprego como símbolo de garantias e estabilidade, a possibilidade de pagar a aposentadoria se torna símbolo de projeção de um futuro estável e seguro e isso reflete uma realidade que estes depoimentos revelam de forma clara, qual seja, o fato de os aposentados cada vez mais servirem de suporte e segurança para o sustento de uma, duas ou três famílias no Brasil.

Pergunto a seu Torres o que significa o desemprego e ele responde de forma bastante elucidativa: “seria a maior vergonha de minha vida... ainda bem que nunca passei por isso... sempre tive trabalho, sempre”. Observe que na fala de Seu Torres ele não opera a diferença entre trabalho e emprego, então perguntei como era ser autônomo, como era não ter um emprego com carteira assinada: “Não é mole não... é bom porque não tem patrão... mas só depende de você... se dá certo, dá certo, se não dá, não tem pra onde correr, você está sozinho”. A fala deste trabalhador autônomo, dono de oficina mecânica, revela bem a solidão do informal, a falta de segurança e instabilidade total e a dificuldade de prever e projetar o futuro.

Por fim questionei a Seu Torres como seria se ele encontrasse um emprego no SINE e ele respondeu: “eu estaria com a vida salva... a única coisa que eu não quero é perder a dignidade... toda vida não faltou nada em casa... meus três filhos estudaram em colégio bom, que eu pago... comeram e vestiram do melhor... tenho carro, casa e bens... mas tô perto de perder algumas coisa e perigando tirar os menino da escola... se eu arrumo um emprego, sei que tudo melhora... não perco minha dignidade de homem e me aposento em paz.”

B. 4 - Oitavo ato – João: depressão.

Por fim, o último ato desta tragédia que compõe a trajetória de busca de emprego destas oito personagens termina com a história de João, um jovem de 24 anos de idade, estudante do curso de comunicação, casado, e pai de uma menina linda de 1 ano e meio de idade, a razão da vida de João.

João mora em um apartamento simples no bairro de Brotas junto com sua esposa que tem um

emprego certo, com carteira assinada e quem segurou a situação em casa, quando João estava desempregado. Digo estava, porque o encontrei recentemente, depois de encerradas as entrevistas e ele me presenteou com a notícia de que estava empregado como representante de vendas de maquinaria de construção.

Quando conheci João no SINE ele estava animado, disse que acabara de entrar na faculdade e agora ia arrumar um emprego para poder pagar o curso e ajudar a esposa em casa. Antes já ajudava vendendo camisas de rock que ele mesmo pintava e, também, com os trocados que ganhava tocando com sua banda de Hard Core nos bares do Rio Vermelho. João também já havia trabalhado como vendedor em loja de surfe e como atendente numa financeira, dois empregos com carteira assinada nos quais o precavido João juntou um pé de meia.

Encontrei João depois do primeiro encontro e ele já não era o mesmo rapaz confiante e alegre da primeira vez. Disse que abandonara o curso porque não tinha nem dinheiro para pegar um ônibus, falou que tinha vergonha de pedir a sua esposa: “Ela passou um mês sem saber que tava desempregado, tive vergonha... saía de manhã como se fosse para trabalhar e só voltava de noite da facul... mas ela descobriu... eu digo a ela que vai ser passageiro.”

Fazia um ano que João fora demitido do seu último emprego por motivo de contenção de despesas na empresa que trabalhava, mas conseguia ajudar a esposa com a venda das camisas e com a ajuda de sua mãe que lhes dava um trocado. Mas a despesa crescera com a filhinha Julia e com a faculdade de João, além do mais o salário de Ana, sua esposa não aumentava e isso foi agravando a situação da jovem família. As camisas pararam de vender como no início e João resolveu procurar emprego de novo. Começou, então, a sua tragédia.

Todos os dias ele saía a pé de Brotas, pegava o Bonocô e ia andando até o Iguatemi para distribuir currículo nos Shoppings e nos centros empresariais. Foi chamado para dezoito entrevistas, entre propostas de emprego, estágio e trabalho temporário, mas nenhuma aceitou João. Ele começou, então a se desesperar: “O que é que eu tenho de errado... será que sou feio... que não sei falar... sou universitário, pô... tem algo de errado comigo... não é possível...” Ele se desesperava mais quando sabia de algum colega de curso que conseguira um estágio numa seleção que ele perdera: “O que eles têm de melhor que eu... será que eu não sirvo para nada? Só queria uma chance de mostrar que sou bom”.

Na terceira visita que fiz a João ele estava bastante abatido e estava em tratamento contra a depressão em que entrara por causa do desemprego. Esta última entrevista com João foi uma das mais difíceis porque ele quase não falava, chorava muito e falava em morrer. Já não estava morando com a mulher, foi para a casa da mãe para reduzir a despesa em casa, mas afirmava que não era essa, a melhor solução: “E se eu perder minha mulher... ela tá p da vida comigo, disse que era para eu ficar com ela, mas tenho vergonha... olho para ela e me vejo um fracassado...”.

João afirmava que perdera a dignidade como homem e como ser humano, e estava perdendo tudo, sua faculdade, sua mulher, sua filha e sua família. Já não saía mais de casa para procurar trabalho e só ficava chorando pelos cantos. Disse que o desemprego era o maior mal da humanidade, porque escravizava o homem: “Você quer saber o que eu acho do desemprego? Eu sou o retrato do desemprego... um nada... é a maior maldade que o homem inventou ... você vira escravo desta merda e definha até morrer”.

Perguntei ao João por que ele desejava tanto um emprego com carteira assinada e ele

respondeu que não precisava ter carteira assinada, que podia ser qualquer coisa, contanto que eu tivesse algum dinheiro para botar em casa, disse também que faria qualquer coisa para ter um trabalho, para ter a chance de criar a filha dele com o dinheiro do próprio suor. Quanto ao significado do emprego com carteira assinada ele falou: “É o sonho de minha vida, eu ia voltar a estudar, ia voltar a fazer meu pé de meia, ia voltar a ser feliz”.

Como falei, tive a oportunidade de reencontrar João e sua história de tragédia foi suspensa, pelo menos, por enquanto, por um momento de sobrevivência em mais uma experiência de emprego. Mas João não deixa de ser um vulnerável do dia para a noite e infelizmente ele, como trabalhador flexível tem que estar pronto para enfrentar uma possível reinserção no mundo dos “sem emprego”.

C - Conclusão:

Depois de escutar cada depoimento, e reviver essas histórias, volto a pergunta inicial: O que há em comum nestas trajetórias? Serão as lágrimas derramadas em todas as entrevistas? O encontro, nestas breves linhas, com as histórias de vida destes trabalhadores nos mostra realmente como a condição de sem emprego está composta por um emaranhado de heterogeneidades. São pessoas aparentemente distintas, isoladas por espaços geográficos, separadas por não compartilharem o mesmo capital simbólico, diferenciadas pelas possibilidades de perspectiva de vida. Alguns têm alguma ocupação que lhes permitem tirar o sustento, ou parte dele, outros tiveram ocupação e vivem de bicos, outros, enfrentam o total desalento.

Mas, em um momento, suas histórias de vida se encontraram em um objetivo comum, a

busca por um emprego com carteira assinada. E cada um deles derramou lágrimas em nome desta busca. Independente da idade, cor ou posição social ocupada, a busca por emprego parece ter um significado comum para cada um destes trabalhadores, qual seja, a possibilidade de realização de seus sonhos, como tão bem definiu a jovem Luciana.

Por outro lado, a ausência do emprego é o inverso desta afirmativa, é a impossibilidade de realização dos sonhos. Acima de tudo, o que fica implícito na fala dos entrevistados é o fato de que a falta de emprego, em qualquer das situações, pode significar uma impossibilidade, por parte daquele que não tem emprego, de manter o controle sobre a sua própria vida, significa uma impossibilidade de garantir a sua sobrevivência e de suas famílias sem depender de ninguém.

O não emprego neste momento do capitalismo, fruto de um processo de reestruturação do capital é também um elemento de inscrição na precarização e na precariedade. Precarização porque, como os depoimentos mostram, cada entrevistado está desprovido de direitos, de proteção social, vivem na insegurança, sem perspectivas quanto ao futuro e por conta disso, se inscrevem em um estado total de precariedade que pode ser visto no isolamento, no medo, na ansiedade, nos problemas de saúde, na indignação, na vontade de morrer, na vergonha, na depressão e todo um emaranhado de sentimentos que podem levar a uma degradação social plena, fazendo com que estes indivíduos transponham as barreiras da desfiliação, para ingressar em uma exclusão completa.

Os relatos dos entrevistados me reportam à tese de Feitosa dos Santos a respeito da SSD, a Síndrome Subjetiva do Desemprego, uma pandemia social, uma doença ocupacional aquele que não tem emprego. Nas palavras de Santos (2000, p.292):

Em suma a SSD pode ser definida como uma coletânea de problemas funcionais, com ou sem substrato orgânico, que apenas aqueles que perdem seus empregos e geralmente são introjetados, temporária ou permanentemente, mesmo quando os indivíduos retornam ao trabalho, provocando insegurança do presente e incerteza no futuro, manifestados pelo medo, vergonha, culpa, desgaste, responsáveis pela reestruturação de identidade de trabalhador e ser social.

Quem trabalha, tem medo de perder o emprego. Temendo a crise do desemprego, ele se desgasta e perde o emprego; não trabalhando, teme não conseguir reinserção e vive a culpa ou a vergonha de não estar na produção; na culpa, ele reage e se reinsere, volta a ter medo da demissão e assim continua o ciclo epidemiológico da SSD. Assim, o medo, a vergonha, o desgaste e a culpa são os seus maiores agentes etiológicos.

Esta descrição pode se adequar de forma mais precisa a condição do economista Tiago, no entanto, se retomarmos com atenção cada uma das entrevistas verificamos que a vergonha, o medo, o desgaste e a culpa são sentimentos que perpassam cada um dos discursos sobre as trajetórias de busca por emprego. A inscrição nesta síndrome evidencia o caráter de precariedade no qual se inserem aqueles que habitam as zonas de vulnerabilidade e de desfiliação, ou seja, a condição de precariedade dos sem emprego.

Mesmo diante da condição de Luciana, que tem uma família com um poder aquisitivo diferenciado com relação aos outros, fazendo dela uma detentora de capitais simbólicos que a tornam, teoricamente menos vulnerável, ou mesmo no caso do Tiago, que tem nível superior e uma formação acadêmica diferenciada, a condição de sem emprego os atinge em seus sonhos e em seus projetos futuros, assim como no caso do Almir ou do Juarez. Para todos eles o desemprego é ausência de direitos, para todos eles o emprego é símbolo de inserção social e possibilidade de garantir a própria sobrevivência. Todos eles, mesmo que com quantias e em condições distintas, contam com a ajuda dos pais para sobreviver diante da ausência do emprego.

Desta forma, embora empiricamente constatem uma verdadeira heterogeneidade no perfil

dos sem emprego, também empiricamente, o processo de precarização, ao inserir os mais diversos tipos de pessoas e trabalhadores na completa precariedade também acaba por reduzir estas heterogeneidades a um ponto comum, a condição de não ter emprego e a centralidade que a busca por emprego, ou ausência dele assumem na vida destas pessoas.

Por fim, é indispensável destacar a relevância que as várias instâncias da vida assumem no discurso do trabalhador. Ao contar os desafios, frustrações, decepções e angústias que estes trabalhadores vivem em sua situação de falta de emprego, instâncias da vida como a família, a maternidade, a fé e a religião, o papel de homem e de mulher na sociedade, se interpenetram gerando narrativas que passam a dar sentido às trajetórias de busca por emprego destes trabalhadores e, também, se apresentam como elementos decisivos de sobrevivência ou desencadeadores de tomadas de atitudes concretas. É através da ajuda de pais e outro familiares que eles continuam vivos e é em nome de Deus, pela fé, ou pela necessidade de colocar comida em casa para os filhos, ou mesmo para continuar se sentido digno, homem e cidadão que estes trabalhadores colocam a busca por emprego como algo central. Desta forma podemos ver, na fala deste homens e mulheres como o trabalho, mesmo que assumindo a sua forma emprego ou desemprego ainda aparece como elemento central para a sobrevivência material e simbólica destas pessoas.

CONCLUSÃO FINAL:

Diante do exposto, poucas considerações precisam ser feitas ainda. Retomando a pergunta central que conduz esta pesquisa pudemos verificar, após a recuperação teórica e empírica do conceito de Exército Industrial de Reserva, como o processo de precarização das relações de trabalho, ocorrido nas últimas décadas, reduz trabalhadores informais e desempregados a uma mesma condição, a de não ter emprego, a de não estarem, ambos os segmentos, sob a condição de um contrato de emprego protegido e de longa duração.

Esta constatação nos permitiu unir teórica e empiricamente estas duas categorias (desempregados e informais) em um único conceito reduzindo-os a um único segmento, os “**sem emprego**”, que exerce uma função essencial dentro desta fase do capitalismo flexível.

Neste sentido, após a construção teórico-conceitual da noção de sem emprego, a partir de uma releitura do conceito de Exército Industrial de Reserva, pudemos concluir, a partir da pesquisa empírica, como a precarização se constitui como elemento de homogeneização *sui generis* entre as pessoas que vivem na informalidade no desemprego. Os trabalhadores informais e desempregados, constituem um mesmo segmento, quando se considera a precarização como uma forma de trabalho e de vida condicionada pela inserção social destes trabalhadores. Entre

os trabalhadores entrevistados haviam desempregados, autônomos, desalentados, outros que faziam bicos, cada uma com uma condição social diferenciada, cada uma com uma trajetória distinta de vida, separados por diferentes graus de instrução escolar, por históricos de ocupações diversos, pelas distâncias geográficas, matérias e simbólicas que separavam suas casas, suas famílias e suas histórias de vida. No entanto, estas histórias de vida distintas acabam tendo uma convergência em comum, um ponto no qual todas estas heterogeneidades se encontram e se tornam homogêneas. Cada uma das entrevistas foi marcada por lágrimas, frustrações, medo, angústia, desespero, desalento, sonho, um emaranhado de sentimento que marca a trajetória daqueles que não têm emprego.

Assim, uma condição material visível e perceptível, que é a condição de não ter um emprego protegido, reduz a história de heterogeneidade destes entrevistados a um ponto em comum, a procura por emprego, o desejo por um emprego e os benefícios que este emprego pode proporcionar. A procura por um emprego e a crença na possibilidade de realização da própria vida através deste emprego, presente na fala dos entrevistados, mostra como o trabalho, assumindo a sua forma emprego ainda assume um papel central em nossa sociedade, servindo ainda como um definidor de práticas e condutas entre os homens.

Estes trabalhadores, além de estarem unidos por um conjunto de sentimentos e perspectivas que unem aqueles que não tem um emprego, cumprem, dentro deste sistema uma função crucial, ao atuarem como um Exército de Reserva disponível ao Capital. Enganam-se, portanto, aqueles que defendem a informalidade como lugar de liberdade, de livre movimento e livre escolha. O trabalhador informal é tão livre e independente do sistema quanto o desempregado que não possui trabalho e que vive todos os dias de sua vida em função do ter e não ter trabalho, procurando uma forma de ter trabalho. O trabalho, atividade através da qual

o homem interfere no seu meio, assume a forma única de atividade que produz e reproduz o sistema capitalista tornando-se uma imposição, um presente de mau gosto dado pelo capitalismo aos homens, um produto do próprio trabalho do homem para o homem. A situação de desemprego não produz mais-valia como o trabalho fabril, mas contribui para a produção da mesma, na medida em que sua existência subjugava o proletário às mais precárias condições de exploração do seu trabalho, já que o proletário não quer ocupar o lugar do desempregado. Assim, o desempregado trabalha para o Capital. Já o trabalhador informal mesmo não sendo produtor direto de mais-valia, mesmo não estando sob a oposição clássica, trabalhador x meios de produção, ao assumir a forma de Exército Industrial de Reserva, o trabalho informal é capitalista, no sentido de que existe para servir ao sistema, também pressionando os que tem emprego. Além do mais, o trabalho informal pode ser visto como um produtor indireto de mais-valia, já que se trata de uma espécie de assalariamento disfarçado, um assalariamento indireto, em que o trabalhador paga o seu próprio salário enquanto escoar as mercadorias do Capitalismo. Basta ver a quantidade incontável de produtos criados nas indústrias de ponta que acabam sendo escoados pelo trabalhador informal, tais como chocolates, doces, eletro-eletrônicos, cadernos e bugigangas de toda espécie, sem que este receba diretamente destas empresas qualquer pagamento ao vender os produtos das mesmas. Isto sem contar os técnicos em manutenção, de microcomputadores e eletrodomésticos, mecânicos e borracheiros que acabam servindo de mão de obra barata como prestadores de serviços que atuam na conservação e reparação daquilo que é produzido pelos setores formais da economia, poupando, desta forma, os gastos destas empresas, ao assumir os serviços que deveriam ser prestados pelas mesmas.

A partir dos dados secundários da PED, num esforço de compor um perfil para os “sem emprego pudemos” pudemos verificar como estes trabalhadores são maioria em um mercado

de trabalho como o da RMS. Assim neste quadro de completa de desestruturação do Mercado de trabalho na RMS, depois de todo processo de reestruturação do capital ocorrido nos últimos 20 anos, os números a respeito dos sem emprego chamam a atenção para a necessidade de uma releitura crítica a respeito das formas de divulgação dos dados referentes aos níveis de ocupação e desemprego realizados pelos principais órgãos de pesquisa sobre o Mercado de Trabalho das grandes metrópoles do país. Os termos ocupação e desemprego, quando utilizados sem o devido olhar crítico acabam por obscurecer uma realidade de completa precarização das relações de trabalho em regiões metropolitanas como a de Salvador.

Embora pertençam ao mesmo segmento de ocupados, um auditor fiscal do estado, um gerente da Copene, um vendedor ambulante e um terceirizado da Petrobrás guardam entre si diferenças cruciais no que diz respeito às suas posições no espaço social. Se retomarmos as categorias de Castel e de Marx para definir os espaços sociais e as partes que compõem o EIR, constatamos que o auditor e o gerente da Copene ocupam a zona de integração, enquanto o terceirizado está na zona de vulnerabilidade ou na superpopulação flutuante. Por fim, o ambulante estaria na zona de vulnerabilidade ou desfiliação, fazendo parte da superpopulação estagnada ou do pauperismo dependendo do nível de regularidade de sua atividade. Assim, a posição ocupada por estes trabalhadores, embora permita classifica-los em um mesmo segmento, o de ocupados, se olhada por outra perspectiva, também nos permite diferencia-los em dois blocos distintos: de um lado, os integrados, o auditor fiscal e o gerente, que vivem ainda sob o manto do contrato de emprego; do outro lado, a reserva desta faixa de integração, os “sem emprego”, representados pelo ambulante e pelo terceirizado.

Um dos grandes desafios deste estudo talvez tenha sido esta tentativa de dar conta

conceitualmente de um conjunto de transformações históricas ocorridas no capitalismo e que se refletiram de forma crucial na vida de homens e mulheres em todas as partes do planeta. O caminho encontrado para dar conta deste desafio foi, portanto, a tentativa de desvendar o papel cumprido por trabalhadores informais e desempregados no emaranhado de interdependências que se configuram em relações de poder, nem sempre claras, dentro deste capitalismo flexível.

Assim, através de uma revisão histórico-conceitual dos fenômenos do desemprego e da informalidade, foi possível, a partir da construção do conceito de “sem emprego”, dar conta deste conjunto de trabalhadores desprotegidos socialmente, entendendo-os como uma massa homogênea de homens e mulheres que não têm a inserção em um emprego.

Ainda do ponto de vista do tratamento teórico, foi possível identificar, tomando como ponto de partida o conceito de Exército Industrial de Reserva desenvolvido por Marx, de que maneira a existência e reprodução dos “sem emprego” nesta nova fase do capitalismo tem, assim como nos primórdios deste modo de produção, uma função política decisiva, qual seja, fragmentar a classe trabalhadora, subjugando, de maneira jamais vista na história, o trabalho humano e o trabalhador, às exigências de reprodução do capitalismo.

Era preciso ainda enfrentar o conceito - cheio de implicações políticas e valorativas - de precarização. A precarização, mais que um conceito, mas que uma condição específica e momentânea, diz respeito a um processo histórico. Como bem nos lembra Robert Castel (2001), a condição de assalariamento que hoje é símbolo de integração, proteção segurança e inscrição sociais foi, a pouco mais de um século, uma das situações mais incertas, degradantes, precárias e miseráveis na qual um homem poderia viver. Alguém caía na

situação de assalariado quando não tinha mais outra coisa a fazer a não ser, vender sua força de trabalho para outro. No entanto, a condição de assalariado superou esta condição de degradação para, no século XX, mesmo sob o modo de exploração fordista, se apresentar como o principal elemento de inscrição social dos homens. O processo de precarização diz respeito, portanto, a um processo de desconstrução deste modelo de sociedade no qual se impuseram poderosos sistemas de proteção social, a partir, principalmente, das relações de trabalho.

Este processo de precarização ao redefinir as formas de relação de trabalho vigentes até então, fez ampliar em todo mundo a massa dos “sem emprego”, a partir da adoção de novos modelos de contratação como a terceirização, contratações temporárias, subempregos, além da onda de demissões que lançou diversos trabalhadores na informalidade e no desemprego.

Todo este processo histórico denominado por Castel de “desestabilização dos estáveis” trouxe conseqüências decisivas nas condições de trabalho e de vida de homens e mulheres em todo mundo. De um lado, destruiu conquistas históricas de trabalhadores bem estabelecidos em seus empregos, fazendo-os enveredar em uma trajetória descendente em suas carreiras, ou mesmo levando a um rompimento completo com o emprego. De outro lado, o processo de precarização do mundo do trabalho representou o fim do sonho de ascendência social para aqueles que nunca experimentaram verdadeiramente os benefícios da relação salarial. Assim o capitalismo flexível tornou precária a vida de todos os trabalhadores, nos mais diversos níveis, desestabilizando os estáveis e instaurando uma um quadro de descrença na possibilidade de estabilização para os instáveis.

Diante deste quadro, o contato direto com estes “sem emprego” nos mostrou que, se por um

lado estamos diante de uma multiplicidade de realidades e histórias de vidas distintas, em outra perspectiva a condição de estar sem emprego reduz esta multiplicidade à homogênea situação da precarização, que inscreve estes trabalhadores na mais completa situação de indignidade. Desta forma, homens e mulheres, das mais distintas classes sociais, com cor, escolaridade, idades e gêneros diferenciados, têm, em um momento de suas vidas, as suas trajetórias reduzidas à procura por emprego ou à ausência do mesmo. E neste momento, compartilham condições comuns como a falta de dinheiro, a desproteção, a ausência da segurança dos direitos trabalhistas, a dependência financeira, além de sentimentos comuns como o medo, a insegurança, a depressão, a incerteza no futuro, a vergonha, a culpa, a sensação de impotência e inutilidade entre outros emaranhados de sentimentos e situações que descrevem a condição de precariedade que é a condição de estar e ser um “sem emprego”.

Neste sentido é que a existência destes trabalhadores “sem emprego”, enquanto parte componente de um Exército de Reserva, cumpre a função de um eficiente aparato de regulação social para o capitalismo flexível. Quem quer ser sem emprego? O trabalhador que está na zona de integração, que tem o seu emprego estável, faz de tudo para não se tornar um sem emprego, se submete a qualquer condição de trabalho para não assumir o papel daquele que está lá fora e que lhe aparece como um “inimigo”, pronto a ocupar o seu lugar.

Desta forma, o capital amplia de forma jamais vista a sua exploração sobre aquele que está em seu emprego formal, sobre aqueles que habitam as zonas de integração. Ao terem como espelho a figura degradante do sem emprego, os trabalhadores das zonas de integração acabam também se enfraquecendo politicamente. A presença de um numeroso Exército de Reserva reduz o poder de barganha daquele que está integrado e assim, este trabalhador também perde sua estabilidade. Desta forma a presença desta reserva que constituída pelos

“sem emprego” possibilita o avanço deste processo histórico de precarização das condições de trabalho, através de políticas de flexibilização das relações de trabalho daqueles que estão nas zonas de integração. Isto nos faz concluir que aquele trabalhador da zona da integração também é vulnerável.

É por isso que não se pode falar em uma dicotomia entre “sem emprego” e trabalhadores integrados. Estamos falando de um sistema de regulação social que faz uso de toda a classe trabalhadora subordinando-a ao seu próprio processo de reprodução. Nas palavras de Castel, integrados, vulneráveis e desfiliaados pertencem, na verdade, a um mesmo conjunto, mas cuja unidade e identidade se inscrevem em uma relação problemática, já que implicam em realidades empíricas distintas em certas instâncias e em relações de poder complexas. O grande desafio da Sociologia e dos atores sociais em disputa pelos capitais disponíveis nesta grande tragédia é tentar, por um lado, desvendar estas relações de poder que encobrem as diferenças empíricas ou ampliar o obscurecimento destas relações de poder, contribuindo para a reprodução deste modelo de sociedade.

Estas duas possibilidades de atuação podem significar tomadas de posição inteiramente distintas. Na segunda opção, tem-se o caminho claro da reprodução do sistema de interdependências baseado na exploração do trabalho, a primeira opção, por outro lado, pode culminar em processo de transformação histórica completamente diferente do que está posto até então.

REFERÊNCIAS:

ALVES DE SOUZA, Guaraci. Migração e subemprego em Salvador. Dissertação apresentada ao Mestrado de Economia da UFBA. Salvador, 1977. (mimeo)

ALVES DE SOUZA, Guaraci. Urbanização e fluxos migratórios para Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato; FARIA, Vilmar (orgs.). Bahia de Todos os Pobres. CEBRAP/Vozes: Petrópolis/RJ, 1980.

ALVES, Maria Aparecida. Setor Informal ou trabalho informal? uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. São Paulo: Unicamp, 2001. Dissertação de Mestrado (mimeo).

ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). In: Caderno CRH, Salvador, n. 37, jul/dez. 2002.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho : ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BARRETO, Theo. A precarização do trabalho e da vida: o trabalho flexível nas ruas de Salvador-BA. Monografia de conclusão do bacharelado em Ciências Sociais, Departamento de Sociologia da FFCH/UFBA. Salvador, 2003. (mimeo)

BARRETO, Theo. Informalidade e desemprego: os mortos vivos da precarização do mundo: um estudo sobre as trajetórias dos não sobreviventes do processo de Reestruturação Produtiva. PPGCS/UFBA. Projeto de dissertação de Mestrado. Salvador, 2003. (mimeo)

BESSION, Jean Luis (org.). A ilusão das estatísticas. São Paulo: Unesp, 1995.

BORGES, Ângela. Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a região metropolitana de Salvador na década de 90. 2003. p.374. Tese de doutorado em Sociologia – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Salvador.

BORGES, Ângela. A desestruturação do mercado de trabalho de uma metrópole periférica. In: Cadernos do CEAS, Salvador, n.208, p. 43 – 61, nov-dez. 2003.

BORGES, Ângela. Economia informal da RMS: verdades e mitos. In: Bahia análise e Dados, Salvador, v.9,n.3, p. 27-35, dez. 1999.

BORGES, Ângela, FRANCO, Ângela. Mudanças de gestão: para além dos muros da Fábrica. In: FRANCO, Tânia (org.). Trabalho, riscos industriais e meio ambiente: rumo ao desenvolvimento sustentável? Salvador: EDUFBA, P. 63-116, 1996.

BORGES, Ângela. Notas preliminares sobre o uso das categorias teóricas de Pierre Bourdieu na análise das transformações do mercado de trabalho. Salvador: UFBA, 2001. (mimeo)

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu - Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983, pp. 46 - 81.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e campo. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, pp.59 - 73.

BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Gênese de classes. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998c, pp. 133 - 131.

CACCIAMALI, C. As Economias Informal e Submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M., GIAMBIAGI, F. (org.) Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.121- 143, 1991.

CACCIAMALI, C. Globalização e Processo de Informalidade. In: Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp, Instituto de Economia, n. 14, jun. 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Inaiá M. M. Problemas de emprego em áreas urbanas da Bahia. CRH: Salvador, 1966.

CARVALHO, Inaiá M. M., ALVES DE SOUZA, Guaraci Adeodato. A produção não capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato; FARIA, Vilmar (orgs.). Bahia de Todos os Pobres. CEBRAP/Vozes: Petrópolis/RJ, 1980.

CARVALHO, Inaiá M. M., ALVES DE SOUZA, Guaraci Adeodato. Condições de emprego no estado da Bahia: possibilidades e limites de uma ação do Governo Estadual orientada para o chamado setor informal do mercado de trabalho. In: Estudos sobre emprego e renda na Bahia. SETRABS e CRH: Salvador, 1978.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social - uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHAMPAGNE, Patrick. A opinião dos pesquisadores. In: BESSON, Jean Luis (org.). A ilusão das estatísticas. São Paulo: Unesp, 1995.

COMTE, Maurice. Três milhões de desempregados. In: BESSON, Jean Luis (org.). A ilusão das estatísticas. São Paulo: Unesp, 1995.

DEDECA & FERREIRA, Cláudio Salvadori, Sinésio Pires. Crescimento Econômico e População Economicamente Ativa. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: 2 (3): 43-55, jul./set. 1988.

DRUCK, Maria da Graça. Terceirização - (des) fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 261p.

DRUCK, Graça. Velhos e novos trabalhadores Informais: o trabalho nas Ruas em Salvador-BA. Projeto Individual de Pesquisa - CNPq/PIBIC. Salvador:CRH/UFBA, 2000.(mimeo)

DRUCK, Graça. O mapa do trabalho informal na cidade de Salvador-BA. Projeto Individual de Pesquisa - CNPq/PIBIC. Salvador: CRH/UFBA, 2001.(mimeo)

DRUCK, Graça. Trabalho, Flexibilização e precarização: (re)construindo conceitos à luz de estudos empíricos. Relatório final do CNPQ, 2004. (mimeo)

DRUCK, Graça. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. In: Caderno CRH, Salvador, n. 37, jul/dez. 2002.

DRUCK, Graça. Terceirização, o balanço de uma década. In: Caderno CRH, Salvador, n. 37, jul/dez. 2002.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. Trabalho Informal: um paralelo entre os trabalhadores de rua da cidade de Salvador no século XIX e no século XXI. Caderno CRH. Salvador, n.37, p.289-308, jul./dez. 2002.

FARIA, Vilmar. Sistema urbano, estrutura urbana e marginalidade: o caso de Salvador. São Paulo: CEBRAP, 1976.

FARIA, Vilmar. Divisão inter-regional no desenvolvimento do capitalismo: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato ; FARIA, Vilmar (orgs.). Bahia de Todos os Pobres. CEBRAP/Vozes: Petrópolis/RJ, 1980.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar,1981.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar,1981.

FILGUEIRAS, Luiz A. M., DRUCK, Graça, AMARAL, Manoela. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. In: Caderno CRH. Salvador, n. 41, v. 17, mai/ago 2004.

FILGUEIRAS, Luiz A. M; PINTO, Eduardo Costa. Afinal, quem são os desempregados na RMS? n. 62. Salvador: SEI; Governo do Estado da Bahia, 2003. (Série Estudos e Pesquisas – Emprego e Desemprego).

GRAMISCI, A . Maquiavel, a política e o Estado Moderno. 5. ed. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1984.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Pesquisa Emprego e Desemprego Região Metropolitana de Salvador: resultados do ano – 2003. n.4. Salvador, 2004. Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/boletins/ped/index_ped.php> Acessado em: jun. de 2005.

GUIMARÃES, Nádía Araújo. Por uma sociologia do desemprego: contextos sociais, construções normativas e experiências subjetivas. In: XXV encontro anual da ANPOCS. Caxambu, 2001.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 8.ed. São Paulo: Loyola, 1999. 349p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Site Oficial: www.ibge.org.br. Acesso em: 30 ago. 2004.

LIMA, Jacob; SOARES, Maria José. Trabalho flexível e o novo informal. In: Caderno CRH , Salvador: CRH/EDUFBA, n.37, jul./dez. 2002.

MACHADO DA SILVA. Luiz Antônio. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação do mundo do trabalho. In: Caderno CRH , Salvador: CRH/EDUFBA, n.37, jul./dez. 2002.

MARX, K., ENGELS, F. A ideologia Alemã. 3. Ed. São Paulo: Editorial Presença e Livraria Martins Fontes, 1976. 55 p.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos Filosóficos, Primeiro Manuscrito, parte final, in Marx e Engels. Fernandes (org.). São Paulo: Ática, 1982.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant’Anna . 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, Livro primeiro, vol. I e II.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. A condição provisória-permanente dos trabalhadores informais: uma análise das estratégias de empregabilidade no processo de informalidade da cidade de Salvador. PPGCS/UFBA. Projeto de dissertação de mestrado. Salvador, 2003. (mimeo)

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica a razão dualista. In: Estudos CEBRAP, n.2, 1972.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: sudene, nordeste, planejamento e conflito de classes. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. O elo perdido: classe e identidade de classe. São Paulo: Scritta, 1995.

POCHMANN, M. O trabalho sob o fogo cruzado. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, M. O emprego na globalização: a nova divisão social do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1948.

PRANDI, Reginaldo. Trabalhadores por conta própria em Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato ; FARIA, Vilma (orgs.). Bahia de Todos os Pobres. CEBRAP/Vozes: Petrópolis/RJ, 1980.

RANIERI, Jesus. A Câmara Escura: alienação e estranhamento. São Paulo: Boitempo, 2001.

REIS, João José. A Greve Negra de 1857 na Bahia. In: Revista da USP, n.18 , jul. / ago.

SANTOS, João Bosco Feitosa. O avesso da maldição do gênesis: a saga de quem não tem trabalho. São Paulo: Annablume, 2000.

SEGNINI, Liliana R. P. Constantes recomeços: desemprego no setor bancário. In: BRUSCHINI, Cristina, PINTO, Céli Regina (orgs.). Tempos e lugares de gênero. São Paulo: 34, 2001. p.145-183.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. por Marcos Santa Rita. 2.ed. Record: Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, Patrícia Pugliesi. A nova informalidade na região metropolitana de Salvador. Bahia, UFBA, 2002. Dissertação de Mestrado em Economia. (mimeo)

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Panorama Social da Bahia nos anos 1990. Salvador: SEI, 2003, Serie estudos e Pesquisas, 59.

SINGER, Paul. A economia urbana de um ponto de vista estrutural: O caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato ; FARIA, Vilmar (orgs.). Bahia de Todos os Pobres. CEBRAP/Vozes: Petrópolis/RJ, 1980.

SINGER, Paul et all. Emprego, produção e reprodução da força d trabalho. São Paulo: CEBRAP, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. 14.ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2004.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania. São Paulo: Editora 34, 2001.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Trad. Maria Irene Szmrecsányi. 10.ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1996.